

XI

CONFERÊNCIA CONVENCIONAL MUNICIPAL DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE SÃO PAULO



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO PAULO



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA

FGV EAESP

CEAPG
Centro de Estudos
em Administração
Pública e Governo

Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

São Paulo, dezembro de 2018

Este relatório é resultado do contrato para (i) pesquisa, sistematização do conteúdo e análise dos resultados das Conferências Regionais dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente 2018; (ii) Pesquisa para elaboração de metodologia participativa, realização de oficinas, sistematização do conteúdo e análise dos resultados das Conferências Municipais dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente 2018 (Lúdica e Convencional); e (iii) Pesquisa e elaboração de documento norteador do Plano Municipal de Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Coordenação Geral do CEAPG
Fernando Burgos

Coordenação do Eixo de Educação do CEAPG
Fernando Luiz Abrucio

Coordenação Geral do Projeto
Fernando Burgos
Fernando Luiz Abrucio

Coordenação Executiva do Projeto
Ilza Val[er]ia Moreira Jorge

Equipe de Coordenação
Juliana Reimberg
Lefícia Daidone
Marcello Baird
Mariana Haddad
Marina Exner
Tatiana Lemos Sandim

Outros(as) Pesquisadores(as)
Kate Dayana Rodrigues de Abreu
Camila Oliveira Ribeiro

Sistematizadores(as)
Camila Oliveira
Dominique do Vale de Mattos
Fabiana Maria
Juliana Reimberg
Laís de Brito Martins
Larissa Santos Duarte
Marcelo Augusto Marques
Marina do Couto Rosa Liuzzi

Fundação Getulio Vargas - Escola de Administração de Empresas de São Paulo
Centro de Estudos em Administração Pública e Governo – CEAPG
Av. 9 de Julho, 2029 – 11o andar – Bela Vista
01313-902 – São Paulo, SP – Brasil
Telefones: (55 11) 3799-7960
www.fgv.br/ceapg

Ficha técnica

Prefeitura Municipal de São Paulo

Bruno Covas – Prefeito

Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

Berenice Maria Giannella - Secretária

Elizete Regina Nicolini – Coordenadoria de Planejamento e Informação

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo – CMDCA

Representantes do Poder Público

Titulares

Marisa Fortunato (*Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania*); Jacielma Cleide Nascimento Costa (*Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social*); Caio Felipe Ferriani Coelho (*Secretaria Municipal de Justiça*); Rafael Carvalho de Moraes (*Secretaria da Fazenda*); Andréa da Silva Munhoz (*Secretaria da Saúde*); Clóvis Bueno de Azevedo (*Secretaria de Educação*); Dilvânia Ferreira de Santana (*Secretaria de Cultura*); Alan Queiroz da Costa (*Secretaria de Esporte e Lazer*);

Suplentes

Esequias Marcelino da Silva Filho (*Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania*); Mariângela Sant'Anna da Silva (*Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social*); Adriana de Rezende Schoeller Paiva (*Secretaria Municipal de Justiça*); Otávio Carneiro de Souza Nascimento (*Secretaria da Fazenda*); Thais Romoli Tavares (*Secretaria de Educação*); Fernanda Gargel de Sousa (*Secretaria de Cultura*); Alcione Helena Borner Campos (*Secretaria de Esporte e Lazer*);

Representantes da Sociedade Civil

Segmento – Atendimento Social

Titulares: João Aparecido Trevisan Neto; Aracélia Lúcia Costa,
Suplentes: Eduardo Pedro de Carvalho; Fernando Antônio dos Santos Júnior

Segmento – Melhoria das Condições de Vida da População

Titulares: Wilsilene Cabral Chaves; Solanje Agda da Cruz de Paula Pinto
Suplentes: Edivaldo Luiz Vicente da Silva; Lourival Nonato

Segmento – Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

Titulares: Ivaneti de Araújo; Rita Luciana Bispo dos Santos
Suplentes: Edmarcos Souza Alves; Écio Almeida Silva

Segmento – Estudos e Pesquisas

Titulares: José Armando Hussid; Kedemilson Bezerra de Carvalho

Segmento – Trabalhadores vinculados à questão

Titular: Solange Cristina Castro Sampaio
Suplente: Mauro Caseri

Secretaria Executiva

Gabriela Maria Feijó
Anna Carolina Lousa
Juliane Manes Alves
David Tho
Lucas de Freitas Pereira
Elizabete Ribeiro

Composição da Comissão Central de Organização das Conferências DCA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Fernando Antonio dos Santos Junior; Solange Cristina de Castro Sampaio; Solanje Agda da Cruz de Paula Pinto; Rita Luciana Bispo; Adriana Rezende Schoeller Paiva; Esequias Marcelino da Silva Filho; Thais Romoli Tavares; Rafael Carvalho de Moraes.

Conselheiros Tutelares

Cristina Marques da Silva (Setorial Leste – CT São Mateus); Silvana Biondani (Setorial Leste – CT Vila Prudente); Fernando Rodrigo Prata (Setorial Sul – CT Vila Mariana); Antonio Aureliano Brito Vieira

(Setorial Sul – CT M^o Boi Mirim); Fernanda Abreu da Silva (Setorial Centro/Norte – CT Sé); Enides de Sousa Lima (Setorial Centro/Norte – CT Bela Vista); Monalisa Tassiana Gato – (Setorial Oeste – CT Jaraguá); Alexandre Teixeira da Silva (Setorial Oeste – CT Freguesia do Ó); Rosângela da Rocha Sousa (Comissão Permanente); José Antonio de Neto (Comissão Permanente)

Adolescentes

Luis Henrique Granjeiro da Silva Almeida; Clever Pereira Teixeira; Heloísa Barbara Vieira de Oliveira; Giovanna Bueno Soares Zanini; Vinicius Soares de Oliveira

Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

Rudnéia Arantes; Roberta Reiko Durante Sato; Luana Cunha Bhering; Carlos Alberto de Souza Júnior; Tânia Lima.

Secretarias Municipais

Luciano Santos Araújo (Secretaria Municipal de Subprefeituras); Ana Carolina Weiss Barrilari (Secretaria Municipal de Educação); Jane de Lima (Secretaria Municipal de Assistências e Desenvolvimento Social); Andréa da Silva Munhoz (Secretaria Municipal de Saúde); Ilacir de Jesus Chagas (Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania)

Fundação Getúlio Vargas

Coordenação Geral: Fernando Burgos Pimentel dos Santos; Fernando Luiz Abrucio

Coordenação Adjunta: Tatiana Sandim; Letícia Daidone; Marina Exner; Mariana Scaff Haddad; Marcello F. Baird; Camila Oliveira; Kate Dayana Rodrigues de Abreu; Ilza Valéria Moreira Jorge e Juliana Reimberg

Palestrantes: Melina Risso (Instituto Igarapé); Adriana Alvarenga (UNICEF); Carlos Alberto de Souza Júnior e Keila Mendes de Souza

Equipe técnica: Bruna Rodrigues Ferreira, Helena Allegro, Fabiana Maria, Olivia Laban, Dominique Mattos, Isadora Coelho, Brida Renata L. Silva, Larissa Santos T. Duarte, Marcelo Marques, Julia Pessoa, Lais B. Martins, Samira Moraes, Marina Luzzi

Sumário

Apresentação.....	06
Perfil dos participantes.....	09
Programação.....	12
Metodologia.....	14
Relatoria da conferência.....	15

Primeiro dia - 28/11

• Credenciamento.....	15
• Abertura.....	15
• Apresentação das tiradas na Conferência Lúdica.....	20
• Leitura e aprovação do regimento interno.....	26
• Ato de conferir.....	30
• Mesa Magna.....	36

Segundo dia - 29/11

Eixo 1 - Garantia dos Direitos e Políticas Públicas Integradas e de Inclusão Social.....	60
Eixo 2 - Prevenção e Enfrentamento da Violência Contra Crianças e Adolescentes.....	64
Eixo 3 - Orçamento e Financiamento das Políticas para Crianças e Adolescentes.....	71
Eixo 4 – Participação, Comunicação Social e Protagonismo de Crianças e Adolescentes.....	81
Eixo 5 - Espaços de Gestão e Controle Social das Políticas Públicas de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes	90

Terceiro dia - 30/11

• Eleição dos delegados para a Conferência Estadual de Criança e Adolescente.....	96
• Plenária Final.....	105

Quarto dia – 12/12

• Leitura e aprovação das propostas dos eixos 3, 4 e 5.....	119
• Plenária final e aclamação dos delegados.....	142
• Anexos	
• Anexo 1 – Resolução CMDCA.....	147
• Anexo 2 – Metodologia detalhada.....	154
• Anexo 3 – Ainhamento conceitual.....	159
• Anexo 4 – Regimento interno aprovado.....	161
• Anexo 5 – Propostas Aprovadas.....	165
• Anexo 6 –Delegado eleitos por segmento.....	213
• Anexo 7 –Moções aprovadas.....	217

Apresentação

Diante da convocação pelo Conselho Nacional da dos Direitos da Criança e Adolescente, (CONANDA), por meio da Resolução 202, da XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente para outubro de 2019, e com a recomendação de realização de Conferências Livres, Lúdica e Convencional durante o ano de 2018, a Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo (SMDHC) e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), apresentam os resultados da XI Conferência Municipal Convencional da Criança e do Adolescente de São Paulo, realizada nas dependências do Complexo Universitário FMU, de 28 a 30 de novembro de 2018.

Assim como a Lúdica e as Regionais da cidade de São Paulo, essa Conferência foi oficializada pela resolução 125/CMDCA/2018 de 18 de julho de 2018 (anexo 1). Sob o tema "Proteção Integral, Diversidade e Enfrentamento das Violências", desdobram-se cinco eixos: Eixo 1 – Garantia de Direitos e Política Pública Integrada e de Inclusão Social; Eixo 2 – Prevenção e Enfrentamento da Violência Contra Crianças e Adolescentes; Eixo 3 – Orçamento e Financiamento das Políticas para Crianças e Adolescentes; Eixo 4 – Participação, Comunicação Social e Protagonismo de Crianças e Adolescentes; Eixo 5 – Espaços de Gestão e Controle Social das Políticas Públicas de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes.

Para cada um destes eixos, o CONANDA apresentou objetivos específicos, como seguem abaixo:

No eixo sobre Garantia dos Direitos e Políticas Públicas Integradas e de Inclusão Social, o objetivo foi estimular o diálogo sobre as estratégias necessárias para promover a articulação intersetorial, a transversalidade e a integração das políticas voltadas à garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Além disso, buscou-se proporcionar a discussão sobre a garantia de políticas sociais, enfatizando a importância de um olhar do Estado para públicos específicos e de maior vulnerabilidade.

No de Prevenção e Enfrentamento da Violência Contra Crianças e Adolescentes, o Conanda colocou como objetivo debater a prevenção e o enfrentamento das diversas formas de violência, como letal, sexual, física e psicológica. Também pretende ampliar as discussões sobre enfrentamento do racismo, da misoginia, da xenofobia, da descriminalização contra população em situação de rua, da LGBTfobia e da intolerância religiosa. Com esse eixo temático, esperava-se ainda discutir a violência institucional, principalmente em escolas, unidades socioeducativas e instituições de acolhimento.

Já o de Orçamento e Financiamento das Políticas para Crianças e Adolescentes a ideia foi avançar no debate sobre as formas de ampliar os recursos destinados a crianças e adolescentes nas diversas áreas do governo, bem como aprimorar a gestão desse orçamento. Outro ponto apontado como importante foi o de diversificar e ampliar as formas de financiamento dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente (nacional, estaduais, distrital e municipais), além de garantir uma gestão efetiva e a melhor aplicação dos valores arrecadados.

No eixo Participação, Comunicação Social e Protagonismo de Crianças e Adolescentes esperava-se identificar as ações necessárias para garantir que crianças e adolescentes possam participar das discussões e deliberações de políticas públicas nas esferas municipais, estaduais, distrital e nacional. Esse debate abrangia questões sobre o direito à participação e envolve temas como liberdade de expressão, utilização das novas tecnologias de

informação e comunicação, além da garantia de que as especificidades culturais e identitárias dos diferentes segmentos sejam consideradas nos espaços participativos.

E no último eixo, o de Espaços de Gestão e Controle Social das Políticas Públicas de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes, a proposta foi de aprofundar as discussões sobre o papel dos conselhos de direito (estaduais, distrital, municipais e nacional) na gestão da política e do orçamento destinado a crianças e adolescentes. Além disso, foi proposta uma análise sobre o impacto dos espaços de participação social (conselhos, conferências etc.) no fortalecimento da própria democracia, bem como a necessidade de incluir crianças e adolescentes nos processos de gestão e controle social das políticas públicas.

A partir destes eixos, a XI Conferência Municipal Convencional apresentou-se como mais uma oportunidade de discussão sobre os problemas que afetam as crianças e adolescentes da cidade de São Paulo.

O cenário da situação da cidade, incluindo dados sobre a infância e a adolescência, foi apresentado este ano pelo Mapa da Desigualdade, realizada pela Rede Nossa São Paulo. Nele, observa-se que alguns indicadores que afetam diretamente estes dois segmentos e que, tem, comprovadamente, um papel importante na qualidade de vida de crianças e adolescentes pioraram na comparação dos anos de 2013 e 2016. Como por exemplo centros culturais, espaços e casas de cultura; leitos hospitalares; telecentros e unidades básicas de saúde. Em contrapartida outros indicadores tiveram seus índices melhorados, como por exemplo, houve melhora no atendimento nas creches municipais, diminuição de casos de gravidez na adolescência e diminuição da taxa de homicídio juvenil (vide quadro 1 abaixo).

Porém, essa melhoria nem sempre quer dizer aumento da qualidade de vida, como explica o coordenador geral da RNSP, Jorge Abrahão em entrevista ao portal aprendiz: "As reduções de desigualdade muitas vezes se deram não porque houve um aumento na qualidade de vida, mas porque o distrito mais bem posicionado apresentou uma piora naquele indicador. É o reverso do que desejamos". (<https://portal.aprendiz.uol.com.br/2017/10/25/mapa-expoe-desigualdades-sociais-da-cidade-de-sao-paulo/>)

A dimensão geográfica da cidade de São Paulo, portanto, é um fator que agrava as desigualdades, não apenas de renda como também de oferecimento de serviços.

Quadro 1 – Indicadores de políticas públicas - RNSP

INDICADORES	2013	2016	VARIAÇÃO
Atendimento nas creches municipais	102,42	85,22	melhorou
Atendimento nas pré-escolas municipais	33,56	12,88	melhorou
Baixo peso ao nascer	2,33	2,2	melhorou
Demanda atendida de creche	2,66	2,53	melhorou
Demanda atendida de vagas em pré-escolas municipais	2,39	1,09	melhorou
Equipamentos esportivos	28,61	27,84	melhorou
Gravidez na adolescência	45,21	26,22	melhorou
Idade Média ao Morrer	1,46	1,43	melhorou
Mortalidade por causas mal definidas	22,97	16,92	melhorou
Mortalidade por neoplasias (câncer)	19,11	5,52	melhorou
Pré-natal insuficiente	16,15	8,08	melhorou

Salas de show e concerto	264,18	253,15	melhorou
Acervo de livros infanto-juvenis	586,14	2575,25	piorou
Acervo de livros para adultos	11878,55	1634,06	melhorou
Centros culturais, espaços e casas de cultura	92,09	116,1	piorou
Cinemas	239,69	243,77	piorou
Favelas	610,49	621,01	piorou
Leitos hospitalares	287,94	1121,96	piorou
Mortalidade específica por aids	15,35	27,53	piorou
Mortalidade infantil	20,31	20,97	piorou
Mortalidade por doenças do aparelho circulatório	4,1	5,2	piorou
Mortalidade por doenças do aparelho respiratório	5,38	9,09	piorou
Museus	138,32	139,23	ficou igual
Teatros	152,18	167,56	piorou
Telecentro	8,23	8,6	piorou
Unidades básicas de saúde	23,31	24,46	piorou
Homicídio- 2015*	34,67	31,49 (2015)	melhorou
Homicídio juvenil - 2015*	44,45	16,61 (2015)	melhorou
Mortes no trânsito - 2015*	15,42	7,68 (2015)	melhorou

Fonte: <https://www.nossasaopaulo.org.br/portal/arquivos/mapa-da-desigualdade-2017.pdf>

Neste sentido, a prática da Conferência Municipal é importante porque traz para um mesmo espaço as realidades dos diferentes distritos e subprefeituras da cidade. E permite uma discussão sobre os principais problemas vividos por essas regiões, apresentado, ao final, reflexões e propostas de mudanças e/ou incrementos nas políticas públicas, que devem colaborar para o fim dos problemas levantados, incorporando as propostas feitas, tanto pelas conferências regionais, como pela Conferência Lúdica.

Apesar das muitas dificuldades enfrentadas pela SMDHC, pelo CMDCA e pela Comissão Central para colocar em curso as conferências regionais e mesmo a Conferência Convencional, estas aconteceram de acordo com as orientações do CONANDA. Este documento relata, portanto, todo o processo da XI Conferência Convencional Municipal da Criança e Adolescente de São Paulo, os desafios e as boas práticas, trazendo além das propostas apresentadas e aprovadas na plenária final, anexos com a metodologia detalhada utilizada e documentos bases, como a resolução 125 do CMDCA.

Perfil dos Participantes

A Conferência Convencional teve participantes. Sendo estes, da sociedade civil; representantes do poder público, das diversas Secretarias que atuam com as crianças e adolescentes como: educação, saúde, assistência social, cultura, direitos humanos, entre outros órgãos; conselheiros tutelares; observadores, envolvendo pesquisadores, outros interessados e as próprias crianças e adolescentes que participaram da Conferência Lúdica; membros do Fórum dos Direitos das Crianças e Adolescentes; e membros da Comissão Central organizadora.

A seguir, organizamos os dados da lista de credenciamento realizada durante os três dias da Conferência, para facilitar a visualização da participação por cada segmento e Subprefeitura, com o objetivo de possibilitar um olhar para a representação dos territórios.

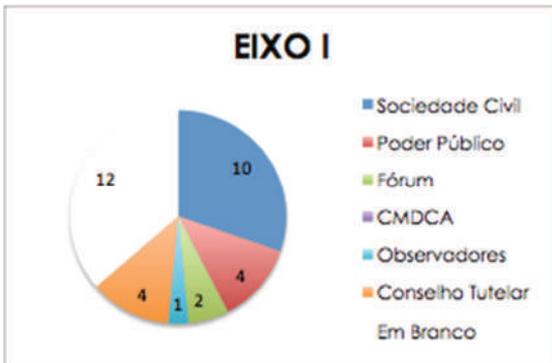
Quadro 2: Perfil dos Participantes

Subprefeitura	Sociedade Civil	Poder Público	CMDCA	Fórum DCA	Observador	Conselheiro Tutelar	Em branco
Aricanduva		2					
Butantã	2	3		5	1	2	
Campo Limpo	1	1	1	1		1	
Capela do Socorro	3	1		1			
Casa Verde	1			1			
Cidade Ademar	1			1		1	
Cidade Tiradentes	7					3	
Ermelino Matarazzo	2					2	
Freguesia do Ó	2			2		3	1
Guaiunazes						1	
Ipiranga	5			2		1	
Itaim Paulista			1	1	1		
Itaquera	1						
Jabaquara	1	1					
Jaçanã	1						
Lapa						1	
M'Boi Mirim	7	1	1	2		1	
Mooca	1						
Parelheiros	1				1		
Penha	2					1	
Perus	1					1	
Pinheiros	1			1			
Pirituba	2	1					
Santana/Tucuruvi		1					
Santo Amaro	2	1		1		2	
São Mateus	7	1		1	1	2	
São Miguel Paulista	1						
Sapopemba	1			1	1	3	
Sé	5	2	1	1		3	
Vila Maria							
Vila Mariana	2			1	1	1	
Vila Prudente	1	1					
TOTAL	61	14	4	22	6	29	1
TOTAL GERAL	122						

Fonte: Elaboração Equipe FGV

Além disso, para um retrato do segundo dia de Conferência, organizamos os seguintes gráficos para ilustrar a participação dos segmentos em cada eixo temático. A categoria "em branco" foi utilizada para registrar a participação daqueles que não preencheram qual segmento estava representando, na lista de presença que circulou pelos grupos de cada eixo temático.

Gráfico 1: Representação Eixo I



Fonte: Elaboração Equipe FGV

Gráfico 2: Representação Eixo II

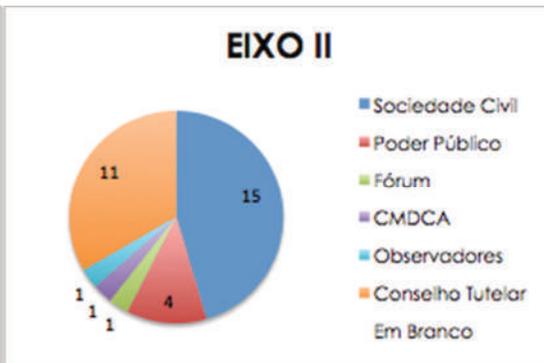
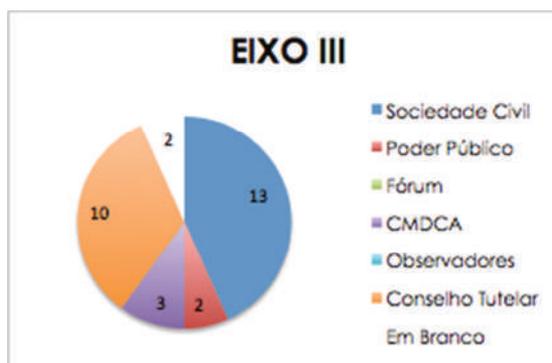


Gráfico 3: Representação Eixo III



Fonte: Elaboração Equipe FGV

Gráfico 4: Representação Eixo IV

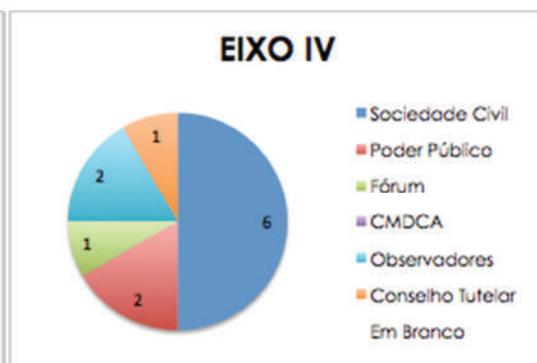
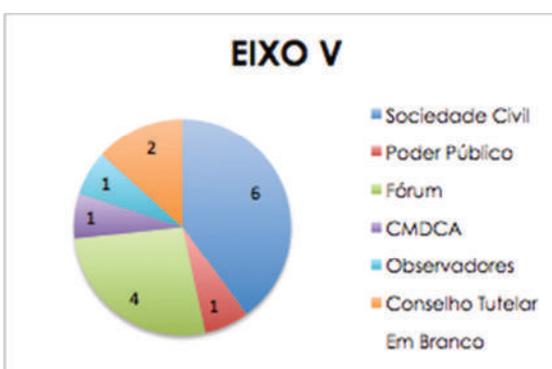
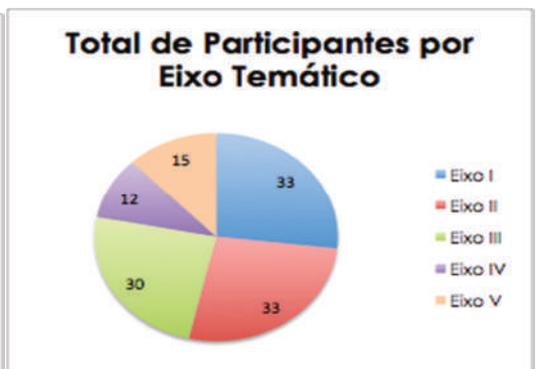


Gráfico 5: Representação Eixo V



Fonte: Elaboração Equipe FGV

Gráfico 6: Total de Participantes



Fonte: Elaboração Equipe FGV

A maioria dos participantes (66%) presentes no segundo dia da Conferência Convencional era do sexo feminino, enquanto 34% era do sexo masculino.

Gráfico 7: Participantes por sexo



Fonte: Elaboração Equipe FGV

Programação

A Conferência Convencional Municipal dos Direitos Humanos de Criança e Adolescente de 2018, convocada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da Cidade de São Paulo - CMDCA/SP doravante denominada Conferência Municipal DHCA/SP, realizada nos dias 28, 29 e 30 de Novembro de 2018, das **9h às 17h - podendo se estender em votação na plenária no dia 28/11** local: Auditório Nelson Carneiro, Campus Liberdade, Avenida Liberdade, 899. (Prédio de Direito – FMU).

QUARTA-FEIRA 28 DE NOVEMBRO DE 2018

09:00 – CREDENCIAMENTO COM CAFÉ DA MANHÃ;
11:00 – MESA DE ABERTURA
12:00 – APROVAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO;
13:00 – ALMOÇO;
14:00 – MESA MAGNA : “Proteção Integral, Diversidade e Enfrentamento das Violências”
Melina Risso (Instituto Igarapé; Adriana Alvarenga, UNICEF – mediação Fernando Abrucio
17:00 – ENCERRAMENTO

QUINTA-FEIRA 29 DE NOVEMBRO DE 2018

09:00 – ASSINATURA DA LISTA DE PRESENÇA COM CAFÉ DA MANHÃ
10:00 – TRABALHO EM GRUPO POR EIXO TEMÁTICO
13:00 – ALMOÇO
14:00 – RETORNO AOS EIXOS TEMÁTICOS
15h30 - intervalo
17:00 – ENCERRAMENTO

SEXTA-FEIRA 30 DE NOVEMBRO DE 2018

09:00 – ASSINATURA DA LISTA DE PRESENÇA E CAFÉ DA MANHÃ;
10:00 – ELEIÇÃO DOS DELEGADOS ATRAVÉS DAS ASSEMBLÉIAS POR SEGMENTOS, CONFORME REGIMENTO INTERNO: (coordenada pela Comissão Central)
CONFORME REGIMENTO INTERNO:
Artigo VIII – As (os) Delegadas (os) para a Etapa Estadual serão eleitas (os) em assembléias próprias dos seus segmentos e entre seus pares, sendo eles:
a. 10% representantes Fórum Municipal e Regionais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;
b. 40% Representantes da Sociedade Civil
c. 10% vagas do Poder Público;
d. 10% Conselheiros(as) Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente; respeitando a paridade;
e. 25% Conselheiros(as) Tutelares; priorizando a escolha daqueles que tiveram participação ativa dentro do processo de realização das conferências.
f. – 5% de Observadores do total de Delegados.
Parágrafo I – Os suplentes serão eleitos por ordem subsequente de votação em número igual as (aos) delegadas (os), respeitando-se a proporcionalidade de cada segmento.
Parágrafo II – Serão indicados observadores à Conferência Estadual dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, na proporção de 5% do número de Delegadas (os) eleitas (os).



Parágrafo III - Em caso de empate, haverá nova votação, precedida de defesa das candidaturas, por tempo não superior a três minutos, feitas pelos próprios candidatos. Persistindo o empate será realizado sorteio.

Parágrafo IV - Em caso de impossibilidade de participação do delegado titular na XI Conferência Estadual DHCA/SP, deverá o Titular protocolar no CMDCA/SP justificativa escrita e assinada, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis anteriores à etapa estadual, para proceder a convocação do respectivo suplente, e a substituição definitiva do delegado titular.

Parágrafo V – Os delegados suplentes somente terão acesso à conferência Estadual, em caso substituição formal de seu respectivo titular, conforme Parágrafo IV.

Parágrafo VI – Após a leitura das moções as (os) Delegadas (os) eleitas (os) serão apresentados à Plenária para homologação, sendo obrigatória a presença de todas (os), bem como a confirmação de presença, através das assinaturas das listas de presença em todas as atividades da XI Conferência Municipal DHCA/SP.

I - Definidos os delegados titulares e suplentes, após a homologação e referendo em Plenário, os mesmos deverão comparecer ao local, designado pela Comissão Central, para conferência e/ou preenchimento da Ficha específica.

Parágrafo VIII – Serão eleitos 5% dos participantes da Conferência Municipal na condição de Observadores para a Conferência Estadual.

11:00 – PLENÁRIA FINAL:

APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DAS PROPOSTAS DEBATIDAS NOS EIXOS TEMÁTICOS I, II E III.

13:00 – ALMOÇO

14:00 – APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DAS PROPOSTAS DEBATIDAS NOS EIXOS TEMÁTICOS IV E V;

LEITURA E APROVAÇÃO DAS MOÇÕES;

REFERENDO DOS DELEGADOS;

17:00 – ENCERRAMENTO

Metodologia

Para a Conferência Convencional, as pessoas tiveram a opção de escolher previamente em qual eixo temático gostariam de participar. Porém, a maior parte delas fez a escolha presencialmente, no momento do credenciamento.

No segundo dia da Conferência, as pessoas tiveram o período da manhã e da tarde para debaterem cada eixo temático, e formularem de três a cinco propostas para serem apresentadas na plenária final. Os grupos se dividiram em cinco salas de aula do prédio de direito da faculdade FMU.

O debate foi conduzido por uma dupla de coordenadores(as) da equipe da FGV e um(a) relatora(a) responsável por anotar todos os pontos da discussão do grupo. A metodologia para condução dos debates em cada eixo foi pensada em três momentos principais: discussão dos problemas relacionados ao tema do eixo, apropriação pelo grupo das propostas da Conferência Lúdica e das Conferências Regionais, e elaboração das propostas finais. A parte da manhã foi dedicada à discussão dos problemas e a parte da tarde direcionada para as propostas.

A equipe da FGV elaborou estratégias para facilitar o debate com base nos três momentos previstos pela metodologia. Os(as) coordenadores(as) puderam escolher quais as melhores estratégias para utilizar, a depender do ritmo e das necessidades de cada grupo. As técnicas disponíveis eram, por exemplo: chuva de palavras, nuvem de problemas, divisão em pequenos grupos para expor as discussões para o coletivo posteriormente, votação, entre outras.

Com as propostas finais elaboradas, o grupo teve que preencher um formulário de detalhamento para cada uma das propostas, com o objetivo de definir: qual o problema aquela proposta almeja resolver, qual o público beneficiário, qual a área de abrangência, o objetivo geral, o objetivo específico, sugestão de indicadores de monitoramento, órgão público responsável, organizações governamentais envolvidas, organizações não governamentais envolvidas, os tipos de recursos necessários, prazo para execução e o órgão público responsável pelo monitoramento. (vide documento em anexo)

Assim, a metodologia utilizada pela equipe buscou atender dois principais objetivos: priorizar as propostas encaminhadas pela Conferência Lúdica, e elaborar um documento capaz de instrumentalizar o monitoramento e a implementação das propostas definidas em cada eixo temático. O quadro da metodologia detalhada encontra-se no anexo 2.

Relatoria do primeiro dia de Conferência – 28/11/2018

Credenciamento

Primeiramente é importante que se diga que alguns dias antes da Conferência, foi feito, pela Comissão Central, uma tentativa para que os delegados escolhessem previamente o eixo do qual gostariam de participar durante a Conferência. Porém, essa estratégia não deu certo, pois poucos retornaram o e-mail. Por isso, o credenciamento teve de ter, também, uma mesa para o credenciamento das pessoas nos eixos. Cada eixo era representado por uma bolinha de determinada cor, que era colocada no crachá de cada um.

Uma empresa foi contratada pela Secretaria para realizar o credenciamento. No próprio auditório onde aconteceriam as plenárias foram dispostas quatro mesas divididas pelas subprefeituras (uma média de seis subprefeituras por mesa). Uma outra mesa, com pessoas da Comissão Central ficou para a escolha dos eixos, os quais poderiam contar com no máximo 60 pessoas cada.

Após o credenciamento, o delegado recebia uma bolsa que continha:

- um exemplar do ECA;
- a programação da Conferência;
- o regimento interno da Conferência;
- um documento explicativo sobre o funcionamento da Conferência;
- as propostas da Conferência Lúdica.

À medida que as pessoas se credenciavam, eram informadas que havia um café para recepcioná-las. Destaca-se, no entanto, que a sala onde ficava o café era muito longe do auditório e a sinalização do caminho não era clara. Além disso, o caminho até o local não tinha acessibilidade.

É importante relatar que em algumas subprefeituras havia ônibus disponível para trazer as pessoas, mas grande parte das pessoas vieram por conta própria.

Abertura

A previsão de início da Conferência, de acordo com a programação era 11h00, porém, houve atraso e o início da mesa de abertura se deu as 11h25.

A mesa de abertura foi composta pelas seguintes pessoas:

Giovana Bueno Soares Zanini - delegada adolescente, eleito na Conferência Lúdica

Clever Pereira Teixeira - delegado adolescente, eleito na Conferência Lúdica

Fernanda Abreu da Silva - Conselheira Tutelar

Tânia Lima – representante do Fórum Municipal dos Direitos Humanos e Comissão Central

Berenice Maria Giannella - Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

Marisa Fortunato - Presidente do CMDCA

Fernando Antonio dos Santos Junior – CMDCA e Comissão Central



Fonte: FGV, 2018

A seguir, apresentamos as falas dos componentes da mesa:

Giovana (delegado adolescente, eleito na Conferência Lúdica)

Eu sou Giovana, do Butantã e tô aqui como delegada da Conferência Lúdica.

Clever (delegado adolescente, eleito na Conferência Lúdica)

Bom dia. Meu nome é Clever e eu queria saber primeiro quantas crianças e adolescentes estão presentes. (3 adolescentes e 2 crianças presentes). A presença das crianças e adolescentes estava liberada no dia de hoje, fico triste por perceber que não estão presentes em um espaço para discutir os seus direitos.

Marisa Fortunato (presidente do CMDCA)

Eu enquanto presidente do CMDCA espero, que nesses três dias, que serão três dias intensos de trabalho, todos vocês que já vem nesse processo de discussão nas regionais, alguns de vocês participaram, uns diretamente, outros indiretamente da Conferência Lúdica.

Que esses três dias de trabalho sejam dias de discussões acaloradas e muito produtivas para que de fato a cidade de São Paulo possa levar para a Conferência Estadual as reais necessidades e um amadurecimento de discussão e de conhecimento das causas da infância e da adolescência. Bom trabalho a todos e a gente vai conversando durante todo esse processo.

Tânia Lima (representante do Fórum Municipal dos Direitos Humanos e Comissão Central)

Com todos os entraves que obtivemos, mas aqui eu digo, enquanto militante do Fórum Municipal, enquanto militante da Infância: sociedade civil, resistência! Porque é isso que precisamos ter para combater as violações de direito das crianças e adolescentes as quais defendemos. Então, nossa proposta hoje, para os dias 28, 29 e 30 é que todos tenhamos um

único objetivo: pensar política pública para todas as crianças e adolescentes do nosso município. Obrigada.

Fernando Abreu da Silva (Conselheira Tutelar)

Me faço presente aqui e só não me desanimo também com o desastre que tá sendo a nossa Conferência, infelizmente, porque eu acredito nos nossos adolescentes que estão aqui na mesa e nas crianças que estão na plateia. Porque se não fossem eles, infelizmente, eu não sei o que seria da nossa Conferência e por isso me faço presente aqui hoje.

Fernando Antonio dos Santos Junior – CMDCA e Comissão Central

Eu estou aqui hoje na Conferência dos Direitos Humanos de criança e adolescente para dizer que chegamos. Chegamos até a Conferência Convencional. E pra chegar até aqui foi um processo construído a muitas mãos. Em especial da sociedade civil, que através dos Conselhos Tutelares, que através dos Fóruns de Defesa dos direitos da criança e do adolescente, que através dos conselheiros de direitos da sociedade civil, não mediram esforços pra contribuir com esse processo.

Não foi um processo fácil, não foi um processo tranquilo, mas resistimos e sobrevivemos. Precisa ficar algumas lições desse ano de 2018 e depois no processo de avaliação, quando a gente finalizar, que a gente não esqueça nenhuma dificuldade que a gente encontrou, pra deixar registrado, deixar anotado pra que daqui três anos, quando as pessoas chegarem, elas tenham um pouco mais do que a gente teve pra iniciar esse processo.

A gente começou do zero a gente não tinha registro nenhum da última conferência, a gente não tinha lista de presença, lista de delegados. A gente, não tinha nada de histórico pra construir esse processo. E por isso que teve muitas mãos. Pessoas que não estavam na Comissão, que a gente ligou, pediu e-mail, a gente tentou resgatar memórias. Pessoas que foram chegando nesse processo, que foram trazendo registros que lembravam ou que forma trazendo de seu registro pessoal pra gente poder iniciar.

Desde fevereiro a gente começou a fazer essas reuniões da Comissão Central. Ela iniciou como grupo de trabalho e depois se oficializou enquanto Comissão de organização. Mas é possível dizer que ainda hoje, 28 de novembro não chegaram todos os membros pra compor essa Comissão. Então, isso implicou e continua implicando que um pequeno grupo de 35 representantes da Comissão, um pouco mais de 10 pessoas têm dado conta do que 35 deveriam dar, então claro que a gente não tá conseguindo fazer o trabalho de um todo. Alguns nunca vão conseguir fazer o trabalho de um todo.

E aqui nessa representação a gente trouxe o poder público através das Secretarias, a gente trouxe a sociedade civil através dos Fóruns regionais e pensou a participação do Conselho Municipal e do Conselho Tutelar, pra que a gente pudesse constituir um grupo forte que representasse o sistema de garantia de direitos desse município. Infelizmente, tá faltando chegar o restante dos membros. Talvez cheguem agora no final, pra gente fazer o relatório final, pra ajudar a pensar as estratégias de como o CMDCA vai organizar e construir o Plano de Proteção Integral, porque afinal de contas, uma das tarefas, finalizada essa conferência, é apresentar para o Conselho Municipal, através da Fundação Getúlio Vargas, instrumentos e elementos que possibilitem o Conselho Municipal, construir e aprovar neste município o Plano de Proteção Integral à Infância e ao Adolescência.

Isso será um marco e um grande ganho para essa cidade. Oxalá que a gente consiga ter esse trabalho concluído. Acho que é importante dizer que uma representação governamental esteve desde o início nos apoiando e nos dando força, e a estes membros

do governo, das Secretarias que conseguiram estar conosco, que não mediram esforços, a gente também deixa o nosso registro pelo comprometimento e companheirismo que tiveram ao longo desses quase nove meses de reuniões. Não vou citar nomes pra não cometer nenhuma injustiça, mas existem Secretarias que estão conosco desde o início nas reuniões, mas infelizmente existem Secretarias que ainda não chegaram, pode ser que cheguem agora para a conclusão dos trabalhos.

Isso refletiu em não conseguirmos dar uma alimentação adequada para as conferências regionais, isso impediu que os ônibus chegassem nas conferências regionais, isso impediu que a estrutura de materiais de escritório e pedagógico estivessem disponibilizados nas Conferências regionais. As conferências regionais só não foram um caos porque vocês estavam lá resistindo pra fazer acontecer. Se não fosse cada um que está aqui nessa plenária elas teriam sido um fiasco.

Então, valeu a pena porque tornamos possível, falando mais de vocês, do coletivo, que entendeu a necessidade, a preocupação, sobretudo na atual conjuntura, de garantir que o processo democrático de participação dos meninos e meninas não fosse pior. E aí se desdobrando, arregaçando as mangas conseguiu que a conferência acontecesse.

Não sei se a Secretária tem conhecimento porque não era a Secretária atual que estava no processo quando se iniciou o start das conferências regionais, mas teve conferência que iniciou as 13h00 porque não tinha almoço pra dar para as crianças, teve conferência que acabou ao meio dia porque não ia ter almoço pra dar para as crianças. Teve região que fizeram conferência lúdica e convencional no mesmo dia pra otimizar tempo, otimizar gasto e assim por diante. Tudo isso, as comissões regionais registraram e enquanto comissão central, a gente pretende que nada disso passe despercebido, pra que a gente tenha responsabilidade e possa responsabilizar quem de fato e de direito tinha essa atribuição e não garantiu.

Conferência da Criança e do Adolescente não é um evento a ser realizado a cada três anos. Se trata de um momento único na cidade, no qual o poder público e sociedade civil tem o mesmo poder de deliberação, tem a mesma importância nessa cidade e vão poder, em pé de igualdade, discutir as políticas públicas para crianças e adolescentes necessárias, eficientes e eficazes para as 32 regiões, onde estão as subprefeituras.

Então não se trata de qualquer momento e de qualquer evento. Se trata de um momento único, de um momento ímpar, e a gente não pode descartar isso como um evento em que a gente compõe uma mesa, fala bonitas palavras, conclui, guarda e daqui a três anos abre o caderno de novo para pensar propostas para a Conferência de 2021, de 2024 e assim por diante.

Tem que ter responsabilidade, o poder público, as Secretarias que não cumprem com o que a sociedade aponta nas conferências como necessidade para atender a menina e o menino na ponta tem que ser responsabilizados e não podem ser reeleitos. A vontade do povo tem que prevalecer, a vontade dos movimentos sociais e populares tem que prevalecer. Chegou ao final de quatro anos não cumpriu com que esse processo democrático de participação apontou como necessidade para as políticas dos meninos e meninas, não deve ter o direito de ir para uma reeleição municipal, estadual ou federal. Que a vontade dos movimentos sociais esteja acima dos interesses partidária.

Finalizo a minha fala, enquanto Comissão Central, agradecendo os membros do poder público, da sociedade civil, mas pedindo desculpas a esta plenária por não terem tido a

conferência que os meninos e meninas mereciam nos territórios e na nossa base. Que em 2021 possamos construir uma conferência digna do que eles merecem. Obrigado.

Berenice Maria Giannella - Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

Eu tô muito feliz de estar aqui hoje, porque foi algo que a gente planejou lá e que agora está se realizando no município de São Paulo.

Eu sei das dificuldades que aconteceram e pegando um pouco o gancho do que nosso colega falou, acho que a gente precisa aprender com os erros e com os desastres. Houve uma conferência anterior, a qual não foi dada nenhum andamento. As questões que foram decididas lá acabaram se perdendo, então acho que a gente precisa fazer desse processo agora, que nós estamos, inclusive com a colaboração da Fundação Getúlio Vargas, que a gente faça um processo mais organizado. Que a gente tenha efetivamente, os textos, as deliberações. Que tudo que seja produzido, vire realmente demandas para as Secretarias, demanda para a sociedade civil, para que a gente possa na próxima conferência ter esse histórico, ter esse andamento do que é necessário fazer.

De todo modo, independente dos percalços que aconteceram e, também parte desses percalços foi por conta das mudanças que aconteceram na Secretaria de Direitos Humanos. Eu acho que sou a quinta ou sexta Secretária nos últimos três anos. Como eu fiquei 12 anos na Fundação Casa eu percebi o que esta mudança de poder causa na política pública. Só quando a gente conseguiu ficar na Fundação depois de algum tempo foi que a gente conseguiu de fato organizar tudo.

Então, existe realmente esse problema no poder público e a gente espera que agora que a gente tem a GV trabalhando conosco que a gente consiga fazer um processo mais organizado e deixar para a próxima conferência.

De todo modo acho que estamos todos aqui imbuídos do espírito de discutir, de saber realmente quais são as demandas das crianças e dos adolescentes e acho que a gente tem que aproveitar esse processo pra isso, organizado ou desorganizado, com falhas ou não, mas estamos todos aqui e a gente precisa aproveitar esse momento para todas as discussões e para construir o plano de proteção da criança e do adolescente que é superimportante.

Um tema que preocupa a todos os governantes e que o momento por qual passa hoje o Brasil, acho que a gente tem que dar importância para São Paulo que tem uma Secretaria de Direitos Humanos, que mantém uma Secretaria de Direitos Humanos. A gente sabe que o Ministério de Direitos Humanos do governo federal vai ser extinto. Vai ser integrado a outro ministério e a gente sabe as consequências que existem em função disso.

Então acho que a gente tem que marcar posição da importância da existência de uma Secretaria de Direitos Humanos, da importância de uma Coordenadoria de política de criança e adolescente e, que a gente possa no município de São Paulo fazer uma boa conferência, tirar um bom texto, tirar boas deliberações e mostrar para o Brasil, que aqui em São Paulo, apesar de todas as dificuldades a gente respeita a participação deles e das pessoas tanto do poder público como da sociedade civil na discussão de todos esses temas. Espero que vocês tenham uma boa conferência e contem conosco.

Antes de iniciar a apresentação das propostas da Conferência Lúdica, Marcello (FGV) apresenta os instrumentos para a participação durante a Conferência.

Para a leitura e aprovação do Regimento. Os cinco mecanismos de participação:



- Questão de ordem: dúvida ou descumprimento do Regimento Interno
- Questão de esclarecimento: em relação a uma proposta da mesa
- Questão de encaminhamento: quando não está chegando a um consenso, apresentar uma sugestão de encaminhamento
- Destaque: Alterar as propostas, incluindo, retirando ou modificando algo na substância da proposta.
- Moções: manifestações mais amplas

Apresentação propostas aprovadas na Conferência Lúdica (Clever e Giovana)

Clever começa contando um pouco sobre a Conferência Lúdica, diz que começou tranquilo, mas no decorrer do dia começou a ter problema por conta do atraso de duas horas do almoço, o que deixou as crianças e adolescentes com fome.

Mas, conta que as discussões foram acaloradas e as propostas foram muito engajadas.

Para Giovana: “Apesar dos pesares, as crianças e adolescentes foram muito protagonistas. Decidimos fazer um sarau para utilizar o tempo do atraso do almoço”.

Comentário da plateia: “Os jovens apresentaram soluções muito mais criativas do que qualquer adulto que tivesse lá”.

Eixo I: Garantia dos Direitos e Políticas Públicas Integradas e de Inclusão Social

Crianças:

1. Divulgação dos CCA'S e CJ'S para ampliar o acesso de crianças e adolescentes com deficiência. Com o apoio das escolas e sociedade. Promovido pelas secretarias: educação, assistência social, com o auxílio do CRAS.
2. Conferência para crianças e adolescentes com deficiência para o aumento da verba e ampliar o atendimento interdisciplinar (de várias secretarias).
3. Festas para integração social: CCA's, CJ'S e escolas.
4. Campanhas, palestras para conscientização, tanto nas escolas, como nos centros.
5. Capacitação dos profissionais de toda a rede de apoio à criança e adolescente.

Adolescentes:

1. Escola adaptadas para as pessoas com deficiência.
2. Cursos de libras e braille gratuitos aos finais de semana.
3. Campanhas sobre crianças e adolescente nas redes sociais e mídias.
4. Projetos de inclusão nas escolas.
5. Lugares públicos e profissionais preparados para a comunicação com pessoas deficientes.

Eixo II: Prevenção e Enfrentamento da Violência Contra Crianças e Adolescentes

Crianças:

1. Palestras e peças sobre violência e os diferentes tipos de preconceito, nas escolas, bairros e delegacias;
2. Melhorar a condição de trabalho dos policiais e dar palestras para eles sobre racismo;
3. Aumentar as cotas nas faculdades;
4. melhorar o atendimento nos postos de saúde e hospitais (diminuir as filas para o atendimento, não cancelar consultas, melhorar a forma de tratar os pacientes, confirmar o agendamento das consultas, ter postos perto de casa, aumentar a frequência de visita de profissionais da saúde nas escolas).

Adolescentes:

1. Garantir atendimento psicológico em todas escolas;
2. Criar grupos de apoio formados por alunos mais engajados, democraticamente eleitos, e professores, que em um ambiente não hierárquico, prestarão apoio às vítimas de violência e discutirão sobre a conscientização para a diversidade, abordando a questão de gênero, etnia, orientação sexual, entre outros;
3. Aumentar as unidades do Conselho Tutelar nos bairros, de modo que os conselheiros possam fazer visitas periódicas nas escolas, para que se aproximem das crianças e adolescentes;
4. Aumentar a quantidade de Centros de Atendimento Psicossocial (CAPS) e *direcionar* seu apoio a crianças e adolescentes usuários de drogas;
5. Realizar oficinas profissionalizantes e culturais para ressocializar os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas.

Eixo III: Orçamento e Financiamento das Políticas

1. Realizar o aumento de recursos do FUMCAD e criar mecanismos para garantir um melhor uso
2. Equilibrar os impostos segundo a renda os cidadãos garantindo justiça redistributiva
3. Pressionar o prefeito para aumentar o orçamento investido nas crianças e adolescentes
4. Melhorar as finanças sobre os recursos e usos do orçamento público direcionado às crianças e adolescentes



5. Incluir nas escolas aulas sobre orçamento e finanças públicas que possam empoderar as crianças e os adolescentes como cidadãos, inclusive aulas sobre política e sobre humanidades.

Eixo IV: Participação, Comunicação Social e Protagonismo de Crianças e Adolescentes
Crianças:

1. Que as leis permitam que as crianças e os adolescentes a partir de 11 anos possam votar em todas as eleições, para todos os cargos políticos;
2. Que as crianças possam ser incluídas na organização e em todos os eixos das conferências organizadas pelo CMDCA;
3. Que os adultos entendam e respeitem os espaços das crianças;
4. Que todas as escolas estimulem a criação de grêmios e sua liberdade;
5. Incluir as crianças e os adolescentes no processo de formulação das políticas e das leis.

Adolescentes:

1. Educação política nas escolas (sistema político, formas de governo, sistema eleitoral, democracia, etc.).
2. Conferências e eventos voltados para os adolescentes, com maior frequência, sobre assuntos do cotidiano (por exemplo, arte, cultura, saúde, etc.).
3. Desburocratizar o processo de criação de Grêmios Estudantis, para que ele seja um espaço de expressão e mediação de conflitos.
4. Criação de um espaço virtual para os adolescentes, contendo:
 - . Divulgação atrativa, clara e objetiva de eventos públicos;
 - . Divulgação atrativa, clara e objetiva de programas de Ensino Técnico e profissionalizante (ETEC, CPA, CEDESP).
5. Criação de Conselhos Participativos:
 - . Nas escolas, para avaliação dos professores (de forma anônima)
 - . Nas subprefeituras, com a presença de Secretarias, para os adolescentes avaliarem a qualidade da educação.

Eixo V: Espaços de Gestão de Controle Social das Políticas Públicas de Promoção de Direitos Humanos para Crianças e Adolescentes

Crianças:

1. Site onde as crianças possam apresentar suas críticas e ideias.
2. Criar um espaço onde as crianças possam ir fazer suas queixas e apresentar suas ideias.
3. Divulgar em cartazes o *site* e também os espaços de participação das crianças, apresentados anteriormente.
4. Abordar os direitos das crianças nas escolas, para além dos CCAs.

Adolescentes:

1. Divulgar locais de participação e controle social em sites/aplicativos/redes sociais e colocar informativos nos ônibus, escolas, UBS e projetos sociais;
2. Incentivo a projetos lúdicos sobre participação social: sarau, feira cultural;
3. Incluir no currículo escolar formação política como tema interdisciplinar. Isso incluiria como funcionam sistemas políticos, os diferentes tipos de governo com discussão do contexto atual, através de metodologia dinâmica;
4. Incentivos para instituições que possam divulgar os espaços onde possa ocorrer controle social;
5. Plebiscitos para assuntos que alterem a Constituição Federal.

Após a leitura das propostas pelos adolescentes alguns participantes da plateia pegaram o microfone para fazer alguns comentários e perguntas. Alguns disseram que as propostas da Conferência Lúdica apresentadas eram boas, mas que a maioria delas já estava acontecendo.

Falaram da tristeza de ver poucos adolescentes participando da Conferência Convencional e falaram da falta de incentivo para a participação, principalmente por parte dos professores.

Outros parabenizaram os adolescentes presentes e os que foram à Conferência Lúdica pela coragem e disponibilidade em participar, discutir e fazer propostas.

Também foi falado sobre a discussão da “Escola sem Partido”, que vai contra ao que foi discutido e apresentado nas propostas dos adolescentes e que é preciso refletir que tipo de futuro queremos “É esse jovem que está querendo discutir os temas sociais na escola ou aquele que vai ter que ser submisso ao que determinarem pra ele”.

Um dos participantes perguntou sobre a origem dos adolescentes da mesa: “Como vocês participam da Conferência e se vocês participam de algum movimento social organizado”.



Enquanto outro relatou ter tido a oportunidade de participar da escrita do Estatuto da Criança e do Adolescente. Segundo ele: *“Esta é uma história que não é fácil porque o Estatuto já está fazendo 28 anos e nesta Conferência ainda temos um clamor muito forte, muito forte. E minha pergunta, óbvio, é para os adolescentes, para os dois e quero que eles respondam: como eles sentem a implantação do ECA hoje, na vida da família, na vida da escola, na vida de nossas entidades, do CCA, do CEIS.”*

Após estas falas, os componentes da mesa passaram a responder as questões:

Clever - Primeiro respondendo ao Jaime. Eu cheguei até a Comissão porque a coordenadora da ONG da qual eu participo ela faz parte da Comissão e é conselheira do CMDCA. Eu sou da Cidade Ademar/Pedreiras. Eu cheguei até lá e até para ter os adolescentes dentro da comissão houve uma eleição. Teve outros adolescentes e tivemos que eleger os adolescentes que seriam membros da comissão, E foi algo democraticamente.

Giovana - Comigo foi o mesmo que o Clever, eu era do CCA e uma funcionária do CCA faz parte da comissão central também, eu sou do Butantã e aí eu fui pra essa reunião, onde elegeram os delegados. No começo era cinco, mas durante o processo acabou restando só eu e o Clever.

Clever - Referente à pergunta do senhor José Efigênio, eu percebo que o ECA está muito bem implantado dentro de um CCA ou dentro de um CJ. Ali eu entendo ele como algo que realmente é implantado.

Dentro da escola ele deveria, porém eu não vejo. Eu não vejo porque quando dentro da minha escola, quando foi fazer a eleição do Grêmio, que é algo de direito da criança e do adolescente, a diretora olhava pra minha cara e falava, eu não vou fazer porque o Grêmio pra mim não é algo legal. E de um aluno que eu nunca pensaria que tivesse essa fala levantou e falou: Mas é algo legítimo e meu de direito. Então, eu percebo que a escola perde muito. Por lidar com criança e adolescente ela deveria ter muito mais conhecimento sobre o que é o Estatuto da Criança e do Adolescente. E se vc pergunta pra um professor o que é o Estatuto da Criança e do Adolescente, não são todos que sabem e isto pra mim é muito grave e eu vejo que o Estatuto, n atual momento não está sendo implantado como deveria.

Giovana – Eu concordo com o Clever que nas escolas os professores não conhecerem, a maioria, mas o mais grave de que os professores não conhecerem, é os próprios adolescentes e crianças não saberem que eles tem esse direito, que tem a proteção integral, que são prioridades. E acho que a escola devia dar essa informação, em primeiro lugar de tudo, é o que falta, eu acho, nas escolas.

Fernando Júnior – Queria falar sobre os adolescentes da Comissão. Foram eleitos cinco titulares e cinco suplentes, ocorre que as reuniões da Comissão Central, tínhamos definido que todas as reuniões semanais de segunda-feira, a Secretaria fazia um aporte de alimentação. Então, nós tínhamos nas reuniões, um café, um lanche, uma bolacha. Alguma coisa para que os adolescentes pudessem fazer a refeição nas reuniões, porque eles iam direto da escola para a reunião da Comissão Central. Então, ter essa ajuda ia facilitar a permanência nas reuniões de segunda feira.

Assim como, dialogamos com os Conselheiros Tutelares, com os conselheiros de direitos dessas regiões para ajudar na locomoção, uma vez que nem a Comissão e nem o CMDCA



tenham estrutura (passagem de ônibus ou carro) para garantir. A gente vai lá e faz um processo democrático pra eleger o representante, mas você não garante o acesso dele. Então, acaba dando no mesmo, é como se você não tivesse tirado. Porque se você não vai garantir que ele chegue ao local, do que adiantou fazer todo um processo de escolha, de debate, de encontro.

Mas, enfim, ao longo dessas reuniões, os meninos perderam essa base, essa estrutura, esse apoio e aí chegou ao final da Conferência, com o Luiz Henrique, o Vinícius, a Giovana e o Clever e na Conferência Convencional só conseguimos chegar com o Clever e a Giovana.

Esperamos que isto também conste nos anais da conferência de 2018, porque tem que servir de exemplo pra quem chegar pra contribuir em 2021. Porque quem chega não pode esquecer do que foi construído antes, porque é memória. A gente precisa dar continuidade para que as coisas não sejam a todo momento reiventadas, rediscutidas e refeitas. É trabalho em dobro, dinheiro público que foi investido. Essa é a XI Conferência, são quase 20 anos de Conferência e onde estão esses registros. Assim como também a gente se pergunta que ano que vem a gente conclui o plano decenal dos direitos da infância e qual é a devolutiva que a gente tem pra iniciar essa Conferência Convencional, a gente não sabe. Qual o trabalho concluído nos 10 anos de Plano Decenal, o que resultou o Plano de 10 anos, pensado em 2010, que termina em 2020. Ano que vem quando formos para a Conferência estadual e nacional, a gente vai iniciar um novo processo de debate sem saber quais foram as conclusões do Plano de Direitos da Infância e Adolescência do Brasil. Quero agradecer o Clever e a Giovana, vamos fazer a leitura do regimento interno. A leitura da programação e encerrado esse momento vamos para o almoço.

Por fim, outra pessoa levantou a questão de um problema com o ECA. De acordo com ela "enquanto a Convencional, temos um problema sério de ter o ECA, de 28 anos, tem uma lei 11.525 de 2007 que diz que tem que acrescentar o parágrafo 5º do artigo 32 da lei 9.394 de 96 que é a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) incluir conteúdos que tratem dos direitos da criança e adolescentes. É nese ponto que a gente tem que pegar pra fazer com que essa lei valha...Esse é o nosso papel, fazer valer isso na Educação, para que os nossos jovens tenham liberdade de expressão, o protagonismo e garantir os direitos humanos de crianças e adolescentes.

Leitura e aprovação do Regimento Interno

Fernando Júnior - No dia 24 de agosto do CMDCA fez em reunião extraordinária uma alteração nas datas de realização das Conferências Lúdicas e Convencional. O conselho compreendeu que não haveria tempo hábil para garantir a estrutura necessária para a Conferência ser realizada nos dias 19 e 20 de setembro.

Também deliberou que não deveria descartar os dias e os espaços que estavam reservados. Que aproveitássemos aqueles dois dias para fazer o ato de conferir e a aprovação do regimento interno...porque isto seria um ganho para este dia, para o dia de amanhã e sexta-feira...não sei se vocês lembram, mas nosso primeiro calendário, a ideia é que tivéssemos a Conferência Lúdica em setembro em novembro a convencional e em outubro uma apresentação em Audiência Pública, sobre o que foi a Conferência Lúdica. Para que a partir disso, a gente fizesse a nossa Conferência, porque historicamente as conferências anteriores, a Conferência Lúdica era um dia e no dia seguinte era a Convencional. E aí esse material produzido pelos adolescentes não virava objeto de debate da conferência convencional, o que perde o sentido.

Então, a ideia desse ano era ter espaço, a ideia era ter mais de 30 dias, para se apropriar desse produto que os meninos estão trazendo e se apropriar do que eles produziram. A partir daí, teria um segundo momento de compreender o que é Conferência da Criança e do Adolescente, com uma mesa de explanação, trazendo tópicos, temáticas que passam por esse debate, na política, na proteção e na defesa ao menino e menina da ponta, do município como um todo... e num terceiro momento que eram os eixos temáticos. Se tudo der certo teremos quase 7 horas nos eixos temáticos. Então que o tempo seja ao nosso favor e não contra nós...e encerra a conferência com a aclamação dos delegados e leitura das moções.

O próximo passo é fazer o protocolo das conferências ao poder público (Legislativo, Executivo e Judiciário) e aos Conselhos (de direito, tutelar). Vamos vendo quem são os envolvidos na execução de cada proposta que vai sair da Conferência... Feito isso, temos três anos para fazer o monitoramento disso, e quem o monitora, nós vamos dizer nos eixos, para saber se cada proposta tem cumprido a sua etapa, é uma proposta de médio, curto ou longo prazo....

Dito isso, nós consideramos no dia 20 que o nosso regimento interno deveria vir para essa Conferência apenas como leitura, porque nós ficamos das 8h00 da manhã até as 17h00 fazendo a leitura do regimento interno, pensando cada artigo, cada inciso, cada parágrafo e saímos de lá com esse regimento aprovado pelos delegados presentes naquela conferência. E hoje traríamos para leitura e para dar conhecimento aos que não puderam estar no dia 20. E é isso que a gente vai fazer aqui hoje...Vamos fazer uma leitura corrida, consulta à plenária se há algum esclarecimento e aí não podemos confundir questão de ordem com destaque, é apenas esclarecimento e em seguida fazemos a consulta para ver se consideramos aprovado o Regimento pra aclamação.

Esclarecimentos solicitados pelos participantes:

- Artigo 4 sobre participação. Os adolescentes eleitos delegados na Conferência Lúdica poderiam participar da Conferência convencional e as crianças porque não incluir?
- Observadores e suplentes são participantes, mas eles tem direito a voz e voto ou só a voz?

Fernando Júnior – primeiro esclarecimento: a plenária do dia 20 compreendeu que os 5% de observadores compõe a delegação, embora não sejam delegados. O observador tem uma tarefa muito específica que é de observar o cenário da Conferência.

Geralmente estes observadores em um vínculo com estudos e pesquisas. Porque ele não tem interesse de ir para Conferência para votar, interferir no processo. Tem interesse em observar, registrar e que isto possa contribuir para o material final da Conferência. Ele não é uma estratégia para chegar à Conferência...o observador contribui muito, na pré-conferência estadual é muito importante a participação do observador para nos ajudar no debate, na reflexão, como o município vai se posicionar, como vai passar aquilo nos eixos, quais as articulações e assim por diante. E para esta questão, a gente remete para a Comissão Central, conforme o regimento estabelece, pra que a Comissão consegue dar conta deste 5%. E a gente faz o processo de eleição de acordo com o que a gente estabeleceu nas porcentagens, pra não ser injusto com nenhum segmento.

Porque a gente não convidou as crianças para a Conferência Convencional? Porque essa linguagem não é própria pra elas. A gente considerou na nossa plenária que temos que avançar e na próxima conferência devemos criar uma linguagem mais lúdica que de conta dela se sentir integrado nesse processo. Porque o fato de garantir a participação não significa que a gente incluiu eles no debate. Tem toda uma estrutura aqui que é do universo adulto. E também a gente considera que os meninos tem que ter o espaço deles.

Quando construiu a carta de Ribeirão, em 2005, a gente dizia que chega de fazer conferência com adultos, crianças e adolescentes no mesmo espaço. A gente cria esse momento para os meninos debaterem entre os pares, e trazerem para nossa Conferência as demandas. Porque aqui eles tem sido engolidos e não tem garantido a participação. Saímos de Ribeirão com essa vitória, fazer a Conferência Estadual Lúdica oficialmente, porque São Paulo tinha esse espaço na municipal, mas ao ir para estadual não tinha.

Com relação aos observadores, o nosso regimento na plenária do dia 20 compreendeu que tem direito a voto são os delegados eleitos nas conferências regionais que vem pra etapa municipal. Os convidados, os observadores têm direito à voz, mas não a voto. O direito de voto e de ser votado é dos delegados titulares. Os delegados suplentes podem virar delegados nesta conferência, desde que credenciados até o final do almoço e comprovado que esteve na conferência regional.

Vocês vão se identificar no credenciamento como parte de um destes segmentos (observadores, poder público, sociedade civil, CMDCA ou de um Fórum de direito, regional ou do Municipal), a partir desses segmentos vocês vão fazer assembleia própria. Nós não estaremos lá coordenando a Assembleia de ninguém... E aí tem alguns critérios que estão lá, precisa assinar as listas (credenciamento, eixo temático de manhã, eixo temático à tarde), se eu não participei da abertura, da plenária inicial, do eixo temático, da plenária da tarde. Então você não tem direito de ser delegado, porque este espaço aqui está discutindo o que vai levar pra Estadual. E o delegado aqui nada mais é do que um instrumento de representação. Importa qual a mensagem que você leva para a Conferência. E a mensagem que você leva pra a Conferência é do coletivo que aprovou no eixo e que vai trazer aqui pra plenária final.

Isso é uma questão importante, porque a gente acha que quando a gente tá no eixo temático discutindo não cabe mais nenhuma intervenção, e não é verdade, porque o espaço onde se aprova as propostas discutidas e debatidas no eixo temático é na plenária

final. Então, é na plenária final que a gente vai olhar para cada proposta porque a gente não precisa fazer correndo. A gente vai fazer com o respeito que a proposta merece e precisa. A gente vai olhar para a proposta, refletir sobre ela e vai identificar as etapas. Pra gente conseguir sair da Conferência no último dia e tendo olhado pro tamanho da demanda que a gente pegou e ver que deu trabalho, mas concluímos...Algumas precisam ir embora, eu não tenho problema quanto a isso, o que a gente não pode, é, pelo meu tempo, acelerar o tempo do outro e não deixar que o debate aconteça como tem que acontecer. E cada um vai dar sua contribuição.

E esse regimento interno, no dia 20, a gente achou que ia terminar até meio-dia e ficamos até as 17h00. E foi muito bom...a contribuição de cada uma das pessoas que pegou os destaques aquele dia contribuiu e muito. E considerando nosso limite de horário, a programação é a seguinte

(aprovação e aclamação do regimento e programação)

...Quería registrar aqui que a Comissão Central solicitou que o administrativo, responsável por acompanhar as reuniões da Comissão, enviasse convite para o Ministério Público, os setores difusos e coletivos, para a Câmara Municipal de São Paulo, em especial à Comissão de Criança e Adolescente, mas infelizmente não tivemos devolutiva. O convite entendia que era importante que estes dois estivessem aqui conosco hoje. Assim também como convidamos o prefeito de São Paulo, mas também não tivemos resposta...

...Quería fazer um informe importante, porque a gente fez essa partilha no dia 19 e a gente quer fazer a devolutiva. A sociedade civil, aí não é a Comissão Central como um todo, os conselhos tutelares que compõem a Comissão Central, os conselheiros do CMDCA que compõem a Comissão Central pela sociedade civil, representantes do Fórum Municipal e Fóruns regionais representados na Comissão Central, fizemos uma carta aberta denunciando tudo o que ocorreu com as Conferências Regionais, o descaso e o desrespeito com as Conferências Regionais. Protocolamos no Ministério Público, protocolamos no CMDCA, na SMDHC, no gabinete do prefeito e o Ministério Público, na semana passada, nos enviou um despacho solicitando documentos comprobatórios para comprovar a denúncia e temos 10 dias para entregar os documentos. Ele (o Ministério) vai dizer se aceita ou não a representação e se abre inquérito civil para apurar estas questões. Na nossa carta,..., a gente fala da estrutura, da composição (da Comissão Central) que até hoje não se concluiu e da responsabilidade que o poder público tem nesse processo de realização da Conferência.

Assim também, como a gente fala do orçamento do Conselho Municipal que aprovou no seu plano plurianual a destinação dos R\$4 milhões de reais para a realização da Conferência dos Direitos da Criança e Adolescente e que já previu para 2021 R\$4.800.000,00. E a pergunta no documento é para que o Ministério Público, os responsáveis digam o que aconteceu. Porque se tinha um dinheiro orçado, ele não se efetivou na sua prática nas 32 subprefeituras, porque tiveram que "dar um jeitinho" com a alimentação, com o transporte, com material.

Além disso, a gente fala da nossa insegurança que acontecesse a Conferência Municipal com a devida estrutura e com os devidos encaminhamentos. Então, a gente vai agora enviar os documentos ao Ministério Público. Os relatos das regionais é o que dá peso pra isso, o que cada um colocou as dificuldades que encontrou e o desafio que foi realizar a Conferência.

O objetivo disso é claro, responsabilizar quem tem responsabilidade de fazer e não fez, porque a sociedade civil não fazer é responsabilizado... e não é possível que quem tinha essa tarefa e não fez saia ileso de tudo isso. Mas também o objetivo é que em 2021 o desenho seja outro. A forma, a maneira, a construção, de fato seja outra e que o resultado seja de uma democratização da participação da Conferência. A gente já falou que em sala de aula é possível fazer conferência, porque a gente ainda está nessa estrutura que é uma estrutura que não atinge todos os meninos e meninas. É possível que a Educação coloque em sua agenda de 2019-2020 o debate da Conferência, é possível que a Assistência Social coloque em sua agenda, para que os serviços conveniados realizem conferências livres nos territórios. Financeiramente seria muito mais barato, você tem o menino naquele espaço, que pode discutir conferência, apresentar proposta e ela vir direto pra municipal. Tem um sistema *on line*, onde todas as escolas poderiam no mesmo dia estar discutindo direitos da criança e do adolescente e assim por diante.

A ideia é que em 2021 a gente saia dessa estrutura. Que ao chegar aqui a gente tenha conseguido realizar nos quatro cantos da cidade esse debate e que aqui a gente vai só pensar a operacionalização disso (quem faz, como faz, qual o prazo que vai ter). Nós vamos ser as pessoas que farão o monitoramento, que é meio o papel do Conselho Tutelar. O Conselho Tutelar não executa. Requisita, ao requisitar ele monitora se a requisição feita foi cumprida ou não. Quem executa é o Poder Executivo, não é o conselheiro tutelar. Então o papel do Conselho Tutelar vai ser de monitoramento, de entender se quem tinha que fazer fez, se não fez, quais as consequências. Porque a gente vai dando outro lugar pro papel do Conselho, que hoje a gente ainda não tem essa clareza enquanto sociedade. Tratou de criança e adolescência chama o Conselho Tutelar. E o Conselho tutelar tutela os direitos das crianças e adolescentes e não as crianças e os adolescentes. Isso dá um grande debate e a gente sai frustrado dessa Conferência de não ter conseguido fazer a Conferência Municipal dos Conselhos Tutelares. A gente tinha esse objetivo de fazer uma Conferência Municipal dos Conselhos Tutelares, e uma de Conferência Municipal de meninos e meninas em situação de rua e na rua. São frustrações. A gente tinha como meta fazer uma Conferência Municipal com os adolescentes que estão em privação de liberdade, não conseguimos. Mas conseguimos, sem dizer o nome, um grande avanço, que é ter representante da Fundação Casa na nossa Conferência Lúdica Municipal e que deu um show de participação e ele conseguiu sair como delegado para a Estadual. Sem os meninos e meninas saberem que ele era da Fundação Casa. Ele não chega com o rótulo, chega por mérito da contribuição que ele fez no debate.

Queria encerrar este momento dizendo que a Conferência Lúdica, quando a gente abriu teve um processo muito natural, que virou sarau. A gente pediu uma contribuição, e uma menina quis falar uma poesia que ela escreveu e partir dela vieram muitos meninos e meninas que traziam, sobretudo, o recorte racial. 80% das falas traziam nas suas batalhas de rima, o preconceito racial. O quanto é forte vivido por eles, dentro da escola, das repartições institucionais, na rua e na família. Eles nos deram as poesias e autorizaram para entrar nos anais da Conferência.

Parte da Tarde

Ato de conferir



Fonte: FGV, 2018

Fernando Júnior - Agora o momento do ato de conferir é o das Secretarias darem a devolutiva para ver se a proposta foi efetivada, se a proposta está em andamento ou se a proposta não foi efetivada. Agora são 14h37, eu consulto o plenário se a gente pode estender o credenciamento até as 15h00, então, por mais 23 minutos. Aqueles que concordam levantem o crachá, os contrários, abstenção. Então, mesa, até as 15h00 se estende o credenciamento.

Retomando, então, cada Secretaria faria a devolutiva das propostas se elas foram efetivas, não efetivadas ou se estão em andamento na sua pasta. Saímos de lá naquele dia 19, voltamos para as reuniões da Comissão Central e os encaminhamentos deveriam ter sido dados ou foram dados para que se efetivasse hoje o nosso momento do ato de conferir. Então, nesse momento nós gostaríamos de convidar um representante do poder público para que possa, aqui no placo conosco, apresentar o ato de conferir. Porque este momento do ato de conferir é um momento do poder público. Não é um momento da sociedade civil. Então, é o momento em que o poder público faz a devolutiva aos conferencistas sobre as propostas efetivadas, ou não efetivadas, ou em andamento, de acordo com as pastas. E as pastas são as diversas pastas que compõem o Poder Executivo. Nesse momento, a Comissão Central convida o representante do poder público pra fazer o uso da palavra.

Fernando Júnior - Mais uma vez a Comissão Central, solicita, neste plenário, aqui no palco, do representante do Poder Público para explicar, se manifestar como vai ocorrer o ato de conferir da Conferência Convencional de Direitos da criança e adolescente.

Logo após essa fala, houve um momento de silêncio e nenhum representante do poder público se apresentou para subir ao palco e compor a mesa. Então, Júnior retoma a palavra: "Considerando o silêncio da manifestação no palco, gostaria de solicitar que a Comissão Central se reúna por 10 minutos para entender a ausência do poder público nesse momento, para trazer alguma proposta".

Foi feita uma pausa para debate interno da Comissão Central, e logo Júnior retomou, passando a palavra para o poder público para, depois, seguir para a plenária.

Carolina SME – A gente dá a prestação, acreditar nessa concepção de sistema de garantia de direitos das crianças e em todas as especificidades e necessidades do território e em quanto este momento aqui é importante raro e justo. A Secretaria Municipal de Educação foi oficiada para indicar um membro do poder público para participar desse momento do ato de conferir. Eu fui indicado no mesmo dia. Então, eu quero deixar muito claro que a Secretaria de Educação cumpriu a tarefa, eu fui atrás das propostas, elaborei as respostas, dentro do pouco tempo, porque esse ofício foi encaminhado no dia 13 de novembro pra Secretaria de Educação.

A gente não obteve respostas das outras Secretarias envolvidas. Eu não acho nem coerente a gente fazer um ato de conferir só com a Secretaria de Educação, até porque as demandas são provenientes também de outras secretarias. De manhã a gente já tinha conversado a respeito, enquanto Comissão, e a gente entende que este ato de conferir fica prejudicado tendo apenas uma Secretaria para poder responder por todas as propostas levantadas na última conferência de maio de 2015. O que eu me comprometi é que eu transforme todas as respostas em um relatório e encaminhe para a Comissão.

Luciano Araújo – Eu estou aqui, certamente, não só pelo compromisso estabelecido dentro da Comissão, mas pelo histórico de militância dentro do processo de criança e adolescente. Não houve tempo hábil da Secretaria específica que conduz o processo dessa Conferência de receber as devolutivas das outras Secretarias com esta demanda do conferir. Levando em consideração que seria um marco dentro do processo de Conferência...temos um prejuízo colocado. Mas que isto fique como lição e dever de casa ainda dentro desse processo, mas para além, que é a questão da organização dos movimentos sociais nesse processo, sejam os fóruns, sejam as organizações, mas que consigamos dar fé e como é esse conferir de fato. O conferir hoje não será possível, diante das informações não recebidas, com exceção da Secretaria de Educação...apesar da Secretaria a qual eu estou alocado não ter demanda nesse sentido sendo solicitada, nós nos colocamos também co-responsáveis nesse sentido, de fazer o levantamento do processo de estruturação do segmento criança e adolescente na ótica dos Conselhos Tutelares nas regiões.

Neste sentido, poderíamos dar sequência aqui e pedindo respeito a vocês que estão aqui para tentar tirar algum conteúdo que possa levar adiante. Principalmente nesse período que estamos, que não sabemos se vamos ter processo de Conferência Estadual e Conferência Nacional. Digo, com respeito aos companheiros e companheiras que aqui estão e, principalmente à Secretaria de Direitos Humanos, que também participaram desse processo, mas hoje, por determinação não estão autorizados a fazer qualquer fala em nome da Secretaria de Direitos Humanos, que nos colocamos a disposição para responder qualquer coisa, apesar que a sociedade civil não deveria fazer um papel que não é dela.



Fernando Júnior – Queria deixar bem claro aqui, para não ter dúvida no relatório final.

1. Ausência do poder público no momento de abertura da plenária do período da tarde, onde por 3 vezes, a Comissão Central solicitou o comparecimento para dar início ao ato de conferir.
2. Diante da ausência, suspendemos a plenária por 10 minutos, para que a Comissão Central pudesse dialogar e ter uma devolutiva para trazer.
 - 2.1. Paramos 10 minutos, porque de manhã nós já paramos 15 minutos para que o poder público pudesse se reunir sem a sociedade civil, para alinhar quem é que viria aqui dizer para nós que não fizeram a lição de casa em trazer a devolutiva da Conferência de 2015, ou seja, três anos atrás.
3. Secretaria Municipal de Educação oficializou no dia 14, através do processo C a indicação da Ana Carolina para fazer aqui o momento do ato de conferir.
4. Com exceção da Educação, nenhuma outra Secretaria respondeu o ofício solicitando a presença, para se apropriarem dos eixos temáticos, fazer o levantamento dentro da sua Secretaria e hoje trazer a devolutiva se as propostas de 2015 foram efetivas, se estão em andamento ou se elas não foram efetivadas.
5. A devolutiva que a gente teve aqui, reunidos lá atrás, é que a Secretaria de Direitos Humanos, representada pelos funcionários que aqui estão, desautoriza estes funcionários a se manifestarem no ato de conferir.

Encerro aqui perguntando para a Comissão se falei alguma inverdade ou se falta algum complemento. Então que conste nos registros. E abro neste momento, para que os membros da Comissão Central ou a plenária possam se manifestar sobre quais são os encaminhamentos que daremos diante desta conferência pela não realização do ato de conferir. Aberto os microfones.

Marcos - Acho que a gente não pode abrir mão do ato de conferir. Acho que temos que encaminhar para o ato de conferir estando o governo ou não estando o governo. Cada governo dá uma importância para a Conferência da Criança. E quem está no movimento há muito tempo sabe qual governo dá importância e qual não dá importância. Eu quero defender isso. Agora tirar o ato de conferir, acho que é um aborto da programação da Conferência.

Ivaldina – Sou de Itaquera da sociedade civil, sou militante e com todo respeito à Comissão, gostaria que a partir deste momento, todos nós, sociedade civil ou não, fizéssemos um manifesto.

Conferencista A- É uma tristeza ver o poder público violando o direito da criança e do adolescente no artigo 4º, que é dever do Estado e o Estado não está cumprindo seu dever e por isso é preciso que quem tenha competência de fazer uma representação por essa violação de direito isso tem que ser feito com o apoio dos conferencistas aqui. Não dá pra permitir que o município de São Paulo cometa crimes contra as crianças e adolescentes.

Flávio- Acho que tem uma proposta, mas temos que debater algumas coisas que foram faladas. Primeiro que fazer ou não o ato de conferir relacionado à Secretaria de Educação tem que ser uma opção da plenária e não de quem representa a Secretaria. Afinal quem delibera a Conferência é a plenária e não o representante do governo.

Outra questão, com todo o respeito ao meu companheiro Luciano, é dizer que os fóruns e movimentos sociais não podem ficar responsáveis pelo ato de conferir se ele é uma responsabilidade do poder público desta cidade. Então, a gente não pode transferir responsabilidade e assumir meia culpa daquilo que nós não somos responsáveis. Pensando

nisso, acho que a comissão, junto com todos que estamos aqui, acho que devemos deliberar uma representação no Ministério Público ao poder público dessa cidade, que responde por todas as pastas dela, que não cumpre por uma lei, quando não apresenta e não traz seus representantes aqui para a gente executar o nosso ato de conferir. E cabe ao MP apurar se ele pode ser penalizado ou não. Mas acredito que o exercício da cidadania deve ser feito e parte dele é uma representação no Ministério Público.

Contudo, acho que não podemos perder o material que o Marcos tem, que é legítimo, que vem de outra Conferência, e acho que a gente pode referendar esse material para ajudar na representação, que no meu entendimento deve ser elaborada pelos presentes, pela Comissão Central, com a lista de presentes desta Conferência ao Ministério Público, para que então o governo responda judicialmente pelo não cumprimento do que deveria ter feito.

Suzana (adolescente) – Estou decepcionada pelo poder público não ter vindo, isso pra mim é como se nós não fossemos nada, nós crianças e adolescentes.

Conferencista B - o que eu vejo aí é que o poder público irresponsável de não ter vindo e acho que temos que fazer um documento para o Ministério Público, porque só quem veio é a Educação. Os caras não estão nem aí com a gente. Um governo que cortou o leite das crianças, vocês acham que tem compromisso.

Daniel – minha proposta é que a gente faça uma transmissão de vídeo mostrando o que era para ter sido conferido, falando sobre isso e fazendo isso nas redes sociais, todos estamos com nossos smartphones, a gente compartilha, a página do CMDCA faz uma videoconferência, uma transmissão e a gente compartilha com nossas páginas, CCAs, CJs, etc, pra dar uma visibilidade pra ausência do poder público.

Lourival – Acho que as falas que me antecederam, faço a proposta de incluir no calendário escolar os dias de Conferência, uma proposta oportuna, porque criança é prioridade absoluta na Constituição, nos documentos dessa cidade. Nos próprios hábitos nossos, desses militantes, a gente tem procurado exaltar a criança como prioridade absoluta. Tem também as Conferências da Educação, contudo elas não tem conseguido avançar o que nós temos conseguido, trazendo a criança como protagonista na nossa conferência. Então a quantidade de participantes nas conferências de Educação é muito reduzida em relação a criança ser prioridade absoluta. Então, nesse momento, a gente propõe à Educação trabalhar com antecedência de 6 meses trabalhar com o temário dos direitos da educação, para quando chegar o dia, as crianças saberem melhor o que são as conferências, em suas diversidades, regional, estadual e que compreendam que a conferência lúdica, convencional. Então que eles compreendam e possam trazer propostas, no período pré-conferencial. Então é preciso que a gente inicie. Se a Conferência até agora não foi uma coisa maravilhosa, ela pode passar a ser com a aprovação dessa proposta.

Fernando Júnior – A gente encaminha sua proposta, mas para o ato de conferir, ela não está descartada, mas a gente manter o registro pra encaminhar durante o período de pós conferência.

Kezia – Só pedi a fala porque acho que a gente precisa ter muito cuidado com as falas que a gente faz. Eu não sou profissional de Educação, mas como presidente do Fórum eu não podia me calar com a fala do Lourival. Esse ano, a gente acabou de fazer uma Conferência Nacional de Educação, do dia 21 a 23, onde São Paulo foi protagonista na participação de criança e adolescente. Nós tivemos salas pra que eles participassem adequadamente de três eixos falando sobre, qualidade, participação, diversidade. Então a gente tem que ter

cuidado com o que a gente fala. Nós avançamos muito na participação na Educação. Não podemos fazer a educação de bode expiatório. A hora que nós somos convocados, a gente vai, a gente ajuda, a gente avança o que precisa é fazer uma parceria. Nós estamos pedindo desde 2015 essa parceria com o CMDCA. Eu também sou do CRECE, estava na representação dos conselhos de escola e a gente tem buscado essa parceria e infelizmente ela não acontece. E eu sou mãe de aluno e levei as crianças para participarem da Lúdica, porque nem o Conselho Tutelar se colocou na minha região. Mas tenho certeza de que quando for pra ir pra Estadual todo mundo vai querer, como foi da outra vez. E quero dizer que nosso estado de São Paulo foi o único que levou crianças para a Conferência de Educação.

Fernando Junior – identifiquei três encaminhamentos e consulto a plenária se há outro encaminhamento diferente do que a mesa conseguiu identificar.

O primeiro deles é que a gente ofereça ao Ministério Público uma representação para que ele possa ou não abrir um inquérito civil para apurar a responsabilidade das secretarias ausentes no ato de conferir. O que compete do ponto de vista jurídico no ato de conferir e aí vários elementos podem ser colocadas nessa representação ao MP.

O segundo encaminhamento é que possa ser feito uma transmissão ao vivo e aí, a gente dialogou aqui que pra que a gente não inviabilize a proposta, mas que a gente torne ela possível, qualquer tipo de manifestação no *facebook* do CMDCA pressupõe uma decisão colegiada. Isso tem que ir para o CMDCA para que ele aprove ou não, mas pra gente não tornar a proposta inviável, que a gente possa fazer a partir da gravação especificamente do ato de conferir, que a gente possa torná-la pública através do *facebook* de todos aqui presentes e as pessoas irem transmitindo e tornando cada vez mais público. Mas também é uma matéria que deve ser encaminhada junto com a representação ao Ministério Público para que haja responsabilização que não fizeram com a competência de estarem aqui prestando esclarecimento e satisfação das propostas de 2015. Então, se você concordar a proposta vai pra plenária referendar ou não. Seriam duas propostas em uma para que não se torne inviável.

O que eu vou pedir é que a gente construa uma moção específica para vocês aprovarem na plenária final, porque pode ser que no momento que a Comissão Central vai construir uma representação, perca alguma coisa ou escreva algo que não é de concordância da plenária como um todo. Então, a gente constrói uma moção, enquanto membros da Comissão Central, apresenta na plenária, para referendo ou não e encaminha junto com a representação, junto com a lista de presença, como foi sugerida aqui.

Esse plenário tem alguma manifestação contrária às propostas apresentadas? Não? Então, ficam aprovadas aqui as três propostas relatadas por mim.

Outra questão é a que o Marcos trouxe, que agora a gente delibera sobre: realizar a conferência mesmo sem o poder público presente. Nós da Comissão Central, já no dia 19 de setembro, consideramos que era inviável realizar o ato de conferir sem ali quem tem a responsabilidade de dar devolutiva. Então vamos fazer uma leitura, mas você não tá conferindo. Porque a ideia do conferir é justamente a gente entender onde está essa proposta. Ela está no caminho de ser efetiva, então ela está onde, ela está efetivada, e aí a Secretaria que diz: ela está efetivada no plano tal, tal e tal. Ou ela não foi efetivada e nem se encontra na etapa de andamento. Sem esses elementos a gente considera que fica prejudicado fazer o ato de conferir e aí o instrumento legal vai ser esse do Ministério Público, de fazer com que chegue à nós esse relatório de cada secretaria e aí Marcos, você mantém a proposta, a gente remete ao plenário?

Marcos – eu retiro a minha proposta. Lógico com as considerações que você está fazendo aí, porque não tem sentido porque não tem nem os registros aqui. Mas eu queria que o plenário todo soubesse que essa história que a gente tá pedindo a subscrição de vocês, não é uma história que a gente inventou agora, porque eu trouxe uma cópia que em maio de 2015 a gente se reuniu com o CMDCA, com as regiões, já fizemos outra conferência municipal em que o texto é igualzinho. Eu tirei Xerox da de 2015, troquei o nome do Secretário, então a gente não tá falando que a Conferência Municipal tem que entrar no calendário escolar agora. Isso já é fruto de uma discussão de Conferência passada. E até o Júnior falou aqui, pode ser até uma conferência digital, em que todo mundo entra na hora no computador. Mas se não tivesse um órgão central, tipo SME, é mais relacionado à SME que diga: escola, em 2021- tem que pensar em 2020. No dia tal de 2021, a escola para, façam a elejam, 5, 10 representantes de cada escola e ônibus passa e a gente garante a participação. Porque na Vila Mariana foi só uma escola que o ônibus passou, a escola em que eu trabalho, que eu queria levar meus alunos não consegui porque foi só meio período a conferência da Vila Mariana. Então eu queria que vocês todos soubessem, tá aqui o documento, não é de agora, é de 2015.

E uma outra coisa, teve um menino que falou de grêmio estudantil. Porque maioria da escola não fala em eleição do grêmio estudantil, mas isso depois eu posso discutir no eixo. Porque a gente quer vincular o recebimento da verba do governo municipal. Para mandar verba pra escola tem que ter o grêmio constituído.

Fernando Júnior – Então, agradeço a Carol e o Luciano que se manifestaram aqui como poder público. Desfaço a mesa nesse momento e após as desculpas mais uma vez ao plenário. A gente tá encerrando o ato de conferir com os encaminhamentos aqui deliberados e a gente vai para nossa última mesa de trabalho que é o debate sobre os direitos das crianças e adolescentes e esse momento a gente vai permitir que as pessoas falem sem interrupção, de preferência, a não ser que elas estabeleçam esse tipo de dinâmica e depois vamos abrir para as pessoas falarem, questionarem. Queria chamar o Fernando para tocar esse trabalho.

Mesa Magna



Fonte: FGV, 2018

Fernando Abrucio

Não podemos perder esse espaço que a gente tem e ficar sem discutir, vamos tentar alavancar e levantar a nossa discussão. Então eu queria chamar primeiro, Melina Riso ex-diretora do Instituto Sou da Paz e conselheira do Instituto Igarapé, em todas as duas instituições ela trabalha a questão da violência. Queria chamar também a Adriana Alvarenga, coordenadora do escritório da Unicef em São Paulo, muito importante no trabalho com a criança no mundo todo. E nós vamos ter dois representantes importantes aqui, do Fórum Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes pra falar sobre protagonismo juvenil, esse é um tema muito importante. Vou chamar primeiro Carlos Alberto Souza Junior, vulgo “Churras” e, falando do protagonismo juvenil também, a perspectiva de gênero é superimportante de levar em conta, a despeito de tudo que tem sido dito ultimamente, eu vou chamar a Keila de Souza que também vai falar do protagonismo juvenil.

Nós temos aqui um tempo até as 17h, não sei se é possível estender, e pra isso, eu vou pedir aos participantes para que falem no máximo 20 minutos, para garantir um tempo para as perguntas e para o debate.

Eu vou começar pela ordem que eu chamei aqui, passo a palavra para a Melina.

Melina Riso - Instituto Igarapé

Obrigada Abrucio pelo convite, é um prazer estar aqui. Vou tentar fazer uma apresentação rápida, então primeiro vou apresentar como eu estruturei: vou trazer um pouco dos conceitos sobre violência, como a gente entende isso no campo, como a gente está vendo, e aí eu pesquisei alguns números especificamente na questão das crianças e dos adolescentes, não todos os tipos de violência, acho que a Adriana vai tratar isso de maneira mais ampla, mas especificamente a agressão, pra gente entender qual é esse cenário e a gravidade do cenário que a gente está enfrentando.

Acho que a primeira questão é trazer um pouquinho um conceito e uma definição que a própria Organização Mundial da Saúde trata como violência: uso intencional da força física ou de poder, na forma de ameaça contra si, outra pessoa, grupo ou comunidade, que resulta ou tem grandes chances de resultar em ferimentos, danos, mortes, danos psicológicos, subdesenvolvimento ou privação. Só pra gente entender, esse conceito é bastante amplo e a gente vai tratar aqui de diferentes formas de violência, quais são os elementos constituintes quando a gente pensa a questão da violência? A primeira é que ela tem uma ação ou omissão, consideramos os mecanismos de omissão como violência, existe uma intencionalidade daquela ação e ela produz um dano.

É importante a gente ter esse contexto, e aí antes de avançar, é só separar um pouco violência de crime, porque crime é aquilo que está definido no código penal, então nem toda violência é crime e nem todo crime é violento. É importante a gente fazer essa separação, porque aqui principalmente na questão das crianças é importante a gente observar esse fenômeno da violência e não somente aquele que envolve a criminalidade.

Eu gosto muito de uma definição que um sociólogo norueguês que trabalha no conceito da cultura de paz e que ele propõe uma visão sistêmica pra pensar a questão da violência, o nome dele é John Galton, e ele propõe que a gente pense em três tipos de violência e que uma retroalimenta a outra:

(1) violência direta, aquela que a gente vê e que se manifesta no comportamento das pessoas, que a gente costuma dizer que esse violência direta é só a ponta do iceberg, é o elemento visível da violência; (2) a outra questão que ele traz, eu acho que é muito importante a gente pensar nessa característica principalmente numa sociedade como a brasileira, que é a violência cultural, que é formada pelas normas, pelos discursos, pelos símbolos, pelas metáforas, representações sociais, e essa violência cultural, que as vezes a gente escuta “o povo brasileiro é um povo pacífico”, mas quando a gente olha os dados, a gente observa que “pacífico” é a última coisa que a gente é. A gente tem uma série de elementos culturais muito violentos e o tempo todo isso está afetando todos os universos, inclusive o das crianças e adolescentes. E, por fim, (3) a violência estrutural, que é aquela vinculada a ordem social, a estrutura política e também econômica. Essa tipologia, ele trabalha sempre nessa figura do triângulo, onde uma retroalimenta a outra. Então não dá pra falar de um elemento sem pensar no outro.

Nesse sentido, é importante quando a gente for falar de propostas pra redução da violência, como a gente pensa em propostas que deem conta desse sistema que é envolvido, e que uma dessas violências acaba alimentando a outra. E aí obviamente, tem uma parte dela que é muito visível e uma parte que é invisível. Então, quando a gente cobra o poder público e etc, tem que pensar nessas dimensões.

É muito importante, e mais recentemente isso vêm aparecendo no debate aqui no Brasil, que a violência contra a criança tem muitas consequências futuras, não significa só a violência que ela sofre naquele momento, mas ela deixa uma série de sequelas que podem impactar na entrada de um adolescente ou um jovem na violência mais tarde. E tem se estudado muito qual o impacto que a violência tem, principalmente quando a gente fala da primeira infância, a exposição à violência muito cedo na vida, causa inclusive danos na plástica do cérebro. Tem um elemento muito importante pra olhar nessa fase específica da vida, como a gente cuida das crianças mas, principalmente, como a gente dá elemento aos pais, a escola, aos educadores, aos cuidadores, para que a gente efetivamente proteja todas as crianças.



E aí entrando um pouquinho em dados, e aí eu só vou mostrar uma foto pra gente ter a dimensão, eu procurei no DataSUS somente o que está dizendo de mortes por agressão, então do ponto de vista do crime a gente entenderia isso como os homicídios. Aqui eu trouxe um cenário, separado por faixa etária pra gente ter a dimensão desde 2013 por número absoluto aqui no Brasil. Desculpa gente, esse número está invertido aqui em 2014 (vide apresentação de *powerpoint*), um ano não é 1101 não, é 111, tem um erro aqui na informação, já deixo aqui a informação corrigida. Mas o que a gente tem de criança sendo assassinada com menos de um ano no Brasil, anualmente, é na ordem de 100 crianças com menos de um ano, esses são os dados que aparecem no DataSUS, e obviamente a gente vai observando que quanto mais se avança na idade, maior o crescimento desse número de homicídios: de 10 a 14 anos, na faixa de início da adolescência, a gente chega a um número em 2016 de 628 adolescentes mortos no Brasil nessa faixa etária; e quando a gente pensa de 15 a 19 anos, esse número cresce bastante, aí a gente tá falando de 10.558 no número de jovens assassinados. Só pra gente entender, em 2016 a gente está falando do total de pessoas assassinadas, mais ou menos, na ordem de 60 mil. Então, 15% do número é nessa faixa etária especificamente, só pra gente entender qual é a dimensão do problema quando a gente fala de violências.

E aí o próximo gráfico é pra gente pensar qual é o cenário no Estado de São Paulo: menos de um ano, estamos falando de 10 bebês por ano assassinados; e de 15 a 19 anos são 554 jovens assassinados. Então esses são os números que a gente tem, a gente sabe que São Paulo tem uma queda de homicídios bastante significativa, mas ainda assim a gente olha o percentual e como esse população é afetada.

Então, desenvolver políticas pras crianças e adolescentes que previna violência efetivamente, é uma prioridade em todos os lugares, mesmo aqueles em que essas taxas estejam caindo. Pensar em perspectivas e como é que essa violência é transversal e, dessa forma, todos os serviços têm que estar envolvidos, toda a sociedade tem que estar envolvida pra redução das violências que envolvem crianças e adolescentes, é uma responsabilidade de todos nós.

Por último, só deixei aqui o meu nome e e-mail, qualquer dúvida, se quiser entrar em contato, estou a disposição. E encerro antes do tempo pra dar tempo da gente conversar.

Adriana Alvarenga - Unicef São Paulo

Queria primeiro agradecer a oportunidade de estar aqui com vocês hoje e espero que, de alguma maneira, as informações que eu trago ajudem vocês na elaboração do próximo plano. Só pra contextualizar um pouco, eu trabalho na Unicef, que é o órgão das Nações Unidas pra infância, a Unicef é um braço das Nações Unidas que tem como mandato monitorar e fazer avançar os direitos das crianças e adolescentes em todo o mundo, a gente está em 190 países e territórios, e somos guiados pela Convenção dos Direitos da Infância, obviamente no Brasil o ECA, e pelos objetivos do desenvolvimento sustentável. Eu também faço parte do GT Crianças e Adolescentes da Rede Nossa São Paulo, e quero frisar isso porque eu queria sugerir que vocês olhem o mapa da desigualdade que a Rede Nossa São Paulo lançou hoje, e que traz dados muito importantes pra quem está pensando em políticas pra infância e pra adolescência.



Bom, a minha ideia é falar um pouco pra vocês sobre três pontos, principalmente: (1) um olhar sobre a situação para a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, como jornalista de formação, eu sou um pouco apegada a números, acho que eles nos ajudam a compreender a realidade, mas por essa razão, aqui eu selecionei somente 4 indicadores, pra não ser exaustivo, mas a fonte pra esses dados são superabertas; (2) o foco nos mais vulneráveis; (3) e algumas sugestões de caminhos que podemos seguir pra poder avançar. Bom, primeiro reconhecer que a gente avançou na garantia de uma série de direitos, isso é o que acontece em todo Brasil, e São Paulo quando comparamos com outras cidades e Estados, parece que a gente está sempre bem na fita.

Então, a gente tem problemas, mas é importante reconhecer aquilo que a gente conseguiu e isso tem a ver com a história de todos vocês. Certamente a gente só avançou porque muitos de vocês estão na dianteira desse processo. Então, a gente avançou na redução da mortalidade infantil, avançou na redução dos índices de desnutrição, avançou em colocar crianças e adolescentes na escola, avançou na redução da pobreza monetária. Mas, a gente continuou com uma porção de desafios: aqui em São Paulo, a gente tem hoje, 3.3 milhões de meninos e meninas, é bastante, é muito.

Eu trabalho com uma iniciativa que se chama Plataforma dos Centros Urbanos, a gente está em 10 capitais, nessas 10 capitais a gente abrange mais ou menos 10 milhões de crianças e adolescentes, só São Paulo são 3.3 milhões, então o nosso desafio é agigantado. Em 2015, nasceram 176 mil bebês em São Paulo, eu trago dados de 2015 porque é a última atualização dos dados da Prefeitura. Só que parte dessas crianças já nasceram com o desafio imediato de sobreviver. Então, vamos supor, que dentro dessas crianças temos o Joaquim, ele acabou de nascer, a primeira barreira que ele vai enfrentar é a da sobrevivência até os 27 dias, pra que ele não seja vítima da mortalidade neonatal. E o que a gente observa no Brasil como um todo é que o Brasil foi caindo na taxa de mortalidade infantil ao longo dos anos, mas quando chega em 2015 a curva passa a crescer.

A mesma coisa acontece em São Paulo capital e estado, o que a gente está fazendo que estamos perdendo direitos já conquistados? a gente não pode permitir que essa curva volte a subir. E aí quando a gente olha, 1325 bebês morreram antes de completar 28 dias em São Paulo, Joaquim não estava aí porque ele vai crescer e chegar até o final da história comigo, mas 1325 bebês como ele morreram. E aí vem o maior problema que a gente tem na cidade: as nossas médias municipais são sempre melhores, estamos melhores que o Brasil inteiro quando olhamos a média municipal, mas se a gente olhar dentro dos territórios, a gente tem esses campos em vermelho (vide mapa apresentação *power point*) são as áreas em que a mortalidade está mais alta.

A gente tem 20.3 mil bebês que nasceram vivos no Pari e 15.2 no Parque do Carmo que não completaram 28 dias, e aí 1 por mil em Pinheiros. Tem alguma coisa errada né, quando a gente garante em uma cidade direitos pra um e não garante pra outros e isso fica tão marcado pela região em que ele mora. Na educação, em 2016, abandonaram as escolas públicas 1,12% dos alunos do ensino fundamental e 5.9% do ensino médio. E a partir disso tem duas coisas: (1) no ensino médio a gente continua perdendo adolescentes num ritmo muito maior, e (2) 1.3% você pensa “ah, dá pra aguentar né”, mas isso representa 4.600 crianças que deixaram o ensino fundamental e 24.200 adolescentes deixaram o ensino médio. Então, assim, é muita coisa, não dá pra dormir tranquilo. Na Brasilândia 2.4% e nenhum na Vila Mariana, 0%. Então, pra trabalhar numa cidade como São Paulo a gente nunca pode deixar de olhar pros pedacinhos da cidade.



Outra questão que nos preocupa bastante é a questão da gravidez na adolescência, e por que? muitas vezes essa gravidez não é uma escolha, e porque ela gera outras violações de direitos: muitas vezes a menina deixa a escola, está cuidando de um série de outras crianças e está se privando de ações importante pro seu desenvolvimento. Então, em 2017, esse dado está bem fresquinho, foram mais de 19 mil bebês que nasceram de mães de 10 a 19 anos. Agora, se a gente recortar esse dado pra ver o que acontece de 10 a 14 anos, 636 mães tinham até 14 anos. Se tem menos de 14 anos, além de tudo é fruto da violência sexual.

De novo a desigualdade, 1037 bebês no Grajaú e 5 em Pinheiros. Esse mapa é de 2016, peço desculpa pra vocês, porque não consegui atualizar ainda com os dados de 2017 que acabaram de chegar, mas essa é mais ou menos a situação: índices alarmantes em toda a borda da cidade. Último conjunto de dados, aquele menino lá, o Joaquim, passou pela escola, não foi pai na adolescência, e chegou até a sua fase mais velho, até a juventude. E aí, ele teve 319 amigos, companheiros, conhecidos, assassinados, em um ano, 2015. Isso porque não temos os dados atualizados de 2016 e 2017, vamos ver o que acontece. A taxa de homicídios foi de 19.76%, ou seja, a cada 100 mil adolescentes, 20 morrem assassinados, absolutamente inadmissível. E o homicídio a gente vê como a fase final de uma série de violações. Quando a gente vai estudar o caso desses meninos, em geral, são aqueles que estavam fora da escola, que começaram a trabalhar muito cedo e fora da condição legal, muitas foram mães adolescentes e por aí fora. A situação é pior quando você olha por raça, entre negros é maior, 26 por 100 mil, e entre meninos é mais acentuada 38 por cem mil. Então o que vemos é que é bem perigoso ser menino, adolescente, negro, morador de um bairro periférico da cidade.

Aqui, de novo, as áreas vermelhas são onde o indicador é pior, as azuis são onde eles estão mais próximos do aceitável. Então, quer dizer, se a gente continuar aqui analisando os indicadores, colocar um mapa sobre o outro, a gente vai ver que as violações se repetem em determinados territórios, porque a desigualdade não é um fator isolado, ele tem a ver com renda, raça e etnia, gênero, idade, com condições pessoais, ou seja, se a criança e/ou o adolescente tem alguma deficiência, com o local de vida, ou seja, é um conjunto multidimensional de fatores. Então se é um conjunto multidimensional de fatores, também precisa de um conjunto multidimensional de estratégias pra avançar.

E aí o recorte que a gente propõe olhar, é que ao invés da gente continuar olhando o menino da educação, o menino da assistência, o menino da saúde, a gente olhe para o menino, a menina. Olhe por categoria, por fase de vulnerabilidade, porque não dá pra ficar recortando mais essa criança. Então a gente propõe alguns caminhos pra pensar crianças e adolescentes excluídos: esses são aqueles que a gente já perdeu, nunca incluiu, nunca matriculou, que tá fora da escola, que não tem registro, que não tá trabalhando, enfim, os excluídos dos excluídos. E pra esses meninos a gente tem que ter busca ativa, digo que temos que ter busca ativa pra tudo já né, precisamos ter busca ativa pra esse menino estudar, mas não é só o professor, a escola que vai achar, quem vai achar esse meninos, muitas vezes, é o agente de saúde, é o educador da assistência, o vizinho, enfim, essa união de forças que precisa ser colocada a favor, pra trazer esses meninos e garantir os seus direitos.

Bom, o segundo são as crianças e adolescentes em risco de exclusão, então são as crianças que estão na escola, mas não aprender, acessam os serviços de saúde, mas esses serviços são de péssima qualidade. Aqui, a gente tem que conversar com os profissionais, estar mais perto dos profissionais que prestam esses serviços, para que a escola não expulse esse

menino, pra que a qualidade da educação seja melhor, para que os meninos tenham também na escola orientação sobre HIV/AIDS, sobre gravidez, sobre planejamento familiar. E o terceiro bloco é, de novo, crianças e adolescentes vítimas de formas extremas de violências, que tem muito a ver com a fala da Melina, e eu acho que chegamos em um pouco de violação dos direitos das crianças e adolescentes que estamos perdendo todos aqueles meninos que salvamos lá na primeira infância, a gente não pode deixar esses meninos morrerem. Eu queria passar um vídeo bem rápido.

[Vídeo Unicef]

Quando a gente fez esse vídeo, eram 28 meninos assassinados por dia no país, em 2015, 3 anos depois, em 2018, a gente tem 31. Então quer dizer, a gente continua com uma urgência.

E aí eu queria falar de engajamento, porque resolver essa situação, ou seja, pra virar esse jogo a gente vai precisar de todo mundo: sociedade civil, empresas, do governo, das pessoas, de cada adolescente... Então, a gente precisa olhar esse povo que pode se engajar e vir junto com a gente como um público, pra poder fortalecer esse movimento. E cada vez mais, quando corremos risco de perder direitos já conquistados. É isso gente, obrigada, estou a disposição pra conversar.

Fernando Abrucio

Muito importante o que está sendo falado, colocado nesse vídeo. Acha que a gente tem que pensar e refletir sobre isso, Agora vamos ter uma sessão sobre protagonismo juvenil. Fizemos aqui, primeiro um mapa de violação de direitos de crianças e adolescentes, a gente olhou mais pra São Paulo. E agora eu vou passar agora a palavra, primeiro a Keila e depois o Churras vão falar um pouco sobre protagonismo juvenil.

Keila de Souza - Educadora Social

Boa tarde a todas e a todos, eu sou a Keila, da região do Butantã, hoje eu sou educadora social de um CCA que fica lá no Butantã, faço parte de um Fórum Regional. Enfim, vou contar um pouquinho como eu entrei nessa vida de militância, foi em 2003, através de um CCA que chama "Gracinha", eu fazia parte, fui convidada pra participar do Fórum Regional e aí já era Conferência e a gente já entrou na organização da Conferência Regional lá do Butantã. E foi a partir do Fórum que eu comecei minha vida na militância, que dura até hoje. Eu participei da Conferência nesse ano, que foi bem difícil pra mim, foi o primeiro ano que eu participei e foi complicado, um adolescente falou aqui de manhã: a gente fala um monte de coisas que eles não entendem, é exatamente isso. Era um monte de gente falando um monte de coisas que eu não entendia. E é complicado, é difícil.

Então, nesse ano eu participei desse ano da Conferência, participei de todos os âmbitos da Conferência nesse ano, fui até a nacional, e tive muitos apoios e ajudas, do Fórum do Butantã, participei nos dois anos seguintes, participei do coletivo de crianças e adolescentes do Estado de São Paulo, que foi o coletivo que surgiu da Conferência de 2001, com crianças e adolescentes da cidade toda, foi um coletivo que me acolheu e me ajudou muito a entender como funcionava esse mundo dos direitos das crianças, que pra mim, até então, era novo.

Então, em decorrência dessa minha experiência nas Conferências, no Fórum, eu falo que hoje eu sou por conta das Conferências, por conta de pessoas que estiveram sempre ao meu lado, sempre me ajudando, então são pessoas que me ajudaram muito, e eu falo que hoje eu sou a Keila que eu sou, educadora. Escolhi trabalhar nessa área, nessa função de estar junto com os meninos ali na base, eu trabalho num CCA que é dentro da comunidade, lá no Butantã. A gente tem o CCA que é dentro da comunidade do Jardim Jaqueline lá no Butantã, então eu trabalho com esses meninos lá na base, sou moradora do Jardim Jaqueline, fui criança de CCA, eu falo que eu não brincava na rua, brincava dentro do CCA. Hoje eu sou o que sou, a pessoa que eu me formei é por conta dessa minha vivência.

E aí eu fico muito enraivecida quando a gente realiza uma Conferência sem o menor apoio do poder público, e de um poder público que diz que criança e adolescente é prioridade na cidade de São Paulo. Esse ano eu fui em uma apresentação da Rede Nossa São Paulo que tava falando da criança e a cidade de São Paulo, e lá eles estavam falando que criança e adolescente é prioridade na cidade de São Paulo. Eu não participei da Comissão Central, mas tive a oportunidade de ir em algumas reuniões acompanhar a organização da nossa Conferência lá no Butantã, e fico me perguntando como uma cidade diz que criança e adolescente é prioridade sendo que na prática não é, basta olhar como foi a organização dessa Conferência

(Palmas da plenária)

As crianças e adolescentes na Conferência Lúdica tiveram os atrasos de ônibus que foram enormes, de crianças e adolescentes saírem das suas regionais com duas horas de atraso, isso eu tô falando de criança e adolescente que teve que estar na regional as 6 horas da manhã, e o ônibus sair da regional as 8 horas. Então de criança e adolescente que teve como comida servida, comida estragada. No primeiro dia a comida foi servida quase as 15 horas da tarde, e no segundo dia foi servido comida que não estava dentro da validade. Então, como essas crianças são prioridade na cidade de São Paulo? Como vem uma representante da Secretaria de Educação dizer que fez o seu papel, fez a sua lição de casa, sendo que a Conferência foi marcada no mesmo dia da prova São Paulo que a escola entende ser importante, e que inviabilizou a ida de muitos delegados pra Conferência. Então será que a Secretaria de Educação fez mesmo a sua lição de casa, pode ter feito parte, mas toda não fez.

Então fica o meu questionamento, será mesmo que criança e adolescente são prioridade na cidade de São Paulo? E qual é o nosso papel tendo isso constatado?

Essa é a minha contribuição, boa Conferência pra gente.

Carlos Alberto (Churras) - Conselho Municipal dos Direitos Humanos

Pessoal, boa tarde. Meu nome é Carlos, mas sou conhecido como Churras, tenho 25 anos, sou lá do Jardim Ângela, e já queria fazer uma destaque pra apresentação da Adriana: cada slide que ela passava eu ficava com muita esperança dela passar um indicador bom do Jardim Ângela, mas só mostra coisa ruim, no lugar que já foi o mais violento do mundo. E ao mesmo tempo é importante pensar que eu to aqui sentado, com tantos companheiros que a gente enterrou nessa caminhada histórica né.

Eu trabalho numa organização de direitos humanos, que é a Sociedade Santos Mártires lá na região, já fui conselheiro do CMDCA de São Paulo no ano de 2015 a 2017, atuo no Fórum de Defesa da Criança e do Adolescente, tanto municipal como no estadual, e agora a gente está no desafio do Conselho Municipal de Direitos Humanos, a gente vai tomar posse no dia 10 pra essa nova gestão de 2018 a 2020. E vou fazer um gancho na fala da Keila, e passar por alguns pontos importantes: eu também comecei em Conferência, o CJ levava a gente pra participar desse ambiente que não é acolhedor, a gente sai de casa às 6 horas da manhã, pra ficar no ponto da prefeitura até as 8 horas pro ônibus chegar, ficar esperando, caminhar até chegar na Conferência, pra comida chegar atrasada, aí sobre o Secretário aqui, pede pra falar por último, pra tirar foto, porque tem um cerimonial que é obrigatório, aí tira uma foto com você, posta na página da Secretaria e vai embora.

E o conceito de prioridade absoluta, que a gente tanto lutou, num país que até o código de animais foi utilizado pra montar a legislação: código de menores, código de animais... Como a gente vai pensar na prioridade absoluta? a gente pensa nesses dados, qual o papel dos espaços de pensar isso? não só o papel do governo. Então, quando a gente fala dessa responsabilização, qual o papel do Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes de tornar isso realidade? É a forma que a gente tem hoje de Conselho? Eu fui conselheiro, como conselheiro eu atuei bastante, mas qual o papel do CMDCA nessa articulação? desse processo de garantir direito? é aguentar muitas organizações que não defendem os direitos de crianças e adolescentes fazer lobby pra mexer no Fundo que tem 360 milhões todo ano e só essas organizações ganharem o Fundo e quem tá lá na periferia não tem.

(Palmas da plenária)

Quem tá lá na periferia não tem esse acesso. E isso tem que ser falado, porque senão eu vou chegar aqui, contar a minha história bonitinha, mas não é isso que interessa. O que interessa é que tem esse monte de criança, esse monte de dados, que tá morrendo. E tem gente ganhando muito dinheiro com o Fumcad, fazendo lobby na reunião, trocando voto de um projeto pra conseguir a grana, a gente tem que dialogar qual é o papel dos Conselhos Tutelares, com a estrutura que tem, joga a responsabilidade nos conselheiros, "se vira aí", e não tem serviço, não tem nada, e o conselheiro tutelar vira um "bicho papão", que vai subir com as crianças, levar pra um abrigo, já dá um medo, porque tem mesmo conselheiros ruins, a gente não tem vergonha de falar, tem cara que tá lá fazendo lobby, fazendo campanha política também, utilizando de atribuição do Conselho que não lhe cabe...

Então a gente precisa refletir, quando a gente fala de protagonismo, qual é o espaço que a gente quer oferecer? A gente quer que uma criança e um adolescente faça parte de um processo desse? De verdade, eu prefiro não trazer, sabe por quê? Lá no CCA, ela tá super bem acolhida, o menino falou aqui, o ECA tá dentro do CCA, lá tem alimentação, tem uma qualidade mínima, porque a gente também precisa discutir a qualidade dos serviços ofertados na cidade de São Paulo, como a gente tá ofertando. Qual é o nosso papel, então, quando a gente vai pensar nessa ideia de protagonismo, como sociedade civil, governo, o que seja? Eu digo sociedade civil, porque é quem está aqui na sua maioria, e eu estou muito de cara porque a Secretaria entrou pela porta de trás, falou e foi embora, nem deu tempo da gente questionar algumas coisas. Então estar aqui falando sobre



protagonismo e participação não é bonito, não é legal trazer crianças e adolescentes pra tirar foto aqui na mesa. Eu já passei por isso: você fala duas palavras, “vamos mudar o mundo, vamos revolucionar” e é isso. E quando os meninos ocuparam as escolas, quantos estavam lá dialogando com eles e garantindo os direitos das ocupações, para que aquelas escolas não fechassem? Quantos caixões a gente vai ter que carregar e enterrar? Essa é a minha dúvida, porque eu de fato estou cansado disso enquanto militante dessa área. E o pior é que a gente vai nessas experiências, eu quando entrei no CMDCA eu falei “Nossa, agora eu vou mudar o mundo. Agora eu sou conselheiro, tenho um crachá, dá pra dar uma canetadas e tal, vamos transformar. Eu voto pra escolher o Fundo”. Mas você chega lá dentro, como você movimenta? Pra quem é o interesse disso? Muito difícil.

Eu fico muito feliz quando a gente pensou em estar nessa Comissão e com todas as dificuldades, participou tanto a sociedade civil e quem estava nessa Comissão representando o governo, muitas vezes estava mais como sociedade civil, como trabalhador, do que representando o órgão público de fato, que muitas vezes é omissa nessa discussão. Então quando a gente for pensar nesse processo de Conferência, que é altamente esvaziado galera, tá vazio isso aqui! A gente não precisaria discutir esse negócio de grana, eu vou em vários municípios falar sobre Conferência, sobre orçamento e tal. A gente está numa cidade em que o orçamento está na faixa dos bilhões. É o terceiro maior orçamento do Brasil, só perde pro orçamento da União e pro orçamento do Estado de São Paulo. Então como a gente está investindo em criança e adolescente, é prioridade? A prioridade é pintar de azul o que era vermelho, e pintar de vermelho o que era azul, o que de amarelo pintar de verde, o que era verde pintar de amarelo.

Eu fico pensando isso e, a partir disso, eu espero que amanhã... o Junior falou uma coisa muito interessante: é a primeira vez que vamos ter sete horas pra discutir os eixos, propostas, fazer reflexões... e a gente tá vendo todo um trabalho aqui da metodologia que vai ser interessante pra que a gente consiga produzir, e vamos ter um tempo pra fazer reflexões mínimas quando falamos de orçamento, por exemplo. A gente nem precisava falar de orçamento, orçamento a gente tem, mas precisamos discutir pra quem esse orçamento serve? Pra quem as políticas públicas servem? Pra quem as informações servem? Acho que são as maiores reflexões.

Quando a gente fala de protagonismo, pouco me interessa... e aí eu fico feliz com os meninos que vem pra Conferência, é um papel superimportante. Mas quantos mil, milhões, não acessam isso e é mais um dado que a gente vai apresentar, a gente tira foto, manda no grupo do trabalho e até posta no facebook mas, na prática, quanto a gente tem ocupado os espaços pra fazer essa transformação? Então eu tô muito preocupado com a vida, independente do governo, porque as gestões que teremos daqui pra frente vão ser bem piores. O que está por vir é redução da maioria penal, acabar com a liberdade de expressão dos meninos, tá aí, tá dado. Então eu não tô nem falando da Escola Sem Partido, tô falando da liberdade de expressão. Então como a gente vai transformar essa realidade? E aí eu tô falando de São Paulo que é uma cidade que tem dinheiro, é vergonhoso a gente vê como o Fundo é gerido, como a Secretaria toma uma postura de chegar aqui e expor os seus servidores, pra falar de uma experiência na Fundação Casa e eu digo: Meu Deus, que Fundação Casa de merda a gente tem hoje. Tá matando os moleques.

Então como a gente vai dialogar sobre esse investimento, sobre essa importância e como a gente vai avançar nas políticas públicas. Fico muito feliz de não tomar um tiro no Jardim Ângela, mas também fico muito feliz de saber que na cidade de São Paulo o meu problema é outro: não é orçamento, é gestão. Porque quando eu vou lá no fim do mundo, que o



pessoal me chama numa cidade que tem 3 mil habitantes, lá não tem dinheiro mesmo galera. Você vai num município aqui do lado de São Paulo, que é altamente marginalizado, todos esses municípios dormitórios, que as crianças vêm pra São Paulo pra trabalhar, vem pra cá sofrer violência e voltam pra lá pra dormir. Quando não dormem nas estações de trem por aí afora.

É muito importante a gente refletir sobre isso, saber do nosso papel. Eu me coloco como culpado em muito momentos, mas o nosso papel é mobilizar, é estar aqui, e o papel do poder público é executar de fato. É o nosso papel estar na reunião do CMDCA cobrando o papel do Conselho e apontando que o problema não é recurso, é pra quem esse recurso serve. E ele não serve pra maioria das nossas crianças e adolescentes que estão sofrendo violência. Então é isso, estamos aqui pro diálogo, muito obrigado pela atenção.

Fernando Abrucio

Eu acho que com as quatro falas se fez um painel superinteressante, as duas primeiras falas mostraram um retrato da quebra de direitos das crianças e adolescentes na cidade de São Paulo, a gente podia ficar aqui mais tempo, porque tem muita coisa a dizer, mas acho que a gente precisa ter esse retrato, porque é um retrato duro, houve muitos avanços no Brasil e em São Paulo, mas ainda é um retrato duro. E acho que a fala tanto da Keila como do Churras são muito importantes porque eles passaram por esse processo, não só porque foram adolescentes, mas porque foram adolescentes que participaram desse processo, viram esse processo.

E eu queria fazer um comentário antes de passar a palavra ao plenário, que eu acho que é muito importante que é: por que existem Conferências? Eu acho que é importante, o Churras terminou com isso, porque poderia não haver, não é isso? Poderia não haver, poderiam haver as políticas, como o Churras falou, tem orçamento, diagnósticos não precisa nem ter o governo, tem um monte de instituições, a própria FGV faz um monte, diagnósticos há, eu acho que a gente precisa retomar essa questão porque, Churras, esse não é um problema dessa Conferência, esse é um problema maior do país, a gente estava na Conae semana passada, a Conae é a Conferência Nacional de Educação, o clima era de velório, a despeito de ter sido muito legal a participação porque, em suma, o país está em um momento que o que está em jogo é a maneira de produzir as políticas públicas.

Eu acho que é isso que nós temos que pensar: o que está em jogo é que nós produzimos um modelo depois de 88 em que a produção das políticas públicas envolvia a participação social, o debate sobre as ideias, discussões de tempos em tempos, é claro, o governo não é perfeito, e nem mesmo a sociedade civil, mas de tempos em tempos se discutia o que está acontecendo, o que pode ser feito, o que deve ser feito... E acho que nós estamos em um momento, repito, não é só São Paulo, é mais complicado, nós estamos em um momento que, de algum modo, podemos até ser um pouco culpados nisso, de algum modo nós estamos evitando esse modo de fazer política pública que foi criado pela Constituição de 1988.

Então eu acho que, nesse sentido, essa Conferência vai ser muito importante, vai apresentar propostas, nós da FGV estamos querendo que não só sejam apresentadas propostas, mas instrumentos e mecanismos, outras coisas que possam, se não garantir, tornar mais claro, mais viável o resultado da Conferência, mas eu acho que não só discutir propostas, mas discutir e mostrar que as Conferências, sim, são importantes. É importante frisar isso em um momento em que, provavelmente, elas vão se desacreditar. Porque esses dados que a

Melina e a Adriana apresentaram, é preciso dizer isso, só existem hoje no Brasil porque alguém reclamou, porque houve participação, senão não haveriam dados.

O que eu quero dizer, no fundo é que quando menos participação houver, menos dados, menos informações nós vamos ter. Então eu acho que é importante pensar isso porque o povo é soberano, elege governos bons, maus, não importa o governo, mas se nós pudermos ter mecanismos como o das Conferências, que de tempos em tempos a gente possa ter um outro processo de produção de políticas públicas será melhor, tudo bem, pode ser que as Conferências estejam errando, não to negando que estejam errando e erram, Melina já fez Conferências em outras áreas, Adriana também, eu também já fiz em outras áreas: Educação, Segurança, etc. Mas não será acabando com ela que nós vamos melhorar, nós temos que aperfeiçoá-las, melhorá-las... Só pra dizer pra vocês, nós fizemos um powerpoint com as propostas das Regionais, nós temos 40 slides, todos os dados. Nós precisamos saber como transformar essa riqueza em algo que se transforme em política pública. Porque a outra opção não é uma boa opção: é fazer a política pública sem nenhuma participação, fazer uma política pública sem ouvir a sociedade, sem ouvir a cidade, e acho que se a gente fizer isso, não é que as pessoas são más, mas eu acho que com o tempo, quanto mais as políticas públicas se afastarem do processo participativo, menos chance nós teremos de poder cobrar o poder público.

Então eu queria dar esse recado, eu trabalho muito com educação, e na educação nós tivemos muitos avanços nos últimos trinta anos, é preciso dizer às pessoas que o direito a educação nasceu no Brasil em 1988, nos Estados Unidos, na Argentina, na Alemanha, na Inglaterra, nasceu no século XIX. No Chile, na Finlândia, em Singapura, em vários países nasceram antes da década de 50, e nós começamos muito atrasados. Houve avanços, se nós olharmos que a taxa de, digamos, acesso, a taxa de universalização da educação no Brasil, hoje no ensino fundamental tá mais ou menos entre 96 e 97% e em São Paulo é melhor ainda, as vezes fica entre 98 e 99%, a gente fica feliz. Mas quando a Adriana mostra o número absoluto das crianças que não estão na escola, se você pensar algo em torno de 4 a 5 mil crianças no ensino fundamental fora da escola, você entende as ruas.

Então, a gente tem que olhar pra diversas esferas que afetam as crianças e os adolescentes: educação, a questão da moradia, da saúde, da mobilidade urbana... esse tipo de tema, das crianças e dos adolescentes, é um tema por natureza intersetorial, nesse sentido o desafio de uma Conferência nessa área é articular as áreas, e isso no Estado brasileiro não é fácil. Então agora nós temos meia hora de debate, é um tempo bom de debate pra vocês perguntarem, mas eu queria deixar esse recado que é: vale a pena defender a Conferência, com todos os problemas, defeitos, dificuldades, vale a pena porque um modo sem Conferência é e será pior, e eu digo será porque está claro que a onda agora é uma onda contra esse tipo de forma de produzir políticas públicas, é bom avisar isso às pessoas. Se não houver reação, vai reduzir isso mesmo.

Eu queria passar a palavra, é importante, temos tão poucos espaços coletivos na vida pra falar, discutir, as pessoas acham que a gente tem muito, eu acho que a gente tem pouco. Em suma, eu queria passar pra plateia fazer perguntas.



Colocações da Plateia

1. Eu queria concordar com o que você tá falando. Eu acho que o movimento da criança e do adolescente ele é protagonista na organização de Conferência, a lei da criança e do adolescente é de 1990, nós somos o segmento que começou a fazer Conferência primeiro. Claro que na educação tinham outros tipos de reuniões e tudo, e a Conferência é uma coisa que também é um mecanismo de participação democrática, é como uma eleição, só que não é uma eleição. Mas é uma pergunta pro segmento: o que o governo precisa fazer?

Então eu acho que a gente não deve abrir mão das conferências, o movimento da criança e do adolescente é protagonista, por exemplo, a Conae começou a fazer Conferência em 2010, nós fazíamos desde 1993/1994. Então eu acho que a gente tem esse papel, a gente não pode abrir mão. E eu quero dar alguns testemunhos aqui: a gente foi fazer Conferência da criança na Vila Prudente em 2010, nós descobrimos que na Vila Prudente não tinha um auditório como esse pra receber 400 crianças, e no final da Conferência a gente fez uma moção, ou a gente ia num teatro que era lá na Mooca, em outra Subprefeitura, ou a gente não tinha. Fizemos num auditório pequeno, na época colocamos umas "tendinhas", colocamos as crianças lá e fizemos a Conferência. E no final nós fizemos uma moção, essa moção ficou lá na gaveta até chegar um outro governo. Quando chegou um outro governo, eles falavam assim: precisamos escolher onde vamos construir o CEU. Sabe o que fundamentou eles escolherem a Vila Prudente? Foi a moção feita na Conferência da Criança e do Adolescente na Vila Prudente. E tá lá o CEU da Vila Prudente sendo construído, que não tá pronto, porque eles não estão investindo agora na construção de CEU, mas foi com base nesse documento que o governo acabou acatando pra fazer um CEU lá. Vou dar outro exemplo: a Conae, agora, os surdos estavam pedindo pra ter o Ensino Médio com professor que fosse surdo, só pra surdo, porque aqui em São Paulo só tinha escola de surdo até o ensino fundamental, depois ele tinha que ir pra uma escola de gente que não é surda e ele não era bem recebido, não era bem aceito. Nós fizemos uma moção lá na Conae, o ano que vem vai ter escola de ensino médio exclusivamente pra surdo, é a primeira do Brasil, gente! E foi uma moção lá no Conae que fez, que movimentou. Claro que as mães dos surdos também foram lá bater panela na porta da Secretaria e tal, mas foi também a Conferência que materializou esse movimento. Então eu quero endossar tudo que foi falado aqui. Pro Churras eu queria contar um caso, se vocês tiverem paciência: teve um ano que o CMDCA chamou a gente pra ir, no finalzinho do ano, na Câmara Municipal pra aprovar um orçamento, pra sair uma grana lá pro CMDCA. Tem alguns colegas aqui que estavam lá com a gente, e nós ficamos tudo naquela cerca, colocaram uns policiais pra segurar a gente do lado de lá. E deram dinheiro pros bombeiros, deram dinheiro pra Associação das Viúvas dos Policiais Militares, e a verba que o CMDCA estava pedindo, não deram e todo mundo votou com o governo. Depois eu fiquei sabendo que cada vereador que votou com o governo recebeu uma caixa de rojão, depois vocês ficam imaginando em casa o que tinha dentro da caixa de rojão.



2. Olha pessoal, eu estou na cidade de São Paulo há 38 anos, vim do Estado do Maranhão, pobre, muito arrasado, vim na época da ditadura militar. O que está precisando, no meu ponto de vista, eu fui militante, corri da polícia, apanhei, tomei bomba lá e aqui, estou viva, lutando pelos direitos: os meus direitos e os direitos das outras pessoas. Como professora, corri da polícia aqui na paulista, lá no palácio, estou aqui, porque eu acredito. O que nós estamos precisando? acreditar! acreditar no outro, acreditar que nós temos um problema sério de pobreza, de miséria, de fome, de desemprego, de falta de respeito, e tornar isso público lá na Câmara dos vereadores, lá na Assembleia Legislativa, e por que não em Brasília? Eu fui uma 10 vezes para Brasília, para aprovar a lei de diretrizes e bases da educação, pra mudar.

Agora, prestem bem atenção: não são só os jovens que são culpados não, não é só o governo que são culpados não, nem mesmo os idosos que agora estão pedindo a Deus pra morrer, não, são os políticos desonestos, que nós precisamos votar e acompanhar, porque eu vou lá na Câmara pra ver a votação da LDO, quando chega na Subprefeitura o subprefeito diz assim: "Não temos verba para asfaltar, não temos verba para tapar buraco, não temos verba para a educação, não temos verba para a saúde". Gente, é mentira! Mentira, eu provo isso porque eu estava lá na Câmara dos Vereadores pra votar a nova LDB. Mas o povo precisa acreditar no povo, e deixar de acreditar nesses mentirosos através da televisão e das redes sociais, porque eles querem mesmo é desconstruir o Estatuto da Criança e do Adolescente, existe um grupo organizado que o eu chamo de máfia, que lança contra os direitos das crianças e dos adolescentes. Dos idosos, eu nem penso, porque o idoso já tem uma aposentadoria de \$954, que a justiça lá em cima pediu 16% de aumento e levou 40 mil de aumento, e vai pegar o auxílio moradia, enquanto nós não nos apropriarmos da política neoliberal, fascista, e tudo o que pode ser, nós não vamos mudar a situação, pesquisadoras, vocês vão trabalhar sempre, não vão perder o emprego não, porque vai ter pobre, porque vai ter morte, vai ter miséria, vai ter fome e vai ter gente com dinheiro lá no paraíso fiscal e dizendo pro povo "Não tem dinheiro". Olha, um senhor falou ali do PSDB, e eu vou acrescentar: Se vocês querem sofrer, vota no PSDB, vota no PMDB, pobre gosta de sofrer. Muito obrigada pela atenção e pela revolta.

3. Questão de ordem: Eu só quero dizer pra quem está chegando agora que a Ivaldina esteve em todas as Conferências dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, falando e pleiteando mais pessoas, parabéns pra ela!
4. Meu nome é Kathelen, eu sou adolescente, na verdade eu quis falar só

pra quebrar um tabu do negócio de Vila Mariana, porque eu moro na Vila Mariana e eu queria pedir pra vocês não se apegarem a esse negócio de números, porque onde eu moro em menos de 3 meses morreram 3 adolescentes e no mesmo local onde eu moro muitas crianças e adolescentes não frequentam a escola, eu conheço casos de mães que tem 7 filhos, dois estudavam até o ano passado e nenhum estudo esse ano. E também, acontece na Vila Mariana, que em escolas públicas os professores utilizam os títulos deles pra poder diminuir o aluno, fazer crime digital, porque tem, e ameaça. Eu não estou mais, porque já tenho 18 anos, mas sempre que tem alguma picuinha em escola, os meus amigos me chamam pra resolver porque quando você usa o termo: "eu sou delegado e eu conheço o ECA", o professor, o diretor, se recua e dá total razão pra você. Agora, quando você não sabe nada sobre o ECA e quer alguma coisa, eles simplesmente colocam um tapete naquilo que



“você está dizendo, convidam os seus pais e falam assim: “você podem tirar o filho de vocês da escola, pra gente não ficar fazendo esse papel sabe? fica meio chato, acho melhor vocês, porque se a gente tirar o nome dele fica sujo e nenhuma escola vai querer aceitar ele de novo”. E isso é uma mentira que a escola introduz na mente dos pais pra não fazer a expulsão e sim os pais tirarem os seus filhos por conta própria.

5. Boa tarde a todas e todos, depois de todo esse processo e energia de vocês pra estarem aqui mesmo tendo sido desrespeitados durante todo o processo. Eu sou o Fernando do Conselho Tutelar da Vila Mariana, e é uma honra estar aqui agora e ter a Kathelen que a gente acompanha há muitos anos e que se tornou uma adolescente com uma percepção de um universo que ela tem no entorno, que é um universo de práticas violação de direitos. E é interessante quando a gente faz o contraponto daquilo que é teórico, que é acadêmico e de pesquisa, porque nós vivenciamos na ponta do universo aquilo que de fato está acontecendo e é muito interessante isso, e é uma provocação extremamente saudável e positiva porque nós vivenciamos até mesmo dentro do próprio meio essa situação: quando você toca no nome de alguns territórios, como a nossa amiga falou do Butantã, Vila Mariana, Pinheiros, e aí a gente tem as falas das duas apresentadoras que vêm de encontro a isso, que é a construção desses mitos.

E se a gente sabe onde tem muito dinheiro, é porque alguém está por demais sem dinheiro. E nós vivemos isso nos nossos territórios. Então eu trago aqui um dado extremamente interessante na educação, na assistência social e nas questões de direitos humanos de crianças e adolescentes, que é a questão da subnotificação dos dados e, nos últimos dois meses, eu tenho combatido muito isso, principalmente com relação à educação. E aí, percebe-se que esses gestores da educação, eles vão criando mecanismos pra praticar a subnotificação e não serem penalizados. E aí ele se utiliza do poder da estrutura, da estrutura de violência, da violência institucional, a estrutura da violência invisível, e aí a gente tem o depoimento da Kathelen, que usa de uma pressão institucional pra não se posicionar e causar a expulsão, a exclusão, a evasão. E realmente isso incomoda muito, por que, por exemplo, quando nós vamos a pé, quando temos contato com as famílias, você encontra, além de adolescentes que está em situação de evasão escolar, além da subnotificação, e o Abrucio traz dados interessantes que nós atingimos patamares de inclusão educacional, e é verdadeiro isso, a gente ainda tem a questão da qualidade da inserção desses alunos e desses jovens e crianças na escola. E aí eu vou trazer um dado pra vocês, pasmem: na Vila Mariana, a Kathelen é uma raridade, é a exceção da exceção na pirâmide. Sabe por que? eu recebo adolescentes constantemente terminando o ensino médio ou fundamental que, na hora de se expressar ou escrever algo sobre aquilo que foi conversado, ou sobre o entendimento de algo que a gente conversou, ele não consegue escrever. Está prestes a receber um certificado de conclusão de ensino médio, nascido e educado somente no território da Vila Mariana.

Então, não apenas esses dados, mas todas as questões, passam pela questão da subnotificação e isso é muito grave e isso é uma violação institucionalizada, estrutural e invisível que talvez nós do movimento não percebemos, mas é o que traz a fragilidade do que estamos vivenciando aqui hoje. E aí está muito bem colocado a forma como você finaliza a sua fala: preparem-se, o que nós temos pela frente, nesse movimento que a nossa companheira colocou de descontração e deslegitimação de tudo aqui que foi institucionalmente construído, e agora nós vamos desconstruir também institucionalmente.



6. Boa tarde, sou a Neia. Na verdade, eu quero fazer algumas perguntas. Antes disso eu queria dizer o que é Conferência pra nós aqui: eu acompanho Conferência desde 2005, esse processo ele precisa ser mudado, essa dinâmica já não dá mais. O que é Conferência? Como vai ser a nossa próxima Conferência? Como nós queremos a nossa próxima Conferência? diante de tudo que a gente vem acompanhando e não foi só nessa, a cada ano que passa nós estamos percebendo que as coisas estão ficando piores, até a forma de fazer a Conferência, com a questão de recurso e tudo mais. Quem tava aqui na Conferência de 2015? Alguém lembra as propostas que foram tiradas em 2015? Tá bom, era só isso que eu queria perguntar nesse momento.

Agora, quando o Abrucio traz a questão da formação da política, eu queria entender essa própria questão: nós temos sim políticas públicas pra atender. Mas essas políticas são eficazes? estão dando conta da demanda? estão protegendo as nossas crianças e adolescentes? É preciso serem criadas mais políticas, na área da educação, da saúde, da assistência social ou as que estão aí condizem com a realidade de cada território aqui?

Então, assim, elas precisam ser melhoradas, precisa criar mais políticas, e aí cabe sim a participação da sociedade pra dizer: "olha, em tal território o serviço de proteção não dão conta". Uma outra questão, quando a Kezia fala da prioridade absoluta, em nenhum momento é prioridade absoluta, porque quando nós temos a prioridade absoluta da criança e do adolescente, ela é transmitida dentro do orçamento aprovado lá na Câmara. Se não tá lá, é porque a criança e o adolescente não são prioridade absoluta, sem dinheiro não se faz política pública, sem dinheiro não se faz nada. Uma outra questão, quando o Churras fala do CMDCA, aqueles milhões que estão lá, essa transferência de recursos para várias organizações, isso está sendo avaliada pra ver se atende, de fato, a demanda daquela região? Qual a forma de fiscalização disso? Qual é o retorno, qual é o impacto desse dinheiro gasto lá na região? Tudo começa por orçamento. Quantos aqui foram na Câmara para defender orçamento? Mais uma pergunta: a dotação orçamentária está sendo aprovada na Câmara, nós tivemos uma redução na assistência, ela é menos que 2017, que já era menor que 2016. Sempre vai voltando pra trás, e a gente consegue enxergar dentro do mapa que foi apresentado aqui, que as coisas aumentam. Então, assim, a conta não fecha.

Agora eu vou fazer as perguntas, é rapidinho: (pra Melina) Você trouxe uns dados, eu queria entender qual é a justificativa pra dizer que a cidade de São Paulo reduziu a questão dos homicídios contra crianças e adolescentes? Quem justifica isso? Qual órgão está dizendo isso? É a segurança pública?

[Para Adriana] Ela traz toda a situação naquele mapa de 2015, nós estamos a três nos adiante disso, e agora eu vou falar e entender o processo: alguém pede pra organização de vocês fazerem esse levantamento dos dados, esses dados vão servir pra quê? Pra quê alguém contrata alguém pra dar dados, pra dar um diagnóstico? Ele contrata só pra ter um diagnóstico ou por trás disso ele tá dizendo: "eu preciso desse diagnóstico porque eu preciso intervir lá"? Porque a gente produz dados, mas o que vão fazer com esses dados? A gente precisa entender, porque isso impacta na nossa questão dos direitos das crianças e dos adolescentes, nesse violação, então assim, eu tenho o dado, um dado de 2015, estamos 3 anos a frente e, em 3 anos, o que aumentou de violação de direitos das crianças e dos adolescentes nessa



cidade, com mais de 12 milhões de habitantes, uma cidade país, eu acredito que mais de 50% de toda a violação contra criança e adolescente está apontada pra cidade de São Paulo. Então é isso, o que se fazem com esses dados? Se a gente consegue ter os dados atualizados? Porque é um investimento, é gasto também. Porque a gente gasta pra ter dados? Nós vamos resolver os problemas que foram apontados pelos dados? Como se resolve o problema? Obrigada.

7. Boa tarde, meu nome é Mario, sou lá do Grajaú, do Fórum da Criança e do Adolescente. A gente criou no ano passado, em 2017, depois de ver muita criança e muito adolescente ser assassinado, como mostram os números da Adriana, a gente falou: "O que fazer?" Então a gente lançou uma sementinha, e até o meio desse ano a gente tentou costurar o fortalecimento do Fórum. Depois a gente veio pra cidade pra tentar entender o que estava acontecendo na cidade e nos deparamos com as Conferências, e com a Comissão Central se desdobrando pra tentar fazer as Conferências e a gente viu que a situação é muito difícil, complicado. Pra vocês terem uma ideia, Grajaú, Capela do Socorro e Parelheiros, são mais de um milhão de habitantes que tem naquela região lá. E além da gente ter toda essa questão do orçamento que foi levantada aqui, que o orçamento nunca chega na periferia, a gente tem a questão dos mananciais, porque quando se consegue alguma coisinha e, principalmente quando não é interesse político, de uma maioria que consegue muito voto com uma porcaria que eles levam lá, a gente tem a questão da lei. Então tem 4 Conselhos Tutelares por lá, só o nosso Fórum que está atuando e só de um ano pra cá, pra vocês verem a dificuldade que é, a gente tem muita resistência dos Conselhos Tutelares, tem conselheiro lá que ainda não foi em nenhuma reunião do Fórum.

E a Escola Estadual que a gente se reúne, tem professores lá que depois que a gente começou a trazer alguns temas, discutir o ECA, direitos humanos, tem muitos professores que começou a criar dificuldades pra gente e já nem sabemos se vamos continuar usando o espaço da escola ou não. E pra Adriana, pra terminar, eu também fiz parte da Plataforma dos Centros Urbanos na primeira turma do grupo articulador, e eu tinha até esquecido, porque faz tanto tempo que a gente não vê falar, e aí você tocou meio por cima, depois queria que você falasse um pouquinho como está aqui em São Paulo.

8. Boa tarde, primeiro eu queria cumprimentar todos os irmãos, parceiros e amigos de luta, nós fomos crianças e adolescentes que fizemos parte de todo esse processo. E ver o Churras e a Keila na mesa, nos motiva a continuar nesse processo, mesmo compartilhando muito daquilo que o Giva nos traz e nos questiona, sobre como vem sendo feito esse processo de Conferência e não só o sucateamento da mesma, mas de toda a política pública voltada pra criança e pro adolescente. Eu queria primeiro questionar os dados, quando a gente fala de homicídio e de morte de criança e adolescente nesse Estado de São Paulo onde a polícia é um dos órgãos que mais mata essa molecada, quem deveria garantir a proteção é quem assassina e executa. Mas São Paulo tem uma forma diferente de colocar os números de homicídios e mortes: o menino tomou 7 tiros da Rota, da Força tática, do traficante, se ele não morrer na hora e entrar no hospital, foi parada cardíaca, foi não sei o que... Então é uma outra forma que o Estado encontrou de ludibriar os números, que enganar o povo. O João Vitor do Habbibs é um caso pra refletir sobre isso. Então, qual é a estatística feita com esse número? Porque se somarmos os números "oficiais" de



homicídios, com os números de entradas no hospital com esse quadro, vamos ver que São Paulo não está tão melhor assim.

Uma outra questão é o Fumcad, eu só não consigo enxergar na minha quebrada a “força fundo”, mas existe, só a molecada que não consegue ser atendida por esse fundo milionário. Porque ao invés de estar investindo em política pública inovadora, ele tá construindo creche, que já é dever e obrigação do município, então ele tá lá construindo creche com o dinheiro que era pra tá atendendo e investindo na prevenção dessa molecada que vai ser assassinada ou vítima de violência. O nosso Estado mata antes desse menino morrer e a política pública que deveria fazer uma prevenção está sucateada, os profissionais merecem os parabéns, por os CCAs, CJs, seja qual for a sigla, já estavam sucateados, nessa nova gestão vai estar mais ainda.

Como virar o jogo? Um desafio lançado pela Adriana, se o Estado não se dispõe a virar o jogo com a gente, se o Estado é negligente, se essa polícia mata e esse Estado é assassino e não está propício a virar o jogo, porque a medida sócio educativa vêm diminuindo o número de atendimentos, a Fundação Casa está lotada e o moleque da periferia está sendo assassinado. Por que o número é extremamente grande nas extremidades dessa cidade? é onde tá o negro, onde tá o pardo, que não se assume negro, se assume pardo, é onde está essa molecada que a polícia não pergunta, ela atira, depois ela vê quem é. E a política pública, infelizmente, não chega pra essa molecada. O programa de letalidade desse Estado hoje atende a mais de 70% dos protegidos brancos, porque o moleque negro tá morrendo dentro da periferia e não consegue ter acesso ao programa. Então, a gente tem um Estado assassino, uma polícia que mata e o desafio de virar o jogo, acho que a Unicef pode contribuir conosco para que a gente consiga sensibilizar o Estado, a União, o Município e a Sociedade, pra que a gente consiga alcançar esse sonho suíço que tá muito distante desse Brasil que eu vivo.

Venho fazendo isso desde 69 e quanto quebra-cabeça, quanto investimento pra defender o direito a vida. Quanta luta de classe a gente teve que fazer. Claro que alguns momentos gente avança e outros momentos a gente vê a queda. E essa queda que a gente viu hoje, deixa a gente triste e é de doer, porque eu vou fazer uma pergunta simples e não sei se vou conseguir ter resposta dela. Nesse período todo, com certeza tivemos muito investimento, e investimento em gente nossa. Quanta gente virou professor de sala de aula, conselheiro tutelar, conselheiros municipais... E a gente acabe vendo essas coisas ir pro brejo. Gente que virou promotor público, político... Tudo formação passada pelos nossos mecanismos: pelo ECA, pelos própria Constituição de 88. O que a gente faz com a nossa turma que teve a formação e quando chega no poder esquece a obrigação?

9. Boa tarde, meu nome é Daniel, nasci na Freguesia do Ó, na Brasilândia, hoje eu trabalho no Jd. Peri, eu não manjo muito da zona sul, só vou pra sarau, mas território a gente só conhece no dia a dia. Queria agradecer pelas falas, é bom parar pra ouvir, aprender a importância dos dados e das experiências... E dialogando com o Abrucio, eu acho que de 89 pra cá a gente vem tentando experimentar o que é uma democracia representativa, tentando ir pra uma democracia participativa. Eu acho que a gente falhou, não conseguiu avançar na democracia participativa e não sei se vamos conseguir manter uma democracia representativa como está.



Quem a gente acaba elegendo, representa organizações financeiras, empresas, grupos econômicos, são os grande poderosos que acabam sendo representados, como está o Congresso atual eleito. Então eu acho que isso complica um pouco o nosso desejo de democracia, mas temos que continuar caminhando pra essa democracia participativa que a gente sonha. Lá eu também componho o Fórum Regional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes da Cachoeirinha, a gente desmembrou porque não dava pra ser Cachoeirinha e Casa Verde, a gente tem experimentado desde novembro pra cá, como forma democrática, a sociocracia, então a gente tá estudando, tentando entender como é ter círculos, debates horizontais e como adultos e adolescentes e crianças podem estar dentro de um mesmo lugar de participação.

E eu acho que uma questão é isso: como a gente faz pra ter espaços, e essa pergunta é mais pra Keila e pro Churras, como ter esses espaços que vocês participaram que não eram tão da hora de estar ali, mas como fazer com que os adultos tornem o espaço do Fórum, por exemplo, um espaço da hora pra crianças e adolescentes, mas sem deixar de ser um espaço que tenha potência, que vai conseguir olhar pro Prefeito, pra Regional... Como fazer isso? Com a sociocracia e gente tem conseguido, pelo menos, que alguns adolescentes participem e tenham voz e queiram participar de algumas ações, temos alguns grupos de trabalho e em todos tem adolescente participantes, isso tá bem legal. Mas eu queria aprender mais de vocês que participaram, que passaram por isso, como deixar mais da hora ainda o espaço do Fórum.

Ai pra Melina e pra Adriana, eu vejo a importância dos dados, não desmerecendo as falas dos colegas que contestaram, que regiões como a Vila Mariana também tem territórios de vulnerabilidade social, só que Brasilândia, Cachoeirinha é praticamente o território todo precisando ter investimento de política pública. Então eu entendo esses dados e acho que são importantes pra fazer análise e diagnóstico. Faz uns dois anos, eu tenho tido dificuldade de acessar dados, até coisas que já estavam disponibilizadas na internet e você procura o link não existe mais, procura a ferramenta e foi descontinuada. O que a gente faz com isso? O que a gente faz com governos que estão vindo aí e não sabemos se vamos continuar tendo Lei da Transparência?

E a última pergunta, se vocês tiverem, a gente tá num grupo de trabalho lá no Fórum tentando entender os dados relacionados a morte de adolescentes pelo uso de lança perfume, porque no posto de saúde dá entrada como parada cardiorrespiratória. Ajuda a gente a pensar como cruzar dados que possam contribuir com essa nosso estudo lá na Cachoeirinha? Obrigado.

10. Boa tarde. Como foi colocado muito a questão da violência, eu acho que o Estado é omissivo a questão da violência. Faz que 30 anos que o Estado se preocupa somente em construir cadeia pra prender nosso jovem, ao invés dele preocupar em criar centro profissionalizante pra ocupar a mente desse jovem. E a responsabilidade que não é só do Estado, é de todos nós, eu me preocupo muito, 19 mil bebês em 2017 e 635 mães com 14 anos de idade, é criança gerando mais criança. Cada ano que passa tá diminuindo a verba e mais criança nascendo, é uma coisa muito preocupante. A outra coisa que eu queria colocar: a Adriana falou da Unicef, parece que ela ajuda a coordenar 90 países, eu queria saber qual é o recurso que você manda pra África, que só tem criança com pele e osso, a gente assiste aquilo lá e dá



vontade de chorar, de tanta pobreza que tá ali naquela África, e qual a quantidade de verba que você manda pra aquele país lá? Só isso.

Fernando Abrucio

Obrigado, obrigado. Eu vou passar aqui primeiro pra Mel.

Melissa Riso

Esclarecendo uma questão aqui de dados, principalmente quando a gente olha a questão de homicídios, diferente de outros dados de violência, sobre os dados de mortes a gente tem hoje no Brasil duas fontes de dados onde a gente consegue comparar. O método de coleta desses dados é diferente, então a gente não espera que eles sejam idênticos, mas a gente espera que a tendência seja parecida. Então a gente tem os dados da saúde, que acontece nos hospitais, cada corpo gera um número, então os dados que eu mostrei pra vocês foram os dados do DataSUS e não os dados da Segurança Pública. Existe uma outra fonte de dados que são os homicídios e como isso está registrado, tem diferenças de cada um, não são exatamente compatíveis, mas tem um pouco essa tendência. Então quando você me pergunta: Quem diz que está diminuindo? quando eu comparo as duas fontes de dados, eles tem uma tendência parecida, então São Paulo, de fato, reduz o número de mortes na última década, nos últimos 15 anos, tem uma queda consistente que aparece nas duas fontes de dados, e é bastante confiável, os pesquisadores todos trabalham com essa fonte e é uma fonte confiável, quando dá distorção entre uma e outra você vai investigar o que está acontecendo. E aí na saúde, e também na segurança pública, a gente consegue observar as mortes decorrentes de intervenção policial, que é um dado separado na saúde.

Agora, lembrando que esses dados aqui, a classificação, quando vocês perguntam: quem está classificando esse dado? quando eu pego um dado da saúde, quem classifica esse dado é um médico do hospital que fez o atendimento. Em geral, ele também observa o que foi feito no histórico, olhar os boletins de ocorrência pra tentar transformar essa informação no mais confiável possível, porque a gente só vai conseguir fazer políticas públicas que deem resultado se a gente conhecer os dados, se não a gente vai fazer baseado no achismo.

Então, nesse caso, é importante a gente observar e tem como avançar nessas especificidades, seja porque a Secretaria de Segurança Pública divulga o número total de pessoas mortas em confronto com a polícia e na Saúde a gente consegue olhar alguma especificidade como: idade, cor, onde aconteceu essa morte, etc. Tem uma série de Institutos, eu mesma fiz estudos comparando informações e não é nada diferente do que você observam na prática, no cotidiano. Existe mesmo quando a gente olha pessoas mortas por intervenção policial, você tem uma sobre representação de negros, então você tem uma série de informações com as quais você consegue apontar, denunciar.

Agora, mais do que isso, eu acho que a grande virada do jogo é como a gente consegue mudar o cenário, porque só dizer qual é o quadro em que estamos vivendo não adianta, então é dizer como a gente muda a realidade, e aí têm algumas experiências que a gente tem observado no país inteiro, que são muito promissoras, principalmente no campo da segurança pública, e aí como última intervenção: essa Conferência é muito privilegiada porque o tempo todo a gente tá olhando a partir dos direitos das crianças e dos adolescentes, e como a gente trabalha no mecanismo da prevenção. Infelizmente não são



todos os Fóruns assim, em muitos Fóruns que eu vou pra discutir, a resposta que as pessoas querem para a violência é colocar cada vez mais jovens dentro da prisão...

Então tem um lugar de disputa, inclusive do imaginário, do simbólico, de mostrar como a gente pode virar o jogo a partir da prevenção, que é uma disputa de todos nós com o mundo lá fora. Então não é só uma perspectiva das políticas públicas, mas quando a gente olha o resultado das urnas, não só no âmbito nacional, mas pro legislativo e em vários Estados, a gente está olhando qual é o pedido. A gente também precisa travar essa disputa com relação ao modelo de sociedade entre nós.

Então esse espaço é privilegiado, mas aqui a gente continua falando entre nós, entre os iguais, tem uma disputa aí fora que precisa ser batalhada, ser conquistada e a gente só vai virar esse jogo, pelo menos no campo da Segurança Pública e na redução dos homicídios, se a gente investir em prevenção, essa é a única maneira da gente parar de enxugar gelo nesse país. E investir em prevenção significa investir em todos os fatores de risco, na vulnerabilidade, os municípios assumirem o seu papel na segurança pública que não é um papel de ter guarda na rua, é um papel de ter política de educação de qualidade, de assistência social, de saúde, de moradia, de mobilidade... é só assim que a gente vai superar e virar efetivamente o jogada segurança pública. Então, muito feliz de estar aqui nessa Conferência, muito gente batalhando e o negócio é não desistir!

Me coloco a disposição pra todos vocês, obrigada.

Adriana Alvarenga

Alguém questionou sobre o envelhecimento dos dados: "não acredite nos dados pois eles dão um recorte muito parcial". É verdade, primeiro, eles nunca são da semana passada, do mês passado, geralmente eles têm algum atraso porque os governos têm que alimentar sistemas de informação periodicamente e cada uma das Secretarias é obrigada a fazer isso. Então não tem muita escapatória e é bom que assim seja. A gente precisa lutar pelo aperfeiçoamento dos dados e não descartá-los, porque eles nos dão pelo menos uma pista. Se a gente tivesse numa rua, ele é o semáforo, só que verde nunca fica, porque a gente não pode abrir mão de nenhuma criança. Eles servem pra apontar pelo menos, onde estão as prioridades: eles servem pra orientar o plano de vocês, o plano do governo.

Então, por exemplo, a Prefeitura acabou de fazer o plano da primeira infância, ele é todo baseado em indicadores por região, porque as nossas médias municipais não servem, estamos em uma cidade tão gigante que é muita desigualdade dentro dela. Então, assim, absolutamente essencial, ele não cobre tudo, por isso que todos os estudos devem ser feitos com os dados secos, que vem do governo, e uma escuta das comunidades: das crianças, dos adolescentes, aqueles que estão na ponta vendo as coisas acontecerem. Então é a soma desses dois que faz a diferença.

E aí alguém contou sobre o Fumcad, esse é outra pulga atrás da orelha que a gente tem que ter: o Fumcad e a definição de investimento dos recursos do Fumcad está se baseando em quê? Não deveria olhar esse tipo de análise e priorizar onde tem mais problema? A gente tem que usar esses dados pra fazer política, pra fazer a situação mudar.

Eu continuo muito otimista, acho que tem muita gente boa trabalhando pra melhorar, a gente não pode desistir. A gente não pode desistir do menino que está lá na ponta, a gente não pode desistir da política que está lá na frente... a gente tem que continuar insistindo, a gente tem que votar direito, fiscalizar e monitorar. De novo, acabou de lançar o Plano da

Primeira Infância, e agora? A gente não pode esmorecer, tem que continuar lá, monitorando: o que você vai fazer? quando? com qual recurso? Porque recurso tem, é uma questão de priorização, onde a gente vai colocar esse recurso primeiro.

Alguém perguntou como obter os dados, eles são públicos na maior parte dos sistemas, as vezes a gente consegue pedindo amigavelmente pra Secretarias, a Lei de Acesso a Informação está aí pra isso...

Sobre os recursos da Unicef, a gente raramente manda recursos do Brasil para a África por uma simples razão: primeiro, a gente ainda tem muito problema aqui dentro e, segundo, os países ricos que arrecadam dinheiro inclusive para a Unicef, cada vez mais destinam recursos para a África, inclusive deixando de enviar pro Brasil, porque a avaliação é de que lá a situação é muito crítica e o Brasil já tem que se virar. Então a gente faz campanhas muito pontuais em situações de emergência.

A Plataforma dos Centros Urbanos é uma iniciativa que a Unicef desenvolve em 10 capitais e começamos por São Paulo e Rio e Janeiro. Quando a gente fez a primeira edição, a gente trabalhou com vários grupos nos territórios, algumas coisas funcionaram, outras não. Hoje, a Plataforma tem 4 prioridades: direitos da primeira infância, acesso a educação (inclusão, combate à evasão e aprendizado), gravidez na adolescência e enfrentamento ao homicídio. A gente ajudou na construção do Plano da Primeira Infância e na área de gravidez na adolescência a gente tá trabalhando justamente no Grajaú, uma pena que ele tenha ido embora. Em função da análise dos dados, é isso: a gente sentou com os gestores públicos e com os representantes da sociedade civil para olhar os dados e falou "Opa, aqui tem um problema grave. Tem que trabalhar aqui com prioridade". Então estamos lá no Grajaú um parceria com algumas organizações da sociedade civil e o governo municipal, e aí conseguindo envolver os cabeças das Secretarias, porque da outra vez a gente tentou ir pelo território e o serviço do território ficava muito bloqueado porque não tinha autorização de cima. Então a gente pegou autorização de cima, pra poder fazer isso e fazer aquilo, e estamos trabalhando juntos.

Acho que é isso, obrigada de novo e bom trabalho pra vocês.

Carlos Alberto (Churras)

Nós já somos uma parcela dessas pessoas, são muitas outras, centenas de milhares, mas ó da gente estar aqui já é um grande processo, não ter desistido, estar nessa construção: quem tá na base do Conselho Tutelar, quem tá na base dos Conselhos de Direitos... a gente precisa discutir isso também, as pessoas não ficarem na perpetuação dos cargos. Aqui na cidade ainda tem um burquinho melhor pra fingir que não tá mais, mas no interior, a pessoa fica no Conselho representando o governo, aí quando acaba o mandato dela, ela vai pra uma organização que ela vai ficar representando a sociedade civil, e depois ela volta pro governo. E isso é muito comum, a pessoa está há 20 anos representando o Conselho da Criança e do Adolescente.

Eu acho que as nossas amigas já falaram sobre isso, mas a gente precisa falar da importância dos dados, e a gente precisa repensar como a gente observa esses dados na realidade. A gente já teve a taxa de 120 mil homicídios a cada 100 mil habitantes no Jardim Ângela, mas ninguém morre de tiro. E outra tese que a gente precisa desconstruir é da bala perdida, não existe bala perdida, a bala só erra o endereço e acerta quem não deveria acertar. Mas como a gente vai aprofundar esses estudos, principalmente quando a gente for confrontar esses dados.



E aí a Adriana traz um ponto importante: como vamos discutir a destinação dos recursos? E aí a gente volta pra questão do Conselho, do Fumcad, muitas das vezes, o processo que eu acompanho internamente, quantas vezes as próprias resoluções que o Conselho aprova de destinar a prioridades do orçamento não são respeitadas. Então medida socioeducativa é prioridade do orçamento, de um orçamento que já é prioritário, acolhimento institucional... então pouco se investe, e quando gente vai escutar das Secretarias: "Estamos diminuindo os meninos em medida socioeducativa em meio aberto", estamos diminuindo porque eles estão morrendo. Então nem chegam nos serviços, nem chegam na Fundação Casa, então nem sei, é um caos. Quando o menino fala que na unidade de internação que ele conseguiu acessar o dentista, que Estado perverso é esse? em que a punição é a forma de garantir direitos. A propaganda política daqui um ano e meio vai falar de dois pontos: creche e unidade de internação, cadeia. É só isso, ninguém fala de profissionalização, ninguém fala de nada. E o pouco que a gente tem hoje, está sendo recolhido. A gente só sentiu o cheirinho, quando a gente fala em política pública, de acesso, da questão do acesso universitário, foi só um cheirinho. E é um cheirinho muito gostoso, eu usei programas como o ProUni pra acessar a universidade, mas e se a gente conseguisse apesar com integralidade.

Pra pensar metodologias de participação, como companheiro colocou, como a gente transforma os espaços para que sejam participativos de fato. Acho que, primeiro, não responsabilizar a criança e o adolescente para que sejam agentes de transformação e mudança. Tem uma resolução do Conanda de 2017 que coloca que os Estados tem que construir Comitês de participação juvenil ou como se fossem Conselhos. Aí eu vou imaginar São Paulo, eu vou colocar o menino pra ser conselheiro de direitos, se nós que já é adulto não aguenta as forças, os lobby, já sai enojado, já sai doente, imagina colocar uma criança nesse papel. Acho que a gente tem que saber onde a gente vai dar esse papel de participação sem dar o papel do adulto, senão daqui a pouco ela vai vir na Conferência e como não fez uma proposta boa, não vai ter política pública pra ela, vai ser um próximo culpado. São Paulo é o único Estado que faz Conferência Lúdica, que separa. Em 2012 foi a primeira Conferência que as crianças entraram no Conanda. E não puderam entrar no espaço físico, tivemos uma briga gigantesca. Agora na próxima Conferência o Conanda vai aceitar a participação de até quatro crianças. E a gente ainda não sabe como vai se dar essa metodologia... a gente tá desde 2005 fazendo, desde 93/94 teve conferência no Vale do Anhangabaú com as crianças, então essa ideia não é nova.

A gente ainda vai precisar avançar muito nesse espaço de participação. Eu fico muito feliz de estar aqui nesse espaço, e pensar que tudo começou em uma Conferência, mas eu também quero que esses meninos não estejam aqui, eu quero que esses meninos estejam na profissionalização que eles quiserem, nas engenharias, nas administrações, na psicologia, é direito dele estar onde ele quiser, respeitar as peculiaridades, a realidade de cada um. Teve uma época que o slogan da cidade era "Uma cidade acolhedora" e foi a maior crise de identidade que eu tive: que cidade é essa que acolhe? Que sai daqui e vai gastar mais 3 horas até chegar em casa, sem dignidade nenhuma? Que o moleque pra ter um passe livre tem que passar por uma humilhação gigantesca que é pegar uma fila de 12 horas... pra acesso um direito, muitas vezes, ele tem que cometer um ato infracional, ele tem que sofrer uma violência pra poder ter um direito garantido, ou minimamente saber que ele existe, porque até então essa criança não existe. A criança é uma na assistência, outra na saúde e outra na educação. Quando eles respeitarem quem é João, quem é Maria, quem é José, aí de fato acho que a gente vai conseguir adequar.

Só pra fechar, eu vou participar do Eixo III porque eu quero discutir sobre orçamento, quero saber quando de fato a gente vai parar de ficar brincando com os recursos do Fundo Municipal, que é maior do que muitos orçamentos de vários orçamentos de cidades do Brasil, de muitas Secretarias... Então a gente precisa parar de brincar com política pública e com o dinheiro que não chega na mão das entidades nos territórios. Então temos amanhã pra pensar propostas e pensar como vamos dar continuidade. E daqui quatro anos, se tiver Conferência, e se não tiver não vai faltar, a gente faz: a rua é pública e vamos ocupar e fazer. Temos a Unicef com mecanismos, dados e indicadores muito interessantes que podemos trabalhar, a FGV vai construir um material sobre essa Conferência, pra que não se repita essa história: o próprio Conselho organizador não tinha registro da última Conferência para se organizar, se não fosse um e outro ter um *pendrive*, não ia ter nada. É isso, obrigado.

Keila

Eu não vou falar mais do mesmo, tô de acordo com tudo o que o Churras falou. Só vou responder como a gente faz lá no Butantã. As reuniões do Fórum acontecem uma vez por mês, o Fórum tem mais de oito anos, então não foi do dia pra noite, hoje as reuniões tem 60 participantes e na maioria adolescentes. Os adolescentes vão e, normalmente a gente faz um momento separado. Na Conferência do Butantã, foram os adolescentes que levantaram as coisas que eles queriam discutir, decidiram qual tema seria, enfim, a gente chegou em 10 temas e depois deles levantarem propostas, nas reuniões do Fórum, eles foram encaixando essas propostas nos 5 eixos temáticos.

Então a gente tem um momento que é dos adolescentes e depois a gente junta e compartilha o que foi conversado entre os adultos e o que foi conversado entre os adolescentes, tivemos até um tempo atrás um grupo de formação, que era um grupo de adolescentes, que levantava questões que eles discutiam, sobre a situação da criança e do adolescente na nossa região. Então é uma metodologia que a gente usou e que deu certo, hoje a gente tem parceria com várias escolas da região, vão alunos de escolas, alunos de CCAs pra essas reuniões... Então foi nesse 8 anos que conseguimos chegar nesse número de 60 participantes, em sua maioria adolescentes.

Queria agradecer muito a oportunidade de falar aqui pra vocês, feliz de estar aqui e preocupada com essa questão que o Churras deixa: o que vamos fazer depois daqui? Estamos aqui dentro falando de violação de direitos e tem um menino ali, vendendo bala, com diversos direitos sendo violados.

Adriana Alvarenga

Aproveitando a passagem do microfone: o rapaz que perguntou como faz para deixar o espaço para os adolescentes mais da hora, a minha primeira dica é perguntar pra eles, eles vão descobrir o melhor caminho com você.

Fernando Abrucio

Acho que o debate foi muito interessante, as vezes é preciso ter o pessimismo otimista da razão, como diria o velho Gramsci, a gente tem que analisar a realidade, pensar os problemas, as diversas dificuldades, mas não pode parar. Pra terminar, o meu convite é amanhã a gente trabalhar bastante não só pra pensar proposta, mas pra montar um modelo de proposta que possa ser mais crível, mais cobrado. Isso garante? não garante,



**XI Confêrencia
Municipal dos Direitos
Humanos de Crianças e
Adolescentes de São Paulo**

FGV EAESP

*CEAPG
Centro de Estudos
em Administração
Pública e Governo*

mas é o que a gente pode fazer. E não abandonar, isso é o mais importante nessa luta toda. Obrigado pessoal.

Relatoria do segundo dia de Conferência – 29/11/2018

Eixos Temáticos

O segundo dia da Conferência Convencional foi inteiramente dedicado ao debate dos cinco eixos temáticos que organizam a Conferência. Assim, as pessoas se dividiram em grupos, de acordo com os eixos que haviam escolhido no credenciamento, e passaram o dia debatendo em grupo com o objetivo de elaborar de três a cinco propostas a serem apresentadas na plenária final.

A seguir, apresentamos as discussões realizadas em cada um dos eixos temáticos, de acordo com o trabalho de relatoria realizado pela equipe da FGV, com o objetivo de situar o leitor nos pontos mais relevantes de cada tema e nas metodologias utilizadas para o engajamento dos participantes nas discussões e elaboração das propostas.

Eixo I: Garantia dos Direitos e Políticas Públicas Integradas e de Inclusão Social

O dia teve início com a apresentação dos delegados e da equipe de apoio, esclarecendo quais eram as “regras do jogo”, ou seja, a metodologia para realizar as propostas. O previsto era que seguissemos com a seguinte metodologia: alinhamento dos conceitos abordados pelo tema do eixo, levantamento dos problemas do eixo relacionados às pautas dos delegados e da Conferência Lúdica, estabelecer problemas prioritários e pensar nas propostas finais que buscassem resolvê-los, ressaltando a diminuição de propostas, considerando a experiência prévia da última Conferência Convencional em que houve muitas propostas, pouca praticidade e ação por parte dos gestores públicos.

Não demorou muito tempo para que os delegados expressassem certo incômodo com a metodologia. Os delegados presentes já tinham elaborado propostas nas suas respectivas Conferências Regionais, e sentiram falta delas no processo que iria ser feito. Um dos delegados ficou especialmente incomodado, pois dizia que isso “prejudicava o trabalho de base” e o sentimento era de que a Conferência Municipal poderia “desprezar” tudo aquilo que foi construído na fase regional. Esse desconforto gerou posteriormente uma moção de repúdio à Comissão Central pela metodologia utilizada. A equipe mediadora logo se posicionou, alegando que não era essa a intenção e que, sim, existiam as propostas regionais consolidadas no trabalho. Além disso, a equipe estava aberta a mudar o processo, mas isso atrasaria a equipe em geral.

No entanto, depois de ler as propostas consolidadas, tanto a equipe quanto os delegados perceberam algo que consideraram problemático: “[Nós] enviamos tudo para a Secretaria. Na hora da devolutiva, não tinha nada alinhado para as nossas propostas. Por isso, pode muito bem não ter aparecido algumas coisas que não vieram no [relatório] consolidado, porque parte da visão de quem tem todos os dados ‘em primeira mão’, que possui suas próprias concepções”. Inferiu-se, então, que os realizadores da consolidação das propostas regionais podem ter deixado propostas de fora por suas especificidades, mas que ainda assim poderiam ser de relevância municipal.

A partir daí, aconteceram discussões sobre o papel das propostas municipais que tomou um bom tempo da dinâmica.



Fonte: FGV,2018

A ideia da equipe era de que cada um escrevesse um problema presente na sua região para fazer uma “nuvem de ideias” posteriormente. Mesmo assim, o grupo decidiu votar e optou por apresentar as propostas da região de cada membro, de acordo com as Conferências Regionais. No meio do processo, sentiram que não era uma boa ideia – seria demorado e não seria representativo, pois nem todas as regionais estavam contempladas. Assim, decidiram acatar à proposta metodológica sugerida pela da equipe organizadora.

O processo de levantamento de problemas começou ao meio-dia e foi até o intervalo, às 13h30 – o grupo atrasou. Dentro da nuvem de ideias surgiram propostas diversas e complementares: questões de habitação, falta de recursos de escolas para abrigar crianças e adolescentes portadores de deficiência, ausência de políticas públicas efetivas para crianças em situação de rua e na rua (essa muito refletida da situação no centro da cidade), problemas de desempenho em Conselhos Tutelares e entre conselheiros e outros atores, falta de banco de dados de crianças e adolescentes integrado, rede de garantias de direitos desarticuladas e com financiamento precário, ausência de espaços de circulação para esse público no contraturno, “vácuo” educacional entre a educação na primeira infância e o EMEI, criminalização da juventude, entre outros. No total, o grupo elaborou cerca de 30 problemas. Vale dizer que alguns misturaram conceitos, elaborando propostas ou boas práticas para a nuvem de problemas.

Após levantados os problemas, a equipe de apoio começou a pensar, junto com os grupos, possíveis nuvens. No meio disso, surgiu um debate sobre uma proposta levantada por uma delegada: “emendas individuais para organizações sociais/monitoramento”. Foi uma discussão difícil de acompanhar, assim como outras que vieram a seguir, por conta do comportamento dos membros durante as falas. Houve tanto o reconhecimento quanto o medo em relação ao papel das organizações sociais. Uma fala que revela essa preocupação veio de uma delegada, conselheira tutelar na região da Sé: “Eu morei na região central por 35 anos. Quando jovem, fui muito atendida pelas ONGs, e hoje em dia trabalho com crianças e adolescentes. E o que eu entendo hoje em dia é que recebemos políticas públicas de fora para dentro, desconsiderando peculiaridades e explicitando o despreparo desses grupos para atuar na região – e ninguém quer assumir isso! O melhor seria pensar em algo que saísse de dentro dessas comunidades. A situação atual reforça apenas a busca por resultados quantitativos, para preencher prancheta no fim do mês. E os [resultados] qualitativos? Desse jeito, nem o setor público consegue o retorno dos sucessos e fracassos para executar um melhor trabalho.”

Complementando a fala dela, um delegado ressaltou, dentre todas essas questões, a importância que ele via nessas organizações não-governamentais e sociais para a manutenção de direitos da criança e do adolescente: “Se amanhã as organizações deixarem de atuar, o Brasil entra em colapso! É claro que todo o contexto de fiscalização deve ser discutido, mas talvez o processo por trás disso seja importante de se olhar. São Mateus já chegou a proibir a atuação de certas organizações porque o serviço oferecido não era bom. Depois do marco regulatório, organização virou pano burocrático! Por exigir tanto número e cobrar coisas como presença, fica difícil de incluir [no marco regulatório] algumas organizações. Temos que estar de olho na relação burocrática com as organizações, mas também olhar para a ação da política pública.”

Após a discussão, foi decidido terminar a organização da nuvem após o retorno do almoço. A segunda sessão começou ligeiramente atrasada: o combinado foi de chegar às 14h30, mas apenas às 14h50 que a sala ficou suficientemente cheia.



Fonte: FGV, 2018

Por conta da discussão anterior, o grupo decidiu colocar a questão das organizações como relevante na intersetorialidade, para repensar o processo de contratação, acompanhamento e exercício da ação pública nesse setor. A segunda nuvem era sobre educação, em que os pontos principais estiveram entre espaços de vivência, profissionais para a escuta, gestão do cuidado e a relação com a assistência social e a educação integral – modelo intersetorial de atuação, que promove um espaço multidisciplinar para o aluno. Um exemplo recorrente deste modelo eram os CEUs, que, segundo os membros, não estavam recebendo atenção necessária dos gestores públicos. Surgiu, dentro do debate, a concepção de que “a criança não é da assistência social ou da educação. A criança, na verdade é da cidade, e mesmo não sendo um cliente agora, definitivamente o será depois”. Além disso, é reforçado o vácuo educacional.

A terceira nuvem era sobre o Conselho Tutelar. Como a sala era composta por um número relevante de conselheiros(as) tutelares, aquele tópico era relevante e competido pelos membros. Por isso, foi difícil entender algumas falas, pois um se sobrepunha ao outro. No entanto, os pontos principais levantados foram sobre o entendimento do exercício do conselheiro tanto por si mesmo – não se entender enquanto rede – quanto pela sociedade, que atualmente estaria enfrentando um momento delicado político, que enfraqueceria o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

No fim, às 16h, definimos os subgrupos em 5: Gestão e RH, Conselho Tutelar, Intersetorialidade, Educação e Criminalização. Na formação dos subgrupos, os membros deixaram de fora Gestão e RH, formulando apenas 4 formulários de proposta. O início das pequenas reuniões começou desarticulado, mas logo depois o barulho foi diminuindo. Tínhamos que entregar a proposta até o fim da sessão. O Conselho Tutelar foi o último subgrupo a entregar, com alguns membros que acabaram ficando imersos em discussões do tema, mas paralelas à proposta. Terminamos às 17h30.

No terceiro dia da Conferência, os grupos voltaram a se reunir. Como as discussões e embates dos delegados atrasaram a elaboração das propostas, a discussão delas não foi feita no dia anterior, então tivemos que nos reunir antes da plenária para reler e fazer ajustes necessários.

Na proposta da educação, surgiram alterações conceituais que, para o grupo, eram relevantes – sofrimento psíquico e extensão de primeira infância para crianças de até 6 anos. Na proposta de conselhos tutelares, ressaltaram a importância de ver o ECA como instrumento de capacitação e lembrar de propostas que já existem neste sentido. Na intersetorialidade, um ponto relevante foi começar a adereçar o poder público como não mais um mero “convidado” das conferências e fóruns, mas um agente necessário.

Propostas encaminhadas para a plenária:

- “Garantir a permanência e o acesso à educação integral de qualidade para a infância, com prioridade para crianças de 0 a 6 anos e, de forma inclusiva, às crianças e adolescentes com deficiência e/ou em sofrimento psíquico, considerando suas especificidades (de gênero, étnicas e culturais). Oferecer atividades de informática, esportivas, culturais e artísticas, além de discussões interdisciplinares sobre o ECA para potencializar a formação crítica e cidadã.”
- “Fortalecer o Conselho Tutelar com a promoção de capacitação, cursos, seminários e palestras para o SGD, tendo o ECA como instrumento norteador; promover formação permanente para os conselheiros; promover o alinhamento da atuação

entre os Conselhos da cidade e promover campanhas de divulgação e valorização do Conselho Tutelar para a população em geral; garantir a estrutura física e administrativa necessária ao funcionamento Conselho Tutelar.”

- “Não à redução da maioria penal; ampliar a rede básica de proteção; fortalecer as medidas socioeducativas em meio aberto (atendimento nas políticas públicas); ampliar e garantir os espaços de protagonismo (Fóruns Regionais de Direitos Humanos da Criança e do Adolescente)”
- “Implementar a regulamentação da participação de gestores públicos e trabalhadores (diretos e indiretos), sempre que convocados, e também dos usuários, principalmente crianças e adolescentes, nos Fóruns Regionais de Defesa dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente, para a efetivação de monitoramento e execução permanente das políticas públicas, criando Comitês de Observatórios de Políticas Públicas da Infância e Juventude.” Nesta proposta, foram feitas alterações que suprimiram parte do texto, além de reforçarem a recomendação de mecanismos de supressão.

Eixo II: Prevenção e Enfrentamento da Violência Contra Crianças e Adolescentes

Apresentação – 20’ - GRUPO TODO

Os participantes estão em formato de semicírculo e são instruídos a se apresentar. Cada um fala seu nome, instituição e a região que está representando.

Introdução ao tema do eixo: Violências – retrato do grupo - 20’ - INDIVIDUAL

Os materiais usados são Flipchart, Tarjetas, Fita crepe, Canetinhas coloridas. Os delegados são instruídos a refletir o porquê das respostas que darão sem colocar nas tarjetas.

Assim que recebem as canetinhas, alguns delegados já começam a escrever, enquanto outros ficam pensando, e alguns conversam entre si. Conforme acabam, vão se levantando e levando até a lousa.

Nas tarjetas foi possível ler “Tapinhas e castigos contra crianças e adolescentes”; “Estupro de vulnerável Art. 217 A”; “Violência doméstica; “ Rejeição”; “Agressão física e verbal”; “Drogadição entre os jovens”; “Rejeição Abandono”; “Assédio Sexual”; “Abuso Sexual”; “Risco de morte dos adolescentes por causa do: tráfico, drogadição”; “sexual”; “Ausência de políticas públicas para os meninos(as) em situação de rua e na rua”; “Violência sexual contra crianças e adolescentes”; “FOME parece surreal imaginar que as pessoas não tenham o que comer, mas é real e objetivo que algumas crianças só comam de segunda a sexta porque frequentam o serviço. Isso é muito violento!”; “Violência sexual”; “tipo de violência? Mentira! Falta de ouvir e pensar...!!!”; “ABANDONO-contras as crianças e seus familiares”; “Falta de sonhos...”; “Abandono”; “Assédio Sexual”; “Tortura”; “Violência da dor da criança quando ela é separada da mãe”; “Abuso sexual”; “uma das violência que mais me incomoda é a ausência de direito a alimentação saudável.”; “Negligência”; “Abuso Sexual”; “violência psicológica”; “Assédio as crianças e adolescentes e são vítimas de todas as partes. Poder público e própria família”; “Medo da sociedade calar-se Violência Sexual”; “Violência Sexual”; “-Violência Sexual - Descaso quanto à saúde tanto física quanto Emocional”; “Manter a cultura da violência”; “Porque tantas crianças na rua tantas crianças EM FAROL, pedindo esmola” e; “quando eu era criança fui tocada por um tio e por meu padrasto. ‘Não matem a inocência de uma criança’”.

Camilla lê cada uma das tarjetas e após isso Marcello anuncia a próxima dinâmica.

Levantamento dos principais problemas relacionados ao eixo - 40' - PEQUENOS GRUPOS

Marcello informa que serão 3 grupos de 7 e 2 de 6 e que os mesmos podem se organizar da maneira que preferirem. Nessa etapa adotei o método de rotação entre os grupos para contemplar o máximo de assuntos pautados pelos delegados.

No grupo 1, após leitura dos dados disponibilizados, o delegado Neto questiona “Política pública é suficiente?” e afirma que a cabeça das pessoas também precisa mudar. Delegada Rosana fala sobre abandono no caso de pais muito atarefados, ela diz que essas crianças também terão traumas ligados ao abandono ainda que os pais ainda sejam “parcialmente presentes”. Mais a frente a delegada diz “Acho estranho que as pessoas falam de direitos humanos e falam só sobre periferia. Eu também sou humana mas não vim da periferia”. A delegada fala sobre racismo e olha nos olhos de um delegado negro também participante do grupo para dizer que eles são iguais.

Já no grupo 2, os delegados acabam de ler os números expostos e Euzébio coloca “Imagina o que não está documentado...”. O delegado fala também sobre Conselheiros tutelares que concordam com a violência e afirma que já ouviu colegas apoiarem tal ato. Raquel levanta a questão do que ela chamou como “Cultura da Violência” e exemplifica casos em que pais consideram normal atos de violência sofridos ou praticados pelos filhos. Ela diz que já ouviu de uma mãe a frase “Ah, mas então ele provocou”. A delegada falou também do machismo nas relações entre os próprios alunos quando ocorrem casos de violência, segundo ela “mulher que bate em homem é prostituta. Homem que bate em mulher é porque ela pede” foi uma fala dita por um aluno

Enquanto isso Maria do Céu circula moção pedindo apoio aos delegados para construção de mais um Conselho Tutelar no território da Penha. A delegada justifica que já possuem 1 conselho mas devido ao atendimento direcionado à 3 distritos (Artur Alvim, Vila Matilde e Penha) seria necessário mais um Conselho para melhorar o atendimento.

No grupo 3, Aécio fala sobre a dificuldade de averiguar abusos “Bem maior do que a gente pode imaginar”. Amanda, por sua vez, fala sobre automutilação. Grupo concorda que negligência familiar é vista como uma resposta a negligência do Estado. O grupo avança nas discussões e acabam levando propostas ao invés de soluções, mas Camilla esclarece a dinâmica atual e os delegados passam a pensar nos problemas.

No grupo 4, Andrea Paula fala sobre a importância do trabalho em rede e diz que “tem que se pensar na criança como um todo” ao apontar os serviços que devem estar em constante diálogo. Pedro B. propõe a especificação de um problema e problematiza a sociedade e seu contexto histórico. O delegado faz referência ao livro “A elite do atraso” de Jessé Souza, Andrea Paula e André conversam um pouco sobre o livro.

Isabelle Bianchi chega durante a leitura dos dados no grupo 5 mas os integrantes se mantêm concentrados. Eles abordam questões sobre a saúde mental dos próprios funcionários para lidar com crianças que passaram por situação de suicídio. Uma delegada sugere filme “Nerve” aos colegas.



Fonte: FGV,2018

Camilla e Marcelo propõem o retorno ao debate geral, os delegados ainda estão imersos em seus debates localizados, o que acaba gerando conversas paralelas. Os coordenadores explicam que agora cada representante de um grupo irá apresentar os problemas escolhidos.

Compartilhamento e pactuação dos problemas identificados pelos grupos

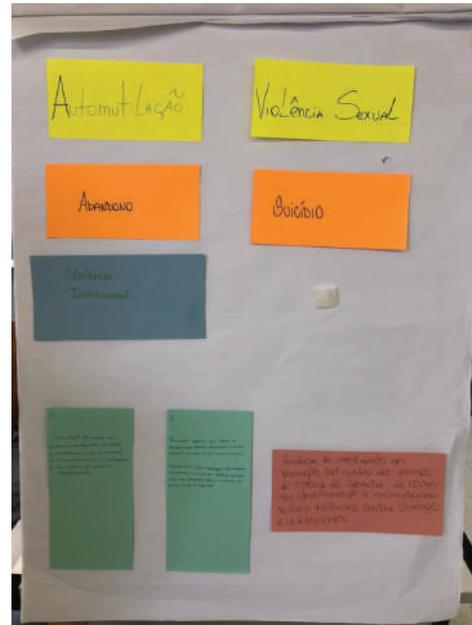
Por não estarem mais organizados de acordo com a dinâmica anterior os grupos são chamados de acordo com a maneira como os problemas foram colocados no flipchart. Dessa forma, o primeiro a se apresentar é o grupo 2.

Durante leitura e apresentação dos problemas, o grupo 2 expõe que sua proposta foi “Abandono” e levanta o ponto debatido entre os membros a respeito da falta de formação dos funcionários e da alegação feita por um dos participantes do grupo (não dizem o nome do colega) de que conselheiros tutelares não atuam da maneira que deveriam.

Grupo 3 expõe como problema “a ausência de investimento nas formações continuadas dos atores do sistema de garantia de direitos para prevenção e enfrentamento das violências contra crianças e adolescentes” e “Falta de articulação e intersetorialidade entre os diferentes atores do sistema de garantia de direitos”. Vendo relação entre os problemas colocados e propostas feitas pelo grupo 3, Camila propõe junção de ambos em um tema macro de “falta de articulação”.

Pedro B. fala que o grupo se pautou na negligência do Estado como incentivo aos problemas e questões de uma família e os indivíduos para argumentar a escolha do problema como “Violência Institucional”.

Representantes do grupo 5 colocam que identificaram 2 problemas “automutilação” e “suicídio” e através da sugestão de outros delegados é optado se considerar como problema o “suicídio”.



Fonte: FGV,2018

A partir daí tem-se os cinco temas a serem discutidos,: 1- falta de articulação, 2- abandono, 3- violência sexual, 4- suicídio e 5- violência institucional.

Com os problemas definidos Marcello abre momento de fala para todos que se sentirem interessados em fazê-las com tempo limite de 3 minutos. Raquel e Maria do Céu enfatizam a importância de uma rede entre os serviços presentes em comunidade. Alguns conselheiros tutelares reivindicam esclarecimento acerca da fala do grupo 2 em relação ao comportamento dos mesmos em serviço. É criada uma discussão em torno da afirmação feita. Raquel diz “muitos profissionais não enxergam a importância do papel social que têm”. Maria do Céu então esclarece a fala dos colegas em relação às acusações. Euzébio esclarece que a fala foi dele e que não estava falando de maneira geral, também questiona “onde é que os senhores trabalham que eu vou pra lá” e pontua que a questão se deu no caso de seus colegas de trabalho. Muitos delegados acabam cortando falas de colegas e Camila intervém para dizer que é necessário respeitar a fala de cada um.

Até então as falas eram cedidas à aqueles que à pediam mas, com o aumento da demanda, algumas confusões surgiram e outro método passou a ser usado. Dessa forma, Camila cria uma lista de inscrição para discursos.

Em sua vez, Clever fala sobre a imagem do conselheiro tutelar perante alunos em escolas da rede pública “São vistos como monstros. [...] vão me tirar da minha mãe”. Ele diz que a escola usa dos conselheiros como ameaça para que o aluno aja da maneira certa. Conselheiros se chocam e negam comportamento de conflito mencionado por Clever, que justifica dizendo que é aquilo que a instituição faz os alunos interpretarem a respeito da profissão. Euzébio tem a palavra e concorda com Clever, fala também que muitas vezes representantes da instituição de ensino os chama apenas para assustar as crianças para que elas melhorem. Euzébio questiona indignado “Gente, quem é que melhora com susto?”. É causado certo desentendimento por parte dos conselheiros e um delegado procura explicar o pensamento explicitado por Clever. Isabel tem a fala e declara indignação pelo

fato de ter muitos adultos e poucos adolescente e crianças no ambiente. A delegada afirma “Tiradentes é extrema ZL, nossos adolescentes estão morrendo pela polícia, pelas drogas, pelos tráficos, por serem negros, por serem gays[.]”. Com base na fala de Isabel, Maria do Céu diz “temos o privilégio de ter os protagonistas com a gente hoje para pode ouvir eles”. Aécio retoma o debate sobre conselheiros tutelares e tenta explicar fala de Clever.

Por volta das 13h15 Marcello anuncia fim das falas e informa que a 1ª parte do dia está encerrada. Camila dá um introdução a respeito do que será feito no próximo momento e explica que delegados serão divididos em grupos novamente. Clever então sugere que os componentes do grupo no próximo momento sejam diferentes, Camila aceita a sugestão dada pelo representante dos adolescentes. Em seguida, Camila pede aos delegados para fazer a leitura do texto “Da paz” e ao finalizar a leitura diz aos delegados “Vocês são a paz. Obrigada por estarem aqui ajudando a mudar um pouco essa situação.” Muitos delegados vão até ela pedir o nome do poema antes de saírem para o almoço.

Apresentação das propostas elaboradas nas Conferências Regionais e Lúdica específicas do eixo. 15' - GRUPO TODO

Momento 2 é iniciado por volta das 14h35. Não há apresentação das propostas regional e lúdica pelos coordenadores, todavia cada delegado recebe papéis com essas informações e usufruem em seus respectivos grupos.

Delegados são divididos em grupos para que pensem em, no máximo, 10 propostas (2 por grupo) de acordo com os problemas definidos no 1º momento. Como sugerido por Clever, Camila propõe que delegados se sentem em composições de grupos diferentes. Camila enfatiza a importância da consideração das propostas feitas pelas crianças e adolescentes nessa etapa.

É percebido que grande parte dos participantes do grupo 2 no primeiro momento permanecem juntos, Camilla intervém pedindo que delegados se separem. Será usada a mesma maneira de identificação dos grupos feita no primeiro momento (enumeração) todavia vale se atentar para a alteração dos integrantes destes grupos.

Andréa Paula, integrante do grupo 1, lê as propostas feitas nas convenções lúdica e regional e considera em conjunto com o grupo que não há propostas que contemplem seu problema de “falta de articulação”. A delegada traz questão de funcionamento em rede e de sua importância no caso de uma criança que sofreu algum trauma. Ela fala sobre como muitas vezes a criança precisa repetir um depoimento pra um psicólogo e depois na escola para que os atores saibam do seu caso, ela diz que isso tudo “acaba expondo a criança mais de uma vez”. Isabel considera a proposta dos adolescentes na conferência lúdica em relação a formação de grupos de apoio.

Grupo 2 diz ter grande dificuldade em falar do assunto “abandono”. Euzébio fala sobre memória antiga em que ouviu em um programa de rádio a frase “‘Uma criança abandonada é espelho de pais abandonados’. Muitas vezes os pais não tem uma condição boa, uma casa boa”. Maria do céu fala sobre episódio de trabalho em que teve que dormir com criança em delegacia por não ter onde deixá-la.

No grupo 3 Christiane enfatiza questão sobre espaço para cuidado do agressor. Justificou que “[...]É importante para a não perpetuação do comportamento violento”. A delegada falou também que muitas vezes o agressor tem traumas que o fazem agir de maneira violenta. Não foi possível absorver muitas ideias do grupo, pois os outros grupos estavam

falando de maneira exaltada. Inclusive delegados do grupo 2 reclamaram do volume das falas de seus colegas para Camila que chamou a atenção dos delegados.

Wilson Matheus, do grupo 4, faz crítica a falta de psicólogos e terapeutas em UBSs e sugere proposta que siga o caminho da problemática que ele apontou. Michelle questiona sobre a viabilidade da proposta e Wilson rebate com questionamento “Por que ainda não tem isso?”.

Isabelle aponta problema de diretores não terem muitas informações sobre os alunos com os quais estão lidando e propõe uma espécie de banco de dados sobre as características dos alunos para que os profissionais saibam como atuar em cada caso.

Encerrado o tempo de discussão, Marcello propõe que cada grupo escolha alguém para apresentar as propostas para o restante dos colegas e pede que, caso o grupo considere as propostas feitas nas conferências regional e lúdica, que seja indicado pelo apresentador das propostas.

Construção de propostas a partir das relações entre os 5 principais problemas apontados e propostas das conferências anteriores - 45' - PEQUENOS GRUPOS

Giovanna e Andrea, apresentam as propostas do grupo 1 e Andrea afirma que o grupo não viu seu problema sendo contemplado pelas propostas feitas em conferências anteriores. Giovanna lê as duas propostas “Assegurar (via portaria?) capacitação e formação continuada na identificação no enfrentamento à violência contra criança e adolescente. Aos profissionais do sistema de garantia de direitos (educação, saúde, assistência social e conselhos tutelares)”; “Pactuar fluxo intersecretarial no atendimento e acompanhamento das crianças e adolescentes em situação ou suspeita de violência considerando a premissa da não revitimização”. Os colegas aplaudem a apresentação do grupo, e o grupo 2 é chamado à frente da sala.

Raquel e Maria do Céu representam o grupo 2. Maria do céu lê uma proposta “Criar e implantar na cidade de São Paulo um serviço de pernoite para crianças e adolescentes que se encontram em situação de possível abandono para que crianças e adolescentes não sejam institucionalizadas individualmente.”. Alguns delegados não entendem a proposta e Maria do céu explica com um exemplo, ela diz “Muitas vezes a criança só é hiperativa, sai de um território para outro e acaba entrando para o número de crianças abandonadas sendo que ela só se perdeu dos pais. Ela não precisa ser institucionalizada”. Andrea diz haver alguma questão judicial que impeça essa proposta mas que ela mesma não sabe identificar qual seja. Maria do céu diz “Então vamos levar para a plenária e se tiver alguma coisa algum delegado que saiba disso vai se manifestar”. A delegada acaba se exaltando e completa “Eu venho nessa conferência desde 2002 e agora que vejo que ela não está tão ruim.” Camila intervém e aponta que consideração feita por Andrea é importante, e que não dá para pensar em política pública com base ilegal. A Coordenadora fala também em levar a questão a plenária para que se saiba se ou não legal. Delegados consideram a fala de Camila e Maria do Céu se senta em seu lugar, feliz de ter a aprovação dos colegas.

Raquel então lê a segunda proposta “Ampliação da oferta dos serviços de proteção básica, para que todas as crianças e adolescentes sejam contempladas em seus territórios”. A grande maioria das propostas já estão expostas (faltava apenas uma proposta do grupo 3 e do 5) no flipchart e os delegados já começam a considerar possíveis junções a serem feitas.



Pedro B. afirma que grupo usou propostas base tanto da conferência lúdica quanto da regional para formulação das ideias do grupo e lê as duas propostas feitas por eles: “Serviços especializados ao autor de violências sexuais” na primeira, ele justifica que é importante a “não perpetuação das violências” com ajuda da colega Christiane na frase. O delegado então lê a segunda “Mais espaços de acolhimento e acompanhamento psicossocial em todos os serviços da proteção básica que atendem crianças e adolescentes bem como na Rede de Educação.”

Michelle diz que o grupo considerou ideias feitas em conferências anteriores para criação de suas propostas e apresenta propostas feitas pelo grupo 4 “1ª Garantir que toda UBS tenha em seu quadro uma equipe de psicólogos, assistentes sociais, psiquiatras e terapeutas ocupacionais, para um atendimento preventivo e de acompanhamento das crianças, adolescentes, famílias e comunidade. Bem como a ampliação de CAPS infantil por região”; e “2ª Garantir que todos os profissionais das diferentes políticas públicas que atuem diretamente com crianças e adolescentes tenham formação continuada sobre as diversas formas de violência (bullying, racismo, preconceito e etc.) a fim de identificar e fazer um encaminhamento adequado e efetivo aos serviços no território”.

Clever é responsável por expor as propostas do seu grupo: “Rede de acompanhamento de denúncia e mapeamento do que a pessoa já passou ao longo do seu processo de formação”. Isabelle, sua colega de grupo, explica que muitas vezes o diretor da instituição de ensino não sabe se o aluno já tem algum histórico ou não no sentido da violência e essa ferramenta seria muito útil. Alguns delegados fazem colocações a respeito de questões de sigilo dos profissionais e Isabelle esclarece que seriam apenas informações gerais. Ela dá o exemplo de um documento de acompanhamento usado em processos jurídicos para que se tenha entendimento de qual etapa cada caso está. Delegados aceitam argumentação feita.

Clever lê a 2ª proposta do grupo: “Ministério da Educação faria implantação da matéria de políticas públicas e o estatuto do ECA na educação formal e palestras sobre o ECA na rede.”. O representante de estudantes argumenta sobre a importância de tal matéria nas escolas para que alunos entendam sobre o processo da política e de como ser cidadãos que participam da política.

Lidas todas as propostas, Camilla intervém e notifica os delegados que devido pedido do Eixo 1, foi decidida a expansão do número de propostas que possam fazer parte do número de propostas finais. No entanto, haverão 5 propostas como prioritárias. Camilla então, começa a sugerir junções de propostas que possuem certa semelhança na visão dela, a qual depois de ser exposta aos delegados passa a ser de acordo destes também.

Seleção das propostas - 40' - GRUPO TODO

É sugerido pelos mediadores que a proposta do grupo 1 “Pactuar fluxo intersecretarial no atendimento e acompanhamento das crianças e adolescentes em situação ou suspeita de violência considerando a premissa da não revitimização.” seja aglutinada com proposta do grupo 5, “Rede de acompanhamento de denúncia e mapeamento do que a pessoa já passou ao longo do seu processo de formação.”. Camila propõe tipificação das informações submetidas aos diretores e delegados concordam. Após discussões dos grupos para articulação das ideias teve-se como resultado: “Pactuar que os territórios sejam contemplados por fluxos intersecretariais de atendimento, acompanhamento, informações e registros em situação de violência ou suspeita de violência contra crianças e adolescentes

garantindo o sigilo nas devidas circunstâncias.”. Maria do Céu aponta dúvida no uso da palavra "pactuar", propõe "normatizar", alegando ser mais "entendível", segundo ela. Todavia percebe-se que o uso do termo "normatizar" infere que todos os territórios já tenham essa possibilidade sem considerar aqueles em que a medida ainda seriam iniciada do zero. Desta forma é acordado que se mantenha "pactuar".

Amanda, da região de Perus, propõe a junção das propostas de violência sexual e sua proposta é aceita pelos colegas. É sugerido por Camilla que proposta do grupo "abandono" também fosse incluída. Desta forma, a versão final das junções é: "Ampliação da oferta de serviços de proteção básica em todos os territórios com a presença dos técnicos, psicólogos e assistentes sociais, bem como a presença desses profissionais na educação" e "Serviços especializados no atendimento do autor de violência sexual".

Andrea Paula aponta o NASF como alternativa à proposta do grupo de suicídio sobre psicólogo e terapeuta todavia os delegados apontam que o atendimento não é apenas direcionado à família mas também às crianças adolescentes e à comunidade. Isabelle enfatiza segunda proposta de seu grupo e alega que muitos professores não sabem da existência do ECA. Delegados questionam a aplicabilidade de proposta referente ao ministério uma vez que, segundo eles, é uma proposta de âmbito federal.

Marcelo coloca duas últimas propostas que não passaram por junção para debate, são elas: "Garantir que todos os profissionais das diferentes políticas públicas que atuem diretamente com crianças e adolescentes tenham formação continuada sobre as diversas formas de violência (bullying, racismo, preconceito e etc.) a fim de identificá-las e fazer o encaminhamento adequado e efetivo de serviços no território." e "Assegurar (via portaria?) capacitação e formação continuada na identificação e no enfrentamento à violência contra criança e adolescente aos profissionais do sistema de garantia de direitos (educação, saúde, assistência social e conselhos tutelares)". Delegados concordam em juntar ambas, de forma que passam a ser: "Assegurar aos profissionais do sistema de garantia de direitos da: educação, saúde, Assistência Social e conselhos tutelares: capacitação e formação continuada para identificação e enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes."

Marcelo questiona sobre a proposta do grupo 5 "O Ministério da Educação faria a implantação da matéria de políticas públicas e o estatuto do ECA na educação formal e palestras sobre o ECA na rede." e se a mesma irá permanecer. Após indagações delegados lembram da possibilidade de colocá-la como parte das propostas sem considerá-la como prioritária. Se tornando a 6ª e última proposta.

Finalizadas as escolhas das propostas, Camilla pede para que delegados preencham formulários sobre suas políticas, dando informações de como serão aplicadas. O formulário segue o modelo em anexo, só que em uma versão aumentada feita em papel kraft.

Eixo III: Orçamento e Financiamento de Políticas para Crianças e Adolescentes

As dinâmicas empreendidas na primeira parte do dia foram conduzidas pelo Fernando Burgos. A partir das 10:00 horas, as cidadãs e os cidadãos designados para tal temática foram chegando na sala e, enquanto esperávamos encher, conversavam e assinavam a lista de presença passada pela equipe de sistematização. Esse período foi demarcada pela interação da equipe do CEAPG com os mesmos, esclarecendo dúvidas básicas dos

mesmos, por exemplo, a senhora Ivanilda que desejava insistentemente obter as fichas de moções.

Aproximadamente, por volta das 10:20 horas, haviam na sala aproximadamente quinze pessoas. No momento seguinte, com a sala quase completa, Fernando explicou como seria o dia, suas atividades e ordem: uma breve explicação sobre finanças públicas e esclarecimento de dúvidas sobre o tema, identificação dos principais problemas e formulação de propostas para saná-los. Fernando enfatizou que aquele momento não seria uma aula, mas, uma conversa e uma explanação mais geral dos conceitos pertinentes ao eixo, com fins de nivelamento geral. Enfatizou-se que na metodologia da Conferência cada um dos eixos estariam restritos a elaboração de apenas cinco propostas, tal como aconteceu na Conferência Lúdica, com fins de que fosse possível se aprofundar e elaborar melhores proposições.

Explicação sobre funcionamento das finanças públicas



Fonte: FGV, 2018

Posteriormente, Fernando iniciou uma rodada de apresentações, na qual cada participante do eixo contou um pouco sobre si, seu nome, ocupação e território. Feito isso, seguimos para a uma breve explicação acerca do funcionamento das finanças públicas - com ênfase no âmbito municipal. Essa etapa foi conduzida de forma bastante participativa, todos os membros do grupo estavam agitados e querendo sanar suas dúvidas, de modo que em alguns momentos o barulho e as perguntas atravessadas tornava necessária a retomada da palavra por parte do professor. No tocante ao conteúdo, começou perguntando se as pessoas achavam que faltava dinheiro ou o problema era de gestão e controle dos recursos. Todos concordaram que havia dinheiro tanto no Brasil quanto no município de São Paulo e que o problema seria no trato desse recurso.

Isso posto, perguntou de onde vinha esse dinheiro? De pronto, vários responderam que o dinheiro vinha dos impostos pagos pela população. Fernando pergunta de onde - além dos impostos - vem o dinheiro. Os participantes ficam quietos e depois de alguma insistência acrescentam os recursos das loterias nacionais, percepção apontada por Ivanilda, das doações e das isenções fiscais. Fernando então explica que a fonte principal são, de fato, os impostos. Pergunta, então, quais são os impostos cobrados e - conforme respondem - anota no flipchart. Nas respostas há uma mistura de todos os tributos, sejam eles municipais,

estaduais ou federais. Fernando, então, esclarece o que constitui a receita própria da Prefeitura, isto é, os impostos arrecadados em âmbito municipal. São estes o IPTU, ISS e ITBI. Carlos/Churras havia apontado os dois primeiros na indagação feita por Fernando aos cidadãos ali reunidos.

Sobre o ISS faz uma breve fala sobre a importância de pedir nota fiscal para os prestadores de serviço, fala da sonegação e todos concordam que é algo que ocorre recorrentemente. Um dos integrantes aponta que quando pede nota é tratado como um elemento estranho. Burgos explica que, apesar disso, é de suma importância exigir nota fiscal. Cleide, Carlos/Churras e Fernando afirmam que sempre e na maioria das situações, por exemplo, mesmo quando vão ao barbeiro ou ao cabeleireiro. Apesar de perder um possível desconto no pagamento, os benefícios a longo prazo são maiores. Explica, então, que os impostos mais importantes no caso do município de São Paulo são o IPTU e o ISS. Essa relevância na arrecadação sobre a prestação de serviços é menor de acordo com o tamanho do município. Izilda debruça-se sobre a questão da regulação fundiária, o que leva Ivanilda a realizar a declaração de que os “empresários são todos safados”, uma vez que declaram os valores de seus imóveis em patamares menores que àqueles correspondentes aos valores reais de mercado, visando pagar menos encargos.

Além dos impostos arrecadados em âmbito municipal, elenca os arrecadados pelo Governo do Estado: ICMS e IPVA. Burgos explica que uma parte dessa arrecadação é retornada ao município de acordo com o fato gerador. Usa-se como exemplo um festa onde Carlos/Churras, morador da extrema Zona Sul da cidade de São Paulo, para realizar uma festa em seu bairro fosse realizar compras nos municípios de Embu das Artes ou Itapeverica da Serra. Mesmo buscando por preços mais baixos, Carlos/Churras ignoraria os encargos gerados para a cidade de São Paulo, de maneira que, o mesmo exemplo foi vertido para viagens realizadas para o litoral paulista, com paulistanos levando produtos e compras de seus locais. Ivanilda compartilha a sua indignação com os brasileiros que consomem fora do país e coloca a necessidade de se ter uma lei federal para impedir isso.

Perto das 10:50 horas haviam reunidas na sala vinte e cinco pessoas. A conversa é direcionada ao âmbito, através do qual Fernando diseca e explica o Imposto de Renda, IPO, COFINS e PIS. Josilda e Izilda manifestam-se em tons bastante aproximados: para elas, os trabalhadores e os mais pobres pagariam muitos impostos, tendo que trabalhar muito para conseguir comprar um imóvel, além de pagarem muito para o governo. A partir dessa provocação, explicou sobre a injustiça da tributação ou sobre injustiça tributária, que age perversamente no Brasil e onera os mais pobres por meio do imposto sobre o consumo. Para exemplificar tal tese, Burgos enfatizou a história de dona Fátima, empregada doméstica que trabalha na casa dos seus pais, professores aposentados, neste caso, dona Fátima com seu salário teria parte de sua renda obliterada pelo imposto sobre a cesta básica e os bens mais elementares de consumo, como o feijão, pagando o mesmo valor que os pais de Fernando, do que o Fernando e do que o jogador de futebol mais bem pago do Corinthians. Ivanilda, ainda bastante participativa, ressalta que não ligaria de pagar os mesmos 20% que os mais ricos e que o mesmo “não seria injusto”, desde que se houvesse de fato um retorno na qualidade dos serviços públicas.

Explicada a perspectiva das receitas, por volta das 11:00 a conversa vai sendo direcionada para as despesas. Pergunta-se quais são as despesas do governo e incorrem em várias respostas: saúde, segurança e pessoal. os gastos públicos com pessoal são reforçados pelo apontamento de Carlos/Churras. Passa-se para a explicação então de maiores detalhes sobre os maiores gastos do governo serem travados com funcionários, o que leva Fernando

a afirmar em tom de brincadeira que era “preciso ter muito conselheiro tutelar”, defendendo sua categoria laboral. Passa-se depois para a apreciação das diferenças entre despesas de custeio e investimento e, de onde as dívidas são geradas. Burgos usa o exemplo de uma escola: enquanto o prédio corresponde ao investimento, o custeio tangencia-se na contratação do professor, na luz, nos demais materiais, entre outros. Falou-se também da Lei de Responsabilidade Fiscal e as melhorias trazidas com ela no que concerne ao alento da disciplina fiscal.

Carlos/Churras aponta que muitas das dívidas dos municípios foram obtidas quando não havia sido instaurada a disciplina fiscal da LRF. Provocado pela intervenção de uma integrante, que trouxe a sonegação e o desvio de verbas como dois problemas que, do seu ponto de vista, eram de suma importância, Burgos contou que o principal problema trazido pelos adolescentes na Conferência Lúdica foi a corrupção. Disse também que era muito legal ela ter levantado essa questão, visto que todos os integrantes do grupo vinham de diferentes históricos de participação e diferentes trajetórias, mas, que tinham pouco conhecimento sobre o funcionamento da máquina, do orçamento e das formas de exercer pressão. Tal conhecimento seria de grande importância para combater a corrupção e conseguir maior participação em ocasiões como a formulação do orçamento, processo do qual participam sempre os mesmos grupos. Explica-se que o orçamento começa nas audiências regionais e que nele repousa um verdadeiro poder, que se deslocaria das mudanças nos textos legais, mas, que um problema dessas audiências é que mobilizam pouca participação, cívica e popular.

Ivanilda faz uma intervenção em defesa de Paulo Maluf, que ela considera seu amigo, “não falem mal dele”. Fernando então diz compreender a oportunidade da conversa com Burgos para entender o orçamento público e as formas de atuar sobre ele. Para Célia, o conhecimento sobre o orçamento público seria um fator importante de impedimento da corrupção. Antônio corrobora a ideia da importância da participação do cidadão e do município nos níveis mais próximos, inclusive nas conferências regionais. Neste momento, Carolina queixa-se de que as conferências da educação e do meio ambiente haviam sido bastante esvaziadas.

Ivanilda reforça a pouca participação da população e faz uma colocação interessante: “Eu milito há 50 anos. A linguagem de determinados políticos, principalmente da política neoliberal é que o povo não participa. O povo está indignado! Eles desconhecem isso aí, segundo a mídia faz uma lavagem cerebral na cabeça do povo. Eu defendo o povo, porque sou povo e sei porque ele não participa”. Ivanilda ainda ressaltaria a participação popular nas igrejas e nas comunidades eclesiais de base, de maneira que mesmo em outro contexto, o povo não participaria porque estão “desacreditados” e, detidos por inúmeros procedimentos burocráticos e pela “enrolação”. Antônio rebate a fala de Ivanilda, dizendo: “Eu sou contra o povo!”. Para Hélio deveria haver mais informação: “É tudo feito na calada da noite”. Nesta conjuntura, Maria Angélica pontua: “até participamos, mas, quando chegamos lá nossos direitos são cortados”.

Fernando questiona os participantes sobre quais são os âmbitos que poderíamos de fato influenciar. Explica que é inviável influenciarmos o orçamento público seja na dimensão dos gastos com pessoal e recursos humanos, ou mesmo para com o pagamento da dívida pública. Por outro lado, debater sobre investimento e manutenção de espaços de participação seria viável. Alguns cidadãos tomados por indignação vão questionando e afirmando que sim, que seria possível alguma intervenção uma vez que existiriam muitos cargos comissionados inflando a máquina e, que salários muito altos são pagos para tais

cargos de confiança. Para Néia, "os salários são fixos e tem que ser pagos". Fernando Burgos ressaltava que as dívidas também responderiam a essa mesma lógica, tendo que ser pagas.

Aos poucos, Burgos vai esclarecendo um pouco mais sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal e os tetos estabelecidos para gasto com pessoal - 60% da receita corrente líquida. Isabela comenta sobre o congelamento de concursos públicos na Prefeitura de São Paulo; Burgos vai então reiterando a importância de se observar o limite de gastos determinado pela LRF, tendo em vista que não adiantaria pressionar por mudanças na carreira ou aumentos havendo uma proibição legal. Ivanilda começa a apresentar argumentos sobre os recursos disponíveis para terceirização, mas, que não haveriam os mesmos para contratação para servidores públicos. Fernando explica que a terceirização configura gasto de custeio e evita que os prefeitos descumpram a LRF. Mais uma intervenção de Hélio agora sobre essa temática inicia o debate: "A gente observa que o orçamento é mal distribuído. Cada prefeitura tem seu orçamento na divisão do bolo. Mas, se vemos a quantidade de pontos de cultura em Pinheiros, são muitos. Agora olha o fundo de Itaim Paulista ou de Itaquera. Por que que isso acontece?".

Burgos diz que tratarão dessas desigualdades mais adiante. Fernando Prata intervém explicando que a Constituição Federal de 1988 estabelece vários direitos para os cidadãos como saúde, educação, segurança, entre outros. Muitos desses direitos não eram garantidos anteriormente, sendo estabelecido um estado de bem estar social. Entretanto, a partir de influências de outros países que fizeram o mesmo, o Estado brasileiro passa a abrir mão de certas atividades e passa essa responsabilidade para outros órgãos. Burgos esclarece que a partir de 1994 houve um entendimento de que o Estado não precisaria atuar diretamente em algumas áreas como denotado pela Reforma Bresser, o que é especialmente aplicado no caso da cultura e da saúde, através de fundações e organizações da sociedade civil. Tal artifício pode trazer uma gestão mais eficiente e pode fazer sentido em determinadas áreas. Fernando reitera novamente que deveríamos voltar a discussão para âmbitos que poderiam ser influenciados por decisões da conferência

Balbino realiza uma parte e explica sua trajetória, a saber, que vai se integrando nesse "movimento cidadão" de participação para ter acesso a moradia, "quando a gente mora no Fundo é muito difícil vir aqui no centro discutir orçamento". Parte-se então para a explicação do ciclo orçamentário composto por PPA, LDO e LOA, como funciona cada um deles, sua duração e importância. Burgos então aponta que há dois momentos essenciais nos quais poderia ser exercida influência sobre o orçamento: na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) feito pelo executivo ou durante a sua aprovação na esfera legislativa. Discute-se então a questão do orçamento regionalizado e do fato que orçamento público que não chega na periferia. Explica que o ideal seria que fossem feitas audiências regionais e temáticas pelo executivo antes da elaboração da PLOA, enfatiza a importância da representação das regiões, mas que é necessário também debates temáticos. Tendo passado aproximadamente uma hora e vinte da explicação sobre o orçamento, os integrantes já estão muito ansiosos, participativos, mas desorganizados, falam alto e interrompem bastante a fala do Fernando.

Finalizada todo o ciclo da explicação, os participantes pedem para que Burgos fale sobre as emendas parlamentares. Explica que pode ser feita por um vereador ou por uma bancada, que destina recursos para alguma atividade específica. Muitas vezes é utilizada para destinar recursos à seu reduto eleitoral - no caso de vereadores que tenham votos concentrados em determinados territórios. Além disso, esclarece a questão do contingenciamento. Explica a diferença entre a previsão orçamentária e o executado.



Questionam se não há alguma maneira de responsabilizar a não execução de atividades previstas pelo orçamento. Fernando explica que poderiam pressionar a Secretaria responsável ou judicializar via Ministério Público - o que aponta não ser uma boa opção, pois apesar a urgência de alguns casos, a judicialização não resolve os problemas - "Política Pública não se faz judicializando tudo".

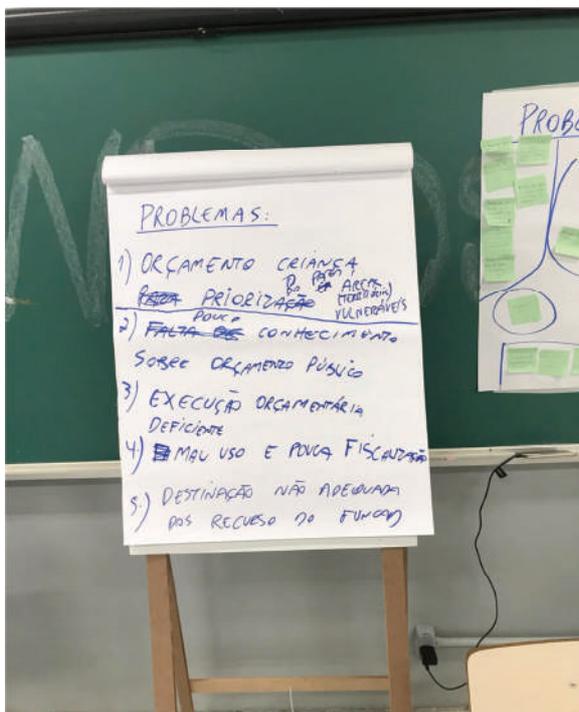
Néia interpõe que "o Ministério Público de São Paulo não está resolvendo nada", ao que Edson denota descaso por parte das autoridades constituídas para com a Conferência: "a secretária ficou um pouco e se foi, o prefeito nem apareceu, mas, deveria estar aqui". Parte para o assunto do monitoramento da execução orçamentária. Levanta a questão do difícil acesso a informação, que não é disponibilizado de maneira didática. Dessa forma, a maior parte da população não consegue monitorar o orçamento. Ivanilde levanta a pauta sobre manobras políticas, onde em seu bairro "o subprefeito apresenta petições um dia antes para não serem questionadas", de maneira a aprovar qualquer coisa com o denominado "restos a pagar". Sônia propõe que o CMDCA poderia dar algum respaldo em termos de acesso à informação. Néia enfatiza que deveria haver alguma possibilidade de participar dos orçamentos das secretarias. Fernando Burgos conta que uma das propostas das regionais foi a criação de uma comissão de orçamento dentro do CMDCA e, diz que uma das propostas elaboradas pelo grupo poderia ser no sentido da criação de uma assessoria técnica para o Conselho.

Ao meio dia Fernando encerra definitivamente as explicações sobre o orçamento. Interessante enfatizar que durante toda a explicação os integrantes do grupo pediram a palavra para contar alguma experiência pessoal ou manifestar alguma opinião.

Identificação de problemas

Encerrada a etapa anterior, foram distribuídos por volta das 12:15 horas vários post-its para todos os membros do grupo, que foram orientados a escrever um só problema e colar o *post-it* no *flipchart*. Depois que todos foram colocados, Fernando leu um por um e os organizou por temas, de modo que foi possível identificar os seguintes problemas gerais:

1. Descaso e priorização das crianças e adolescentes
2. Execução orçamentária
3. Orçamento
4. Falta de informação ou conhecimento
5. Orçamento desigual
6. Transparência e fiscalização
7. FUMCAD



FONTE: FGV, 2018

Depois dessa etapa. Começaram a discutir sobre o FUMCAD, sua importância e funcionamento. Fernando explica que o dinheiro do fundo vem da escolha por parte do cidadão de destinar o seu imposto para o fundo. Dessa maneira, o FUMCAD concentraria as doações e outros direcionamentos fiscais que podem ser destinados para objetivos específicos. Alguém questionou quanto dinheiro o fundo tem e, Fernando Prata leu o orçamento de todas as secretarias, fundos e outros órgãos. Carlos/Churras aponta que o FUMCAD tem como objetivo financiar políticas inovadoras ou complementares, mas, hoje financia algumas políticas tradicionais em caráter de complementaridade, que fogem desse escopo. Desse modo, é importante discutir como esse recurso chega e para onde ele vai.

Flávio aponta que os recursos do FUMCAD deveriam ser direcionados com foco “no investimento no território, do direito da criança e do adolescente”. Tânia lembra que em breve haverá o apontamento e a eleição de uma delegação para representar a cidade da Conferência estadual. Caíque defende que a falta de conhecimento e de transparência são problemáticas essenciais da relação dos cidadãos com a política e com o orçamento público. Para Néia, a formação de um “conselho municipal é essencial”, porque deliberará sobre os recursos e patrocina os projetos, que a Secretaria Municipal de Educação não teria interesse em fazê-lo.

Aponta-se na discussão que o problema residiria de uma “gestão certa” do FUMCAD, na qual a política de educação para crianças e adolescentes deveria estar mediada pelos conselhos tutelares locais, que enviaram suas demandas. Nesse sentido, Roberta complementa sobre a elaboração de uma estratégia sobre a distribuição do recurso e das melhores determinações sobre a implementação. Ocorre uma contra argumentação lastreada na proximidade do CMDCA com os recursos do FUMCAD, com o intuito de ocupar um lugar que não é dele, uma vez que como fundo tem caráter complementar e não

infringe a execução orçamentária de outras pautas. Haveria uma descoordenação entre os órgãos públicos sobre esses recursos.

Néia faz remeter a discussão para as dificuldades de organização da Conferência em todos as suas instâncias, com um pequeno número de participantes e com o orçamento do CMDCA obliterado. Antônio faz em seguida uma polêmica afirmação que faz levantar os ânimos dos participantes, a saber, de que “as crianças e adolescentes não tem conhecimento técnico das propostas e não sabem o que querem”. Roberta indignada diz que “um monte de gente aqui também não sabe o que quer”. Izilda defende a formação pública sobre orçamento para os cidadãos e jovens, discute-se a priorização para territórios vulneráveis, tese defendida por Balbino e Antônio, que é corrigida pelos participantes para “priorização dos vazios sociais”, que podem estar tanto em áreas centrais quanto em áreas periféricas da cidade. Célia retoma a perspectiva de Izilda sobre a garantia de formações continuadas e cidadãs visando conhecer os meandros do orçamento.

Roberta defende a criação de “orçamento de controle”, que vai sendo seguida por Flávio na afirmação sobre a importância da transparência e dos dados. Mário faz ressaltar a importância da priorização da criança e do adolescente pelo próprio conjunto legal do ECA. A desigualdade sobre a participação perpassa os debatedores. Néia retoma um argumento institucional que os futuros delegados não devem pensar especificamente em suas regiões, mas, na amplitude da cidade e da questão da violação do direito, que se perpetra em “ruas, falta de moradia, trabalho infantil, evasão escolar e exploração sexual”. Vários debatedores concordam que a Constituição Federal organiza as prioridades absolutas das crianças e dos adolescentes dentro do orçamento público, direitos que são ainda perpetrados pelo ECA. Demarca-se a questão da regionalização e das políticas públicas de uma frase de Flávio, “Como fazer um investimento melhor para o menino e menina que a gente atende lá na quebrada. Nós ficamos discutindo fundo, dinheiro do vereador e não falamos das políticas públicas.”



Fonte: FGV, 2018

Primeiro dia - parte da tarde

Para dar início às atividades da tarde, esperamos o Fernando Júnior que faz parte do Comitê. Com a chegada de Júnior iniciamos a parte da tarde, por volta das 15 horas com cerca de 20 pessoas na sala. Entretanto, alguns membros do grupo ainda estavam reunidos no Comitê Central e se ausentaram de toda a discussão desse período.

A discussão foi retomada com o objetivo de reduzir os sete problemas elencados anteriormente em apenas cinco. Logo a discussão sobre o FUMCAD foi reerguida. Debateram se o problema era a falta de orçamento ou a não priorização no destino de recursos às crianças e adolescentes. Foi identificado um dos problemas principais: a não garantia do serviço pela Prefeitura faz com que o fundo seja utilizado para sanar essa deficiência. Dessa forma, descumpra a sua função primordial que é de financiador complementar e incentivo a política inovadoras. Além disso, seria necessário saber o quanto dos recursos das pastas do governo é destinado para financiar políticas que beneficiem as crianças e adolescentes. Posteriormente, foi discutida a má distribuição dos recursos dentro da cidade. Balbino disse que o investimento normalmente se concentra nas áreas mais nobres da cidade e todos concordaram, isto é, "O FUMCAD não chega nas pontas, os convênios do FUMCAD não chegam nas periferias da cidade. São sempre as mesmas organizações."

Mas, Célia levantou uma colocação importante: a vulnerabilidade não estaria necessariamente nas favelas, muitas vezes há um bolsão de pobreza localizado no centro da cidade. Assim, na ótica de Célia a discriminação das regiões centrais poderia prejudicar as comunidades mais vulneráveis nessas áreas. Dessa forma, talvez não fizesse sentido a priorização das regiões periféricas. Há mais discussão sobre isso. A maioria dos participantes acredita que o orçamento deve priorizar as periferias e que, mesmo havendo pobreza em regiões centrais, ela não tem a mesma dimensão.

"Temos que tratar os iguais de acordo com suas desigualdades - não podemos comparar favelas na Vila Mariana e favelas no M'boi Mirim", como afirmou Flávio. Para Maria Angélica deveria haver uma ideia de equidade para que não se prejudicasse aqueles que moram nos bolsões de pobreza. Flávio assente e indica que o direito deveria ser igualado, para que o acesso de um não tirasse o acesso de outro. Para Hélio os indicadores sociais, culturais e da perspectiva do esporte deveriam ser garantidos tanto em Pinheiros como nos fundões. Izilda aponta que há orçamento e dinheiro, mas, que ele não chega aos fundões e nas periferias.

Além da discussão sobre a destinação de recursos, outra participante levanta o problema da ausência de rubricas específicas. Ela alega que são muito genéricas de modo que não é possível atestar a qualidade dos serviços tampouco localizar exatamente em que o gasto foi executado. Por fim, chegaram a um acordo sobre quais seriam os cinco problemas a serem debatidos. Tanto a redação quanto o conteúdo de cada tópico foi discutido em conjunto e alterado conforme as intervenções pediam. Ao final ficaram os seguintes problemas:

1. Não priorização do orçamento da criança e do adolescente e para áreas vulneráveis;
2. Pouco conhecimento sobre orçamento público;
3. Execução orçamentária deficiente;



4. Mau uso e pouca fiscalização;
5. Destinação não adequada dos recursos do FUMCAD.

Fernando Burgos explicou a próxima etapa. A sala se separaria em grupos e cada grupo discutiria um dos problemas e elaboraria uma proposta para solucioná-lo. Alguém sugere que os problemas de número um e três sejam discutidos por um mesmo grupo por conta da familiaridade entre os temas. A sugestão é acatada e os grupos se separam para debater.

Durante o debate todos os grupos se empenham para solucionar o problema. Há muito debate de ideias e todos parecem trabalhar bem juntos. É possível observar uma certa dificuldade em alguns casos, os grupos requisitaram muito a atenção de Fernando Burgos para sanar dúvidas. Em alguns casos perguntavam até para os relatores - Marcelo e Marina. Uma dúvida recorrente em muitos grupos foi sobre a parte dos indicadores. Muitos não sabiam o que era um indicador tampouco como escolher algum. Alguns grupos tiveram bastante dificuldade para entender do que se tratava, o que exigiu que fosse explicado várias vezes. Mesmo com várias explicações algumas pessoas parecem não ter compreendido totalmente. Todos os grupos com exceção do grupo sobre “pouco conhecimento sobre orçamento público”. Houve um pequeno desentendimento entre eles, que os impediu de chegar a um acordo sobre a proposta de intervenção. Com a ajuda de Fernando Burgos conseguiram redigir uma proposta que agradasse mais a todos os integrantes, mas uma senhora não ficou plenamente satisfeita e quis entregar outro papel com conteúdo diferente.

Propostas encaminhadas para a plenária:

- A criação do “Orçamento da Criança e Adolescente” com prioridade absoluta nas secretarias municipais.
- Criar uma comissão autônoma para garantir que os recursos do FUMCAD cheguem às áreas mais vulneráveis de São Paulo e campanhas de divulgação das decisões do através das mídias para qualificar o debate.
- Garantir que a execução orçamentária de projetos que envolvem as crianças e adolescentes tenham prioridade absoluta
- Criar comissão específica para aumentar a fiscalização e garantir uma correta destinação do dinheiro público para as políticas existentes de crianças e adolescentes
- Criação de cursos de capacitação e atividades lúdicas sobre finanças e orçamento público para três públicos específicos, a saber: (1) Crianças e Adolescentes; (2) Jovens e (3) Trabalhadores das pastas que envolvem crianças e adolescentes.

Assim que foram definidas as 5 propostas que seriam encaminhadas para a plenária final, encerramos as atividades desse dia.

Eixo IV: Participação, Comunicação Social e Protagonismo de Crianças e Adolescentes

Às 10h34, com 13 pessoas presentes na sala, Letícia inicia as atividades do Eixo IV explicando que éramos representantes da FGV que, em parceria com a SMDHC, está organizando as Conferências Lúdica e Convencional e elaborando o Documento Norteador para o Plano Municipal de Proteção Integral para Crianças e Adolescentes. Ela também contou que, na Conferência Lúdica, tanto ela quanto a Mariana coordenaram o Eixo IV com as crianças e adolescentes.

Mariana sugeriu que os presentes se apresentassem falando apenas o nome a região que estavam representando. Em seguida, ela contou que a proposta de agenda era que, no período da manhã, fosse debatido o tema do eixo e os seus respectivos problemas, e, à tarde, focaríamos na elaboração das propostas – momento em que seria essencial trabalharmos com as propostas feitas na Conferência Lúdica. Miriam questiona se as propostas das regionais também estavam disponíveis. Letícia diz que sim, mas que a ideia é que no primeiro momento o foco seja o trabalho feito na Lúdica.

Mariana explica que, para a primeira atividade, cada um dos presentes receberia 5 post-its para escreverem o que vem em mente ao ouvir o tema do Eixo IV e, ao terminarem, colariam na lousa o que cada um fez. José, que já havia tirado dúvidas sobre o preenchimento da lista de presença, pede que Letícia reexplique a ele a atividade. Miriam pergunta se eles devem escrever problemas. Mariana e Letícia explicam que a proposta é escreverem ideias e pensamentos em geral, não necessariamente problemas. José pergunta novamente a Mariana o que ele deveria fazer



Fonte: FGV, 2018

Às 10h49 eles começam a se levantar e colar os post-its na lousa e os que terminaram iniciam algumas conversas paralelas. Quando todos colaram suas propostas, eles levantam, vão até a lousa ler o que os outros escreveram e retornam aos seus lugares. Em seguida, Letícia e Mariana começam a ler em voz alta o que foi escrito e passam a unir ideias

semelhantes. Algumas das palavras e frases que apareceram foram: “autonomia”; “criação de espaço virtual”; “respeito ao espaço das crianças”; “políticas públicas e leis”; “inclusão”; “lugar de fala”; “capacitação”; e “liberdade”.

Uma mulher da região de Pirituba sugere que as informações dos post-its sejam usadas como “base” para vermos o que queremos desenvolver, e assim, pensarmos “nos frutos que queremos colher”. José diz que a lousa com os post-its permite que “a gente veja o que está mais forte”. Kezia fala que é importante considerar e analisar as propostas regionais, pois elas já trazem as soluções e os problemas. “A gente precisa olhá-las, eu discordo que isso seja só a tarde, se não a gente descola do nosso objetivo aqui que é a representação. Eu vim aqui porque eu preciso votar e defender, e para ter participação é preciso considerar o que foi feito antes”.

Luciano fala que é preciso, primeiro, entender e perceber qual é o grupo que está reunido naquela sala para que, depois, eles possam priorizar as propostas das lúdicas. “Para mim já me incomoda estarmos aqui sem nenhuma criança ou adolescente em um processo de conferência sobre os direitos deles. Ali [aponta para lousa] têm umas coisas bonitinhas, mas está distante da realidade das discussões das outras conferências, precisamos olhar o que foi feito para pensar em problemas e propostas”. Ele também fala que, antes de dividir a sala em grupos menores de discussão, é preciso ver se todos gostariam deste formato. Por fim, ele aponta que é preciso refletir sobre o quanto das crianças e adolescentes, que são atendidas nos serviços dos presentes, participaram da conferência – “havia crianças e adolescentes em situação de rua nas conferências que fizemos?”

Respondendo às questões, Mariana explica que esta é uma metodologia de facilitação, mas que elas estão aberta a alterá-la e adaptá-la conforme a opinião e o perfil dos presentes.

Kezia diz que acredita que eles estejam em um tamanho bom de grupo (13 pessoas), não sendo necessário que eles se dividam em grupos menores. Ela também diz que está incomodada desde quarta-feira com algumas questões. “É muito fácil dar tarefa para os outros, principalmente os que você não consegue cobrir. As subprefeituras não têm essa experiência de atuação, participação e organização de conferências. Deram a tarefa para eles e eles não sabem como realizá-la. Aí quando chega aqui parece que nós que temos a responsabilidade por esses problemas, mas não temos”. Ela conta que recebeu às 23h, na véspera da Conferência Lúdica, a informação de que teria que levar as crianças na Conferência, o que – segundo ela – não era sua obrigação. “Tivemos que pegar carros e etc., porque as mães não queriam que as crianças fossem de ônibus e metrô. Tive 3 crianças que não foram no segundo dia porque não entenderam o seu espaço ali e acharam tudo muito desorganizado. Como você garante a participação no mesmo dia em que há um compromisso importante da educação [Prova São Paulo]?”. Ela completou falando que em nenhum momento na Conferência Lúdica foi avisado que as crianças e adolescentes poderiam participar da Conferência Convencional, somente constava no regimento. “Aí chega hoje e somos cobrados por não termos trazido os jovens. O que foi falado na Lúdica foi somente sobre a participação na Conferência Estadual. Ficou muito difícil organizar de ontem pra hoje a vinda dos adolescentes. Na escola é difícil criar esta cultura de participação, é diferente do CCA onde desde sempre é estimulada a participação. Precisamos melhorar muito a comunicação, parece que a Conferência não é para as escolas, é só para o CCA. Espero solucionarmos isto nesse eixo”.

José concorda e diz que esta cobrança sobre os participantes, de fato, existe. Kezia complementa contando que na quarta-feira havia ônibus para os delegados de três regiões e somente quatro o utilizaram, pois os outros nem haviam sido informados sobre esta possibilidade.

Leticia sugere que seja mantida a proposta de divisão dos grupos para que mais gente possa falar. Depois do debate nos grupos menores, abriremos o diálogo para que eles compartilhassem suas discussões. Miriam fala que precisamos definir o que exatamente queremos fazer na parte da manhã. Ela sugere que sejam discutidos os problemas para que na parte da tarde sejam produzidas as propostas. “A partir da leitura das propostas da lúdica e das regionais, pensamos nos problemas, e, na parte da tarde, pensamos nas propostas”. Ela também falou que é bom que sejam pensadas uma menor quantidade de propostas, mas que estas sejam bem elaboradas e detalhadas para facilitar o controle e fiscalização. Por fim, ela disse que *“ano que vem teremos um ano muito difícil e, para enfrentar esse rojão que vem, é importante nossa atuação como defensores de direitos do ECA”*.

Às 11h26, conforme o sugerido, Mariana e Leticia distribuem as propostas das lúdicas e regionais entre os participantes e eles se dividem em quatro grupos menores (com 3-4 pessoas cada).



Fonte: FGV, 2018

Como as três representantes da FGV circularam entre os grupos, foi possível coletar somente trechos das discussões. Os quais são apresentados a seguir.

Grupo 1 – Antônio sugere que eles falem sobre o engajamento de redes na luta pelos direitos das crianças e adolescentes. Pedro comenta que atua na área da saúde e que, nas outras conferências, insistiu para que não fossem criados “soluções universais” para sintomas que são vistos como públicos. Para ele, é fundamental pensar na individualidade. Ele também falou sobre a importância da autoavaliação e da análise sobre o desenvolvimento destas conferências. Por fim, ele disse que: *“quando você dá voz, significa que você vai acatar o que o outro fala. Esta é a base do processo democrático”*.

Grupo 2 – Liliane disse que problema é quando os adolescentes não sabem qual é o seu papel e o desconhecimento sobre o ECA. Ela disse que o Conselho Tutelar ainda é visto como órgão punidor, e não, garantidor de direitos nas escolas. Ela falou que faltam formações sobre o ECA – *“prioriza-se o currículo do professor, mas não há incentivos para eles exercerem ações de cidadania”*. Miriam contou que, em Pinheiros, há o Fórum da Criança e do Adolescente, que conta com cerca de 60 participantes por mês. Ela disse que para manter esse fórum é difícil, pois eles precisam *“lutar muito por infraestrutura, como os ônibus, por exemplo”*. As outras participantes desta discussão dizem que este fórum de Pinheiros é um privilégio para a região, pois ele não reflete a realidade de São Paulo. Miriam concorda e diz que, por este motivo, é importante que seja pensada em uma lei que garanta esse mecanismo de participação em toda cidade, independentemente de pessoas e organizações

Liliane comenta que vê as crianças das ocupações mais a frente na participação social, devido à relação que os pais geralmente têm com movimentos sociais. Miriam fala que é preciso que seja criado um sistema de conferências permanentes, para que elas não sejam um evento isolado, como ocorre atualmente. Ela conta que em Pinheiros havia um Fórum Regional de adultos que estava muito vinculado a existência (antes ou depois) da Conferência. Depois de muito insistir, eles conseguiram criar um fórum de criança e adolescente para atrair estes jovens, no mesmo modelo do que ocorre também no Butantã.

Sobre uma proposta de avaliação anônima de professores, as três falam que é preciso ter cautela com este tipo de proposta devido ao projeto Escola Sem Partido. Em seguida, Wilma falou sobre a falta de intersetorialidade entre a Assistência Social, Direitos Humanos, Educação, Saúde e o Conselho Tutelar – *“precisamos criar redes”*. Por fim, elas comentaram sobre a inexistência de grêmios estudantis. Para elas, os que existem são muito *“burocratizados”, “engessados”*.

Grupo 3 – Kezia indaga como é divulgado às crianças e adolescentes o funcionamento do Conselho Tutelar, *“pois ele não é visto como um conselho de defesa, e sim, como um conselho que vai ‘gerar medo’. É preciso desconstruir esta visão”*. Para ela, as escolas não querem trabalhar o ECA pois ele é visto como um estatuto que retira a autoridade dos professores em sala de aula. Teresinha fala que *“precisamos falar sobre os deveres dos jovens, não só dos direitos”*.

Kezia diz que a ida à Conferência Lúdica foi vista como um *“passeio escolar”* por algumas escolas e que isto precisa ser mudado. Ela complementa falando que grêmios e espaços de participação não são divulgados e estimulados nas escolas, sendo isto uma perda para a formação cidadã. Ela também falou da importância dos adultos conhecerem seus direitos, como cidadãos, para que possam estimular os jovens a atuarem como cidadãos. Para ela, também é necessário que o WhatsApp e redes sociais sejam utilizados na comunicação sobre estes direitos. *“Na Conferência Lúdica, por exemplo, ninguém gravava fala e etc. Mas coisa ruim de briga e fofoca, todo mundo grava e repassa. Valorizamos o que deu errado, o que deu problema”*.

Sobre uma proposta regional de criação de uma ouvidoria, elas concordaram que ela não tem necessidade. Nas palavras da Kezia: *“não precisamos criar novos espaços, precisamos ocupar e fortalecer os espaços já existentes”*. Nancy diz que é fundamental pensarmos em pessoas capacitadas para ocuparem estes locais, e também, comenta que achou as propostas das regionais muito amplas e sem clareza de objetivos. Kezia disse que a proposta de criação de grêmios da Conferência Lúdica vai de encontro com o debate sobre protagonismo que o grupo estava fazendo logo antes.

Grupo 4 – Hilda diz que as escolas desconhecem os fóruns e conferências, pois não há *“uma lei que dê um impacto político para isso entrar na grade e envolvimento curricular”*. Luciano fala que eles estão em um exercício muito precário porque não há jovens participando destas conversas.

Hilda fala que devemos pensar em uma proposta de promoção de grêmios estudantis para estimular essa participação. Para ela, isso irá ajudar *“a formar cidadãos jovens com visões políticas”*. Luciano diz concordar e achar fundamental evidenciar que *“visão política não é uma coisa de direita ou esquerda”*.

12h27 todos retornam para o semicírculo para discutir os resultados dos debates nos grupos menores. Conforme os problemas iam sendo apresentados, Letícia escrevia no flipchart as ideias centrais. Pedro começa contando sobre a questão da auto avaliação que, para ele é a *“ideia de que cada um tem especificidades, e assim, estar fazendo a Conferência sem os jovens é uma postura autoritária e sem o mecanismo da retro avaliação”*. Ele disse que o grupo também falou sobre a comunicação não violenta, a autonomia no uso de tecnologia nas escolas, a ampliação do espaço de debate nas escolas no combate às notícias falsas e a necessidade de pensar na linguagem dos jovens no momento da comunicação. Ele concluiu falando que: *“damos protagonismo aos jovens, os encorajamos a pensarem em propostas, mas até um limite. Não entendo como fazer um projeto participativo se, ao final, somos nós aqui - hoje - que decidimos quais propostas entram ou não. Falta jovem falando para jovem aqui”*.

Keyla, orientadora do CCA Butantã, entra na sala para participar dos debates do Eixo. Liliane fala sobre a falta de conhecimento e o preconceito que há em relação ao ECA e ao verdadeiro papel do Conselho Tutelar. *“Há uma visão nas escolas de que o Conselho Tutelar é um órgão punidor, isso precisa ser desconstruído. O Conselho Tutelar precisa mostrar que é um órgão garantidor de direitos. Falta muito esclarecimento tanto de alunos quanto de professores e diretores”*. Ela comentou que, no grupo, discutiram também sobre a integração das redes, a intersetorialidade, a falta de participação das crianças e adolescentes na formulação de políticas públicas, a inexistência e burocratização dos grêmios estudantis, *“o grêmio é o que dá voz a juventude e o grêmio existe cheio de restrições”*), a falta de educação política nas escolas, a importância de discutir questões como bullying, suicídio e saúde mental, e a necessidade de fomentar canais de informações sobre eventos, cursos, espaços de participação, entre outros.

Wilma comenta que está participando da Conferência *“por camaradagem do diretor”* que lhe deu uma dispensa de ponto. Para ela, é necessário rever estas burocracias para estimular a participação social. Miriam conta que em Butantã e em Pinheiros há fóruns de debate com crianças e adolescentes e que é um problema que isso ainda não esteja espalhado por toda a cidade. Ela relatou que, em Pinheiros, querem que isto vire uma lei para que sejam garantidas infraestrutura e verbas para estes eventos. *“Se muda a pessoa da DRE, perdemos ônibus e infraestruturas de inúmeras coisas que, às vezes, conseguimos na DRE”*.

Keyla fala que os professores desconhecem o ECA, assim como, muitos Conselhos Tutelares. *“Muitos diretores não acham que isso é importante, têm muitos diretores que barraram professores de participarem desses fóruns, de se posicionarem em sala de aula, etc”*. Miriam comenta que foi feita uma proposta em Pinheiros de criação de uma lei que não está nos documentos das regionais distribuído. Letícia explica que houve uma seleção na

consolidação das propostas repetidas e que não tinham relação com o eixo. *“Esse documento foi consolidado e, de fato, não há todas as propostas”*. Miram responde: *“consolidar não é excluir. Que sorte que estamos aqui”*. Letícia diz que, nesse sentido, o mais importante do que pensar se as propostas estão ou não no documento, é que as propostas que foram mais relevantes nas discussões de cada regional sejam representadas pelos presentes. Segundo ela, *“hoje, pelo debate e pelo filtro das discussões que acontecerem, chegaremos em novas propostas”*.

Luciano diz que também é preciso considerar que *“houve um problema sério em relação à sistematização. A partir da Lúdica há sistematização, mas antes não houve contratação para sistematizar as regionais”*. Ele explica que, por isso, houveram perdas na relatoria das Conferências Regionais. Miriam diz que *“enquanto mecanismo de participação a Conferência teve muitos problemas que dificultaram o engajamento dos jovens”*. Ela sugeriu que registrássemos este ponto, mas que avançássemos no debate para não perder mais tempo com esta questão. Luciano concorda que isto precisa ficar registrado. Ele relembra que foram deliberadas duas atividades obrigatórias na mesma data (Conferência Lúdica e Prova São Paulo), mesmo havendo um representante da SME no CMDCA. *“Não é uma questão de cancelar um ou outro, precisamos ter uma coordenação entre educação e direitos humanos”*.

Kezia diz concordar com os pontos mas que eles são uma avaliação geral da conferência, não fazendo parte do eixo em questão. Keyla, fala que discorda, que acredita que como o eixo é de participação estes pontos podem ser base para uma proposta que melhorará a próxima conferência. Antônio diz que não viu profissionais da educação na conferência – *“falta engajamento de rede”*.

Kezia aponta que o problema principal é que a escuta não é adequada – *“participar para quê, se não somos escutados? Se nossas propostas não são levadas adiante?”*. Segundo ela, é necessário pensar em uma formação de cidadania para os adultos. *“Se os adultos não sabem exercer a sua própria cidadania, como eles vão atuar pela cidadania das crianças?”*. Ela também falou que é preciso discutir a questão da liberação do ponto e repensar esta ideia de que as conferências precisam ocorrer durante a semana. Por fim, ela sugere que: *“precisamos trazer a discussão da base da conferência e vice-versa. Não levamos os debates das Conferências como um retorno para a base. A Conferência não pode ser a cada 3 anos, esta participação tem que ser um exercício diário”*.

Hilda diz que seu grupo discutiu a falta de engajamento dos professores e protagonismo dos alunos e que esses temas devem ser pensados nas propostas. Luciano conta que o processo das conferências participativas historicamente era aos finais de semana, isso mudou a pedido do Poder Executivo para facilitar a participação dos trabalhadores do poder público. Ele contou que há alguns anos atrás ele precisou ligar para uma diretora para insistir que ela liberasse um jovem para participar da Conferência. *“Eles disseram que não liberariam, mas, depois de muita luta nossa, liberaram. Precisamos lutar para garantir nossos espaços e isso depende da conscientização das pessoas”*.

Às 13h19, Letícia pausa a discussão para o almoço e pedem para que todos retornem às 14h20.

14h23 voltamos para a sala e haviam somente quatro pessoas. Aguardamos a chegada do resto da turma. Às 14h40, com 10 pessoas na sala, Letícia avisa que quem quiser poderia usar estes minutos para colocar os problemas na organização das conferências em post-its e

colá-los em uma folha do Flipchart. No final do dia, havia somente um post-it colado falando da falta de infraestrutura.

Às 14h45, Mariana retoma as atividades, avisando que agora elas leriam as propostas das Conferências Lúdicas e que relacionaríamos os problemas compilados no período da manhã com as propostas apresentadas. Miriam diz para usarem também as propostas das regionais. Mariana responde avisando que a Lúdica já fez uma seleção e análise das regionais e que, por isso, deveríamos focar nas propostas da Lúdica.

Propostas Gerais:

Em relação às propostas dos adolescentes, foram feitas as seguintes relações:

Proposta	Problemas
1 – Educação Política nas Escolas	Falta de educação política; Escola Sem Partido
2 - Conferências e eventos voltados para os adolescentes, com maior frequência, sobre assuntos do cotidiano	Conferências não ocorrerem somente de 3 em 3 anos
3 – Desburocratizar os grêmios estudantis	Burocratização e Ausência de Grêmios
4 – Criação de um espaço virtual para divulgação de oportunidades	Má divulgação; comunicação pública vertical; linguagem
5 – Criação de Conselhos Participativos	Falta de escuta

Na proposta 5, Kezia comentou que já existem os Conselhos Escolares e, o que pode ser feito, é o fortalecimento destes Conselhos. Miriam concorda e diz que é importante detalhar como ocorreria este fortalecimento, inserindo mecanismos de controle e monitoramento. Neste ponto, Mariana adianta a explicação de como será o formulário de propostas que deverá ser preenchido por eles para mostrar que o formulário, de fato, exige este nível de detalhamento.

Em relação às propostas das crianças, foram feitas as seguintes relações:

Proposta	Problemas
1 – Voto a partir dos 11 anos	(Optaram por desconsiderar esta proposta)
2 – Crianças poderão ser incluídas na organização e em todos os eixos de discussão das conferências	Protagonismo; falta de participação; falta de escuta.
3 – Adultos devem respeitar e entende o espaço das crianças	Falta de escuta; linguagem
4 – Escolas devem estimular a criação de grêmios estudantis	Burocratização e Ausência de Grêmios
5 – Incluir as crianças e adolescentes no processo de criação das leis e políticas	Falta de participação

Miriam diz que, conforme a experiência de Pinheiros, ela colocaria como proposta a criação de Fóruns Regionais com a presença de crianças e adolescentes. José fala que “enquanto não houver uma cartilha ou algo que informe dos fóruns, ninguém saberá o que

eles são e para que servem". Miriam o complementa falando que, para isso, é fundamental a criação de canais comunicativos com uma linguagem própria da juventude. Nesse momento, eles optam por adotar a proposta 4 dos adolescentes sobre a criação de canais virtuais.

Pedro fala sobre a necessidade de pensarmos em ações para acolherem crianças pequenas nas conferências, de modo que as mães possam participar destes espaços e, conseqüentemente, incentivar os seus filhos a ocuparem esses espaços, naturalmente, no futuro. Keyla falou que, nesse sentido, é mais importante haver o fortalecimento das EMEI e creches, assim como, a conscientização dos profissionais de saúde e educação sobre o papel da participação social. Kezia diz que esta pauta [do acolhimento das mães nas conferências] é uma discussão relacionada a questão de gênero e que deve ser debatida pelos movimentos que atuam com esta causa.

Miriam comenta que, em Pinheiros, eles gostariam que a participação social e o fortalecimento desses espaços seja previsto na lei, como uma forma de também assegurar infraestrutura e verba para estas atividades. Para ela, dessa maneira, será possível criar uma agenda para que as conferências não ocorram de 3 em 3 anos e utilizar recursos do FUMCAD nestes eventos.

Keyla sugere que o fortalecimento dos Conselhos e o incentivo à participação dos jovens não seja apenas no âmbito escolar, mas também, em Conselhos de outras áreas que tenham relação com as crianças e adolescentes. "Por que no Conselho de Saúde só pode maior de 18 anos?". Kezia contesta e enfatiza que é importante delimitar os Conselhos Escolares, pois estes já são espaços de direito das crianças e dos adolescentes, mas que não são ocupados por eles. Elas debatem entre si, aumentando o tom de voz, sobre delimitar ou não, tendo em vista o princípio da intersetorialidade. Keyla sugere então que seja adotada uma proposta ampla, sem especificar o(s) conselho(s) que deve(m) ser fortalecido(s). Kezia fala que é importante delimitar para que depois elas possam cobrar a implementação. Keyla, quase gritando, reforça o seu ponto: "escreve implementar e fortalecer conselhos participativos". Wilma menciona que, independente dos conselhos, há intersetorialidade e cita como exemplo o caso do programa Saúde na Escola, onde agentes de saúde reúnem-se com alunos dos grêmios estudantis. Na situação de impasse, Miriam sugere que este debate fique para um próximo momento e que, naquele momento, sejam discutidas propostas que tem maior consenso. Ela também sugere que eles definam as cinco propostas que serão elaboradas e, em grupos menores, sejam debatidos os detalhes de cada uma.

Propostas encaminhadas para plenária

- A **primeira proposta**, definida por consenso, foi a **criação de espaços virtuais** para comunicação, conforme já mencionado.
- A **segunda proposta** foi a **desburocratização e criação de grêmios estudantis**. Keyla diz que o termo "grêmios" resume ao espaço escolar e que, portanto, deveríamos pensar em um outro termo. Sua colocação tem apoio de mais duas mulheres na sala. Miriam menciona que há grêmios em CCAs e CJs. Keyla diz que não. Miriam sugere então que isto seja pontuado de maneira genérica, como "espaços de participação e protagonismo". Kezia relembra que a palavra "grêmios" veio das próprias crianças e adolescentes nas propostas da Conferência Lúdica e que ficaria genérico não fazer esta especificação. Lisiane fala que assembleias, grêmios, fóruns e etc. são espaços de participação diferentes. Começam muitas conversas paralelas e os que querem



defender seu ponto levantam a voz ao falar. Uma moça menciona que é preciso ter consciência que nas Conferências Lúdicas muitas crianças e adolescentes vinham de escolas, por isso, a escolha do termo “grêmio”. Miriam diz que, no Google, o termo aparece como “a ideia de reunir conforme interesses em comum” e sugere que seja feita uma terceira proposta para fortalecer a participação nas conferências. Keyla contesta dizendo que, se compreendermos grêmios como qualquer espaço de participação, não faz sentido o termo estar em uma das propostas. Miriam fala que grêmios é diferente de assembleias, fóruns e conferências. Decide-se por manter o termo “grêmio”, sendo que o grupo que discutisse e detalhasse esta proposta precisaria levar estes pontos da discussão em consideração.

- A **terceira proposta** escolhida foi estabelecer que **as conferências não serão eventos isolados, a cada três anos, e que elas sejam acordadas conforme o calendário anual escolar.**
- Também por consenso, a **quarta proposta** escolhida foi o **fortalecimento dos Conselhos Escolares.** Apesar do debate que houve neste ponto, um pouco antes, no momento da decisão a questão de estender a proposta para todos os conselhos não foi mencionada.
- A **quinta proposta** decidida foi o **fortalecimento dos Fóruns Regionais com a participação de crianças e adolescentes.** Também não houve pontos de atritos na escolha dessa última proposta.

Às 16h08, após a escolha das propostas, os participantes dividiram-se novamente em grupos menores para preencherem os formulários de propostas. Neste momento, muitos não se mobilizaram, sendo necessário que a Letícia e a Mariana reforçassem a necessidade deles se dividirem. Optaram por se dividir em quatro grupos, com 4-5 participantes cada. Um dos grupos discutiu as propostas 1 e 2, enquanto os outros discutiram uma proposta cada. Nesta organização, a Hilda chamou a Mariana para dizer que ela acreditava que a função de preencher o formulário era dos representantes da FGV, e não, dos participantes naquela discussão – “*esse é o trabalho de vocês*”.

Assim como no início, as representantes da FGV se dividiram entre os grupos, portanto, a seguir há somente um compilado de algumas discussões que ocorreram no preenchimento da ficha.

Proposta 5: discutiram sobre como seria o transporte das crianças até os fóruns regionais e qual o orçamento que seria utilizado na execução desta proposta. Como tiveram muitas dúvidas em relação ao orçamento, optaram por não especificar este ponto. Também tiveram dúvidas em relação ao prazo de execução – não sabiam se seria a frequência de cada conferência ou o tempo para implementação da proposta. Expliquei que era o segundo ponto. Na escolha dos órgãos de monitoramento, também tiveram dúvidas sobre a inclusão ou não do Ministério Público – “*não podemos esquecer que o nosso objetivo aqui é tornar os fóruns mais participativos para as crianças*” – mas, apesar dos questionamentos, o incluíram.

Proposta 3: debateram sobre a importância de especificar a questão do calendário escolar na proposta e enfatizar a coordenação intersecretarial na escolha dessas datas. Hilda sugeriu que colocassem na proposta que as conferências fossem aos sábados, mas o redator não adicionou este ponto.

Às 16h45, o grupo que discutia a proposta 5 foi o primeiro a concluir o preenchimento do formulário. Eles começam a conversar paralelamente, mas, no geral, o clima é de organização.

Às 17h05, com todos os formulários já preenchidos, inicia-se a leitura dos formulários de propostas. Neste momento, haviam 15 pessoas na sala e algumas (3) estavam usando o celular durante a leitura. Em relação à proposta dos Conselhos Escolares, Miriam sugeriu que fosse delimitada a verba e as secretarias envolvidas para facilitar no controle referente à implementação. Na proposta sobre os Fóruns Regionais, Miriam sugeriu incluir a SME nos órgãos de monitoramento. Com exceção destes dois comentários, houve um consenso geral em relação às propostas elaboradas.

As atividades da quinta-feira (29/11) deste eixo, encerram-se, às 17h21, com uma salva de palmas.

Eixo V: Espaços de Gestão e Controle Social das Políticas Públicas de Crianças e Adolescentes

Para a realização do debate, organizamos as cadeiras em semicírculo e Marina escreveu a agenda do dia na lousa. Antes das atividades começarem, houve um momento de confusão em relação aos envelopes com as cópias das propostas feitas nas Conferências Regionais e Lúdica (o que ocorreu porque os eixos tinham outros números nas Regionais), mas logo os outros relatores perceberam e trouxeram o envelope com o conteúdo certo.

A programação do dia seria uma rápida apresentação dos presentes, cerca de uma hora para a introdução ao tema, levantamento e discussão dos problemas relacionados ao tema, apresentação das propostas levantadas nas Conferências prévias e elaboração, detalhamento e validação das propostas feitas no dia.

Às 10:20, horário em que a programação formal do dia começou, havia cerca de 8 pessoas na sala. O professor Abrucio iniciou sua fala discorrendo sobre a importância da criação de instrumentos que fossem facilmente controláveis ao longo dos quatro anos entre eleições, passando para a história das Conferências Nacionais de Educação no país. Houve duas grandes Conferências do tipo no período pós-1988, as quais deram origem a dois planos, em 2001 e 2014. Enquanto o primeiro possuía mais de 100 propostas, o segundo possuía cerca de 20, com instrumentos que facilitassem seu acompanhamento e monitoramento. Prova disso foi a construção de observatórios dos planos. O objetivo, nesta Conferência, seria chegar a cinco propostas em cada eixo que sejam facilmente acompanhadas pela sociedade.



FONTE: FGV, 2018

Abrucio explica que participação e controle de políticas públicas têm de ser constantes, e deixá-los de lado, focando apenas na parte técnica das políticas, é o primeiro passo para se perder nas formulações de tais políticas. A participação é essencial nesta fase, pois diz respeito a como se dá o diálogo e o debate em uma sociedade, e é especialmente importante quando toca a questão da criança e do adolescente pela intersectorialidade desta. Essa intersectorialidade permite que os diversos setores do governo joguem a bola de um para outro, e a participação e o controle social têm papel importante em tentar impedir isso.

Abrucio dá exemplos de experiências internacionais na área de controle social: há diversos países em que mecanismos de controle são constantes, não periódicos (como as eleições). No Brasil, os sistemas de informação são políticas de governo, não de Estado, e, portanto, não possuem continuidade adequada.

A nossa Lei de Acesso à Informação é baseada em legislações europeias, mas, ao contrário de outros países, não explica como o governo deve organizar a informação que deve provar ao cidadão e não inclui instrumentos de responsabilização. Isso causa diminuição do poder de cobrança por parte da população, que pode, por vezes, pedir informações que não foram produzidas pelo governo. Nesse momento, um dos participantes do eixo, Marcos Augusto, fala sobre como os mecanismos macro de controle social são falhos, mas que, no micro, alguns mecanismos funcionam. Ele dá o exemplo de conselhos de escola e de UBS e aponta que um dos problemas destes espaços é que apenas uma elite chega neles. Outro participante, Nicolau, completa que todos que estão presentes participam de algum movimento ou coisas análogas, mas que são poucos movimentos que participam de fóruns quando o assunto é juventude. S

Sobre isso, Abrucio responde que existe outra dimensão do controle social, que permite que cidadãos que não estejam em movimentos ou fóruns possam atuar também. Esta dimensão

é formada por mecanismos de controle difuso, já que políticas públicas são fragmentadas territorialmente e marcadas pela desigualdade dentro da cidade de São Paulo. Assim, faz-se necessário pensar em saídas que fortaleçam tanto o controle difuso quanto o controle social organizado por tema.

Partindo para a discussão de problemas acerca do tema, o participante Marcos Augusto falou sobre como, considerando o dia anterior, quando houve falas sobre como fóruns não conseguem realizar nada e que sociedade civil é desorganizada nesse quesito, uma ideia seria chamar vereadores para submeter projeto de lei garantindo espaço da sociedade civil mas, também, participação - não coordenação! - das secretarias. Abrucio comenta que solução deve envolver participação obrigatória das secretarias, já que, sem elas, o processo político de controle social se esvazia. Outra participante responde que fóruns não são sobre obrigatoriedade de participação, mas que talvez uma rede faça mais sentido nesse contexto. O participante Nicolau argumentou que problema está no setor público no geral, e que diferentes esferas dele devem estar representadas. Nesse momento, a coordenadora Marina comentou que a discussão deveria se ater aos problemas, já que é importante tê-los claros antes de começar a pensar em soluções.

Antes do seguimento da discussão, o grupo decidiu voltar às apresentações, etapa que havia sido pulada. Participantes: Cacilda: de São Matheus, mas trabalha em Cidade Tiradentes e centro. Gerencia serviço de medidas socioeducativas e já trabalhou com alfabetização. Gabriela: trabalha com crianças e adolescentes em situação de rua. Marcos Augusto: tem mandato na fiscalização de alimentação, é professor da Prefeitura e trabalha em ONG chamada Casa da Solidariedade. Patrícia: já foi da subprefeitura de Pirituba e atualmente trabalha com questão da informação e com crianças e idosos na biblioteca Érico Veríssimo em Taipas. Comenta que não conseguiram instaurar fórum lá e que acha importante pensar instrumento que tivesse ligação com tudo relacionado a crianças e o qual todas as secretarias tivessem que alimentar. Michele: é de São Mateus e hoje trabalha em Sapopemba. Comenta que não pôde estar presente no dia anterior e que precisaria sair mais cedo. Junior: está no fórum do M'Boi Mirim/Jardim Ângela, já trabalhou no Instituto de Pesquisa da Juventude e hoje trabalha no CCA Jardim São Luís. Abraão: é psicólogo e já trabalhou no Sistema de Assistência Social à Família, bem como com população em situação de rua e no programa Criança Feliz. Eduardo: trabalha no setor privado, com consultoria do ensino superior e já foi conselheiro tutelar. Maria Leni: fez parte da Comissão Regional de Itaquera e atualmente trabalha com pessoas em situação de violência. Comenta que pessoas deixaram de acreditar pela judicialização das coisas e que muitas propostas da conferência anterior não foram realizadas por falta de verba, mas que permanece otimista e acredita que as pessoas do grupo podem fazer diferença. Katia: é de Heliópolis, fez parte de um projeto voltado para juventude durante a adolescência e hoje é educadora nele. Patrícia: foi professora por sete anos, atualmente trabalha na Assistência Social e é do movimento negro de Heliópolis. Gustavo: acredita na importância dos fóruns por ser um local onde está o conhecimento. Nicolau: mora no Jardim Ipiranga e é assistente técnico em um CCA. Edmar: vem da região Perus, onde também não há Fórum. Crê que o maior problema no controle social é falta de informação: pessoas não participam de conselhos porque comunidade não tem informação e órgãos não têm interesse na divulgação da informação. Enides: é conselheira tutelar porque gosta. É aposentada pelo Exército e possui sete filhos, 27 netos e oito bisnetos.

Após as apresentações, Abrucio comenta sobre os avanços na área dos direitos da criança e adolescente: a ideia do conselho tutelar mudou completamente, apesar de ainda não ser perfeito hoje em dia. Também comenta sobre a importância de se respeitar a trajetória que

foi percorrida até agora e que o trabalho na Conferência deve buscar trazer propostas de melhorias para o futuro sem relevar o trabalho feito até agora.

A discussão se encaminha para o papel dos fóruns. Michele defende que é provocar, não deliberar políticas, e que é necessário se perguntar o porquê da baixa participação por parte da população. Cacilda responde que a população deve entender a importância e o objetivo dos fóruns para que a participação aumente. Júnior menciona o caso do Jardim São Luís, onde realizaram Conferência cuja principal proposta foi a criação de Conselho Tutelar para a região. Agora, há cobrança para participação do Conselho no Fórum, mas, segundo Junior, o problema é que é feito por pessoas. Também menciona sobre como conselheiros também têm papel de fomentar políticas, não só de apagar incêndios no cotidiano: a formação do conselheiro é importante para isso. Eduardo comenta sobre como a demanda para conselheiros tutelares é muito maior do que a sua capacidade de realizar atividades.

Abrucio comenta sobre a importância do acompanhamento dos conselhos tutelares: o controle social é também uma forma de apoio em termos de formação. Para Eduardo, sociedade civil deve ser cobrada de comprometimento no processo, já que tende a se fragilizar. Para virar conselheiro, é necessário desistir de outras coisas, o que desestimula pessoas a seguirem esse caminho por precisarem, por exemplo, trabalhar. Para Enides, conselheiros, apesar de peça fundamental para garantia de direitos, não possuem suporte necessário ou reconhecimento por parte da sociedade. Se estrutura não é adequada, tem que repensar. Abraão crê que problema está no nível de organizações da sociedade civil, as quais não possuem legitimidade que detinham antes. Menciona que organizações trabalham com a manutenção da miséria de modo a continuarem tendo razões para existir. Assim, como usuário pode fazer controle social do serviço se não se sente acolhido? Como quebrar com o ciclo da manutenção da pobreza? Para Abrucio, solução se encontra no meio do caminho, já que a extinção da norma pode não levar ao controle social; faz-se necessário ouvir mais os usuários.

Para Eduardo, Conselho deveria poder delegar funções para que pudesse se ater às discussões. Marcos Augusto usa exemplo de controle social nas escolas públicas através do SARESP, além dos próprios Conselhos das escolas. Junior traz o exemplo de UBS, onde há painel de monitoramento com dados sobre a Unidade (como número de pacientes com tuberculose atendidos, por exemplo). Acredita que seria interessante trazer a ideia para a área da Criança e Adolescente. Além disso, acredita que fóruns estão enfraquecidos porque os participantes são sempre os mesmos e que militância envelheceu por não conseguir formar quadros novos.

A comparação com a área da Saúde segue, com Michele comentando que conselhos gestores funcionam nela, então, por que não com crianças e adolescentes? A isso, Abrucio responde que é mais complexo que na Saúde: os órgãos relacionados à juventude devem fornecer dados, mas não sabem o que fazer com eles. Controle também é uma forma de tornar processo mais transparente. Junior, então, menciona falta de transparência nas eleições dos Conselhos, dizendo que eleição é feita para não acontecer.

Resultado da nuvem de problemas:

- Reinventar o controle social;

- Mecanismos mais claros para participação do poder público no controle social;
- Atração da sociedade para os espaços de controle social;
- Acompanhamento, auxílio e responsabilização da gestão dos Conselhos Tutelares;
- Painel de monitoramento da rede de atendimento para melhorar o controle social pelos usuários; - melhorar a informação/sistema;
- Capacitação para o controle social;
- Eleições no Conselho Tutelar.

Às 13h12, o grupo iniciou sua pausa para almoço. Às 14:45, o grupo reiniciou as atividades com a releitura dos principais problemas percebidos na parte da manhã.

Partes mais importante incluem a reinvenção do controle social e a sensação de que avançamos muito na área e estamos, atualmente, num platô. Cacilda menciona o Marco Regulatório e a necessidade de haver avaliação por parte dos dados homogêneos e não teriam que responder a chefia. Abrucio também questiona o uso desses dados, já que podem ser usados para punir o serviço. Para Abrucio, temos que melhorar informação de forma sistematizada e torná-la transparente e acessível para todos. Patrícia diz que acredita que deveria existir Secretaria da Criança e do Adolescente, onde funcionários incentivem a ideia de rede integrada a diversas Secretarias e que sistema de informação resolveria a questão, sem haver necessidade de criar uma nova Secretaria, necessariamente. Adiciona, também, que é muito difícil política ir para frente quando é intersetorial se não há rede. Abrucio também destaca necessidade de ver o que é prioritário e factível.

Abrucio, então, segue para a leitura das propostas da Conferência de 2015. As três primeiras propostas foram consideradas muito genéricas e Abrucio destaca a importância de se pensar em propostas facilmente responsabilizáveis de modo a melhorar política pública. Patrícia levanta a questão acerca da quantidade de dias da Conferência Lúdica e da Convencional: por que adultos tem um dia a mais? Abrucio comenta que Conferências têm resultado em políticas de governo, não de Estado.

Ocorre a leitura das propostas da Conferência Lúdica. Durante a leitura das propostas das crianças, surge a questão que educadores atuais não conseguem ouvir a geração de crianças. Destaca-se a importância de ouvir os anseios dos jovens, não aos próprios: diferença geracional causa ruídos na percepção do que é melhor para a criança e o adolescente. Michelle conta um exemplo que ocorreu na biblioteca onde trabalha: percebendo o baixo público de jovens, a biblioteca dialogou com coletivo de hip-hop da região e marcou oficinas e debates com eles. Junior pontua o baixo número de espaços públicos de cultura, com atividades que dialogam com a realidade das crianças.

Também foi muito pontuado o sentimento que jovens periféricos têm de não pertencerem ao ambiente quando frequentam aparelhos de cultura, especialmente em áreas centrais da cidade. Surge a discussão de que, apesar de existir cultura na periferia, não há aparelhos de cultura. Pelo pouco tempo, as propostas dos adolescentes foram lidas rapidamente, sem grandes comentários. Faltando pouco tempo para o término do dia, o grupo passou para a formulação das propostas, sugeridas por Abrucio e alteradas pelo grupo para melhor acomodar o interesse de todos. Todas as propostas foram discutidas em conjunto, sem

grandes discordâncias. Durante a discussão das propostas, Marcos Augusto apresentou um esboço de um Projeto de Lei que ele havia escrito, durante a discussão da parte da tarde.

Propostas encaminhadas para a plenária:

- Criar um sistema único de informações da criança e do adolescente, que integre dados de todas as secretarias que desenvolvem ações com esse público, facilitando o controle social.
- Criação de um rede de serviços, intersetorial, que são usados por crianças e adolescentes, para aumentar a efetividade dos serviços e, especialmente para esse eixo, propiciar uma comunicação mais ampla para os usuários de todo os equipamentos e políticas usadas pelas crianças e adolescentes.
- Criação e/ou fortalecimento dos Fóruns Regionais dos Direitos da Criança e do Adolescente, como mecanismo para fazer o controle social do acesso das crianças e dos adolescentes aos diversos serviços destinados a esse público.

Instrumentos formalizados de escuta e fala das crianças e dos adolescentes, garantindo o protagonismo juvenil e da infância.

- Criação de uma ouvidoria da criança e do adolescente;
- Criação de uma rede de cultura do direito da criança e do adolescente, para construir valores em prol desse direito, impulsionando o controle social;
- Compartilhamento de boas práticas de escuta e protagonismo da criança e do adolescente, por meio de um Prêmio municipal;
- Fortalecimento do protagonismo juvenil no controle social dos diversos equipamentos públicos que utilizam.



FONTE: FGV, 2018

Relatoria do terceiro dia de Conferência – 30/11/2018

Acolhida e Credenciamento

O credenciamento iniciou-se às 10h no Auditório da FMU (Av. Liberdade, 899). Enquanto os participantes chegavam, a equipe da FGV, no fundo do auditório, revisava e ajustava o formulário das propostas para serem apresentados e debatidos na Plenária Final. Os presentes que estavam interessados em apresentar moções ficaram colhendo assinaturas próximos às mesas de credenciamento. O destaque, nesse sentido, foi uma senhora que posicionou um púlpito próximo à entrada e cada um que passasse ela convidava para assinar uma moção contra a redução da maioria penal.

Eleição dos delegados(as) para Conferência Estadual

Por volta das 11:00 horas grande parte dos participantes se encontrava no Auditório Nelson Carneiro, enquanto agentes da Comissão Central anunciavam que já notificariam em breve os participantes acerca das informações das eleições dos delegados que iriam para a Conferência Estadual. Após a fala de um representante da Comissão, foi possível ouvir, em conversa paralela, a indignação de uma delegada que dizia ter sido informada de que o evento iniciaria às 10:00. A mesma alegou que chegou ao evento às 10:20 e teve que esperar até então com pouquíssimas informações.

O atraso para o início do evento deveu-se ao fato de que a Comissão Central estava na sala atrás do palco do auditório em reunião contabilizando os delegados que participaram de todos os dias do evento e estavam, portanto, aptos a se candidatarem a delegados estaduais em suas respectivas categorias. Durante a reunião, havia dúvidas sobre as listas assinadas por eles e também sobre em qual categoria exatamente algumas pessoas se encaixariam. Feito esse processo, fez-se uma leitura completa de todos os nomes de forma a se obter a lista final de delegados aptos por eixo e o número de vagas exatas em cada eixo.

Vale destacar que, enquanto a Comissão Central discutia a questão dos delegados e a maior parte dos participantes aguardava no auditório, os delegados que haviam participado do Eixo 1 reuniam-se em salas à parte para concluir as propostas que seriam encaminhadas à plenária final para apreciação, na medida em que as discussões não haviam se encerrado no dia anterior.

Às 11:17 todos os participantes estavam no Auditório Nelson Carneiro para que se esclarecesse o cronograma do dia e como funcionariam as eleições dos delegados que iriam para a Conferência Estadual. O Coordenador da Comissão Central, Júnior, anunciou que em poucos minutos divulgaria o número de delegados aptos de acordo com seus segmentos. Enquanto isso, esclareceu a regra primordial para que um delegado esteja apto a ser eleito: participação integral no evento. Júnior também informou que o levantamento dos participantes aptos a participar foi feito manualmente. Nesse momento, um delegado reivindicou o total de credenciados do evento, e Júnior afirma que vai providenciar, enquanto anuncia que os participantes aptos somam 91 pessoas no total. Após isso, é exposta imagem indicando os segmentos, delegados aptos e o número de vagas a serem preenchidas. Abaixo segue tabela com essas informações:

Segmentos	Delegados Aptos	Vagas
Conselhos Tutelares	22	15
Poder Público	14	06
Sociedade Civil	35	28
CMDCA	06	06
Fóruns Municipais e Regionais	12	06
Observadores	04	03

Após informar os números relativos aos segmentos, Júnior passa a divulgar as salas de cada segmento e avisa que os delegados já podem se direcionar a elas. Os responsáveis da FGV pela metodologia em cada eixo dividiram-se para acompanhar a eleição dos segmentos, apoiando a Comissão Central no que fosse necessário. O eixo 1 acompanhou o segmento dos Observadores, o eixo 2 os Conselheiros Tutelares, o eixo 3 os Fóruns Municipais e Regionais, o eixo 4 os representantes do Poder Público e eixo 5 os representantes da Sociedade Civil.

1. Eleição dos delegados(as) do segmento “Conselheiros Tutelares”

Os delegados demoraram um pouco para iniciar o processo por estarem sem a lista de delegados aptos, a qual estava com Rosângela, conselheira que fez parte da comissão central também. O processo se inicia, de fato, com a chegada de Júnior, que após eleito em seu segmento, acompanhou a votação dos conselheiros tutelares. Ele escreveu na lousa as regras da eleição: 1- ter participado integralmente de 1 das Conferências Convencionais na cidade de São Paulo; 2 - priorizar a escolha daqueles que tiveram participação ativa dentro do processo de realização das Conferências. É interessante observar que esta última não é uma regra oficial, mas foi ressaltada por todos para valorizar os delegados mais engajados.

Neto, da Comissão Central, buscou conduzir o processo e logo sugeriu o método de consenso para a eleição de conselheiros que queriam ocupar as vagas disponíveis. Tal processo não foi possível, já que havia mais delegados interessados em se eleger do que vagas disponíveis. Assim, começa-se a discutir os possíveis métodos para a eleição dos delegados. Fernanda sugere que apenas 1 membro de cada conselho possa participar, garantindo equidade entre os diversos conselhos tutelares.

A essa altura, surge uma discussão, trazida por Euzébio, sobre a possibilidade de um delegado eleito ir à conferência estadual durante seu período de férias. Alguns delegados são a favor de que o delegado eleito possa ir durante suas férias enquanto outros não, gerando grande exaltação entre os participantes. No entanto, Júnior esclareceu que, em período de férias, as atividades do conselheiro ficam suspensas, de modo que apenas o suplente passa a estar apto para o evento.

Rosângela, detentora da lista de delegados aptos a concorrerem às vagas, faz a leitura desses nomes. São 27, número superior aos 22 informados durante a plenário no auditório pouco tempo antes ela Comissão Central. Segundo Rosângela, nomes haviam sido desconsiderados sem razão. Havia, assim, 15 vagas para 27 delegados. A partir deste momento, começa, de fato, a discussão dos critérios para eleição dos delegados.

Conselheiros mediadores questionam se há mais de um conselheiro querendo ir como representante do seu conselho e muitos dizem que sim. Mediadores recomendam que delegados entrem em acordo e dão 2 minutos para que escolham um único delegado por conselho - trata-se do primeiro critério de exclusão. Após as deliberações entre as duplas, delegados entram em acordo escolhendo apenas um dos dois representantes de mesmo conselho e seus nomes são colocados na lousa com o respectivo território em que seu conselho está localizado: "Rio pequeno: Silvanete, Ermelino: Ledma, Bela Vista: Enides, Sé: Fernanda, Cidade Tiradentes II: Izabel, São Mateus: Cris, Santo amaro: Zilda e Brasilândia: Mel".

É sugerido por um dos mediadores que haja sorteio dos delegados que estão aptos. Júnior (Comissão Central) intervém e relembra 2ª regra proposta pelos próprios delegados ("Priorizar aqueles que tiveram participação ativa no processo de realização da conferência"). Os delegados então reagem a isso de maneira não muito positiva.

Fernando fala sobre a importância da continuidade dos organizadores da convenção regional e municipal na próxima convenção. Delegados mediadores esclarecem regimento interno com base na intervenção de Júnior e Edson requer a definição de "prioridade a quem teve participação ativa", pois segundo ele houve mais de 40 reuniões feitas para convenção municipal e nem todos estavam presentes.

Ao final dessa discussão, concorda-se em eleger os participantes mais ativos, cujos nomes são escritos na lousa: Rosângela, Cristina, Fernando, Teixeira, Fernanda e Enides. Nesse momento passa-se a ter 4 pessoas a mais que o número de vagas. Após muito debate e dispersão, discute-se que um último critério para definir as quatro pessoas que não serão eleitas deveria ser regional, ou seja, se já há um conselheiro tutelar de uma região da cidade, não deveria haver um segundo enquanto houvesse região sem representação.

Delegados então listam em outra parte da lousa quais pessoas passarão a estar aptas a concorrer em sorteio, já que suas regiões ainda não estão representadas. Seguindo uma intervenção de Júnior, Fernanda alega que é injusto retirar a pessoa ainda que seu conselho esteja representado regionalmente. No meio de sua fala, a delegada é cortada por Jamilson e acaba se exaltando e fala também do egoísmo das pessoas "Se eu não puder ir como conselheira, eu vou como pessoa. Se eu considerar importante pra mim, eu vou.[...] Sabe por quê todo mundo passa por cima da gente? Porque a gente não defende o conselho tutelar. Só estão preocupados em se defender.[...] Não adianta chegar lá, discordar de algo e ficar (imita alguém sussurrando e reclamando de canto). Essas vagas têm que ser pra quem vocês sabem que vai botar a cara a tapa pelo conselho". Concordando, Lílíane afirma que há pessoas que têm como objetivo "ir pra passeio" e completa "deixa quem vai brigar pelo conselho". Antes de iniciar a votação por região, ocorre uma polêmica, pois Jaime entende que, no critério regional, deve-se levar em conta as regionais que já estão representadas pelo grupo dos conselheiros "engajados". Após longa discussão, vota-se a proposta de Jaime, que é derrotada. Assim, não haveria problema de repetir uma região já contemplada pelo grupo de conselheiros mais "engajados".

Assim, 11 regionais foram elencadas na lousa (é importante destacar que aqui não se trata de conselho com 2 conselheiros, mas sim de região da cidade com mais de 1 Conselho Tutelar): "Regionais com 2 Conselhos Tutelares: Ermelino Matarazzo, Perus, M'Boi Mirim, Freguesia, Penha, Tiradentes, Ipiranga, Santo Amaro, Lapa, Butantã, Cidade Ademar". Definidas as regiões, são sorteados 9 nomes pelo representante da FGV, Marcello, e pelos adolescentes da Comissão Central que acompanhavam a discussão, Klever e Giovanna:

“Ermelino - Ledma; Perus - Edmar; M'Boi Mirim - Jamilson; Tiradentes - Isabel; Ipiranga - Monica; Santo Amaro - Maria Zilda; Lapa - Orlando; Butantã - Silvanete; Cidade Ademar - Euzebio”.

Eleitos, assim, os 15 delegados titulares, passa-se a escolher os delegados suplentes também por meio de sorteio. A lista de suplentes traz os seguintes nomes: Merilly, Kátia, Lindinalva, Edson, José Neto, Lualinda, Elisangela e Cácio.

Todas as discussões e debates foram extremamente acalorados, com muitas conversas paralelas e desentendimentos. Não à toa, a eleição de conselheiros tutelares foi a que mais demorou: iniciada por volta das 11:30, só chegou ao fim às 13:00, atrasando o cronograma inicial da plenária final, que deveria começar às 12:00, ainda antes do almoço.

2. Eleição dos delegados(as) do segmento “Poder Público”

Às 11h25, os representantes do Poder Público se reuniram na sala 304 para escolherem os seis delegados(as) que participariam da Conferência Estadual em 2019. Sete pessoas levantam a mão manifestando interesse nas vagas. Há um consenso e a Carol, que declarou seu interesse por último, aceita ficar como suplente. Como se decidiu rapidamente sobre os delegados eleitos, diferentemente de outros segmentos, o resto do tempo foi dedicado a discussões sobre os problemas enfrentados para viabilizar a rede de proteção às crianças e adolescentes na cidade.

Patrícia fala que já participou de outras conferências, onde teve sucesso nas atividades desenvolvidas. Luciano sugere que eles discutam a importância de transmitir as demandas e propostas municipais na Conferência Estadual. Uma moça fala sobre a dificuldade em lidar com o futuro, tendo em vista o cenário político, e avalia a Conferência Lúdica como tendo sido positiva. Wilson diz que: *“é difícil para nós, enquanto poder público, olhar e ver que o poder público não está lá pra realizar a Conferência”*.

Patrícia compartilha a angústia de quem está em secretarias que não reconhecem a importância de sua atuação com crianças e adolescentes e fala sobre a importância de focar nas demandas das crianças e adolescentes. Ela disse que é fundamental fortalecer as propostas no âmbito municipal para discuti-las no estadual. Ela também falou sobre o papel dos fóruns e conselhos na criação de uma rede colaborativa de participação integrada e que, nesse sentido, é importante perceber e avaliar que o trabalho realizado nas conferências regionais não foi suficiente – e por este motivo *“estamos tendo tantos problemas agora”*. Por fim, ela cita como exemplo o Conselho Eleito na Secretaria Municipal de Cultura que teve a sua gestão alterada recentemente, onde inverteu-se a proporção de representantes do Governo e da Sociedade Civil. O Governo hoje ocupa 51% das cadeiras e os 49% da sociedade civil são pessoas indicadas pelo próprio poder público. Dessa maneira, segundo ela, a sociedade civil não tem voz – *“para que ter então um conselho participativo?”*.

Maria conta que os conselhos regionais nas escolas têm participação da sociedade civil, mas que isto foi conquistado *“com muita luta”*. Patrícia fala que *“isso é algo que temos que multiplicar nas secretarias. Não podemos ficar à mercê de uma ideia, de um representante. Não podemos deixar a coisa desmoronar”*. Wilson pontua que *“as propostas vão sair; o nosso papel vai ser defender elas para além daqui. Agora temos que ter cuidado e atenção para fazer um bom enfrentamento ao cenário político atual. Sabemos que no interior temos um maior apoio ao Bolsonaro e a pautas conservadoras, isso será um desafio na*



Conferência Estadual. Já há conselheiros hoje defendendo a redução da maioria penal". Maria diz que, nesse contexto, será importante pensarmos em formações para os conselheiros e delegados – "temos conselheiros que acham que bandido bom é bandido morto (...). Eles ignoram que foram eleitos e devem atender às demandas da sociedade civil que o escolheu".

Luciano fala que a ideia é que sejam defendidas as propostas que estão de acordo com todo o coletivo que estava reunido na Conferência Convencional. Em suas palavras: *"muitas das vezes em que os delegados eleitos eram do poder público, eles já eram indicados para a defesa específica de uma pauta, e não, do projeto como um todo".* Ele também falou que recentemente foi enviada para Câmara dos Vereadores uma proposta, que deve ser votada no ano que vem, para obrigar os conselheiros a fazerem uma formação de 2 a 6 meses antes de sua posse, como também, para criar uma comissão de ética para avaliar questões preliminares e evitar retrocessos. Ele disse que esta pauta está sempre presente nas discussões das quintas-feiras às 11h. Por fim, ele menciona que é preciso que eles pensem em como articular os debates das conferências municipais com as outras esferas políticas, de modo que elas façam parte de toda a agenda do poder público.

Maria fala que a Prova São Paulo foi prevista em novembro de 2017 e, quando foi feito o calendário da Conferência Lúdica, não se considerou a Prova São Paulo – *"e depois o vilão fica sendo a Secretaria Municipal de Educação".* Para ela, é fundamental que o poder público reflita sobre esta situação, mas também, é papel da sociedade civil pressionar o Governo para que estas questões não aconteçam. Luciano fala que esta é a 11ª Conferência e que este ponto sempre entra nas pautas. Segundo ele, *"o CMDCA tem o assento das diversas cadeiras para as secretarias mas não há diálogo. O que temos hoje somente é a boa vontade dos profissionais que estão na base. Precisamos entrar no processo para dizer o que queremos e fiscalizar".*

Nelson fala que é extremamente complexo o processo de mudança da Prova São Paulo e difícil de ser realizado. Para ele, *"precisamos [nós, Governo] participar do processo desde a base, nesta linha precisamos atuar com os agentes da ponta. Isso é garantia de direitos, precisamos pensar em proteção integral. Nós não conseguimos entender ainda, do ponto de vista prático e conceitual, o que é isso. Proteção Integral não se limita à Assistência Social".* Ele conclui falando que este tema também precisa ser tratado por via dos Conselhos Tutelares.

Maria diz que, em 2016, acompanhou a apuração das eleições do Conselho Tutelar, onde foi possível notar a carência de informações dos eleitos, o que os levava a defender pautas como a redução da maioria penal. Luciano fala que um dos focos, nesse sentido, é pensar sobre a essência do Conselho Tutelar, o propósito de sua criação, etc. *"Hoje precisamos fazer uma avaliação do que virou esse cenário, tendo em vista que todos têm direito de participar desse processo. Qual é o critério inicial para ser eleito? Dos quase 4 mil candidatos do último projeto do Conselho Tutelar, quantos foram observados pelo CMDCA? Quantos tinham registro no conselho de direitos? Esses candidatos representam de fato a sociedade civil ou estão a serviço de alguém? Representam a entidade que os elegeu ou o seguimento como um todo?".* Ele também falou que não se pode ignorar o fato de que muitas entidades que têm membros no Conselho Tutelar possuem projetos que são financiados pelo governo.

Nelson critica a falta de métodos de formação prévia à Conferência Convencional. *"Ontem fizemos uma nuvem de ideias e depois ela foi colocada toda de maneira cartesiana. Eu*

fiquei louco. Nós não temos uma metodologia clara e definida nesta conferência, não criamos a proteção integral e queremos ficar dando respostas imediatas a problemas que são mais complexos". Maria diz que se fala tanto da rede de proteção e ainda não se conseguiu fazer isso – "escola e serviço social não estão integrados, o que falta?". Elacyr comenta que nos anos 1980, a sociedade brigava por asfalto, água, etc, e estas demandas eram atendidas. Segundo ele: "quando se fala de direitos sociais, precisamos pensar nisso. Os direitos vão se perdendo nessa onda em que a própria sociedade acha que há muitos direitos. Professores e famílias falam que não podem fazer mais nada porque as crianças e adolescentes têm muitos direitos. Precisamos refletir o que fazer em relação a isso".

Nelson comenta que no COMAS está sendo discutida a questão das crianças em situação de rua e que as propostas são amplas e intersetoriais, mas eles não conseguem realizá-las. Maria pergunta por que não conseguimos realizar – "a gente concorre?". Nelson diz que o principal problema é o orçamento – "a gente não sabe quem paga o quê". Andrea pergunta o que devemos fazer quando a criança está presente em vários espaços e as escolas e equipamentos não dialogam. Ela contou que ontem, em seu eixo, foi muito debatida a importância do atendimento intersetorial para as crianças e adolescentes vítimas de violência.

Wilson fala que precisamos pensar sobre o que é rede. Para ele, "se não estamos pactuados, não dá para cobrar. Cada um faz o que quer e fica um jogo de empurra". Maria diz que um grande problema é quando a criança vítima de violência muda de escola e não há diálogo na rede para que o caso seja repassado ao profissional que agora acompanhará esta criança. Wilson aponta que sempre são as mesmas pessoas nas conferências e falta diálogo. Nelson fala da importância de discutirmos casos concretos – "não conhecemos mais as pessoas, só vemos números".

Fátima diz que no Butantã há uma experiência inicial de proteção integral, unindo saúde, assistência social e educação. "Percebemos com o tempo que o ponto não é discutir o caso, e sim, ver quais são as demandas daquela região. (...) Temos que tornar essa integração presente em todo município, são iniciativas que poderiam ser melhoradas e ampliadas no território". Ela disse que esta experiência evidenciou as diferenças estruturais, sobretudo em termos de recursos humanos, entre uma pasta e outra – "educação tem mais estrutura, nesse sentido". Wilma conta que em Aricanduva também há uma experiência de rede de proteção integral com a SMADS, SMS, SME e SEHAB. Para ela, o principal desafio é que esta rede "seja autônoma e independente".

Luciano sugere que seja oficialmente definida a questão das eleições dos delegados do governo. Ele lê o nome dos 14 aptos a concorrer e diz que há 6 nomes para serem eleitos. Nelson diz que, pelo regimento, é preciso que os eleitos estejam presentes na Plenária Final e que ele terá um compromisso à tarde e, portanto, não poderá estar presente. Maria disse que se o grupo ali concordar com a sua eleição, isto não deve ser um problema. Luciano sugere que eles referendam o nome do Nelson ali, mas que escolhessem também um suplente, caso a Plenária não concorde devido a sua ausência. São eleitos: Patrícia, Jane, Andreia, Nelson, Maria e Luciano. Luciano pergunta se há alguma objeção a estes nomes. Ninguém se manifesta. Como suplentes, são escolhidos: Carol, Elacyr e Ladir. Os nove selecionados preenchem as fichas de eleição, às 12h35.

Às 12h40, já com algumas conversas paralelas, Luciano avisa que o resto deste horário é livre e que o almoço será por volta das 13h. Neste momento, havia 15 pessoas na sala, que começaram a sair e ir em direção ao auditório. No auditório, às 13h25, anunciam que o almoço foi liberado.

3. Eleição dos delegados(as) do segmento “Sociedade Civil”

Os primeiros minutos na sala foram conturbados, com muitas pessoas tentando tomar a liderança da votação sem êxito. Algumas pessoas perguntaram à equipe da FGV se ela comandaria a votação, mas foi informado que à FGV caberia apenas a observação do processo de votação e eventual apoio.

Após alguns minutos de confusão, Cacilda e outras pessoas levantam a bandeira da representação de cada subprefeitura. Decide-se, então, levantar todas as subprefeituras presentes: são 22, o que significa que, se cada uma receber uma vaga, sobrarão seis vagas das 28 disponíveis. Uma participante, Carolina Borges, única representante da Vila Mariana, disse que não pôde assinar a lista no dia anterior porque precisou buscar o filho, mas que não abriria mão de sua vaga. Apesar de comentários sobre como as regras exigiam que os delegados estivessem presentes ao longo de todo o processo da Conferência, mais tarde a eleição dela como delegada foi aprovada após deliberação da Comissão Central.

O processo de votação só começou de fato quando Churras, da Comissão Central, chegou à sala. Houve votação comandada por ele para que os presentes legitimassem a decisão de dar uma vaga para cada subprefeitura presente. Havia três subprefeituras com mais de um representante e que tiveram de decidir sobre quem eleger: Sé, Cidade Tiradentes e São Mateus. Todas escolheram seu representante através de conversa, sem grandes complicações.

Após a escolha dos 21 delegados - já que a representante de São Miguel não pôde ficar o tempo todo no dia anterior e, por isso, desistiu de sua vaga (destes, três não estariam aptos a serem eleitos, de modo que sua condição teria de ser deliberada pela Comissão Central), surge a possibilidade de também dividir o restante das vagas de modo representativo, entre as regiões: 3 vagas para a Zona Sul, 3 para a Zona Leste e 1 para a Zona Norte. Há nova votação para decidir se divisão de vagas ocorrerá assim ou através de voto livre: a primeira opção é a aprovada.

A decisão do restante das vagas se deu muito facilmente, já que apenas três representantes da Zona Leste gostariam de ser delegados e apenas dois representantes da Zona Sul tinham essa mesma intenção. A Zona Norte também conseguiu escolher seu representante facilmente. Assim, a vaga que sobraria na Zona Sul foi para o Centro, e Cacilda foi facilmente escolhida para ocupá-la. Encerrada a votação, os delegados preencheram as fichas e as entregaram ao Carlos Aberto (Churras).

4. Eleição dos delegados(as) do segmento CMDCA

Para este segmento, os representantes do CMDCA reuniram-se e escolheram os delegados, uma vez que havia o número de delegados aptos referente ao número de vagas. Não havendo, portanto, necessidade de se fazer eleição.

5. Eleição dos delegados(as) do segmento “Fóruns Municipais e Regionais”

As pessoas deste segmento chegaram à sala, entre 11h30 e 11h45. Totalizaram 12 pessoas. A coordenação foi feita pelos próprios delegados, sendo dirigida por duas pessoas.

Elas pontuaram a importância das listas que lastreiam o critério de participação e de sujeição ao posto eletivo de delegado, já que “as listas mostram quem está apto a ocupar uma vaga”. Patrícia do Ipiranga questiona o número de pessoas presentes, alegando que naquele nicho há mais pessoas do que o devido. Houve uma conversa para esclarecer o papel e atividade de um delegado - ressaltou-se que acaba se formando um grupo que partilha das mesmas instâncias deliberativas. Néia explicou que eram seis vagas disponíveis, uma para o Fórum Municipal e cinco para os fóruns regionais. Tânia do Fórum da Sé indaga por que se reservou apenas uma vaga para o Municipal, tendo como resposta que era uma orientação da Comissão Central. Néia era a única representante no Fórum Municipal e com vaga garantida, que não passou por escrutínio.

Foi proposta uma organização em forma de roda para se iniciar a eleição. Néia só propõe uma organização em forma de roda e uma aproximação a partir das onze horas e quarenta cinco minutos, estando anteriormente os participantes dispersos geograficamente. O discurso se desenha através do imperativo que a Conferência Estadual demanda exclusivamente uma política pública mais geral para criança e para o adolescente, rechaçando demandas muito específicas. No que tange aos fóruns, o discurso de Néia e de Tânia permeiam uma ideia de que a delegação que ali será eleita deverá ir “além das regiões”, representando toda a cidade. O papel dos delegados será fiscalizar as políticas públicas cientes dos problemas coletivos de São Paulo, “para poder pontuar e fazer um enfrentamento” no lugar. Para Tânia, os membros da delegação dos fóruns são mais mal vistos uma vez que denunciam e são combativos, reforçando a ideia de que “a Conferência não é passeio, mas, que funciona como um trabalho” e que “não é um lazer, que não dá pra perder o bonde”, um trabalho que é focado na discussão das políticas públicas, aos quais os delegados devem estar “prontos 8 ou 9 da manhã”.

As Conferências estadual e nacional seria um processo bastante desgastante, ainda como atenta Tânia, com brigas cotidianas, pelas pessoas “estarem de mau humor” e “quase saírem no tapa”, reforçando sua linha argumentativa de que deveriam “fazer valer a problemática de São Paulo”. os delegados não poderiam furtar-se em debate e demarcar a conjuntura, “a política atual”, já que os governos em seus três níveis estariam “falando a mesma língua: exterminar e matar as crianças e adolescentes pobres”. Néia toma a palavra evidenciando que a Municipal elege os delegados sendo que eles serão representantes na estadual que se forja alguns meses depois, portanto, que além de comprometimento os membros dos fóruns vão precisar de algum nível de articulação e de conversação prévia.

Discute-se que São Paulo, “por ser maior em tudo”, teria mais dificuldades mesmo tendo mais privilégios, de maneira que “a luta agora é para discutir qualquer tipo de violação”, como alenta Néia. Para Tânia os delegados deverão se concentrar em formar duas propostas “bem firmes”, amplamente defensáveis. Começa-se a discussão da métrica da eleição para delegação estadual no âmbito dos fóruns e os critérios legitimadores desse ato político de escolha. Discutiu-se sobre a heterogeneidade de São Paulo, uma vez que os delegados queriam construir uma metodologia ou que desse conta da representação das regiões administrativas ou dos bairros mais populosos e importantes, o que enredou uma longuíssima e acalorada discussão. Apenas Miriam que iria viajar, Mário e José Efigênio concordam em ser suplentes de primeira toada. Balbino começa a falar que Grajaú e Parelheiros teriam mais de dois milhões de pessoas e que ele não via problema em estar na suplência, mas, que eles precisavam de “unificação”. Para José Efigênio, de uma organização católica da Cidade Ademar, os delegados deveriam estar atentos ao ECA e em sua máxima proteção, dada uma conjuntura “de negação dos direitos das crianças e

dos adolescentes". Para Néia uma solução seria conhecer bem os fluxos dos processos, o Conanda e outros veículos de proteção das crianças e adolescentes.

Rafael, educador social e antigo coordenador do Fórum de São Mateus, previu um esvaziamento do Fórum Municipal de São Paulo e, fala da importância do engajamento nas esferas dos bairros e da conjura de uma estratégia unificada que pudesse defender propostas e ideias fortes. Patrícia, do bairro do Ipiranga, queria eleger-se delegada, mas, reclama da lisura do processo de inscrição, já que a recepcionista havia a colocado como membra da sociedade civil e, não dos fóruns. Mário relata que sofreu o mesmo processo. A discussão sobre a votação inebria-se em discutir a questão das regiões administrativas ou dos bairros mais populosos. Néia tem sua posição atacada, porque mesmo tendo sua vaga pelo Fórum Municipal, ela mesma mora, trabalha e vive em Santo Amaro. O centro não teria representação no andamento da discussão, pautada então "por uma lógica territorial", como disse Maria Angélica. A tese de que deveria haver 3 representantes da Zona Leste e 3 representantes da Zona Sul perdurou por bastante tempo na discussão, situação que pode ser refletida no argumento de Flávio de que as mesmas teriam tanto populações como territórios "grandes demais". Ocorreram interferências dessas lideranças, como Tânia e Néia, na defesa de certos candidatos, como Flávio, "que seria combativo, peça-chave, da militância". Patrícia e Gustavo (coordenador do Céu Heliópolis), ambos do Ipiranga, discordam dessa abordagem. O argumento que venceu foi de ver a cidade como um todo, de desterritorialização.

Ficou decidido que cada um dos participantes na sala teria direito de votar em cinco nomes dos escritos na lousa a serem eleitos para a posição de delegados na Estadual. Em algum momento, Néia prometeu que arrumaria mais vagas para os fóruns, quase saindo da sala e voltando de repente. A votação se iniciou e cada um dos integrantes indicou - um por um - os cinco escolhidos em voz alta. Dessa maneira, foram eleitos delegadas e delegados: Rafael (São Mateus - Leste), Bruna (Jardim Ângela - Sul), Patrícia (Ipiranga - Sul) e Flávio (Cidade Tiradentes - Leste) tendo onze votos cada um, além de Dona Hilda (Freguesia do Ó - Norte). Os que não foram eleitos para titulares foram alocados como suplentes.

6. Eleição dos delegados(as) do segmento "Observadores"

O grupo de observadores era um grupo com baixo número de vagas, mas igualmente baixo em termos de pessoas aptas. Supostamente, a escolha deles não era difícil: tínhamos 5 pessoas na sala e 3 vagas efetivas e 3 suplentes. Um dos membros expressou certo incômodo por não ser considerado apto por conta do regimento da Conferência: uma vez o delegado efetivo credenciado, o suplente não pode ser elegível para cargos futuros. Ele estava no lugar de uma delegada que só apareceu na manhã do segundo dia, enquanto ele esteve presente durante todo o resto do processo. Ele não achava isso justo, pois além de perder elegibilidade, ele estava faltando dias de serviço nas escolas onde trabalhava para estar lá. Depois por passarem por vários métodos de escolha, decidiram fazer uma espécie de concessão, pensando em experiência e representação regional. Depois disso, até criaram um grupo no *Whatsapp*.

Plenária final

Todos os participantes se reúnem no auditório por volta das 14:00 horas e esperam para o início da plenária final. Nesse momento, faltou luz durante cerca de 30 minutos no espaço, o que atrasa ainda mais a sessão. Júnior inicia a plenária final retomando as explicações feitas no primeiro dia pela equipe da FGV sobre o funcionamento dos diversos instrumentos possíveis de utilização durante o debate: moções, destaques, questão de ordem, questão de esclarecimento, questão de encaminhamento. A plenária se inicia com a leitura de todas as moções feitas durante o evento, sendo que todas que atingiram o número mínimo de assinaturas foram aprovadas por voto. As moções apresentadas são dos mais variados tipos, indo desde o protesto contra a metodologia de um eixo de discussão das propostas na conferência até o repúdio a propostas de redução da maioria penal. Todas as moções aprovadas encontram-se no anexo 3.



FONTE: FGV, 2018

Após esse processo, uma delegada propõe que se inverta a programação da plenária de forma que primeiro os delegados eleitos para a Conferência Estadual sejam referendados e em seguida haja votação das propostas de cada eixo. A delegada justificou que teria que sair mais cedo para buscar sua filha na creche. Diversos delegados ficaram indignados com a proposta - um dos delegados fez o seguinte comentário: “como a pessoa vai defender propostas que ela não acompanhou?”. Essa proposta é colocada em votação e a maioria decide por manter a programação inicial acordada.

Foi feita, então, a contagem do quórum que irá analisar as propostas feitas durante o evento. A plenária conta com 72 delegados. Houve alguns questionamentos sobre esse número, na medida em que representantes da Comissão Central haviam identificado um número muito maior de pessoas na lista de chamada assinada previamente.

Antes de dar início à leitura, debate e votação das propostas, Júnior apresenta duas maneiras possíveis para a realização de destaques: 1 - Propostas serem melhoradas sem

alteração da ideia principal; 2 - Alteração da proposta apresentada caso se julgue necessário. Por contraste, a opção 1 é aprovada pelos delegados. Um grupo no plenário nesse momento comenta que não faria sentido aprovar a proposta 2, que permitiria mudanças radicais na proposta, uma vez que isso equivaleria a deslegitimar as discussões exaustivas feitas no âmbito dos eixos, criados justamente para debater com profundidade temas específicos de políticas públicas.

Após uma pausa de 5 minutos, a mesa dá início à discussão e apreciação das propostas oriundas dos 5 eixos de trabalho do dia anterior. Seguindo a ordem, a Comissão Central começa a conduzir a leitura das propostas do Eixo I - dois representantes do eixo 1 fazem a leitura completa das propostas. Como as propostas foram detalhadas nos eixos, discutindo-se questões como recursos necessários para sua implementação, objetivos geral e específico, indicadores, etc, a leitura é feita por blocos dentro de cada proposta, sendo que os delegados podem manifestar seu interesse em apresentar destaques dentro de cada um desses blocos. Os delegados que têm destaques a fazer levantam suas mãos e têm seus nomes anotados em lista de inscrição. Os destaques são anotados para posterior discussão. No caso do eixo 1, 4 propostas haviam sido elaboradas. Abaixo, as propostas originais:

Eixo: I – Garantia dos Direitos e Políticas Públicas Integradas e de Inclusão Social

<i>Proposta 1</i>	
Garantir da permanência e do acesso à educação integral de qualidade para a infância, com prioridade para crianças de 0 a 6 anos e, de forma inclusiva, às crianças e adolescentes com deficiência e/ou em sofrimento psíquico, considerando suas especificidades (de gênero, étnicas e culturais). Oferecer atividades de informática, esportivas, culturais e artísticas, além de discussões interdisciplinares sobre o ECA para potencializar a formação crítica e cidadã	
<i>Qual é o problema que essa proposta almeja resolver?</i>	
Cidadãos negligenciados pela insuficiência de serviços oferecidos na educação.	
Detalhamento da Proposta	
Público Beneficiário	Crianças e adolescentes
Área de abrangência	Rede municipal de educação
Finalidade ou Objetivo Geral	Garantia de educação de qualidade para todos.
Objetivos específicos da proposta	- Primeira Infância - Pessoas com deficiência
Sugestão de Indicadores de Monitoramento	Pesquisas para avaliação Audiências públicas via fóruns.



Órgão Público Responsável	Secretaria Municipal de Educação
Organizações governamentais envolvidas	Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Direitos Humanos, Assistência e Desenvolvimento Social, Esporte, Cultura e Lazer
Organizações não-governamentais envolvidas	Fóruns regionais, Conselho de Educação e sociedade civil.
Tipos de Recursos Necessários	(x) Financeiros (x) Humanos () Informacionais (x) Infraestrutura () Articulação () Comunicacional () Outros:
Prazo para Execução	Curto prazo
Órgão(s) responsável(is) pelo monitoramento	CMDCA e Fórum de Educação Infantil

Eixo: I – Garantia dos Direitos e Políticas Públicas Integradas e de Inclusão Social

<i>Proposta 2</i>	
Não à redução da maioria penal; ampliar a rede básica de proteção; fortalecer as medidas socioeducativas em meio aberto (atendimento nas políticas públicas); ampliar e garantir os espaços de protagonismo (Fóruns Regionais de Direitos Humanos da Criança e do Adolescente)	
<i>Qual é o problema que essa proposta almeja resolver?</i>	
Diminuir a criminalização da infância, adolescência e da juventude – pobre, negra e da periferia e das crianças/adolescentes em situação de rua e na rua; fortalecer a inserção e permanência dos adolescentes nos espaços de protagonismo; evitar o uso inadequado ou excessivo da medida socioeducativa de internação.	
Detalhamento da Proposta	
Público Beneficiário	Adolescentes, jovens e suas famílias
Área de abrangência	Município de São Paulo / Nacional
Finalidade ou Objetivo Geral	Fazer valer o ECA/SINASE, o Plano Nacional de Convivência e o fortalecimento do vínculo familiar e comunitário.
Objetivos específicos da proposta	Redução da mortalidade; redução da violência policial e institucional e Educação em direitos humanos para agentes de segurança.



Sugestão de Indicadores de Monitoramento	Relatos dos próprios adolescentes Bases de dados (SISA/SISRua etc).
Órgão Público Responsável	SMADS
Organizações governamentais envolvidas	Assistência Social/Saúde/Educação/Cultura e Lazer/Direitos Humanos/Sistema de Justiça/Sec. De Segurança Pública/Poder Legislativo
Organizações não-governamentais envolvidas	Fóruns Municipal Regionais de Direitos Humanos da Criança e do Adolescente, Movimento e Frente da Redução da Maioridade Penal
Tipos de Recursos Necessários	(x) Financeiros (x) Humanos (x) Informativos (x) Infraestrutura (x) Articulação (x) Comunicacional (x) Outros: Fiscalizatório
Prazo para Execução	Curto prazo
Órgão(s) responsável(is) pelo monitoramento	CMDCA / COMAS / SMADS

Eixo: I – Garantia dos Direitos e Políticas Públicas Integradas e de Inclusão Social

<i>Proposta 3</i>	
Fortalecer o Conselho Tutelar com a promoção de capacitação, cursos, seminários e palestras para o SGD, tendo o ECA como instrumento norteador; promover formação permanente para os conselheiros; promover o alinhamento da atuação entre os Conselhos da cidade e promover campanhas de divulgação e valorização do Conselho Tutelar para a população em geral; garantir a estrutura física e administrativa necessária ao funcionamento Conselho Tutelar.	
<i>Qual é o problema que essa proposta almeja resolver?</i>	
A baixa transparência sobre o órgão Conselho Tutelar perante a sociedade em geral.	
Detalhamento da Proposta	
Público Beneficiário	População de São Paulo
Área de abrangência	Município de São Paulo

Finalidade ou Objetivo Geral	Integração do SGD para defesa, controle e promoção dos direitos da criança e do adolescente.
Objetivos específicos da proposta	Fortalecimento do Conselho Tutelar perante os demais integrantes no SGD.
Sugestão de Indicadores de Monitoramento	Relatorias dos próprios Conselhos Tutelares
Órgão Público Responsável	Conselho Tutelar e CMDCA
Organizações governamentais envolvidas	Agremiações: Fórum DCA (Fórum Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente)
Organizações não-governamentais envolvidas	
Tipos de Recursos Necessários	() Financeiros (X) Humanos (X) Informativos () Infraestrutura (X) Articulação (X) Comunicacional () Outros: _____
Prazo para Execução	Curto prazo
Órgão(s) responsável(is) pelo monitoramento	CMDCA

Eixo: I – Garantia dos Direitos e Políticas Públicas Integradas e de Inclusão Social

<i>Proposta 4</i>
Implementar a regulamentação da participação de gestores públicos e trabalhadores (diretos e indiretos), sempre que convocados, e também dos usuários, principalmente crianças e adolescentes, nos Fóruns Regionais de Defesa dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente, para a efetivação de monitoramento e execução permanente das políticas públicas, criando Comitês de Observatórios de Políticas Públicas da Infância e Juventude.
<i>Qual é o problema que essa proposta almeja resolver?</i>

<ul style="list-style-type: none"> - falta de articulação da Rede de Proteção da Criança e do Adolescente; - falta de monitoramento das políticas públicas relacionadas ao tema; - falta de elaboração de propostas estratégicas de políticas públicas para incluir no Plano Plurianual da Prefeitura de São Paulo. 	
Detalhamento da Proposta	
Público Beneficiário	Todas as crianças e adolescentes dos distritos administrativos
Área de abrangência	Todos os distritos administrativos vinculados às Subprefeituras
Finalidade ou Objetivo Geral	Criar mecanismos de monitoramento e garantia de direitos de crianças e adolescentes. Reconhecer a criança e o adolescente como sujeito de direitos.
Objetivos específicos da proposta	Garantir a articulação da rede, o monitoramento e avaliação de políticas públicas para o orçamento administrativo.
Sugestão de Indicadores de Monitoramento	Relatórios periódicos Registros sistemáticos em ata, Seminários de monitoramento e avaliação.
Órgão Público Responsável	Subprefeituras, Supervisões de pastas (saúde, educação, assistência social, cultura, esporte etc.), Conselhos Tutelares e Secretaria de Direitos Humanos - CMDCA
Organizações governamentais envolvidas	Serviços diretos
Organizações não-governamentais envolvidas	Serviços indiretos, coletivos, associações e lideranças
Tipos de Recursos Necessários	(x) Financeiros (x) Humanos (x) Informativos (x) Infraestrutura (x) Articulação (x) Comunicacional () Outros:
Prazo para Execução	Curto prazo
Órgão(s) responsável(is) pelo monitoramento	CMDCA

Após a leitura das 4 propostas, a mesa realizou uma pausa para que as sugestões fossem debatidas por seus proponentes e outros delegados interessados num canto do auditório. A ideia era que, a partir desse debate num grupo menor, se pudesse chegar a um acordo sobre a melhor redação final da proposta. Como dezenas de destaques foram feitos, esse

processo foi bastante moroso, o que gerou reclamação de delegados que não estavam envolvidos diretamente nas discussões. A mesa buscou acelerar esse processo, mas não foi bem-sucedida, na medida em que o texto final das propostas não havia sido finalizado e, portanto, não se podia colocar em votação. A equipe da FGV liderou a sistematização dos destaques com vistas a se alcançar um texto final de consenso. Finalizadas as propostas, a mesa, liderada pela Comissão Central, lia cada uma das alterações para o plenário, o qual votou por consenso cada um dos destaques realizados. As propostas aprovadas encontram-se no Anexo 5.

Na sequência, iniciou-se a apreciação das 5 propostas originais do eixo 2. Como seguem abaixo:

Eixo II: Prevenção e Enfrentamento da Violência Contra Crianças e Adolescentes.

<i>Proposta 1</i>	
Assegurar aos profissionais do sistema de garantia de direitos da educação, saúde, assistência social e conselhos tutelares capacitação e formação continuada para a identificação e enfrentamento à violência contra as crianças e adolescentes.	
<i>Qual é o problema que essa proposta almeja resolver?</i>	
Falta de capacitação para profissionais para atender crianças e adolescentes em situação de violência.	
Detalhamento da Proposta	
Público Beneficiário	Profissionais do sistema de garantia de direitos
Área de abrangência	Municipal
Finalidade ou Objetivo Geral	Capacitação de profissionais do sistema de garantia de direitos.
Objetivos específicos da proposta	Capacitar os profissionais para que eles consigam resolver os diversos casos de violência e façam os encaminhamentos corretos para os órgãos específicos.
Sugestão de Indicadores de Monitoramento	Criação de um curso de formação continuada.

Órgão Público Responsável	Secretarias de Educação, saúde, assistência social e conselhos tutelares.
Organizações governamentais envolvidas	Secretaria de educação, secretaria de Saúde, secretaria de SMDES e conselhos tutelares.
Organizações não-governamentais envolvidas	Universidades e consultoria específicas.
Tipos de Recursos Necessários	(x) Financeiros (x) Humanos (x) Informacionais (x) Infraestrutura (x) Articulação (x) Comunicacional () Outros: _____
Prazo para Execução	6 meses
Órgão(s) responsável(is) pelo monitoramento	Secretaria da educação, saúde, SMADES, conselho tutelar e CMDCA

Eixo II: Prevenção e Enfrentamento da Violência Contra Crianças e Adolescentes

<i>Proposta 2</i>	
Pactuar que os territórios sejam contemplados por fluxos intersecretariais de registros em situação de violência ou sob suspeita de violência contra crianças e adolescentes, garantido sigilo nas devidas instâncias.	
<i>Qual é o problema que essa proposta almeja resolver?</i>	
Ausência de articulação e trabalho intersecretarial (revitimização de crianças e adolescentes em situação de violência).	
Detalhamento da Proposta	
Público Beneficiário	Crianças, adolescentes, bem como familiares em situação ou suspeita de violência.
Área de abrangência	Municipal.
Finalidade ou Objetivo Geral	Efetivar fluxos intersecretariais em situação de violência contra crianças e adolescentes.

Objetivos específicos da proposta	<ul style="list-style-type: none"> • Não revitimização da criança e do adolescente; • Facilitar o acesso às informações entre os serviços das diferentes secretarias; • Possibilitar o atendimento em rede à criança e ao adolescente.
Sugestão de Indicadores de Monitoramento	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de portaria específica (pactuação fluxo); • Registros/atas de reuniões intersecretariais; • Registro de acompanhamento e atendimento em rede.
Órgão Público Responsável	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria municipal da educação; • Secretaria municipal da Saúde; • secretaria municipal da assistência desenvolvimento social; • Secretaria municipal de direitos humanos e cidadania.
Organizações governamentais envolvidas	<ul style="list-style-type: none"> • Escola municipal; • UBS/hospital/AMA; • Cras e Creas; • Conselhos tutelares.
Organizações não-governamentais envolvida	OS.'s parceiros executores dos serviços referenciados
Tipos de Recursos Necessários	<input checked="" type="checkbox"/> Financeiros <input checked="" type="checkbox"/> Humanos <input checked="" type="checkbox"/> Informacionais <input checked="" type="checkbox"/> Infraestrutura <input checked="" type="checkbox"/> Articulação <input checked="" type="checkbox"/> Comunicacional <input type="checkbox"/> Outros: _____
Prazo para Execução	Até seis meses
Órgão(s) responsável(is) pelo monitoramento	<ul style="list-style-type: none"> • CMDCA; • Conselhos Tutelares

Eixo II: Prevenção e Enfrentamento da Violência Contra Crianças e Adolescentes.

<i>Proposta 3</i>
Ampliar a oferta de serviços de proteção básica em todos os territórios, com a presença de técnicos, psicólogos e assistentes sociais, bem como garantir a presença desses profissionais na rede de educação e serviços especializados no atendimento ao autor de violência.
<i>Qual é o problema que essa proposta almeja resolver?</i>
Violência sexual contra crianças e adolescentes



Detalhamento da Proposta	
Público Beneficiário	Autores e vítimas de violência sexual.
Área de abrangência	Estadual
Finalidade ou Objetivo Geral	Prevenir e enfrentar a violência sexual.
Objetivos específicos da proposta	<ul style="list-style-type: none">• Identificação;• Rompimento do ciclo de violência e;• Fortalecimento dos vínculos familiares.
Sugestão de Indicadores de Monitoramento	<ul style="list-style-type: none">• Implementação dos serviços para atendimento do autor de violência.• Número de crianças e adolescentes atendidos.
Órgão Público Responsável	SAS e DRE's
Organizações governamentais envolvidas	Secretaria da educação e assistência social.
Organizações não-governamentais envolvidas	ONGs, associações civis e movimentos sociais
Tipos de Recursos Necessários	(x) Financeiros (x) Humanos (x) Informacionais (x) Infraestrutura (x) Articulação (x) Comunicacional () Outros: _____
Prazo para Execução	06 à 12 meses
Órgão(s) responsável(is) pelo monitoramento	CMDCA, CONDECA E COMAS

Eixo II: Prevenção e Enfrentamento da Violência Contra Crianças e Adolescentes

<i>Proposta 4</i>	
Garantir que toda UBS tenha em seu quadro uma equipe de psicólogos, assistentes sociais, psiquiatras e terapeutas ocupacionais para o atendimento preventivo e de acompanhamento às crianças, adolescentes, famílias e comunidade, bem como garantir a ampliação do CAPS infantil por região.	
<i>Qual é o problema que essa proposta almeja resolver?</i>	
Ampliar a prevenção e proteção a crianças adolescentes e suas famílias vítimas de todo e qualquer tipo de violência.	
Detalhamento da Proposta	
Público Beneficiário	Crianças, adolescentes e famílias.
Área de abrangência	Municipal.
Finalidade ou Objetivo Geral	Prevenção e enfrentamento às violências.
Objetivos específicos da proposta	Garantir atendimento especializado às crianças e adolescentes vítimas de violência.
Sugestão de Indicadores de Monitoramento	Número de profissionais especializados por unidade básica de saúde.
Órgão Público Responsável	Secretaria municipal da Saúde.
Organizações governamentais envolvidas	Secretaria municipal da Saúde.
Organizações não-governamentais envolvidas	Conselhos gestores de saúde, fórum de saúde, fórum DCA
Tipos de Recursos Necessários	(x) Financeiros (x) Humanos (x) Informativos (x) Infraestrutura



	(x) Articulação (x) Comunicacional () Outros: _____
Prazo para Execução	Até 12 meses
Órgão(s) responsável(is) pelo monitoramento	Fóruns, conselhos gestores, conselho municipal de saúde e ministério público.

Eixo II: Prevenção e Enfrentamento da Violência Contra Crianças e Adolescentes

<i>Proposta 5</i>	
Criar e implantar na cidade de São Paulo um serviço de pernoite para crianças e adolescentes que se encontram em situação de possível abandono para que estes não sejam institucionalizados indevidamente.	
<i>Qual é o problema que essa proposta almeja resolver?</i>	
Evitar a institucionalização indevida.	
Detalhamento da Proposta	
Público Beneficiário	Crianças e adolescentes.
Área de abrangência	Município.
Finalidade ou Objetivo Geral	Garantir o convívio familiar e comunitário.
Objetivos específicos da proposta	Programa que auxilia conselho tutelar no plantão noturno.
Sugestão de Indicadores de Monitoramento	<ul style="list-style-type: none">● SMADS● SAS
Órgão Público Responsável	SMADS
Organizações governamentais	<ul style="list-style-type: none">● SMADS● SAS



envolvidas	<ul style="list-style-type: none">• CRAS• CREAS• SEAS
Organizações não-governamentais envolvidas	Redes parceiras
Tipos de Recursos Necessários	(x) Financeiros (x) Humanos (x) Informacionais (x) Infraestrutura (x) Articulação () Comunicacional () Outros: _____
Prazo para Execução	Curto Prazo
Órgão(s) responsável(is) pelo monitoramento	<ul style="list-style-type: none">• Conselho Tutelar• Fórum• MP• CREAS

Finalizadas as alterações, as propostas corrigidas são votadas.

A essa altura, como os debates do eixo 2 se estenderam bastante também (apenas o debate dos destaques ultrapassou uma hora), durante esse período, houve reunião da Comissão Central para discutir como proceder, na medida em que o auditório estava reservado até às 17:00, horário que se aproximava. Chega-se à conclusão que o debate das propostas é fundamental e que as propostas estavam melhorando muito com os destaques realizados. Assim, não faria sentido “apressar” o andamento dos trabalhos. Toma-se a decisão, portanto, de adiar o processo, de modo que a Conferência continuasse em outra oportunidade para a apreciação dos eixos 3, 4 e 5, e o referendo dos delegados eleitos. Tal decisão deveria ser referendada pela plenária final.

Assim, Júnior, presidente da Comissão Central, propõe à plenária a suspensão da Conferência, que deveria continuar num outro dia inteiro em data e local a serem definidos na próxima reunião do CMDCA. Os delegados, já cansados, votam pela suspensão da Conferência naquele momento, e pela sua continuidade em outro dia.

A discussão sobre quem poderia participar da continuação da Conferência (se os que estavam no quórum identificado no início da apreciação das propostas ou se os que estavam no início do dia e assinaram a lista) apareceu na reunião da Comissão Central sobre o adiamento da Conferência. Não ficou definido exatamente quem poderia participar. Na dúvida, a Comissão Central requereu o e-mail dos delegados presentes ao final da plenária em uma lista para legitimação dos mesmos na continuação da conferência numa próxima oportunidade.

Júnior também informou que o referendo dos delegados eleitos só seria feito na continuação da Conferência. Após o encerramento, algumas pessoas foram questionar Júnior sobre o referendo dos delegados, pois pessoas eleitas poderiam não ter disponibilidade para comparecer na próxima oportunidade e, eventualmente, não confirmarem suas eleições. Informalmente, ele informou que achava difícil não haver o referendo das eleições já realizadas. Ao fim, foi solicitado à GV que as propostas dos eixos

restantes fossem divulgadas previamente à continuação da Conferência. As propostas aprovadas encontram-se no Anexo 5.

Relatoria do quarto dia de Conferência – 12/12/2018

O quarto dia de Conferência, foi organizado para dar continuidade ao processo de elaboração final das propostas, agregando os destaques da plenária para os eixos III, IV e IV, conforme deliberado em plenária no último dia da Conferência, uma vez não ter havido tempo hábil no próprio dia 30/11.

Para as atividades deste dia, as pessoas se organizaram no CEU Heliópolis que cedeu a infraestrutura necessária para a finalização da Conferência Convencional. Além disso, houve a cessão de dois ônibus, pela SMT, para levar os participantes da estação de metrô Sapopemba ao Céu Heliópolis.

A seguir, apresentamos a sequência das atividades:

10h Café da manhã servido pelo CEU Heliópolis

Organização das pessoas presentes no auditório. O espaço era pequeno, mas suficiente, tendo em vista a redução considerável de participantes.

10h23 Abertura da conferência com a fala da Solange Cristina (CMDCA)

- "A maioria das crianças aqui conhecem e sabem o que estamos fazendo; já participaram das outras conferências, mesmo não tendo sido eleitos delegados.
- "Queria chamar a Marília que faz a gestão do CEU para a abertura."

10h27 Marília dá as boas vindas a todas e todos

- "Sou educadora social aqui no CEU Heliópolis e aqui estamos para melhorar as questões, colocar em disputa nossas demandas de modo a buscar soluções positivas para todos nós."
- Solange: "A organização que se envolveu para possibilitar esse dia de Conferência foi a Unas, mas todas as organizações sociais ajudaram um pouco."
- "Somos formiguinhas. E cá entre nós: somos doidas. Mas essa loucura boa, essa loucura que é amor, que é fazer política pública"

10h31 Apresentação artística das crianças



FONTE: FGV,2018

10h35 Apresentação dos adolescentes



FONTE: FGV,2018

10h43 Fala das adolescentes sobre o rap que apresentaram

“Nós que escrevemos a letra da música, pois o tema que mais se falava no CCA era a Marielle. Por mais que a gente não conhecesse ela, sabemos que era uma pessoa que estava lutando pelos nossos direitos”

Junior pede 5 minutos para organizar o espaço e dar início à plenária.

10h49 Início da plenária por eixo temático

Pontuaram para que não seja permitido que aqueles que não pediram destaque fiquem discutindo com aqueles que pediram destaque.



FONTE: FGV,2018

Leitura das propostas originalmente como foram tiradas no eixo, como segue abaixo.

Eixo III: Orçamento e Financiamento da Políticas para Crianças e Adolescentes.

<i>Proposta 1</i>	
A criação do "Orçamento da Criança e Adolescente" com prioridade absoluta nas secretarias municipais.	
<i>Qual é o problema que essa proposta almeja resolver?</i>	
Falta de priorização da criança e do adolescente no orçamento municipal, especialmente aqueles(as) que vivem em áreas e territórios vulneráveis.	
Detalhamento da Proposta	
Público Beneficiário	Crianças e Adolescentes.
Área de abrangência	Municipal com prioridade para as áreas e territórios com indicadores de vulnerabilidade.
Finalidade ou Objetivo Geral	Garantia e efetivação dos direitos das crianças e adolescentes nas políticas públicas
Objetivos específicos da proposta	- Priorizar as crianças e adolescentes no orçamento municipal - Diminuir as desigualdades no município levando em consideração as características e especificidades dos territórios
Sugestão de Indicadores de Monitoramento	Utilizar os indicadores já existentes das secretarias envolvidas: direitos humanos, saúde, cultura, educação, habitação, assistência social, esporte e lazer, mobilidade e transporte, finanças e meio-ambiente.
Órgão Público Responsável	Secretaria de Governo.
Organizações governamentais envolvidas	Todas as secretarias citadas, a Câmara Municipal de São Paulo, Tribunal de Contas do Município, Ministério Público, Defensoria Pública e a Vara da Infância e Juventude.
Organizações não-governamentais envolvidas	Organizações sociais, fóruns sociais, institutos, fundações e órgãos de pesquisa.
Tipos de Recursos Necessários	(X) Financeiros (X) Humanos (X) Informacionais (X) Infraestrutura (X) Articulação (X) Comunicacional () Outros:

Prazo para Execução	Incluir na proposta orçamentária de 2019 para execução no orçamento de 2020.
Órgão(s) responsável(is) pelo monitoramento	Conselhos de Direitos, em especial, CMDCA, Conselho Gestor da Saúde.

Eixo III: Orçamento e Financiamento da Políticas para Crianças e Adolescentes.

<i>Proposta 2</i>	
Criar uma comissão autônoma para garantir que os recursos do FUMCAD cheguem às áreas mais vulneráveis de São Paulo e campanhas de divulgação das decisões do através das mídias para qualificar o debate.	
<i>Qual é o problema que essa proposta almeja resolver?</i>	
Destinação inadequada dos recursos do fundo, não priorizando as crianças e adolescentes vulneráveis.	
Detalhamento da Proposta	
Público Beneficiário	Crianças e Adolescentes.
Área de abrangência	Territórios vulneráveis.
Finalidade ou Objetivo Geral	Descentralização dos recursos do FUMCAD.
Objetivos específicos da proposta	Criar uma comissão autônoma e independente, em conjunto com o CMDCA, que permita a alocação dos recursos do FUMCAD nas áreas mais vulneráveis.
Sugestão de Indicadores de Monitoramento	- Reuniões da comissão com participação de todos os membros - Percentual de recursos do FUMCAD alocados para projetos em territórios vulneráveis
Órgão Público Responsável	Secretaria Municipal de Direitos Humanos.
Organizações governamentais envolvidas	Escolas, UBS PSF, Segurança Pública, CCA, CJ, CDMS, CT.
Organizações não-governamentais envolvidas	Rede Nossa São Paulo, ONGs, OSs, Fundações e UNICEF.



Tipos de Recursos Necessários	(X) Financeiros (X) Humanos (X) Informativos (X) Infraestrutura (X) Articulação (X) Comunicacional () Outros: _____
Prazo para Execução	Um ano
Órgão(s) responsável(is) pelo monitoramento	Sociedade Civil Organizada, Ministério Público, Defensoria Pública e Poder Legislativo.

Eixo III: Orçamento e Financiamento da Políticas para Crianças e Adolescentes.

<i>Proposta3</i>	
Garantir que a execução orçamentária de projetos que envolvem as crianças e adolescentes tenha prioridade absoluta	
<i>Qual é o problema que essa proposta almeja resolver?</i>	
Execução Orçamentária com problemas.	
Detalhamento da Proposta	
Público Beneficiário	Crianças e Adolescentes.
Área de abrangência	Municipal.
Finalidade ou Objetivo Geral	Execução do Orçamento Público em sua integralidade.
Objetivos específicos da proposta	Garantir que haja priorização das crianças e adolescentes também na execução orçamentária
Sugestão de Indicadores de Monitoramento	- Percentual de execução orçamentária total - Percentual de execução orçamentária por pasta - Percentual de execução orçamentária das ações que envolvem crianças e adolescentes
Órgão Público Responsável	Câmara Municipal
Organizações governamentais	CGM, TCM, CMDCA.

envolvidas	
Organizações não-governamentais envolvidas	ONGs especialistas
Tipos de Recursos Necessários	(X) Financeiros (X) Humanos (X) Informativos () Infraestrutura (X) Articulação (X) Comunicacional () Outros:
Prazo para Execução	2019
Órgão(s) responsável(is) pelo monitoramento	CMDCA.

Eixo III: Orçamento e Financiamento da Políticas para Crianças e Adolescentes.

<i>Proposta 4</i>	
Criar comissão específica para aumentar a fiscalização e garantir uma correta destinação do dinheiro público para as políticas existentes de crianças e adolescentes	
<i>Qual é o problema que essa proposta almeja resolver?</i>	
Mau uso e pouca fiscalização do dinheiro público.	
Detalhamento da Proposta	
Público Beneficiário	Crianças e Adolescentes de São Paulo.
Área de abrangência	Municipal.
Finalidade ou Objetivo Geral	Garantir um eficaz uso do dinheiro público para as políticas públicas relacionadas com as crianças e adolescentes.
Objetivos específicos da proposta	Criação de uma Comissão envolvendo: (1) Controladoria Geral, (2) Tribunal de Contas, (3) Ministério Público, (4) CMDCA, (5) Sociedade Civil Organizada, (6) SMDHC e (7) Secretaria Municipal da Educação.
Sugestão de Indicadores de Monitoramento	- Reuniões da comissão com participação de todos os membros - Reuniões da comissão com pauta divulgada com antecipação - Atas das reuniões divulgadas no site do CMDCA



Órgão Público Responsável	Secretaria Municipal de Direitos Humanos.
Organizações governamentais envolvidas	Controladoria Geral, Tribunal de Contas, Ministério Público, CMDCA, SMAS, SMDH.
Organizações não-governamentais envolvidas	Rede Nossa SP.
Tipos de Recursos Necessários	(X) Financeiros (X) Humanos (X) Informativos () Infraestrutura (X) Articulação () Comunicacional () Outros: Entre secretarias.
Prazo para Execução	Criação imediata da Comissão.
Órgão(s) responsável(is) pelo monitoramento	CMDCA, SMDH.

Eixo III: Orçamento e Financiamento da Políticas para Crianças e Adolescentes.

Proposta 5

Criação de cursos de capacitação e atividades lúdicas sobre finanças e orçamento público para três públicos específicos, a saber: (1) Crianças e Adolescentes; (2) Jovens e (3) Trabalhadores das pastas que envolvem crianças e adolescentes.

Qual é o problema que essa proposta almeja resolver?

Pouco conhecimento sobre o Orçamento Público e rubricas orçamentárias.

Detalhamento da Proposta

Público Beneficiário	Crianças e Adolescentes dos CCAs e CJs; Servidores públicos das pastas sociais
Área de abrangência	Municipal.
Finalidade ou Objetivo Geral	Levar o conhecimento sobre Finanças e Orçamento Público para os cidadãos do município de São Paulo.
Objetivos específicos da proposta	- Capacitar os trabalhadores das pastas que envolvem crianças e adolescentes para entender melhor Finanças e Orçamento Público - Inserir o tema do orçamento e finanças públicas nas atividades das crianças e adolescentes (CCA e CJ)



Sugestão de Indicadores de Monitoramento	- Número de cursos realizados para cada público específico - Número de participantes nos cursos - Número de concluintes dos cursos
Órgão Público Responsável	Escola do Parlamento da Câmara dos Vereadores
Organizações governamentais envolvidas	Secretaria Municipal de Fazenda, CMDCA e todas as Secretarias das Áreas Sociais.
Organizações não-governamentais envolvidas	OSCs e Fóruns da Criança e Adolescente
Tipos de Recursos Necessários	(X) Financeiros (X) Humanos (X) Informacionais (X) Infraestrutura (X) Articulação (X) Comunicacional (X) Outros: Boa Vontade Política.
Prazo para Execução	Incluir na peça orçamentária de 2019.
Órgão(s) responsável(is) pelo monitoramento	CMDCA, COMAS

Todos os destaques foram aprovados pela plenária. As propostas aprovadas encontram-se no anexo 5.

Leitura das propostas originalmente como foram tiradas no eixo IV, como segue abaixo.

Eixo IV: Participação, Comunicação Social e Protagonismo das Crianças e dos Adolescentes

<i>Proposta 1</i>	
Garantir a participação das crianças e adolescentes nos fóruns regionais e DCA.	
<i>Qual é o problema que essa proposta almeja resolver?</i>	
Falta de participação das crianças e adolescentes no âmbito social, visto que somente em três fóruns regionais crianças e adolescentes podem participar das discussões.	
Detalhamento da Proposta	
Público Beneficiário	Crianças e adolescentes.

Área de abrangência	Territórios das subprefeituras da cidade de São Paulo.
Finalidade ou Objetivo Geral	Estimular que a participação de crianças e adolescentes seja efetiva nos processos decisórios cotidianos, e não somente em eventos pontuais, como por exemplo a Conferência Lúdica.
Objetivos específicos da proposta	Criar o exercício da participação cidadã de crianças e adolescentes nos fóruns regionais da cidade de São Paulo
Sugestão de Indicadores de Monitoramento	<ul style="list-style-type: none"> • Número de fóruns regionais realizados; • Número de crianças e adolescentes presentes nos fóruns regionais; • Percentual de participação de crianças e adolescentes por território.
Órgão Público Responsável	Secretaria Municipal das Subprefeituras.
Organizações governamentais envolvidas	Subprefeituras, CMDCA.
Organizações não-governamentais envolvidas	CCAS, CJS e SPVV
Tipos de Recursos Necessários	<input checked="" type="checkbox"/> Financeiros <input checked="" type="checkbox"/> Humanos <input checked="" type="checkbox"/> Informacionais <input checked="" type="checkbox"/> Infraestrutura <input checked="" type="checkbox"/> Articulação <input checked="" type="checkbox"/> Comunicacional <input checked="" type="checkbox"/> Outros: Parcerias
Prazo para Execução	1 ano.
Órgão(s) responsável(is) pelo monitoramento	CMDCA, Conselho Tutelar, SMADS, COMAS, Ministério Público e SME.

Eixo IV: Participação, comunicação social e protagonismo das Crianças e dos Adolescentes.

<i>Proposta 2</i>
<p>Criar e manter atualizados os espaços virtuais voltados aos interesses das crianças e dos adolescentes.</p> <p><i>Qual é o problema que essa proposta almeja resolver?</i></p>

A falta e/ou falhas na comunicação com a população infanto-juvenil na cidade de São Paulo sobre direitos, serviços, eventos e temas de interesses.	
Detalhamento da Proposta	
Público Beneficiário	Todas as crianças e adolescentes.
Área de abrangência	Redes sociais e plataformas virtuais, como por exemplo, Facebook, Twitter, Instagram e Whatsapp.
Finalidade ou Objetivo Geral	Melhorar a comunicação com as crianças e adolescentes, por meio das redes sociais e com linguagem acessível.
Objetivos específicos da proposta	Informar e divulgar os direitos das crianças e dos adolescentes, os serviços, eventos de interesse e temas da atualidade.
Sugestão de Indicadores de Monitoramento	<ul style="list-style-type: none"> • Número de postagens por semana; • Número de seguidores; • Número de interações (curtidas e comentários).
Órgão Público Responsável	Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia.
Organizações governamentais envolvidas	SMDHC, SMADS, SMS, SMIT, SME e CMDCA.
Organizações não-governamentais envolvidas	ONGs que tenham experiência com o uso de mídias sociais.
Tipos de Recursos Necessários	<input checked="" type="checkbox"/> Financeiros <input checked="" type="checkbox"/> Humanos <input checked="" type="checkbox"/> Informacionais <input type="checkbox"/> Infraestrutura <input type="checkbox"/> Articulação <input checked="" type="checkbox"/> Comunicacional <input type="checkbox"/> Outros: _____
Prazo para Execução	Até julho de 2019.
Órgão(s) responsável(is) pelo monitoramento	SMDHC, SMIT e CMDCA.

Eixo IV: Participação, Comunicação Social e Protagonismo das Crianças e dos Adolescentes

<i>Proposta 3</i>	
Criar, manter o funcionamento efetivo e fortalecer grêmios (espaços de participação e protagonismo de crianças e adolescentes) em todos os serviços que atendam crianças e adolescentes.	
<i>Qual é o problema que essa proposta almeja resolver?</i>	
Dificuldade das crianças e adolescentes em participar na tomada de decisões em seus espaços de convivência, tendo em vista a ausência de um espaço próprio de articulação.	
Detalhamento da Proposta	
Público Beneficiário	Todas as crianças e adolescentes
Área de abrangência	Escolas, CCAS, CJS, CEDESP, cursos profissionalizantes e espaços de cultura e lazer na cidade de São Paulo.
Finalidade ou Objetivo Geral	Garantir espaços de participação e protagonismo em todos os serviços, de modo a representar os interesses comuns das crianças e adolescentes.
Objetivos específicos da proposta	Permitir que crianças e adolescentes discutam, criem, fortaleçam inúmeras possibilidades de ação nas escolas, serviços e comunidades
Sugestão de Indicadores de Monitoramento	<ul style="list-style-type: none"> ● Número de grêmios criados e ativos; ● Número de crianças e adolescentes participantes dos grêmios; ● Avaliação anual feita pelas crianças e adolescentes em relação às atividades realizadas.
Órgão Público Responsável	SMDHC
Organizações governamentais envolvidas	SMDHC, SMADS, SME, SEE, CJ e CCA.
Organizações não-governamentais envolvidas	Organizações que trabalham com cultura e esporte, educação e assistência social nos territórios.
	(X) Financeiros - FUMCAD



Tipos de Recursos Necessários	<input checked="" type="checkbox"/> Humanos <input checked="" type="checkbox"/> Informacionais <input checked="" type="checkbox"/> Infraestrutura <input checked="" type="checkbox"/> Articulação <input checked="" type="checkbox"/> Comunicacional <input type="checkbox"/> Outros: _____
Prazo para Execução	50% dos locais até Nov./2019 100% dos locais até Nov/2020
Órgão(s) responsável(is) pelo Monitoramento	CMDCA, SMDHC, SMADS, SME, SEE, CJ e CCA.



**Eixo IV: Participação, Comunicação Social e
Protagonismo das Crianças e dos Adolescentes**

Proposta 4

Garantir Conferências permanentes de direitos humanos de crianças e adolescentes nos territórios, no intervalo entre as conferências que acontecem a cada 3 anos, conforme o artigo 16 do ECA, incluindo nos calendários de todas as secretarias a realização dessas conferências permanentes.

Qual é o problema que essa proposta almeja resolver?

Participação meramente pontual de crianças e adolescentes e a falta de comprometimento e articulação das secretarias com estes processos.

Detalhamento da Proposta

Público Beneficiário	Crianças e adolescentes.
Área de abrangência	Todos os territórios das subprefeituras.
Finalidade ou Objetivo Geral	Garantir o protagonismo permanente e a constante participação infanto-juvenil.
Objetivos específicos da proposta	- Viabilizar e efetivar o artigo 16 do ECA; - Incluir as conferências permanentes nos calendários das secretarias.
Sugestão de Indicadores de Monitoramento	Número de conferências com a participação de crianças e adolescentes realizadas anualmente;
Órgão Público Responsável	CMDCA
Organizações governamentais envolvidas	SME, SMADS, SMS e SMDHC
Organizações não-governamentais envolvidas	CCAS, CJS e SPVV.
Tipos de Recursos	(X) Financeiros – FUMCAD

Necessários	(X) Humanos (X) Informacionais (X) Infraestrutura (X) Articulação (X) Comunicacional () Outros
Prazo para Execução	Até a realização da Conferência Convencional de 2021.
Órgão(s) responsável(is) pelo monitoramento	CMDCA, CONDECA e CONANDA.

Eixo IV: Participação, Comunicação Social e Protagonismo das Criança e dos Adolescentes

<i>Proposta 5</i>	
Efetivar, garantir e fortalecer a participação das crianças e dos adolescentes nos Conselhos Escolares.	
<i>Qual é o problema que essa proposta almeja resolver?</i>	
Falta de informação sobre os direitos e baixa participação das crianças e dos adolescentes nos espaços de discussão e proposição de políticas públicas.	
Detalhamento da Proposta	
Público Beneficiário	Crianças e adolescentes.
Área de abrangência	Conselhos Escolares da rede pública.
Finalidade ou Objetivo Geral	Participação efetiva das crianças e adolescentes nos Conselhos Escolares.
Objetivos específicos da proposta	Efetiva implementação do protagonismo da criança e do adolescente, através de formação voltada para esse público, de modo que as crianças e adolescentes se sintam parte da tomada de decisão.

Sugestão de Indicadores de Monitoramento	<ul style="list-style-type: none"> • Número de reuniões realizadas por Conselhos Escolares com a presença de crianças e adolescentes. • Número de atas de reuniões registradas nas unidades escolares.
Órgão Público Responsável	SME , por meio das Diretorias Regionais.
Organizações governamentais envolvidas	Conselhos escolares, conselho tutelar, CMDCA e SEE.
Organizações não-governamentais envolvidas	CRECE (Conselho de Representantes de Conselhos Escola)
Tipos de Recursos Necessários	<input checked="" type="checkbox"/> Financeiros – Fumcad <input checked="" type="checkbox"/> Humanos <input checked="" type="checkbox"/> Informacionais <input checked="" type="checkbox"/> Infraestrutura <input checked="" type="checkbox"/> Articulação <input checked="" type="checkbox"/> Comunicacional <input type="checkbox"/> Outros: _____
Prazo para Execução	2 anos
Órgão(s) responsável(is) pelo monitoramento	SME, CMDCA e Ministério Público

Destaques aprovados pela plenária. As propostas aprovadas encontram-se no anexo 5.

Leitura das propostas originalmente como foram tiradas no eixo, como segue abaixo.

Eixo V: Espaços de gestão e controle social de políticas públicas de promoção de direitos humanos para crianças e adolescentes

Proposta 1

Criar um sistema único de informações da criança e do adolescente, que integre dados de todas as secretarias que desenvolvem ações com esse público, facilitando o controle social.

Qual é o problema que essa proposta almeja resolver?	
Embora a gestão pública gere uma grande quantidade de dados, eles não são trabalhados e articulados. Para que se realize o controle social, é necessário que haja informações claras e transparentes sobre as políticas públicas realizadas (ou não) para as crianças e os adolescentes.	
Detalhamento da Proposta	
Público Beneficiário	Crianças e adolescentes que serão impactadas pelas políticas públicas desenvolvidas a partir do tratamento dos dados gerados.
Área de abrangência	Municipal (São Paulo)
Finalidade ou Objetivo Geral	Criar um sistema de dados unificado da criança e do adolescente do município de São Paulo, contemplando informações de todas as Secretarias que desenvolvem algum tipo de ação com esse público.
Objetivos específicos da proposta	<p>Criar condições para que o controle social seja realizado de forma mais efetiva na cidade de São Paulo.</p> <p>Criar um sistema de dados que seja acessível para toda a população, de modo que ela detenha as informações necessárias para que possa cobrar o poder público.</p>
Sugestão de Indicadores de Monitoramento	<p>Criação do sistema único de informações.</p> <p>Número de acessos ao sistema (por mês).</p> <p>Citações do sistema em ações de controle social.</p>
Órgão Público Responsável	Secretaria Municipal de Direitos Humanos
Organizações governamentais envolvidas	Todas as Secretarias Municipais que geram dados sobre criança e adolescente (Direitos Humanos, Assistência Social, Educação, Saúde, Segurança Pública), CMDCA,
Organizações não-governamentais envolvidas	Fóruns Regionais de Direitos da Criança e do Adolescente, Organizações que trabalhem com o tema dos Direitos da Criança e do Adolescente podem ser parceiros dessa empreitada.
Tipos de Recursos Necessários	<input checked="" type="checkbox"/> Financeiros <input checked="" type="checkbox"/> Humanos <input checked="" type="checkbox"/> Informacionais <input type="checkbox"/> Infraestrutura <input checked="" type="checkbox"/> Articulação <input checked="" type="checkbox"/> Comunicacional <input type="checkbox"/> Outros: _____
Prazo para Execução	1 ano
Órgão(s) responsável(is) pelo monitoramento	Secretaria Municipal de Direitos Humanos de SP

Eixo V: Espaços de gestão e controle social de políticas públicas de promoção de direitos humanos para crianças e adolescentes

<i>Proposta 2</i>	
Criação de um rede de serviços, intersetorial, que são usados por crianças e adolescentes, para aumentar a efetividade dos serviços e, especialmente para esse eixo, propiciar uma comunicação mais ampla para os usuários de todo os equipamentos e políticas usadas pelas crianças e adolescentes.	
<i>Qual é o problema que essa proposta almeja resolver?</i>	
Não há integração entre os diversos serviços e órgãos governamentais que desenvolvem políticas públicas para a criança e o adolescente, e isso inviabiliza a comunicação para os usuários sobre os seus direitos e suas formas de realização. Com essa rede e suas informações, poderão ser desenvolvidas formas de comunicação comandadas pelos próprios adolescentes, de forma mais horizontal e descentralizada.	
Detalhamento da Proposta	
Público Beneficiário	Crianças e adolescentes usuários dos serviços.
Área de abrangência	Municipal (São Paulo)
Finalidade ou Objetivo Geral	Institucionalizar a rede de serviços para crianças e adolescentes e desenvolver um sistema de comunicação sobre esses serviços, que poderia ser impulsionado por um Observatório das Políticas para a Criança e Adolescente em São Paulo.
Objetivos específicos da proposta	<p>Garantir a criação da rede de serviços usados por crianças e adolescentes como um sistema institucionalizado, que deverá ser criado por lei municipal, envolvendo uma articulação com a Câmara Municipal.</p> <p>Criar um sistema de comunicação sobre essa rede dos serviços usados pelas crianças e pelos adolescentes.</p> <p>Criação de um Observatório das Políticas para a Crianças e Adolescente em São Paulo.</p> <p>A partir disso, garantir que a população tenha maior acesso às informações sobre os serviços usados por crianças e adolescentes e, assim, possibilitar o fortalecimento do controle social.</p>
Sugestão de Indicadores de Monitoramento	<p>Criação da lei que institucionaliza a rede de serviços usados por crianças e adolescentes.</p> <p>Criação do sistema de comunicação sobre essa rede.</p> <p>Criação do Observatório das Políticas para a Criança e do Adolescente.</p> <p>Alcance do sistema de comunicação da rede (quantidade mensal de acessos às páginas <i>online</i> onde serão divulgadas as</p>

	informações sobre essa rede). Quantidade de formas de comunicação, especialmente em redes sociais e por meio de atividades culturais que usem essa informação, criadas pelos jovens.
Órgão Público Responsável	Secretaria Municipal de Direitos Humanos
Organizações governamentais envolvidas	Todas as Secretarias Municipais que oferecem serviços para criança e adolescente (Direitos Humanos, Assistência Social, Educação, Saúde, Segurança Pública, Esporte e Lazer, Cultura) e CMDCA.
Organizações não-governamentais envolvidas	Os Fóruns Regionais dos Direitos da Criança e do Adolescente. Observatório das Políticas para Crianças e Adolescentes em São Paulo. Todas as organizações não governamentais que trabalhem com a temática podem contribuir para alimentar essa rede de informações e serviços.
Tipos de Recursos Necessários	(x) Financeiros (x) Humanos (x) Informacionais () Infraestrutura (x) Articulação (x) Comunicacional () Outros: _____
Prazo para Execução	1 ano, com implantação contínua
Órgão(s) responsável(is) pelo monitoramento	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de SP

Eixo V: Espaços de gestão e controle social de políticas públicas de promoção de direitos humanos para crianças e adolescentes

Proposta 3

Criação e/ou fortalecimento dos Fóruns Regionais dos Direitos da Criança e do Adolescente, como mecanismo para fazer o controle social do acesso das crianças e dos adolescentes aos diversos serviços destinados a esse público.

Qual é o problema que essa proposta almeja resolver?

Muitas regiões ainda não possuem Fóruns Regionais. Em outras, onde eles existem, ainda são espaços com pouco poder para propor ações efetivas para a garantia dos direitos da criança e do adolescente. Também verifica-se que as crianças e adolescentes não acessam grande parte dos serviços de cultura, esporte, lazer, educação que são destinados a eles. E, acima de tudo, é preciso fortalecer a sociedade civil como a principal forma ativadora do controle social.

Detalhamento da Proposta

Público Beneficiário	Crianças e adolescentes que serão impactadas pelas políticas públicas que visam garantir seu acesso em serviços diversos.
Área de abrangência	Municipal (São Paulo)
Finalidade ou Objetivo Geral	Realização do controle social nos Fóruns Regionais, visando à garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes no que tange o acesso a serviços públicos.
Objetivos específicos da proposta	Criar Fóruns Regionais em regiões onde eles não existem. Fortalecer o papel dos Fóruns Regionais no âmbito do controle social. Garantir que os Fóruns Regionais façam o controle social para garantir o acesso das crianças e dos adolescentes aos serviços a que eles têm direito.
Sugestão de Indicadores de Monitoramento	Criação de Fóruns Regionais em todas as regiões de SP. Cursos de capacitação dos membros dos Fóruns Regionais, especialmente no campo do controle social.
Órgão Público Responsável	Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Organizações governamentais envolvidas	Fóruns Regionais da Criança e do Adolescente, Secretarias que serão cobradas pelo Fórum, SME, SMS, SMC, SMADS.
Organizações não-governamentais envolvidas	Movimentos Sociais que estejam envolvidos com a temática levantada pelos Fóruns, de modo a somar no momento de cobrar o poder público. Instituições que trabalham com os direitos da criança e do adolescente.
Tipos de Recursos Necessários	(x) Financeiros (x) Humanos (x) Informacionais (x) Infraestrutura (x) Articulação (x) Comunicacional () Outros: _____
Prazo para Execução	Implantação contínua
Órgão(s) responsável(is) pelo monitoramento	Fóruns Regionais da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Eixo V: Espaços de gestão e controle social de políticas públicas de promoção de direitos humanos para crianças e adolescentes

<i>Proposta 4</i>	
Fortalecer a parceria e a articulação entre os Fóruns Regionais dos Direitos da Criança e do Adolescente e os Conselhos Tutelares, garantindo que a relação entre os Conselhos Tutelares e os Fóruns Regionais seja capaz de facilitar a parceria entre esses órgãos.	
<i>Qual é o problema que essa proposta almeja resolver?</i>	
Falta de articulação e diálogo entre Fóruns Regionais e Conselhos Tutelares.	
Detalhamento da Proposta	
Público Beneficiário	Crianças e adolescentes.
Área de abrangência	Municipal (São Paulo)
Finalidade ou Objetivo Geral	Integrar a gestão dos Conselhos Tutelares por meio do controle social exercido pelos Fóruns Regionais dos Direitos da Criança e do Adolescente.
Objetivos específicos da proposta	Integrar a gestão dos Conselhos Tutelares. Fortalecer a articulação entre os Fóruns Regionais dos Direitos da Criança e do Adolescente e os Conselhos Tutelares. Estimular o controle social da gestão dos Conselhos Tutelares, exercido pelos Fóruns Regionais. Estabelecer mecanismos mais claros para realizar o apoio e o controle social dos Conselhos Tutelares.
Sugestão de Indicadores de Monitoramento	Avaliação dos usuários sobre o Conselho Tutelar.
Órgão Público Responsável	CMDCA.
Organizações governamentais envolvidas	CMDCA e Conselhos Tutelares
Organizações não-governamentais envolvidas	Fóruns Regionais dos Direitos da Criança e Adolescente
Tipos de Recursos Necessários	(x) Financeiros (x) Humanos () Informacionais () Infraestrutura



	(x) Articulação (x) Comunicacional () Outros: _____
Prazo para Execução	Implantação contínua
Órgão(s) responsável(is) pelo monitoramento	Fóruns Regionais dos Direitos da Criança e do Adolescente

Eixo V: Espaços de gestão e controle social de políticas públicas de promoção de direitos humanos para crianças e adolescentes

<i>Proposta 5</i>	
Instrumentos formalizados de escuta e fala das crianças e dos adolescentes, garantindo o protagonismo juvenil e da infância. <ul style="list-style-type: none">- Criação de uma ouvidoria da criança e do adolescente- Criação de uma rede de cultura do direito da criança e do adolescente, para construir valores em prol desse direito, impulsionando o controle social- Compartilhamento de boas práticas de escuta e protagonismo da criança e do adolescente, por meio de um Prêmio municipal.- Fortalecimento do protagonismo juvenil no controle social dos diversos equipamentos públicos que utilizam.	
<i>Qual é o problema que essa proposta almeja resolver?</i>	
Percepção das crianças e dos adolescentes (na Conferência Lúdica) de que não há espaços apropriados onde eles possam falar e ser ouvidos. Com as enormes mudanças do mundo contemporâneo, os adultos não são preparados para falar a linguagem da criança e do adolescente e é preciso que os próprios atores interessados tenham espaço para expressar suas visões de mundo.	
Detalhamento da Proposta	
Público Beneficiário	Crianças e adolescentes do município de São Paulo.
Área de abrangência	Municipal (São Paulo)
Finalidade ou Objetivo Geral	Aumentar o protagonismo das crianças e dos jovens, para que eles possam exercer mais efetivamente o controle social de forma direta.
Objetivos específicos da proposta	Criar espaços onde as crianças e os jovens possam falar e ser ouvidos, de modo que suas demandas sejam construídas encaminhadas. Garantir que boas práticas de escuta da criança e do adolescente sejam compartilhadas em rede. Fazer das atividades culturais produzidas pelos próprios jovens uma forma de construir a consciência dos direitos e da necessidade do controle social. Estabelecer mecanismos de escuta das crianças e dos adolescentes em diversos serviços públicos (de educação, cultura, esporte, assistência social, etc).

Sugestão de Indicadores de Monitoramento	<p>Criação da ouvidoria da criança e do adolescente.</p> <p>Frequência de utilização da ouvidoria por parte das crianças e dos adolescentes.</p> <p>Criação de uma rede de cultura do direito da criança e do adolescente.</p> <p>Criação do Prêmio Municipal de Boas Práticas de escuta e fala do protagonismo infantil e juvenil.</p> <p>Avaliação da satisfação das crianças e dos adolescentes quanto aos espaços de escuta direcionados a eles nos diversos equipamentos a que eles têm acesso.</p>
Órgão Público Responsável	Secretaria Municipal de Direitos Humanos
Organizações governamentais envolvidas	Secretarias Municipais de Direitos Humanos, de Educação, de Esportes e Lazer, de Cultura.
Organizações não-governamentais envolvidas	Organizações que trabalhem com boas práticas de escuta de crianças e adolescentes e organizações montadas pelos próprios jovens.
Tipos de Recursos Necessários	<input checked="" type="checkbox"/> Financeiros <input checked="" type="checkbox"/> Humanos <input checked="" type="checkbox"/> Informacionais <input type="checkbox"/> Infraestrutura <input checked="" type="checkbox"/> Articulação <input checked="" type="checkbox"/> Comunicacional <input type="checkbox"/> Outros: _____
Prazo para Execução	6 meses
Órgão(s) responsável(is) pelo monitoramento	Secretaria Municipal de Direitos Humanos, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente

Destques aprovados pela plenária. As propostas aprovadas encontram-se no anexo 5.



FONTE: FGV, 2018



FONTE: FGV, 2018

Aclamação dos Delegados

Conforme acordado no dia no dia 30 de novembro na Conferência realizada na FMU, os delegados eleitos para a Conferência Estadual, naquele dia, seriam confirmados e aclamados neste dia 12 de dezembro. Antes disto, porém, houve um debate entre os presentes sobre essa aclamação. Como relatado abaixo.

Patrícia - Eu queria só sugerir, eu não me oponho, eu sei que as pessoas tiveram as suas agendas, mas eu gostaria de sugerir que pelo menos a gente faça um critério justo de quem justificou fosse delegado, porque foi uma exceção estender a Conferência para o dia de hoje. Agora, não justificou, não veio, eu acho que o suplente tem que assumir.

Carlos Alberto (Churras) - Eu sou contra.

Fernando Júnior - Então a colocação da Patrícia é que fica justificado a ida dos delegados, com exceção daqueles que não justificaram a sua ausência, sendo substituídos pelos suplentes.

Edson - Colocação do Edson inaudível.

Fernando Júnior - Antes de abrir pra mais pessoas, só queria pontuar essas manifestações: tem duas propostas colocadas, (1) a primeira é de que a gente referende os delegados eleitos, porque eles cumpriram com a etapa obrigatória dos dias 28, 29 e 30; (2) a outra proposta é que a gente mantenha os delegados, porém, aqueles que não justificaram a ausência hoje sejam substituídos pelos suplentes.

As pessoas que estão inscritas, o Lourival, o Flávio e o Churras, se for defesa de uma das duas propostas nós vamos estabelecer uma defesa pra uma proposta e uma defesa pra outra.

Luciano - Questão de ordem: Na quarta-feira passada, nós nos reunimos enquanto comissão, até peço desculpas Júnior, porque nós decidimos enquanto Comissão que esse processo se deu em 3 dias como oficial, no seu chamamento, e não conseguimos cumprir e isso fica estabelecido no Regimento Interno, decisão essa da Comissão Organizadora Central. E naquela reunião já deliberou que todos os ausentes nesse processo, justificando todos os motivos, prós ou contras, seriam legitimados nesse processo. Eu acho que vale a pena, sim, observar a questão de quem tem compromisso, mas nós fizemos essa deliberação dentro de uma questão omissa entro do regimento, porque a Conferência era pra acontecer em 3 dias. Então nós precisamos cumprir e respeitar isso, de acordo com a deliberação da Comissão Central na quarta-feira passada.

Reação da plenária:

Luciano, isso não é uma questão omissa.

Júnior - Tá. O Luciano traz uma questão que eu fico até sem saber como proceder. Ele diz que a Comissão Central já deliberou sobre isso, ponto final. No e-mail enviado para as pessoas estava essa colocação: de que se elas não justificassem a vinda hoje...

Plenária interrompe

Não, não estava isso.

Júnior - Gente, como a Comissão toma uma decisão e não comunica sobre ela?

Gente, olha só, vamos com calma, precisa caminhar. O Luciano trouxe uma questão que é uma questão de ordem: de que a Comissão Central já tomou uma decisão, de que quem não estivesse aqui hoje e não tivesse justificativa deveria se tornar como suplente, existe duas questões: e aqui eu estou verificando com a Comissão Central, Solange, Churras e todo mundo aqui que compõe, que é retomar nessa plenária a deliberação, considerando que, embora a Comissão tomou a decisão, no momento que encaminha o e-mail falando da atividade de hoje, não orientou de que deveria ser feita a justificativa. Mas que essa plenária, se assim entender, ganha muito mais força a deliberação com o coletivo, traz o resgate do processo, mas esse plenário pode definir coletivamente, referendando o que a Comissão Central decidiu, ou entendendo que cumprindo a etapa dos dias 28, 29 e 30, foram eleitos e estão legitimados para a Conferência Estadual. A outra proposta é de que sejam substituídos aqueles que não justificaram. Eu só gostaria de ter cuidado pra não abrir pra novas propostas, porque essa não é a intenção. Estão claras as propostas, se não tiver claro o plenário se manifesta e a gente abra uma proposta, uma defesa pra proposta 1, e uma defesa pra proposta 2. Flávio, Churras, Lourival e Pedro, é diferente o encaminhamento.

Reações das pessoas que pediram a palavra: o meu é questão de ordem, o meu é defesa.

1. Foi aprovado na última reunião que a gente teve lá na FMU, então a plenária decidiu que ia ter outra reunião pra gente finalizar a questão dos eixos. Então foi uma proposta que foi pra plenária e todos que estavam lá, que não estão aqui hoje, aprovou que teria esse outro dia.

Júnior

Então vamos decidir aqui: Pedro, Flávio, Churras, Edson e Lourival.

(1) Bom, é uma dúvida: quando a gente saiu lá da outra plenária, a gente ainda não tinha uma data definida, logo, as pessoas que votaram que deveria ser discutido em outro momento, não tinham como saber se seria possível ou não estar presentes. Mas, assim, o meu esclarecimento é: a gente está pedindo uma justificativa para que os delegados dêem o motivo pelo qual eles não poderiam estar aqui, qualquer justificativa é válida ou vai ter um juízo de mérito? Porque aí vai ter que ter alguém que vai julgar isso: será que justificativa é um caminho? Bom, isso já é defesa.

(2) Eu acho que tem uma coisa aqui que é o processo educativo. Se a gente pensar que a gente vai substituir o delegado por um suplente que também não está presente, nós estamos substituindo por quem? Uma outra reflexão a ser feita: a galera votou para que houvesse outro dia, mas vamos lá, nós estávamos falando de um momento em que em 5 minutos a luz seria apagada. Foi isso que a gente

falou, na hora eu até brinquei e falei pra Roberta: a gente devia ir lá no meio da rua, parar a Liberdade e fazer a deliberação ali a Liberdade. Mas a decisão de hoje não é a de antes. Então todo mundo votou pra ir embora porque tava cansado de três dias, porque tinha acordado cedo, se locomoveu até lá e não sabia que seria no dia de hoje. A gente até conversou lá e pensávamos que ia ser pro ano que vem, que ficaria pra janeiro. Então eu acho que é melhor ter bom senso de que quem é delegado foi eleito dentro de um coletivo, e o coletivo é sempre maior do que o indivíduo. Então, sinceramente, eu acho que temos que refletir sobre isso.

(3) A fala do colega é de que “a Comissão Central decidiu com base e tal...”, se os delegados não foram informados de que tinham que justificar, é induzir as pessoas ao erro. Então, a justificativa para estar ausente eu acho que não é válida.

[Reações do plenário: “eu não recebi o email”, “eu também não...”]

Colocações do plenário:

(4) A nossa delegação é pequena, tradicionalmente a delegação é maior, e é mais disputado pra sair delegado pro outro processo que é o Estadual, isso é uma coisa. E a coisa mais importante ainda, pra essa discussão que está acontecendo nessa Conferência, é que já foram definidos os delegados e nós temos que extremamente cuidados com prazos e oportunidades pra convocar os suplentes, nós precisamos ter muita tranquilidade de segurança, pra não erra e deixar de convocar os suplentes no tempo ideal e ficar uma vaga perdida.

Júnior - Então, feito esses esclarecimentos, as manifestações em defesa de uma e outra proposta, gostaria que a gente fosse pra deliberação.

Churras - Eu só ia colocar também, como o Flávio coloca muito bem, a gente já escolheu um segmento e seria muito erro nosso aqui, colocar que não vai participar, ou colocar outros critérios, porque isso seria agir de má fé, porque a gente induziu as pessoas ao erro e seria agir de má fé com quem não tá aqui, porque tem vários outros compromissos. Até pela questão, por exemplo: eu faço parte da Comissão e não recebi o e-mail de hoje, e recebi por outras pessoas a programação.

Patrícia - Eu vou facilitar então: ouvindo vocês, eu vou retirar a minha proposta.

[Palmas do plenário]

Júnior - Então, retirada a proposta da Patrícia, a gente faz nesse momento... Eu não vou fazer a leitura, pra que a gente possa avançar, mas foram eleitos então 5 conselheiros dos direitos da criança e do adolescente CMDCA, 15 conselheiros tutelares, 6 membros do Fórum em Defesa da Criança e do Adolescente, 28 membros da sociedade civil. Aí nós temos mais 12 crianças eleitas na Conferência Lúdica e 32 adolescentes também eleitos na Conferência Lúdica. Então se trata de uma Federação de 105 pessoas, entre adultos e crianças. Mais os 3 observadores. Agora a gente vai pra aclamação.

Adendo da Maria do Céu: Foi falado que a gente podia solicitar à Comissão Central, que se colocasse uma nota de agradecimento ao espaço e à essa acolhida, referendada a essa plenária que a gente participou, de que fosse consenso de todos colocar uma nota dentro dos anais de agradecimento pela acolhida, alimentação, ao CEU Heliópolis que nos acolheu.

[Palmas do plenário]

Júnior - Bom, legal, acho que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente pode, na sua última reunião ordinária, semana que vem, tornar público o agradecimento ao Heliópolis, ao Ipiranga pela acolhida, em especial, a UNAS, por todo o esforço em articular a nossa alimentação, a acolhida, o momento da abertura, que deveríamos ter feito lá, inclusive, no dia 28, mas que tudo isso só tornou mais especial o momento de hoje.

Então, em nome da Conferência Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, em nome do Conselho, da Comissão Central, os nossos agradecimentos.

[Palmas do plenário]

Queria que houvesse uma grande aclamação aos nossos 105 delegados pra nossa Conferência Estadual.

[Palmas do plenário]

E, para encerrar eu queria passar pra Solange e aproveitar aqui, publicamente, pra agradecer os meninos e meninas da FGV pela contribuição e colaboração.

[Palmas do plenário]

E, para encerrar minha fala, agradecer a Comissão Central.

[Palmas do plenário]

E queria dizer: Acho que é importante, só pra gente não encerrar com pessimismo por ter feito 4 dias de Conferência, Eu acho que é um avanço ter conseguido reunir nesse espaço, 4 dias, um grupo da militância da cidade de São Paulo. A gente pode divergir nas ideias, mas a gente sai desse espaço entendendo que as instituições democráticas de participação social devem estar fortalecidas, sobretudo nesse momento que a gente vive aqui no nosso país, então, Conselhos Tutelares, Conselheiros de Direitos, Fóruns e militantes da infância: somos filhos do mesmo sonho e somos cúmplices de uma mesma teimosia. Que assusta os mais



fortes e alimenta os mais simples, a lutar por um mundo mais justo, mais fraterno e mais igualitário. Um mundo onde caibam todos os mundos, onde a diferença seja vista como valor e a desigualdade, sim, algo que deva ser combatido.

[Palmas do plenário]

Anexos

ANEXO 1: Resolução CMDCA

PUBLICAÇÃO Nº 197/CMDCA-SP/2018

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei nº 8069/90 – ECA, comunica: retificação da publicação de nº 140/CMDCA/18

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo - CMDCA no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 8.069/90 - ECA torna pública a Resolução nº 125/CMDCA/2018, aprovada na Reunião Extraordinária do dia 24/08/18.

RESOLUÇÃO Nº 125/CMDCA/2018

Normatiza a realização em 2018 das Conferências Lúdica e Convencional Municipal; Livres e Regionais dos Direitos da Criança e do Adolescente na Cidade de São Paulo.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de São Paulo - CMDCA/SP, no uso de suas atribuições previstas na Lei Municipal 11.123, de 22 de novembro de 1991, regulamentada pelo Decreto 43.135/2003, que dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente e estabelece normas gerais para a sua adequada aplicação, conforme Lei Federal 8.069 de 13 de Julho de 1990.

Considerando a Doutrina da Proteção Integral que está consagrada nos direitos fundamentais inscritos no artigo nº 227 da Constituição Federal de 1988 e nos artigos 3º e 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069, de 13 de Julho de 1990). A promulgação destes direitos fundamentais tem amparo no status de prioridade absoluta dado à criança e ao adolescente, uma vez que estão em peculiar condição de pessoas em desenvolvimento;

Considerando a Resolução 202/CONANDA/2017 e 207/CONANDA/2018 que dispõe sobre a convocação da XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências com o tema: “Proteção integral, diversidade e enfrentamento às violências”;

Considerando a Resolução nº 113/2006 – CONANDA que dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Considerando a Deliberação nº 07/2018 – CONDECA/SP que Dispõe sobre a Convocação das Conferências Lúdicas e Convencionais Estaduais, Regionais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

RESOLVE:

A IX Conferência Lúdica Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será realizada nos dias 07 e 08 de Novembro de 2018, das 10h00 às 18h00. A XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será realizada nos dias 28,29 e 30 de Novembro de 2018, das 10h00 às 18h00. A Conferência Lúdica Municipal realizar-se-á na cidade de São Paulo, no Centro Cultural Municipal Olido – Avenida São João, número 473 -

Centro. A Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar-se-á na cidade de São Paulo na FMU –Campus Liberdade – Avenida Liberdade, número 899 – Liberdade.

Artigo 1º - Objetivo Geral

Ampliar a participação de crianças e adolescentes e o exercício de controle social sobre a efetivação da política para a criança e o adolescente no Município de São Paulo, bem como subsidiar o Poder Público e o Conselho Municipal Dos Direitos da Criança e do Adolescente na formulação e promoção das políticas, programas e projetos que efetivem os direitos da criança e do adolescente.

Artigo 2º - Objetivos Específicos

I – Conferir se as políticas públicas destinadas às crianças e adolescentes respondem à realidade sócio – econômica deste segmento da população;

II - Identificar estratégias mais eficientes e qualificadas de intervenção na sociedade, capazes de indicar e promover mudanças de maior impacto na situação da infância e da adolescência no Brasil;

III - Promover e qualificar a efetiva participação de crianças e adolescentes na discussão, monitoramento e controle das políticas públicas, visando apresentar novas propostas para as mesmas;

IV - Estimular a participação da sociedade no processo de elaboração e controle do orçamento destinado ao segmento infanto-juvenil;

V - Inserir temas referentes à promoção da igualdade de gênero, étnica, valorização das diversidades na agenda das políticas públicas, bem como no processo de construção das Conferências dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente;

VI - Partindo de uma análise sobre as ações e programas implementados no município de São Paulo, avaliar e discutir as políticas públicas relativas a crianças e adolescentes em cada região, formulando propostas e evidenciando prioridades;

VII - Propor instrumentos de participação, monitoramento e de avaliação social na execução de Políticas Públicas e programas complementares relativas à criança e ao adolescente;

VIII - Analisar os dados ofertados pelo Conselho Tutelar, SIPIA, Observatório da Criança e do Adolescente e demais atores do Sistema de Garantia de Direitos, com o objetivo de realizar diagnósticos regionais e municipal para a construção de um Plano Municipal de Proteção Integral para Crianças e Adolescentes;

IX - Fornecer subsídios ao Conselho Municipal Dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Conselho Tutelar para que participem da elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual conforme artigo nº 136, inciso IX do ECA;

X - Fortalecer o desenvolvimento de ações e propostas cujos projetos político-pedagógicos tenham crianças e adolescentes como protagonistas visando a efetivação dos seus direitos;

XI - Divulgar as deliberações das Conferências para que subsidiem as políticas públicas e sejam indicativas de ações específicas nas três esferas de poder do Município, além da sociedade civil.

XII - Eleger as delegadas e delegados da Cidade de São Paulo para a Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e a Conferência Lúdica Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente; ofertando o suporte necessário e subsídios para participação;

XIII – Promover e fortalecer a articulação entre Fóruns Regionais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselhos Tutelares e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e demais movimentos sociais;

XIV – Promover e fortalecer a articulação entre os atores do Sistema de Garantia de Direitos da cidade de São Paulo;

XV – Ampliar os canais de participação a partir da criação de um sistema online de informação, com a criação do portal de Conferências DCA, sob responsabilidade da Comissão Central, para comunicação, inscrição e fórum de debates, devendo esta ferramenta ser utilizada como instrumento de divulgação, comunicação e pedagógico de controle de dados, monitoramento e registro das conferências;

XVI – Possibilitar a realização de Conferências Livres, Lúdicas e Convencionais na Cidade de São Paulo, tornando acessível aos indígenas, adolescentes em privação de liberdade, grupos Quilombolas e meninas e meninas em situação de rua e na rua, adolescentes em medida sócio, além de outros grupos identificados nos territórios.

Artigo 3º - Da organização

I – As conferências livres têm dentre seus objetivos a sensibilização em favor do Estatuto da Criança e do Adolescente na formulação de políticas públicas para a infância e adolescência. Diferenciam-se das pré-conferências e a conferências regionais por terem como característica debaterem temas livres e específicos presentes no território. O público prioritário são crianças e adolescentes dos grupos existentes no território. Para tanto deverão ser observadas as seguintes orientações:

a. Os organizadores da Conferência Livre deverão enviar à Comissão Central, por meio do endereço eletrônico: conferenciamunicipalsp2018@gmail.com, os relatórios das Conferências Livres em até 10 dias consecutivos após a sua realização, incluindo as listagens dos delegados/as, referente à IX Conferência Lúdica Municipal e a XI Conferência Municipal, informando os seguintes dados: Regional (Subprefeitura Regional), nome, endereço (com CEP), telefone fixo e/ou celular, data de nascimento, e-mail, número do documento de identificação e o segmento que representam que estarão inclusos em formulário específico, anexo ao relatório.

b. A data limite para realização das conferências livres é dia 31 de Agosto.

II - As Conferências Regionais Lúdicas e Convencionais dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como as conferências livres ocorridas até a data da publicação desta resolução estão legitimadas pela Comissão Central.

§ ÚNICO: As conferências regionais, lúdicas e convencionais, realizar-se-ão no âmbito das 32 Prefeituras Regionais, sendo facultada a realização de até duas conferências nas Prefeituras Regionais, correspondendo ao número de Conselhos Tutelares e Fóruns DCA na respectiva Prefeitura Regional, podendo ser realizada o total de até 104 conferências Regionais, e deverão ocorrer entre os dias 16 de Julho a 31 de agosto de 2018.

III - As Comissões Organizadoras das Conferências Regionais informarão a Comissão Organizadora Central sobre a data, o horário e o local de suas Conferências, até o dia 29 de JUNHO, via e-mail da Comissão Central, segue: conferenciamunicipalsp2018@gmail.com com cópia no e-mail CMDCA@prefeitura.sp.gov.br até as 17 horas, impreterivelmente.

IV - A IX Conferência Lúdica Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar-se-á nos dias 07 e 08 de Novembro de 2018, das 10h às 18h, a ser realizada no CENTRO CULTURAL OLIDO, situado à Av. São João, 473.

V - A XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar-se-á nos dias 28, 29 e 30 de Novembro de 2018, das 10h às 20h, a ser realizada FMU –Campus Liberdade – Avenida Liberdade, número 899 – Liberdade.

Artigo 4º - Comissão Central de Organização

I - A Comissão Central de Organização das Conferências no âmbito do Município de São Paulo é formada conforme segue:

02 representantes da CPPP – Comissão Permanente de Políticas Públicas, 02 representantes da CPRI – Comissão Permanente de Relações Institucionais, 02 representantes da CPCI – Comissão Permanente de Comunicação e Informação, 02 representantes da CPFO – Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, 02 representantes da CPGDCT – Comissão Permanente de Garantia de Direito de Conselhos Tutelares, 10 Conselheiros Tutelares; sendo 02 da Setorial Leste, 02 da Setorial Sul, 02 da Setorial Oeste, 02 da Setorial Norte e 02 da Coordenação da Comissão Permanente dos Conselhos Tutelares, 05 adolescentes indicados pelos mesmos em encontro próprio, sob a responsabilidade da Comissão Central, levando em consideração as regiões Norte, Sul, Leste, Oeste e Centro, 05 Representantes do Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, 01 representante da Secretaria Municipal das Prefeituras Regionais, 01 representante da Secretaria Municipal de Educação, 01 representante da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e 01 representante da Secretaria Municipal de Saúde, 01 representante da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania.

II - Os membros que irão compor a Comissão Central de organização das Conferências DHCA, terão seus nomes publicados até 20 de Julho de 2018 no Diário Oficial da Cidade.

III – Os representantes que irão compor a Comissão Central de organização das Conferências DCA, devem ter conhecimento e compromisso com a Defesa dos Direitos Humanos de Criança e adolescentes; disponibilidade de horário em conformidade com a demanda apresentada pelo processo de realização das Conferências DCA; autonomia de decisão e outorga de poderes pelo segmento, instituição ou órgão que fez a indicação.

Artigo 5º - Comissões Regionais de Organização

I - As Comissões Regionais, correspondentes às 32 prefeituras regionais, terão a função de incentivar as Conferências Livres; Lúdicas e promover as Convencionais nas respectivas regiões. As Comissões Regionais estarão subdivididas em 05 grupos para reuniões convocadas pela Comissão Central, conforme segue:

Prefeituras Regionais:

Grupo I - Aricanduva, Mooca, Penha, São Mateus, Ermelino Matarazzo, Sapopemba e Vila Prudente;

Grupo II - São Miguel, Cidade Tiradentes, Itaquera, Guaianases, Itaim Paulista;

Grupo III - Butantã, Lapa, Pinheiros, Sé;

Grupo IV - Campo Limpo, Capela do Socorro, Cidade Ademar, Jabaquara, M'Boi Mirim, Parelheiros, Santo Amaro, Vila Mariana, Ipiranga;

Grupo V - Casa Verde, Freguesia do Ó/Brasilândia, Jaçanã/Tremembé, Perus, Pirituba, Santana/Tucuruvi, Vila Maria/Vila Guilherme;

II - As Comissões serão compostas por:

01 representante da Prefeitura Regional, 01 representante da Assistência e Desenvolvimento Social, 01 representante da Educação e 01 representante da Saúde, 02 Membros representantes dos Conselhos Tutelares da Região (No caso de 02 ou 03 Conselhos Tutelares de uma Prefeitura Regional, 01 membro de cada Conselho, 04 Membros representante(s) do(s) Fórum(ns) Regional(is) DCA's da Região(ões) (No caso de 02 Fóruns Regionais de uma Prefeitura Regional, 02 membros de cada Fórum), 02 Adolescentes indicados pelo(s) Fórum(ns) Regional(is) (No caso de 02 Fóruns Regionais de uma Prefeitura Regional, 01 adolescente de cada Fórum);

III - As Comissões Regionais deverão enviar à Comissão Central, os relatórios das Conferências Regionais (Lúdica e Convencional), a partir de orientação fornecida pela Comissão Central das Conferências DHCA's, até 10 dias consecutivos após a sua realização. Em instrumental próprio que será encaminhado pela Comissão Central a todas as Comissões Regionais e disponibilizada no site. O contato deve ser realizado via e-mail conferenciamunicipalsp2018@gmail.com com cópia para CMDCA@prefeitura.sp.gov.br.

Parágrafo Único: As áreas de abrangência das Prefeituras Regionais que contarem com 03 (três) Conselhos Tutelares deverão garantir a participação de um conselheiro por Conselho Tutelar na Comissão Regional.

Artigo 6º - Materiais pedagógicos

Os materiais pedagógicos para realização das Conferências Regionais; Lúdica e Convencional serão fornecidos pelo CMDCA.

Parágrafo Único: O material pedagógico para as Conferências Municipais Lúdica e Convencional será fornecido pela equipe de Metodologia e Sistematização a ser contratada pela SMDHC

Artigo 7º - Estrutura das Conferências Regionais DHCA

I- Caberá ao Poder Público, através do Governo local (Supervisão de Saúde, Supervisão de Assistência Social, Diretoria Regional de Educação e Prefeitura Regional), que compõe as Comissões Regionais, viabilizar os meios necessários na garantia de

II- Alimentação, Transporte e Local para realização das Conferências DHCA, observadas as deliberações das Comissões Regionais, Comissão Central e do CMDCA/SP.

Artigo 8º - Metodologia

Conferências Regionais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (Lúdicas e Convencionais):

I - A Metodologia das Conferências será realizada pelas Comissões Regionais, utilizando as informações que serão disponibilizadas no site <https://conferenciamunicip.wixsite.com/dcasp> a partir de 23 de Julho de 2018.

II - As propostas devem convergir com os Diagnósticos Regionais e Municipal da Situação da Criança e do Adolescente na cidade de São Paulo, que se constituirá em subsídio para esta Conferência e para a elaboração do Plano de Proteção Integral, bem como com a Resolução 124/CMDCA-SP/2018, conforme PUBLICAÇÃO Nº 018/CMDCA/2018 de 17/02/2018 e alterações posteriores, e devem estar em consonância com as propostas da Comissão Central das Conferências DCA's, deliberadas pelo CMDCA/SP.

III - O Tema Geral e os Temas Específicos definidos pelo CONANDA, além das propostas das Conferências DCA's 2015 a serem conferidas, serão eixos de referência para as Conferências Lúdicas e Convencionais, sendo que

haverá flexibilidade para inclusão de novos eixos temáticos de acordo com as especificidades e peculiaridades regionais.

IV - Na Conferência Lúdica: poderá ser usada metodologia específica para público constituído por crianças e adolescentes, estabelecida pela Comissão Regional.

V - Na Conferência Convencional: metodologia específica para público adulto, estabelecida pela Comissão Regional.

VI - A Metodologia deve garantir uma dinâmica participativa, que possibilite o diálogo da pluralidade de participantes.

Artigo 9º - Participantes da XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

I - As Conferências Convencionais são dirigidas aos adultos a partir de 18 anos completos;

II - Os participantes da XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente serão delegadas e delegados, convidadas e convidados, observadoras e observadores;

III - Nas Conferências Regionais DCA's, deverá ser considerada a participação dos seguintes segmentos:

* Conselheiros Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente;

* Conselheiros Tutelares;

* Representantes de órgãos governamentais de atendimento, promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

* Representantes de entidades não governamentais de atendimento, promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

* Representantes de Fóruns Regionais e Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

* Crianças e Adolescentes eleitos como delegados na IX Conferência Lúdica Municipal.

Artigo 10º - Participantes da IX Conferência Lúdica Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

I - As Conferências Lúdicas são dirigidas a crianças de 06 a 11 anos 11 meses e 29 dias e adolescentes de 12 a 17 anos 11 meses e 29 dias, acompanhados de educadoras (es), e/ou responsáveis;

II - Os participantes da IX Conferência Lúdica Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente serão adolescentes delegadas e delegados, convidadas e convidados, observadoras e observadores;

III - Nas Conferências Lúdicas Regionais deverá ser considerada a participação dos seguintes segmentos:

* Conselheiros Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente;

* Conselheiros Tutelares;

* Representantes de órgãos governamentais de atendimento, promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

* Representantes de entidades não governamentais de atendimento, promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

* Representantes de Fóruns Regionais e Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV – Participação Livre de pessoas físicas da sociedade civil

Artigo 11º - Critérios para escolha de delegadas e delegados.

I - O critério para a eleição de delegadas e delegados das Conferências DHCA's Municipais (Lúdica e Convencional) seguirá a normativa e deliberação conforme estabelece a Deliberação nº 07/CONDECA/2018:

Conselheiros de Direitos: 10

Conselheiros Tutelares: 16

Movimentos Sociais: 16

Sistema de Justiça: 06

Adolescentes: 32

Crianças: 12

Rede de atendimento: 12

II - Os adolescentes delegados da Conferência DCA Lúdica Regional poderão participar, com direito à voz e voto, da Conferência Regional Convencional;

III - Será considerada, na escolha de delegados, a participação dos segmentos definidos nos artigos 09 e 10 desta Resolução;

§ ÚNICO: Será considerada, para a etapa municipal, a idade do/da adolescente à época da conferência regional.

Artigo 12º - Das Delegadas e Delegados

I – Os delegados e as delegadas da XI Conferência Municipal e IX Conferência Lúdica Municipal terão direito à voz e voto e deverão ser eleitos nas Conferências Regionais;

II – Para a escolha de delegados e delegadas, deverá ser considerada a proporção de 01 delegado para cada 20 participantes.

II - As Conselheiras e Conselheiros do CMDCA, titulares e suplentes, são delegadas e delegados natos à XI Conferência Municipal, desde que participem integralmente do processo em pelo menos uma das Conferências Regionais realizadas na abrangência de cada Prefeitura Regional, com direito à voz e voto;

III - As Conselheiras e Conselheiros Tutelares são delegadas e delegados natos à XI Conferência Municipal, desde que participem integralmente do processo em pelo menos uma das Conferências Regionais realizadas na abrangência de cada Prefeitura Regional;

IV – A Comissão Central de organização das Conferências, Prefeito, Secretárias e Secretários Municipais, Juízas e Juizes das Varas da Infância e da Juventude, Promotoras e Promotores da Infância e da Juventude do Ministério Público, Delegadas e Delegados de Polícia, Guarda Civil Metropolitana, Vereadoras e Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo, Defensoras e Defensores Públicos, representantes das Universidades, Institutos de Estudo e Pesquisa na área da infância e juventude, Órgãos e organismos nacionais e internacionais e Imprensa, são delegadas e delegados natos na XI Conferência Municipal, desde que participem integralmente do processo em pelo menos uma das Conferências Regionais realizadas na abrangência de cada Prefeitura Regional.

V - As Comissões Regionais deverão enviar ao CMDCA, até 10 dias consecutivos após a realização da Conferência Regional, a lista dos delegados/as, observadores/as, referente à IX Conferência Lúdica Municipal e a XI Conferência Municipal, informando os seguintes dados: Regional (Prefeitura Regional), nome, endereço para correspondência, telefone fixo, celular, e-mail, número do documento de identificação, segmento que representa, e demais documentos previstos na Lei (autorização dos pais ou responsáveis no caso de crianças e adolescentes e termo de uso de imagem), que estarão inclusos em formulário específico, anexo ao relatório, e fornecido pela Comissão Central das Conferências DCA's;

Artigo 13º - Observadoras e Observadores

Do total de delegadas e delegados titulares poderão ser eleitos 10% (dez por cento) de observadoras e observadores que terão direito a voz. As Comissões Organizadoras das Conferências Regionais deverão encaminhar ao CMDCA a lista de observadoras e observadores até 10 dias após a realização da Conferência Regional, informando o nome, o número do documento de identificação e o segmento que representam.

Artigo 14º – Convidados

O CMDCA poderá convidar os seguintes representantes ou membros das instituições a seguir indicadas para participarem das Conferências: Prefeito, Secretárias e Secretários Municipais, Juízas e Juizes das Varas da Infância e da Juventude, Promotoras e Promotores da Infância e da Juventude do Ministério Público, Delegadas e Delegados de Polícia, Guarda Civil Metropolitana, Vereadoras e Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo, Defensoras e Defensores Públicos, Universidades, Institutos de Estudo e Pesquisa na área da infância e juventude, Órgãos e organismos nacionais e internacionais e Imprensa

Artigo 15º - Propostas de articulação do CMDCA/SP

O CMDCA torna aberto o Processo de Realização das Conferências DCA de 2018, convidando todos os Atores do Sistema de Garantia dos Direitos\SGD a participarem do Lançamento das Conferências a realizar-se no dia 09 de Abril de 2018 às 14h30 na Câmara Municipal de São Paulo.

O CMDCA realizará no dia 19 de Setembro o Ato de Conferir, devendo enviar convite/convocação aos Secretários Municipais para presença e composição de mesa do Ato de Conferir, ocasião em que os delegados eleitos nas regionais, irão votar se as propostas da última Conferência Municipal estão em um dos três status, sendo eles: Proposta Efetivada, Proposta Não Efetivada ou Proposta em Andamento.

O CMDCA realizará no dia 20 de Setembro a aprovação do Regimento Interno da Conferência Convencional Municipal, convocando os delegados eleitos nas regionais, bem como as autoridades municipais.

O CMDCA contará com uma coordenação da Comissão Central de organização das Conferências DHCA, sendo 01 representante da Sociedade Civil e 01 representante de Governo, como coordenadores; Conselheiro da Sociedade Civil Sr. Fernando Antonio dos Santos Junior e o Conselheiro de Governo representante da SMDHC Sr. Esequias Marcelino da Silva Filho, devendo ser realizada a devida publicação em DOC até o dia 31 de Agosto de 2018.

O CMDCA, para o cumprimento de sua função de articulador, considera a necessidade do fortalecimento dos Fóruns Regionais e mais ainda, fortalecer a articulação entre esses com o Fórum Municipal, estimulando e possibilitando a participação das crianças e adolescentes nesses espaços de representação.

Parágrafo Único: O CMDCA, conforme lhe encaminhe a Comissão Central deliberará sobre os ajustes que se façam necessários a partir da orientação do CONANDA, especialmente a revisão e/ou modificação do cronograma aqui previsto.

Artigo 17º - Esta resolução revoga a resolução anterior nº 124/CMDCA/2018 e entra em vigor na data de sua publicação.

Publicado no DOC de 29/09/2018 – pp. 63 e 64

ANEXO 2: Metodologia

Dinâmica	Tempo	Produto	Justificativa	Recursos	Como
Apresentação	10'	-	-	-	Roda de apresentação. Dizer apenas o nome, a instituição e a região que está representando.
Introdução ao tema do eixo	30'	Chuva de palavras, para assegurar que todos compreenderam os principais conceitos do eixo e debater assuntos Relacionados.	Após a leitura dos relatórios das Conferências Regionais, percebeu-se que várias propostas elaboradas não dialogavam com o escopo proposto para o eixo.	Flipchart Canetinhas coloridas	1- O/A Coordenador(a) pergunta para o grupo, de acordo com o eixo: quando se fala em direitos / violência / finanças e orçamento público / participação / controle social, o que nos vem à mente? 2. Enquanto os participantes respondem a pergunta, os(as) coordenadores(as) se dividem entre manter a participação e anotar as palavras e expressões ditas.
Momento 1: Diagnóstico dos problemas					
Levantamento dos	35'	Problemas identificados	As discussões na	Canetinhas	O coordenador



principais problemas relacionados ao eixo			Conferência Municipal devem se nortear pelos principais problemas que afetam crianças e adolescentes na cidade	coloridas Post-its ou cartões	distribuirá post-its ou cartões para que cada um escreva os problemas que consideram fundamentais na cidade de acordo com o tema do eixo.
Compartilhamento e discussão dos problemas	60'	Problemas identificados no papel kraft - de um lado, aqueles que são consenso entre o grupo e, do outro, aqueles que não são consensuais (Baú de Recursos)	A heterogeneidade do grupo permite diferentes visões sobre os principais problemas. A discussão neste grupo poderá despertar reflexões sobre as próprias impressões e enriquecer o debate sobre quais problemas devem ser trabalhados nos momentos seguintes da oficina.	Papel kraft Fita adesiva	O facilitador recolherá os cartões e colará no papel kraft, na medida em que estimula a participação e a criação de consenso sobre os problemas descritos. O autor do cartão não poderá interferir no entendimento que o grupo faz do que escreveu. Quando não houver consenso, o cartão será colocado em um dos cantos do papel (Baú de Recursos) para ser retomado posteriormente.
Formação de consenso: nuvens	30'	Problemas identificados categorizados no papel kraft de acordo com seu tema.		Canetinhas coloridas	Os participantes agruparão os



de problemas				Post-its ou cartões	problemas discutidos em nuvens, grupos que conjugam problemas afins. O facilitador identificará cada uma das nuvens com um cartão, onde escreverá uma descrição ampla, capaz de sintetizar os problemas que a nuvem contém.
Momento 2: Apresentação das propostas das Conferências regionais e lúdica					
Apresentação das propostas elaboradas nas Conferências Regionais e Lúdica específicas de cada eixo	15'	-	As propostas elaboradas pelas crianças e adolescentes nas Conferências Regionais e Lúdica, e específicas de cada eixo, devem ser analisadas e consideradas também por este grupo para a elaboração de suas propostas	Listas das propostas das Conferências regionais e lúdica por eixo	A coordenadora lerá as propostas aprovadas nas Conferências regionais e Lúdica e destacará a necessidade de considerá-las na elaboração de novas propostas pelo grupo. A coordenadora também identificará os pontos de diálogo com os problemas discutidos pelo grupo.
Momento 3: Elaboração das propostas por eixo					



Elaboração e seleção das propostas	60'	3 a 5 propostas escolhidas para serem detalhadas e, posteriormente, apresentadas na Plenária Final.	Cada eixo deverá elaborar uma quantidade de propostas (entre 3 e 5), de acordo com a previsão do regimento interno	Canetinhas coloridas ou Post-its ou cartões	A partir dos debates anteriores e das propostas das Conferências Regionais e Lúdica, os(as) participantes serão estimulados pelo coordenador a selecionar propostas já elaboradas na Conferência Lúdica e/ou nas Regionais e, se for o caso, a elaborar as próprias propostas que serão levadas à plenária final. Serão decididas, coletivamente, as propostas a serem detalhadas em cada grupo, na próxima fase. A coordenadora mediará a discussão, buscando manter as propostas coerentes ao tema do eixo. Para a decisão das propostas que serão detalhadas, poderão ser utilizados os critérios de consenso, votação e
------------------------------------	-----	---	--	---	---



					aglutinação de propostas (quando possível).
Detalhamento das propostas	70'	Propostas detalhadas, indicando os atores envolvidos na sua execução, os tipos de recursos utilizados para realizá-las, os indicadores de monitoramento, prazos para realizá-las.	Para a elaboração de propostas mais consistentes e passíveis de inclusão nos planejamentos de políticas e programas, é preciso identificar elementos como: atores e recursos envolvidos, instrumentos, indicadores de monitoramento	Formulário para preenchimento	Para o detalhamento, serão definidos os atores (visíveis e não visíveis), instrumentos, tipos de recursos, indicadores de monitoramento e demais mecanismos de acompanhamento. Esses campos serão preenchidos em um formulário que será distribuído pelo coordenador para preenchimento em pequenos grupos e posterior compartilhamento e debate.
Validação das propostas completas	20'	Propostas detalhadas	As propostas devem estar aptas a compor o Plano Municipal da Criança e do Adolescente e demais instrumentos de planejamento das ações votadas para este público	-	Apresentação das propostas completas e validação pelo grupo das redações e detalhamentos elaborados



ANEXO 3: Alinhamento conceitual sobre conferências

Como funciona uma Conferência de Direitos Humanos da Criança e do Adolescente?

O QUE É O REGIMENTO INTERNO DA CONFERÊNCIA?

- ∂ O Regimento Interno é um conjunto de normas que rege todo o funcionamento da Conferência.
- ∂ A leitura e aprovação do Regimento Interno deverão ser feitas antes do início dos trabalhos.
- ∂ Cabe à Plenária fazer os destaques que julgar necessários no momento da leitura, e após discussão, esse deverá ser colocado em regime de votação para aprovação dos Delegados.
- ∂ Durante a Conferência os participantes devem estar atentos para garantir o cumprimento do Regimento Interno. Sempre que necessário, podem ser levantadas questões de ordem para cumpri-lo.

QUAL A FUNÇÃO DOS DELEGADOS NAS CONFERÊNCIAS?

- ∂ Os delegados e delegadas são os participantes das conferências regionais que foram eleitos para a participação na Conferência Municipal.
- ∂ Eles e elas são identificados por meio dos crachás.
- ∂ O crachá de Delegado na conferência é o instrumento que dá o direito ao voto nos grupos e na Plenária Final.
- ∂ O crachá de delegado da conferência é pessoal e diferenciado dos crachás dos demais participantes para facilitar a contagem de votos. Cuide bem dele!

O QUE É PLENÁRIA FINAL?

- ∂ É o momento mais importante da Conferência.
- ∂ Tem poder de decisão e é constituída pelos Delegados, que poderão discutir, modificar, aprovar ou rejeitar as propostas dos grupos de trabalho.
- ∂ As propostas dos grupos de trabalho são lidas e os participantes podem apresentar destaques (alterações) que são colocados em votação.
- ∂ As moções devem ser lidas e, em seguida, aprovadas ou rejeitadas.
- ∂ Na Plenária Final são eleitos os Delegados para participar da Conferência Estadual.



- ð Os procedimentos de votação das propostas, das moções e da eleição dos delegados para a Conferência Estadual deverão estar previstos no Regimento Interno, lembrando que, após o início do regime de votação, fica vetado qualquer destaque ou questão de ordem.

O QUE SÃO MOÇÕES?

- ð As Moções se referem a outros assuntos não referentes ao tema da Conferência e devem ser submetidas à Plenária Final para apreciação.
- ð Após aprovação, deverá ser encaminhada à instância devida.
- ð As Moções devem ser lidas e, em seguida, votadas. As Moções podem ser de:
- ♣ Repúdio;
 - ♣ Indignação;
 - ♣ Apoio;
 - ♣ Congratulação;
 - ♣ Recomendação.
- ð O Regimento Interno da Conferência deve estabelecer o número mínimo de assinaturas para que a coordenação da Mesa da Plenária Final coloque a Moção em votação.

O QUE SÃO OS DESTAQUES?

- ð São solicitações de esclarecimentos, alterações ou eliminação de trechos das propostas.

ANEXO 4: Regimento Interno Aprovado

CAPÍTULO I

Da XI Conferência Municipal

Artigo 1º - A Conferência Convencional Municipal dos Direitos Humanos de Criança e Adolescente de 2018, convocada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da Cidade de São Paulo - CMDCA/SP doravante denominada Conferência Municipal DHCA/SP, será realizada nos dias 28, 29 e 30 de Novembro de 2018, das **9h às 17h - podendo se estender em votação na plenária no dia 28/11** local: Auditório Nelson carneiro, Campos Liberdade, Avenida Liberdade, 899. (Prédio de Direito – FMU).

Artigo 2º- A XI Conferência Municipal Convencional, tem como Tema e objetivos:

Parágrafo I - Tema: “Proteção Integral, Diversidade e Enfrentamento das Violências”.

Parágrafo II - Os Objetivos desta Conferência se encontram descritos na Resolução 125/CMDCA/2018.

Artigo 3º - São organizadores da Conferência Municipal Convencional DHCA/SP, a Comissão Central de Organização e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo.

CAPÍTULO II

Dos participantes

Artigo 4º - São participantes da Conferência Municipal Convencional DHCA/SP:

- I. Delegados(as) Eleitos(as) nas Conferências Regionais Convencionais DHCA.
- II. A Comissão Central de Organização;
- III. Adolescentes eleitos delegados na Conferência Lúdica Municipal para etapa Estadual;
- IV. Convidadas (os) pela Comissão Central Organizadora e pelo CMDCA:
 - 1 – Autoridades da Área da Infância e Adolescência;
 - 2 – Atores do Sistema de Garantia dos Direitos;
 - 3 – Observadores, eleitos nas etapas regionais.
 - 4 - Delegados Suplentes eleitos nas Conferências Regionais Convencionais DHCA sob os critérios definidos pela Comissão Central de Organização das Conferências DHCA,

CAPÍTULO III

Do Credenciamento

Artigo 5º - O credenciamento das (os) Delegadas (os) deverá ser realizado até o encerramento previsto de almoço do dia 28 de Novembro de 2018.



CAPÍTULO IV

Da Metodologia

Artigo 6º - Dos eixos temáticos para a XI Conferência Municipal Convencional DHCA/SP:

Eixo 1 – Garantia dos Direitos e Políticas Públicas Integradas e Inclusão Social;

Eixo 2 - Prevenção e Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes;

Eixo 3 - Orçamento e Financiamento das Políticas para Crianças e Adolescentes;

Eixo 4 - Participação, Comunicação Social e Protagonismo de Crianças e Adolescentes .

Eixo 5 - Espaços de Gestão e Controle Social das Políticas Públicas de Crianças e Adolescentes.

Artigo 7º – Das Etapas Metodológicas:

I - Plenária de abertura e leitura do regimento.

II- Momento 1 – Realização do Ato de Conferir;

III- Momento 2 – Palestra Magna;

IV- Momento 3 – Realização de Grupos de Discussão por Eixos Temáticos;

V- Momento 4 – Eleição dos Delegados em Assembléia de seu segmento;

VI - Plenária Final – Apresentação e Aprovação das propostas debatidas nos eixos temáticos; apresentação e aprovação das Moções e Referendo da Delegação eleita para a etapa Estadual.

CAPÍTULO V

Da Eleição de delegados (as) para a Etapa Estadual

Artigo 8º – As (os) Delegadas (os) para a Etapa Estadual serão eleitas (os) em assembléias próprias dos seus segmentos e entre seus pares, sendo eles:

a. 10% representantes Fórum Municipal e Regionais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;

b. 40% Representantes da Sociedade Civil

c. 10% vagas do Poder Público;

d. 10% Conselheiros(as) Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente; respeitando a paridade;

e. 25% Conselheiros(as) Tutelares; priorizando a escolha daqueles que tiveram participação ativa dentro do processo de realização das conferências.

f. – 5% de Observadores do total de Delegados.

Valor referente a 100 delegados totais.

Parágrafo I – Os suplentes serão eleitos por ordem subsequente de votação em número igual as (aos) delegadas (os), respeitando-se a proporcionalidade de cada segmento.



Parágrafo II - Serão indicados observadores à Conferência Estadual dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, na proporção de 5% do número de Delegadas (os) eleitas (os).

Parágrafo III - Em caso de empate, haverá nova votação, precedida de defesa das candidaturas, por tempo não superior a três minutos, feitas pelos próprios candidatos. Persistindo o empate será realizado sorteio.

Parágrafo IV - Em caso de impossibilidade de participação do delegado titular na XI Conferência Estadual DHCA/SP, deverá o Titular protocolar no CMDCA/SP justificativa escrita e assinada, **com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis anteriores à etapa estadual**, para proceder à convocação do respectivo suplente, e a substituição definitiva do delegado titular.

Parágrafo V - Os delegados suplentes somente terão acesso à conferência Estadual, em caso substituição formal de seu respectivo titular, conforme Parágrafo IV.

Parágrafo VI - Após a leitura das moções as (os) Delegadas (os) eleitas (os) serão apresentados à Plenária para homologação, sendo obrigatória a presença de todas (os), bem como a confirmação de presença, através das assinaturas das listas de presença em todas as atividades da XI Conferência Municipal DHCA/SP.

Parágrafo VII - Definidos os delegados titulares e suplentes, após a homologação e referendo em Plenário, os mesmos deverão comparecer ao local, designado pela Comissão Central, para conferência e/ou preenchimento da Ficha específica.

CAPÍTULO VI

Da realização das plenárias por eixo de trabalho

Artigo IX - A Mesa de trabalho será composta pela Comissão Central de Organização das Conferências.

Artigo X - À Mesa de Trabalho compete:

- Dirigir os trabalhos;
- Controlar o tempo;
- Resolver as questões de ordem que lhe forem submetidas.

Parágrafo I - A Coordenação da Mesa de Trabalho contará com o apoio da Comissão Central para as seguintes questões:

- a. Orientação aos eixos temáticos;
- b. Acolhida e recepção das autoridades;
- c. Monitoramento dos processos de votação em plenária;

Parágrafo II - A Comissão Central contará com o apoio da Equipe de Metodologia Contratada para elaboração dos Relatórios das Deliberações da XI Conferência Municipal e demais documentos necessários, além do auxílio na organização das plenárias, eixos, relatoria seguindo as orientações da Comissão Central e do CMDCA.



Parágrafo III – Delegadas (os) poderão manifestar-se sobre os destaques solicitados, esclarecimentos ou questões de ordem, verbalmente no máximo em 3 (três) minutos, ou por escrito.

Parágrafo IV – Em regime de votação não serão consideradas questões de ordem àquelas que se configurem como:

- a. Novo destaque;
- b. Defesa de proposta;
- c. Esclarecimentos;

Não serão consideradas questões de ordem àquelas que forem compreendidas pela mesa como novo destaque, defesa de proposta ou esclarecimento durante o processo de votação.

Parágrafo V – No caso de manifestação contrária a uma proposta, serão abertas no máximo duas defesas às citadas manifestações, dando direito ao proponente e/ou outros Conferencistas duas defesas da proposta, respeitados os 3 (três) minutos deliberados pelo Plenário, seguindo para o processo de votação, salvo a Plenária por sua maioria, manifeste ainda necessitar de maior esclarecimento para proceder a votação.

Parágrafo VI - A Mesa poderá propor a possibilidade de busca por consenso entre os proponentes, buscando agilizar os debates para deliberação.

CAPÍTULO VII

Das moções

Artigo XI - As moções (REPÚDIO E APOIO) devem ser entregues à Equipe de Assessoria; devendo ser subscritas por no mínimo 25% das (os) conferencistas (os) da Conferência Municipal DHCA/SP, com no mínimo uma hora de antecedência ao início da Plenária Final.

Parágrafo único - As moções serão apresentadas à Plenária Final pela mesa coordenadora dos trabalhos, necessitando para sua aprovação dos votos da maioria simples dos presentes.

CAPÍTULO VIII

Das disposições finais

Artigo XII - Os casos omissos neste Regimento Interno serão encaminhados para a Comissão Central de Organização das Conferências, que tomará as devidas alterações ad referendum da plenária do CMDCA/SP.

São Paulo, 20 de Setembro de 2018

*Plenária da XI Conferência Municipal dos Direitos Humanos de Crianças e dos
Adolescentes da Cidade de São Paulo.*



ANEXO 5: PROPOSTAS APROVADAS

Eixo: I – Garantia dos Direitos e Políticas Públicas Integradas e de Inclusão Social

<i>Proposta 1</i>
Efetivar o acesso e garantia a permanência na educação integral com prioridade para crianças de 0 a 6 anos - conforme o artigo 208 do ECA em seus incisos I, II e III- e, de forma inclusiva, às crianças e adolescentes com deficiência e/ou em sofrimento psíquico, considerando suas especificidades (de gênero, étnicas e culturais). Oferecer atividades de informática, esportivas, culturais e artísticas, além de atividades lúdicas sobre o ECA para potencializar a formação crítica e cidadã.

<i>Qual é o problema que essa proposta almeja resolver?</i>
Cidadãos negligenciados pela insuficiência de serviços oferecidos na educação.

Detalhamento da Proposta	
Público Beneficiário	Crianças e adolescentes
Área de abrangência	Rede municipal de educação
Finalidade ou Objetivo Geral	Efetivar a educação de qualidade para todos.
Objetivos específicos da proposta	- Primeira Infância - Pessoas com deficiência
Sugestão de Indicadores de Monitoramento	Pesquisas para avaliação Audiências públicas via fóruns.
Órgão Público Responsável	Secretaria Municipal de Educação
Organizações governamentais envolvidas	Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Direitos Humanos, Assistência e Desenvolvimento Social, Esporte, Cultura e Lazer
Organizações não-governamentais envolvidas	Fóruns regionais, Conselho de Educação e sociedade civil.
Tipos de Recursos Necessários	(x) Financeiros (x) Humanos () Informativos (x) Infraestrutura () Articulação () Comunicacional



	() Outros:
Prazo para Execução	Curto prazo
Órgão(s) responsável(is) pelo monitoramento	CMDCA e Fórum de Educação Infantil



Eixo: I – Garantia dos Direitos e Políticas Públicas Integradas e de Inclusão Social

Proposta 2

Não à redução da maioria penal; ampliar a rede básica de proteção social; fortalecer as medidas socioeducativas em meio aberto (atendimento nas políticas públicas); ampliar e garantir os espaços de protagonismo (Fóruns Regionais de Direitos Humanos da Criança e do Adolescente, entre outros)

Qual é o problema que essa proposta almeja resolver?

A criminalização da infância, adolescência e da juventude – pobre, negra e da periferia e das crianças/adolescentes em situação de rua e na rua; a exclusão e e não permanência dos adolescentes nos espaços de protagonismo; uso inadequado ou excessivo da medida socioeducativa de internação.

Detalhamento da Proposta

Público Beneficiário	Adolescentes, jovens e suas famílias
Área de abrangência	Município de São Paulo / nacional
Finalidade ou Objetivo Geral	Efetivar o ECA/SINASE, o Plano Nacional de Convivência e o fortalecimento do vínculo familiar e comunitário.
Objetivos específicos da proposta	Redução da mortalidade; redução da violência policial e institucional e Educação em direitos humanos para agentes de segurança.
Sugestão de Indicadores de Monitoramento	Relatos dos próprios adolescentes Bases de dados (SISA/SISRua etc).
Órgão Público Responsável	SMADS
Organizações governamentais envolvidas	Assistência Social/Saúde/Educação/Cultura e Lazer/Direitos Humanos/Sistema de Justiça/Sec. De Segurança Pública/Poder Legislativo
Organizações não-governamentais envolvidas	Fóruns Municipal Regionais de Direitos Humanos da Criança e do Adolescente, CMDCA, Movimento e Frente da Redução da Maioridade Penal
Tipos de Recursos Necessários	(x) Financeiros (x) Humanos (x) Informacionais (x) Infraestrutura (x) Articulação



	(x) Comunicacional (x) Outros: Fiscalizatório
Prazo para Execução	Curto prazo
Órgão(s) responsável(is) pelo monitoramento	CMDCA / COMAS / Conselhos Tutelares



**Eixo: I – Garantia dos Direitos e Políticas Públicas
Integradas e de Inclusão Social**

Proposta 3

Fortalecer o Conselho Tutelar, garantido os artigos 95, 131, 134 e 136 do ECA com a promoção de capacitação, cursos, seminários e palestras para o SGD, tendo o artigo ECA como instrumento norteador, bem como garantir a estrutura física e administrativa necessária ao funcionamento Conselho Tutelar. Garantir um plano de formação continuada, promovendo o alinhamento da atuação entre os Conselhos da cidade e campanhas de divulgação e valorização do Conselho Tutelar para a população em geral;

Qual é o problema que essa proposta almeja resolver?

A baixa transparência sobre o órgão Conselho Tutelar perante a sociedade em geral.

Detalhamento da Proposta

Público Beneficiário	População de São Paulo
Área de abrangência	Município de São Paulo
Finalidade ou Objetivo Geral	Integração do SGD para defesa, controle e promoção dos direitos da criança e do adolescente.
Objetivos específicos da proposta	Fortalecimento do Conselho Tutelar perante os demais integrantes no SGD. Elaboração do plano de formação continuada para os Conselheiros Tutelares.
Sugestão de Indicadores de Monitoramento	Relatorias dos próprios Conselhos Tutelares
Órgão Público Responsável	Conselho Tutelar e CMDCA
Organizações governamentais envolvidas	Agremiações: Fórum DCA (Fórum Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente)
Organizações não-governamentais envolvidas	
Tipos de Recursos	() Financeiros (X) Humanos



Necessários	(X) Informativos () Infraestrutura (X) Articulação (X) Comunicacional () Outros: _____
Prazo para Execução	Curto prazo
Órgão(s) responsável(is) pelo monitoramento	CMDCA

Eixo I – Garantia dos Direitos e Políticas Públicas Integradas e de Inclusão Social

Proposta 4

Criar mecanismos de responsabilização de gestores públicos, sempre que convocados, os Fóruns Regionais de Defesa dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente.

Qual é o problema que essa proposta almeja resolver?

- falta de articulação da Rede de Proteção da Criança e do Adolescente;
- falta de monitoramento das políticas públicas relacionadas ao tema;
- falta de elaboração de propostas estratégicas de políticas públicas para incluir no Plano Plurianual da Prefeitura de São Paulo.

Detalhamento da Proposta

Público Beneficiário	Todas as crianças e adolescentes dos distritos administrativos
Área de abrangência	Todos os distritos administrativos vinculados às Subprefeituras
Finalidade ou Objetivo Geral	Criar mecanismos de monitoramento e garantia de direitos de crianças e adolescentes. Reconhecer a criança e o adolescente como sujeito de direitos.
Objetivos específicos da proposta	Garantir a articulação da rede, o monitoramento e avaliação de políticas públicas para o orçamento administrativo.
Sugestão de Indicadores de Monitoramento	Relatórios periódicos Registros sistemáticos em ata, Seminários de monitoramento e avaliação.
Órgão Público Responsável	Subprefeituras Regionais, Supervisões de pastas (saúde, educação, assistência social, cultura, esporte etc.), conselhos tutelares e Secretaria de Direitos Humanos - CMDCA
Organizações governamentais envolvidas	Serviços diretos
Organizações não-governamentais envolvidas	Serviços indiretos, coletivos, associações e lideranças
Tipos de Recursos Necessários	(x) Financeiros (x) Humanos (x) Informacionais



	(x) Infraestrutura (x) Articulação (x) Comunicacional () Outros:
Prazo para Execução	Curto prazo
Órgão(s) responsável(is) pelo monitoramento	CMDCA



Eixo II: Prevenção e Enfrentamento da Violência Contra Crianças e Adolescentes.

<i>Proposta 1</i>
Assegurar aos profissionais do sistema de garantia de direitos, conforme o inciso III do artigo 70-A do ECA, capacitação e formação continuada para a identificação e enfrentamento à violência contra as crianças e adolescentes.

<i>Qual é o problema que essa proposta almeja resolver?</i>
Falta de capacitação para profissionais para atender crianças e adolescentes em situação de violência.

Detalhamento da Proposta	
Público Beneficiário	Profissionais do sistema de garantia de direitos
Área de abrangência	Municipal
Finalidade ou Objetivo Geral	Formação continuada e capacitação de profissionais do sistema de garantia de direitos.
Objetivos específicos da proposta	Capacitar os profissionais para que eles consigam identificar e acolher os diversos casos de violência, fazer os encaminhamentos corretos para os órgãos específicos e realizar o acompanhamento, conforme competência estabelecida pelo SGD.
Sugestão de Indicadores de Monitoramento	Criação de um curso de formação continuada.
Órgão Público Responsável	Secretarias de Educação, saúde, assistência social e conselhos tutelares.
Organizações governamentais envolvidas	Secretaria de educação, secretaria de Saúde, secretaria de SMDES e conselhos tutelares.
Organizações não-governamentais envolvidas	Universidades e consultoria específicas.



Tipos de Recursos Necessários	(x) Financeiros (x) Humanos (x) Informativos (x) Infraestrutura (x) Articulação (x) Comunicacional () Outros: _____
Prazo para Execução	6 meses
Órgão(s) responsável(is) pelo monitoramento	Secretaria da educação, saúde, SMADES, conselho tutelar e CMDCA

Eixo II: Prevenção e Enfrentamento da Violência Contra Crianças e Adolescentes.

<i>Proposta 2</i>
Normatizar fluxos intersecretariais de atendimento, acompanhamento e registros em situação de violência ou sob suspeita de violência contra crianças e adolescentes, de acordo com as especificidades de cada território, garantido sigilo nas devidas instâncias.

<i>Qual é o problema que essa proposta almeja resolver?</i>
Ausência de articulação e trabalho intersecretarial (revitimização de crianças e adolescentes em situação de violência).

Detalhamento da Proposta	
Público Beneficiário	Crianças, adolescentes, bem como familiares em situação ou suspeita de violência.
Área de abrangência	Municipal.
Finalidade ou Objetivo Geral	Efetivar fluxos intersecretariais em situação de violência contra crianças e adolescentes.
Objetivos específicos da proposta	Não revitimização da criança e do adolescente; Facilitar o acesso às informações entre os serviços das diferentes secretarias; Possibilitar o atendimento em rede à criança e ao adolescente.
Sugestão de Indicadores de Monitoramento	Criação de portaria específica (pactuação fluxo); Registros/atas de reuniões intersecretariais; Registro de acompanhamento e atendimento em rede.
Órgão Público Responsável	Secretaria municipal da educação; Secretaria municipal da Saúde; Secretaria municipal da assistência desenvolvimento social; Secretaria municipal de direitos humanos e cidadania.
Organizações governamentais envolvidas	Todas as secretarias municipais.
Organizações não-governamentais envolvida	OSs e OSCs parceiras executores dos serviços referenciados



Tipos de Recursos Necessários	(x) Financeiros (x) Humanos (x) Informacionais (x) Infraestrutura (x) Articulação (x) Comunicacional () Outros: _____
Prazo para Execução	Até seis meses
Órgão(s) responsável(is) pelo monitoramento	CMDCA; Conselhos tutelares



Eixo II: Prevenção e Enfrentamento da Violência Contra Crianças e Adolescentes.

<i>Proposta 3</i>
Ampliar a oferta de serviços de proteção básica em todos os territórios, com a presença de profissionais das diversas áreas humanas tipificados pelo CNAS bem como garantir a presença desses profissionais na rede de educação e serviços especializados no atendimento ao autor de violência.

<i>Qual é o problema que essa proposta almeja resolver?</i>
Violência sexual contra crianças e adolescentes.

Detalhamento da Proposta	
Público Beneficiário	Autores e vítimas de violência sexual.
Área de abrangência	Estadual e Municipal
Finalidade ou Objetivo Geral	Prevenir e enfrentar a violência sexual.
Objetivos específicos da proposta	Identificação; Rompimento do ciclo de violência e; Fortalecimento dos vínculos familiares.
Sugestão de Indicadores de Monitoramento	Implementação dos serviços para atendimento do autor de violência. Número de crianças e adolescentes atendidos.
Órgão Público Responsável	SAS e DRE's
Organizações governamentais envolvidas	Secretaria da educação e assistência social.
Organizações não-governamentais envolvidas	ONGs, associações civis e movimentos sociais
Tipos de Recursos Necessários	(x) Financeiros (x) Humanos (x) Informativos



	(x) Infraestrutura (x) Articulação (x) Comunicacional () Outros: _____
Prazo para Execução	06 à 12 meses
Órgão(s) responsável(is) pelo monitoramento	CMDCA, CONDECA E COMAS



Eixo II: Prevenção e Enfrentamento da Violência Contra Crianças e Adolescentes.

<i>Proposta 4</i>
Garantir que toda UBS tenha em seu quadro uma equipe de psicólogos, assistentes sociais, psiquiatras, terapeutas ocupacionais e hebiatras, fortalecendo e ampliando a Estratégia de Saúde da Família e NASF para o atendimento preventivo e de acompanhamento às crianças, adolescentes, famílias e comunidade, bem como garantir a ampliação do CAPS infanto-juvenil por região.

<i>Qual é o problema que essa proposta almeja resolver?</i>
Ampliar a prevenção e proteção a crianças adolescentes e suas famílias vítimas de todo e qualquer tipo de violência.

Detalhamento da Proposta	
Público Beneficiário	Crianças, adolescentes e famílias.
Área de abrangência	Municipal.
Finalidade ou Objetivo Geral	Prevenção e enfrentamento às violências.
Objetivos específicos da proposta	Garantir atendimento especializado às crianças e adolescentes vítimas de violência.
Sugestão de Indicadores de Monitoramento	Número de profissionais especializados por unidade básica de saúde.
Órgão Público Responsável	Secretaria municipal da Saúde.
Organizações governamentais envolvidas	Secretaria municipal da Saúde.
Organizações não-governamentais envolvidas	Conselhos gestores de saúde, fórum de saúde, fórum DCA
Tipos de Recursos Necessários	(x) Financeiros (x) Humanos (x) Informativos (x) Infraestrutura (x) Articulação



	(x) Comunicacional () Outros: _____
Prazo para Execução	Até 12 meses
Órgão(s) responsável(is) pelo monitoramento	Fóruns, conselhos gestores, conselho municipal de saúde e ministério público.



Eixo II: Prevenção e Enfrentamento da Violência Contra Crianças e Adolescentes.

<i>Proposta 5</i>
Criar e implantar na cidade de São Paulo um programa de pernoite para crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade para que estes não sejam institucionalizados indevidamente.
<i>Qual é o problema que essa proposta almeja resolver?</i>
Evitar a institucionalização indevida.

Detalhamento da Proposta	
Público Beneficiário	Crianças e adolescentes.
Área de abrangência	Município.
Finalidade ou Objetivo Geral	Garantir o convívio familiar e comunitário.
Objetivos específicos da proposta	Programa que auxilia conselho tutelar no plantão noturno.
Sugestão de Indicadores de Monitoramento	SMADS SAS
Órgão Público Responsável	SMADS
Organizações governamentais envolvidas	SMADS SAS CRAS CREAS SEAS
Organizações não-governamentais envolvidas	Redes parceiras
Tipos de Recursos Necessários	(x) Financeiros (x) Humanos (x) Informativos (x) Infraestrutura (x) Articulação



	<input type="checkbox"/> Comunicacional <input type="checkbox"/> Outros: _____
Prazo para Execução	Curto Prazo
Órgão(s) responsável(is) pelo monitoramento	Conselho Tutelar Fórum MP CREAS



Eixo III: Orçamento e Financiamento da Políticas para Crianças e Adolescentes.

<i>Proposta 1</i>
Criação do "Orçamento da Criança e do Adolescente" garantindo que cada pasta especifique o valor investido em criança e adolescente.

<i>Qual é o problema que essa proposta almeja resolver?</i>
Falta de priorização da criança e do adolescente no orçamento municipal, especialmente aqueles(as) que vivem em áreas e territórios vulneráveis.

Detalhamento da Proposta	
Público Beneficiário	Crianças e Adolescentes.
Área de abrangência	Municipal, mas com prioridade para as áreas e territórios com indicadores de vulnerabilidade.
Finalidade ou Objetivo Geral	Garantia e efetivação dos direitos das crianças e adolescentes nas políticas públicas
Objetivos específicos da proposta	<ul style="list-style-type: none">- Priorizar as crianças e adolescentes no orçamento municipal- Diminuir as desigualdades no município levando em consideração as características e especificidades dos territórios- criação de legislação que regulamente a proposta
Sugestão de Indicadores de Monitoramento	<ul style="list-style-type: none">- Utilizar os indicadores já existentes nas pastas municipais e na interação intersecretarial- Indicadores definidos pelos Conselhos Tutelares e dos Direitos
Órgão Público Responsável	Todas as pastas.
Organizações governamentais envolvidas	Todas as secretarias citadas, a Câmara Municipal de São Paulo, Tribunal de Contas do Município, Ministério Público, Defensoria Pública e a Vara da Infância e Juventude.
Organizações não-governamentais envolvidas	Organizações sociais, fóruns sociais, institutos, fundações e órgãos de pesquisa.
Tipos de Recursos Necessários	<ul style="list-style-type: none">(X) Financeiros(X) Humanos(X) Informacionais(X) Infraestrutura(X) Articulação(X) Comunicacional() Outros:



Prazo para Execução	Incluir na proposta orçamentária de 2019 para execução no orçamento de 2020.
Órgão(s) responsável(is) pelo monitoramento	Conselhos Tutelares, Conselhos de Direitos, Conselhos Participativos, Ministério Público e TCM

Eixo III: Orçamento e Financiamento da Políticas para Crianças e Adolescentes.

<i>Proposta 2</i>
Garantir que os recursos do FUMCAD sejam distribuídos por meio de editais por subprefeitura (ou prefeituras regionais), para que as áreas mais vulneráveis da cidade de São Paulo sejam contempladas com recursos do Fundo, de acordo com as demandas identificadas pelo território.

<i>Qual é o problema que essa proposta almeja resolver?</i>
Destinação inadequada dos recursos do fundo, não priorizando as crianças e adolescentes vulneráveis.

Detalhamento da Proposta	
Público Beneficiário	Crianças e Adolescentes.
Área de abrangência	Territórios vulneráveis.
Finalidade ou Objetivo Geral	Descentralização dos recursos do FUMCAD.
Objetivos específicos da proposta	<ul style="list-style-type: none"> - Editais específicos por subprefeitura - Elaboração do diagnóstico da situação da criança e adolescente por subprefeitura - Implementação do SIPIA (Sistema de Informação Para Infância e Adolescência) - Realizar campanhas de divulgação das decisões através das mídias locais
Sugestão de Indicadores de Monitoramento	<ul style="list-style-type: none"> - Editais por subprefeitura com projetos inscritos - Evolução do IDH por subprefeitura - Indicadores do GEOSAMPA e - Mapa da desigualdade (Rede Nossa São Paulo)
Órgão Público Responsável	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.
Organizações governamentais envolvidas	Secretarias Municipais
Organizações não-governamentais envolvidas	Rede Nossa São Paulo, ONGs, OSs, Fundações e UNICEF.
Tipos de Recursos Necessários	<ul style="list-style-type: none"> (X) Financeiros (X) Humanos (X) Informativos



	(X) Infraestrutura (X) Articulação (X) Comunicacional () Outros: _____
Prazo para Execução	Lançamento do edital: 2019 Destinação: até 2021
Órgão(s) responsável(is) pelo monitoramento	Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente, Ministério Público, Defensoria Pública, Poder Legislativo, TCM, Conselho Tutelar, Conselho Participativo.



Eixo III: Orçamento e Financiamento da Políticas para Crianças e Adolescentes.

Proposta 3

Garantir que a execução orçamentária não sofra contingenciamento nos programas e projetos que envolvem as crianças e adolescentes, independente da pasta envolvida.

Qual é o problema que essa proposta almeja resolver?

Execução Orçamentária deficitária, pois há casos em que o orçamento destinado para projetos que priorizam crianças e adolescentes não são executados, impedindo a realização/continuidade dos projetos

Detalhamento da Proposta	
Público Beneficiário	Crianças e Adolescentes.
Área de abrangência	Municipal.
Finalidade ou Objetivo Geral	Execução do Orçamento Público em sua integralidade.
Objetivos específicos da proposta	Garantir que haja priorização das crianças e adolescentes também na execução orçamentária
Sugestão de Indicadores de Monitoramento	- Percentual de execução orçamentária total - Percentual de execução orçamentária por pasta - Percentual de execução orçamentária das ações que envolvem crianças e adolescentes
Órgão Público Responsável	Todas as secretarias
Organizações governamentais envolvidas	CGM, TCM, CMDCA.
Organizações não-governamentais envolvidas	Fundações e instituições com conhecimento na área
Tipos de Recursos Necessários	(X) Financeiros (X) Humanos (X) Informacionais () Infraestrutura (X) Articulação (X) Comunicacional () Outros:



Prazo para Execução	2019
Órgão(s) responsável(is) pelo monitoramento	CMDCA, Fórum Municipal, CGM e Câmara Municipal.

Eixo III: Orçamento e Financiamento da Políticas para Crianças e Adolescentes.

<i>Proposta 4</i>
Fortalecer os Conselhos Municipais, por meio de capacitações via técnicos da Controladoria Geral do Município e TCM, para garantir e aumentar a fiscalização da correta destinação do dinheiro público para as políticas existentes de crianças e adolescentes, assim como a regulamentação do Conselho de Orientação Técnica (COT) do CMDCA

<i>Qual é o problema que essa proposta almeja resolver?</i>
Mau uso e pouco fiscalização do dinheiro público.

Detalhamento da Proposta	
Público Beneficiário	Crianças e Adolescentes de São Paulo.
Área de abrangência	Municipal.
Finalidade ou Objetivo Geral	Garantir um eficaz uso do dinheiro público para as políticas públicas relacionadas com as crianças e adolescentes.
Objetivos específicos da proposta	- Realizar capacitações nos Conselhos Municipais - Regular o COT, garantindo a autonomia e seu caráter deliberativo
Sugestão de Indicadores de Monitoramento	- Reuniões do COT com participação de todos os membros - Reuniões do COT com pauta divulgada com antecipação - Atas das reuniões do COT divulgadas no site do CMDCA
Órgão Público Responsável	Secretaria Municipal de Direitos Humanos.
Organizações governamentais envolvidas	Controladoria Geral do Município, Tribunal de Contas, Defensoria Pública, Ministério Público, CMDCA, e Secretarias Municipais
Organizações não-governamentais envolvidas	Rede Nossa SP.
Tipos de Recursos Necessários	(X) Financeiros (X) Humanos (X) Informacionais () Infraestrutura (X) Articulação () Comunicacional



	() Outros: Entre secretarias.
Prazo para Execução	Um ano
Órgão(s) responsável(is) pelo monitoramento	CMDCA, SMDHC, CGM e TCM.

Eixo III: Orçamento e Financiamento da Políticas para Crianças e Adolescentes.

<i>Proposta 5</i>
Criação de formação continuada por meio da SMDHC, SMADS e SME por meio de cursos de capacitação e atividades lúdicas sobre finanças e orçamento público para três públicos específicos, a saber: (1) Crianças e Adolescentes; (2) Jovens e (3) Trabalhadores das pastas que envolvem crianças e adolescentes.

<i>Qual é o problema que essa proposta almeja resolver?</i>
Pouco conhecimento sobre o Orçamento Público e rubricas orçamentárias.

Detalhamento da Proposta	
Público Beneficiário	Crianças e Adolescentes atendidos por meio dos serviços e programas da SMDHC, SMADS e SME; Servidores públicos das pastas sociais
Área de abrangência	Municipal.
Finalidade ou Objetivo Geral	Levar o conhecimento sobre Finanças e Orçamento Público para os cidadãos do município de São Paulo.
Objetivos específicos da proposta	<ul style="list-style-type: none"> - Capacitar os trabalhadores das pastas que envolvem crianças e adolescentes para entender melhor Finanças e Orçamento Público - Inserir o tema do orçamento e finanças públicas nas atividades das crianças e adolescentes - Criar multiplicadores na área de orçamento e finanças públicas para garantir a territorialização do conhecimento
Sugestão de Indicadores de Monitoramento	<ul style="list-style-type: none"> - Número de cursos realizados para cada público específico - Número de participantes nos cursos - Número de concluintes dos cursos
Órgão Público Responsável	Escola do Parlamento da Câmara dos Vereadores
Organizações governamentais envolvidas	Secretaria Municipal de Fazenda, SMDHC, SMADS e SME.
Organizações não-governamentais envolvidas	OSCs e Fóruns da Criança e Adolescente
Tipos de Recursos Necessários	<ul style="list-style-type: none"> (X) Financeiros (X) Humanos (X) Informacionais (X) Infraestrutura



	(X) Articulação (X) Comunicacional (X) Outros: Boa Vontade Política.
Prazo para Execução	Incluir na peça orçamentária de 2019.
Órgão(s) responsável(is) pelo monitoramento	Conselhos Municipais e Fórum Municipal



**Eixo: IV – Participação, Comunicação Social e
Protagonismo das Crianças e dos Adolescentes**

Proposta 1

Efetivar a participação das crianças e adolescentes nos fóruns regionais DCA.

Qual é o problema que essa proposta almeja resolver?

Falta de participação das crianças e adolescentes no âmbito social, visto que somente em três fóruns regionais crianças e adolescentes podem participar das discussões.

Detalhamento da Proposta	
Público Beneficiário	Crianças e adolescentes.
Área de abrangência	Territórios das subprefeituras da cidade de São Paulo.
Finalidade ou Objetivo Geral	Estimular que a participação de crianças e adolescentes seja efetiva nos processos decisórios cotidianos, e não somente em eventos pontuais, como por exemplo a Conferência Lúdica.
Objetivos específicos da proposta	<ul style="list-style-type: none">- Transmitir on-line as reuniões ordinárias e extraordinárias do CMDCA e dos Fóruns DCA Regionais e Municipal- Estruturar metodologias lúdicas voltadas para crianças e adolescentes- Fomentar o exercício da participação cidadã de crianças e adolescentes, nos fóruns regionais da cidade de São Paulo- Garantir estruturas de acesso à participação de crianças e adolescentes
Sugestão de Indicadores de Monitoramento	Número de fóruns regionais realizados; Número de crianças e adolescentes presentes nos fóruns regionais; Percentual de participação de crianças e adolescentes por território.
Órgão Público Responsável	CMDCA e SMDHC.
Organizações governamentais envolvidas	Subprefeituras e Secretarias com assento no CMDCA
Organizações não-governamentais envolvidas	Fóruns Regionais e Municipal
Tipos de Recursos Necessários	<ul style="list-style-type: none">(x) Financeiros(x) Humanos(x) Informativos(x) Infraestrutura(x) Articulação



	(x) Comunicacional (x) Outros: Parcerias
Prazo para Execução	Até 2020
Órgão(s) responsável(is) pelo monitoramento	CMDCA, Conselho Tutelar, SMDHC, Fórum Municipal

Eixo: IV – Participação, comunicação social e protagonismo das Crianças e dos Adolescentes.

Proposta 2

Criar e manter atualizados os espaços virtuais/on-line voltados aos interesses das crianças e dos adolescentes, com informações sobre os direitos das crianças e adolescentes, serviços sociais, eventos culturais e esportivos, informes sobre saúde e outros temas de relevância sobre participação social e cidadã

Qual é o problema que essa proposta almeja resolver?

A falta e/ou falhas na comunicação com a população infanto-juvenil na cidade de São Paulo sobre direitos, serviços, eventos e temas de interesses.

Detalhamento da Proposta	
Público Beneficiário	Todas as crianças e adolescentes.
Área de abrangência	Redes sociais e plataformas virtuais
Finalidade ou Objetivo Geral	Melhorar a comunicação com as crianças e adolescentes, por meio das redes sociais e com linguagem acessível.
Objetivos específicos da proposta	Informar e divulgar os direitos das crianças e dos adolescentes, os serviços, eventos de interesse e temas da atualidade.
Sugestão de Indicadores de Monitoramento	Número de postagens por semana; Número de seguidores; Número de interações (curtidas e comentários).
Órgão Público Responsável	Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia e Secretaria de Comunicação.
Organizações governamentais envolvidas	Todas as secretarias e Conselho Tutelar
Organizações não-governamentais envolvidas	ONGs que tenham experiência com o uso de mídias sociais E mídias alternativas
Tipos de Recursos Necessários	(x) Financeiros (x) Humanos (x) Informativos



	(x) Infraestrutura (x) Articulação (x) Comunicacional () Outros: _____
Prazo para Execução	Até julho de 2020.
Órgão(s) responsável(is) pelo monitoramento	SMDHC e CMDCA.



**Eixo: IV – Participação, Comunicação Social e Protagonismo
das Crianças e dos Adolescentes**

Proposta 3
Efetivar os espaços de participação e protagonismo de crianças e adolescentes em todos os serviços que atendam esse público.

Qual é o problema que essa proposta almeja resolver?
Dificuldade das crianças e adolescentes em participar na tomada de decisões em seus espaços de convivência, tendo em vista a ausência de um espaço próprio de articulação

Detalhamento da Proposta	
Público Beneficiário	Todas as crianças e adolescentes.
Área de abrangência	Todos os serviços e espaços de convivência que envolvem crianças e adolescentes.
Finalidade ou Objetivo Geral	Garantir espaços de participação e protagonismo em todos os serviços, de modo a representar os interesses comuns das crianças e adolescentes.
Objetivos específicos da proposta	- Efetivação da Lei 7.398/1985 - Garantir que crianças e adolescentes discutam, criem, fortaleçam inúmeras possibilidades de ação nas escolas, serviços e comunidades.
Sugestão de Indicadores de Monitoramento	Número de grêmios criados e ativos; Número de crianças e adolescentes participantes dos grêmios; Avaliação anual feita pelas crianças e adolescentes em relação às atividades realizadas.
Órgão Público Responsável	SMDHC
Organizações governamentais envolvidas	Todas as secretarias envolvidas com crianças e adolescentes
Organizações não-governamentais envolvidas	OSCs e coletivos que atuam nos territórios
Tipos de Recursos Necessários	(X) Financeiros - FUMCAD (X) Humanos (X) Informacionais (X) Infraestrutura (X) Articulação (X) Comunicacional () Outros
Prazo para Execução	2 anos



Órgão(s) responsável(is) pelo monitoramento	CMDCA e Fóruns DCA Regionais e Municipal



Eixo IV - Participação, Comunicação Social e Protagonismo das Crianças e dos Adolescentes

<i>Proposta 4</i>	
Garantir Conferências permanentes de direitos humanos de crianças e adolescentes nos territórios, no intervalo entre as conferências que acontecem a cada 3 anos, conforme o artigo 16 do ECA, incluindo nos calendários de todas as secretarias a realização dessas conferências permanentes.	
<i>Qual é o problema que essa proposta almeja resolver?</i>	
Participação meramente pontual de crianças e adolescentes e a falta de comprometimento e articulação das secretarias com estes processos.	
Detalhamento da Proposta	
Público Beneficiário	Crianças e adolescentes.
Área de abrangência	Todos os territórios das subprefeituras.
Finalidade ou Objetivo Geral	Garantir o protagonismo permanente e a constante participação infanto-juvenil.
Objetivos específicos da proposta	- Viabilizar e efetivar o artigo 16 do ECA; - Incluir as conferências permanentes nos calendários das secretarias. - Criar Comissão Permanente de Acompanhamento das Conferências no CMDCA
Sugestão de Indicadores de Monitoramento	<ul style="list-style-type: none">• Número de conferências com a participação de crianças e adolescentes realizadas anualmente;
Órgão Público Responsável	CMDCA e Conselhos Tutelares (em parceria com Foruns Regionais e Municipal)
Organizações governamentais envolvidas	Todas as secretarias envolvidas com crianças e adolescentes
Organizações não-governamentais envolvidas	OSCs, Movimentos Sociais e Populares
Tipos de Recursos Necessários	(X) Financeiros - FUMCAD (X) Humanos



	<input checked="" type="checkbox"/> Informacionais <input checked="" type="checkbox"/> Infraestrutura <input checked="" type="checkbox"/> Articulação <input checked="" type="checkbox"/> Comunicacional <input type="checkbox"/> Outros
Prazo para Execução	2019: Audiências públicas 2020: Conferir 2021: Realização das conferências regionais e municipal
Órgão(s) responsável(is) pelo monitoramento	Fóruns Regionais e Municipal e Ministério Público



**Eixo: IV - Participação, Comunicação Social e
Protagonismo das Criança e dos Adolescentes**

Proposta 5

Efetivar os Conselhos Escolares, garantindo e fortalecendo a participação das crianças e dos adolescentes nesses espaços

Qual é o problema que essa proposta almeja resolver?

Falta de informação sobre os direitos e baixa participação das crianças e dos adolescentes nos espaços de discussão e proposição de políticas públicas.

Detalhamento da Proposta

Público Beneficiário	Crianças e adolescentes.
Área de abrangência	Conselhos Escolares da rede pública e privada.
Finalidade ou Objetivo Geral	Participação efetiva das crianças e adolescentes nos Conselhos Escolares.
Objetivos específicos da proposta	Efetivar o protagonismo da criança e do adolescente, através de formação voltada para esse público, de modo que as crianças e adolescentes se sintam parte da tomada de decisão. - Divulgar os espaços de participação política de crianças e adolescentes
Sugestão de Indicadores de Monitoramento	Número de reuniões realizadas por Conselhos Escolares com a presença de crianças e adolescentes. Número de atas de reuniões registradas nas unidades escolares.
Órgão Público Responsável	SME , por meio das Diretorias Regionais
Organizações governamentais envolvidas	Conselhos escolares, conselho tutelar, CMDCA e SEE.
Organizações não-governamentais envolvidas	CRECE (Conselho de Representantes de Conselhos Escola)
Tipos de Recursos Necessários	(X) Financeiros - Fumcad (X) Humanos (X) Informativos



	(X) Infraestrutura (X) Articulação (X) Comunicacional () Outros: _____
Prazo para Execução	2019: 25% das escolas 2020: 50% das escolas 2021: 75% das escolas 2022: 100% das escolas
Órgão(s) responsável(is) pelo monitoramento	CMDCA, Conselho Tutelar, Fórum Municipal e Ministério Público

Eixo V: Espaços de gestão e controle social de políticas públicas de promoção de direitos humanos para crianças e adolescentes

Proposta 1

Implementação do Sistema de Informação Para a Infância e Adolescência (SIPIA), propiciando a promoção, a defesa dos direitos da criança e do adolescente e facilitando o controle social.

Qual é o problema que essa proposta almeja resolver?

Embora a gestão pública gere uma grande quantidade de dados, eles não são trabalhados e articulados. Para que se realize o controle social, é necessário que haja informações claras e transparentes sobre as políticas públicas realizadas (ou não) para as crianças e os adolescentes.

Detalhamento da Proposta	
Público Beneficiário	Crianças e adolescentes que serão impactadas pelas políticas públicas desenvolvidas a partir do tratamento dos dados gerados.
Área de abrangência	Municipal (São Paulo)
Finalidade ou Objetivo Geral	Criar um sistema de dados unificado da criança e do adolescente do município de São Paulo, contemplando informações de todas as Secretarias que desenvolvem algum tipo de ação com esse público.
Objetivos específicos da proposta	<p>Criar condições para que o controle social seja realizado de forma mais efetiva na cidade de São Paulo.</p> <p>Alimentação dos dados do Observatório da Criança e Adolescente</p>
Sugestão de Indicadores de Monitoramento	<p>Criação do sistema único de informações.</p> <p>Número de acessos ao sistema (por mês).</p> <p>Citações do sistema em ações de controle social.</p>
Órgão Público Responsável	SMDHC, SMIT e CMDCA
Organizações governamentais envolvidas	Sistema de Garantia dos Direitos
Organizações não-governamentais envolvidas	Atores da Sociedade Civil que fazem parte do SGD
Tipos de Recursos Necessários	<p>(x) Financeiros</p> <p>(x) Humanos</p> <p>(x) Informacionais</p> <p>(X) Infraestrutura</p> <p>(x) Articulação</p> <p>(x) Comunicacional</p>



	() Outros: _____
Prazo para Execução	2 anos
Órgão(s) responsável(is) pelo monitoramento	Fórum Municipal, Ministério Público e Conselhos Tutelares

Eixo V: Espaços de gestão e controle social de políticas públicas de promoção de direitos humanos para crianças e adolescentes

<i>Proposta 2</i>	
Efetivação do artigo 86 do ECA, regulamentando o reordenamento da rede de serviços intersetoriais, propiciando uma articulação ampla para todos os equipamentos e políticas usadas pelas crianças e adolescentes.	
<i>Qual é o problema que essa proposta almeja resolver?</i>	
Não há integração entre os diversos serviços e órgãos governamentais que desenvolvem políticas públicas para a criança e o adolescente, e isso inviabiliza a comunicação para os usuários sobre os seus direitos e suas formas de realização. Com essa rede e suas informações, poderão ser desenvolvidas formas de comunicação comandadas pelos próprios adolescentes, de forma mais horizontal e descentralizada.	
Detalhamento da Proposta	
Público Beneficiário	Crianças e adolescentes usuários dos serviços.
Área de abrangência	Municipal (São Paulo)
Finalidade ou Objetivo Geral	Institucionalizar a articulação da rede de serviços para crianças e adolescentes, desenvolvendo um sistema de comunicação entre eles, por meio de legislação municipal
Objetivos específicos da proposta	<p>Criar um sistema de comunicação sobre essa rede dos serviços usados pelas crianças e pelos adolescentes.</p> <p>Implementação de um Observatório das Políticas para a Crianças e Adolescente em São Paulo.</p> <p>Garantir reuniões territoriais com os integrantes da rede de proteção</p> <p>A partir disso, garantir que a população tenha maior acesso às informações sobre os serviços usados por crianças e adolescentes e, assim, possibilitar o fortalecimento do controle social.</p>
Sugestão de Indicadores de Monitoramento	<p>Criação da lei municipal que institucionaliza a rede de serviços usados por crianças e adolescentes.</p> <p>Quantidade de reuniões territoriais por mês</p> <p>Alcance do sistema de comunicação da rede (quantidade mensal de acessos às páginas <i>online</i> onde serão divulgadas as informações sobre essa rede).</p> <p>Quantidade de formas de comunicação, especialmente em redes sociais e por meio de atividades culturais que usem essa informação, criadas pelos jovens.</p>



Órgão Público Responsável	Câmara Municipal de São Paulo, através de suas comissões temáticas
Organizações governamentais envolvidas	Todas as Secretarias Municipais que oferecem serviços para criança e adolescente (e CMDCA).
Organizações não-governamentais envolvidas	Os Fóruns Regionais dos Direitos da Criança e do Adolescente e Municipal. Observatório das Políticas para Crianças e Adolescentes em São Paulo. Todas as organizações não governamentais que trabalhem com a temática podem contribuir para alimentar essa rede de informações e serviços.
Tipos de Recursos Necessários	(x) Financeiros (x) Humanos (x) Informativos () Infraestrutura (x) Articulação (x) Comunicacional () Outros: _____
Prazo para Execução	2 anos
Órgão(s) responsável(is) pelo monitoramento	CMDCA e Secretaria de Governo



Eixo V: Espaços de gestão e controle social de políticas públicas de promoção de direitos humanos para crianças e adolescentes

Proposta 3

Criação e/ou fortalecimento dos Fóruns Regionais dos Direitos da Criança e do Adolescente, como mecanismo de articulação da sociedade civil e controle social

Qual é o problema que essa proposta almeja resolver?

Muitas regiões ainda não possuem Fóruns Regionais. Em outras, onde eles existem, ainda são espaços com pouco poder para propor ações efetivas para a garantia dos direitos da criança e do adolescente. Também verifica-se que as crianças e adolescentes não acessam grande parte dos serviços de cultura, esporte, lazer, educação que são destinados a eles. E, acima de tudo, é preciso fortalecer a sociedade civil como a principal forma ativadora do controle social.

Detalhamento da Proposta

Público Beneficiário	Crianças e adolescentes que serão impactadas pelas políticas públicas que visam garantir seu acesso em serviços diversos.
Área de abrangência	Municipal (São Paulo)
Finalidade ou Objetivo Geral	Realização do controle social nos Fóruns Regionais, visando à garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes no que tange o acesso a serviços públicos.
Objetivos específicos da proposta	Criar Fóruns Regionais em regiões onde eles não existem. Fortalecer o papel dos Fóruns Regionais no âmbito do controle social. Garantir que os Fóruns Regionais façam o controle social para garantir o acesso das crianças e dos adolescentes aos serviços a que eles têm direito.
Sugestão de Indicadores de Monitoramento	Criação de Fóruns Regionais em todas as regiões de SP. Cursos de capacitação dos membros dos Fóruns Regionais, especialmente no campo do controle social.
Órgão Público Responsável	Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselhos Tutelares
Organizações governamentais envolvidas	
Organizações não-governamentais envolvidas	Movimentos Sociais que estejam envolvidos com a temática levantada pelos Fóruns, de modo a somar no momento de cobrar o poder público. Instituições que trabalham com os direitos da criança e do adolescente.



Tipos de Recursos Necessários	(x) Financeiros (x) Humanos (x) Informativos (x) Infraestrutura (x) Articulação (x) Comunicacional () Outros: _____
Prazo para Execução	2019: 50% 2020: 75% 2021: 100%
Órgão(s) responsável(is) pelo monitoramento	Fórum Estadual DCA

Eixo V: Espaços de gestão e controle social de políticas públicas de promoção de direitos humanos para crianças e adolescentes

<i>Proposta 4</i>
Fortalecer a parceria e a articulação entre os Fóruns Regionais dos Direitos da Criança e do Adolescente e os Conselhos Tutelares,

<i>Qual é o problema que essa proposta almeja resolver?</i>
Falta de articulação e diálogo entre Fóruns Regionais e Conselhos Tutelares.

Detalhamento da Proposta	
Público Beneficiário	Crianças e adolescentes.
Área de abrangência	Municipal (São Paulo)
Finalidade ou Objetivo Geral	Empoderamento da sociedade civil
Objetivos específicos da proposta	Realizar o monitoramento e a fiscalização da gestão dos Conselhos Tutelares através dos Fóruns Regionais. Realização de prestação de contas anuais por parte dos Conselhos Tutelares em audiências públicas Estabelecer ferramentas para apoio e controle social dos Conselhos Tutelares.
Sugestão de Indicadores de Monitoramento	Avaliação dos usuários sobre o Conselho Tutelar.
Órgão Público Responsável	CMDCA.
Organizações governamentais envolvidas	
Organizações não-governamentais envolvidas	Fóruns Regionais dos Direitos da Criança e Adolescente e Conselhos Tutelares
Tipos de Recursos Necessários	(x) Financeiros (x) Humanos () Informativos () Infraestrutura (x) Articulação (x) Comunicacional



	() Outros: _____
Prazo para Execução	2020
Órgão(s) responsável(is) pelo monitoramento	Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Eixo V: Espaços de gestão e controle social de políticas públicas de promoção de direitos humanos para crianças e adolescentes

Proposta 5

Formalizar instrumentos de escuta e fala das crianças e dos adolescentes, garantindo o protagonismo juvenil e da infância.

Qual é o problema que essa proposta almeja resolver?

Percepção das crianças e dos adolescentes (na Conferência Lúdica) de que não há espaços apropriados onde eles possam falar e ser ouvidos. Com as enormes mudanças do mundo contemporâneo, os adultos não são preparados para falar a linguagem da criança e do adolescente e é preciso que os próprios atores interessados tenham espaço para expressar suas visões de mundo.

Detalhamento da Proposta	
Público Beneficiário	Crianças e adolescentes do município de São Paulo.
Área de abrangência	Municipal (São Paulo)
Finalidade ou Objetivo Geral	Aumentar o protagonismo das crianças e dos jovens, para que eles possam exercer mais efetivamente o controle social de forma direta.
Objetivos específicos da proposta	<p>Criação de uma ouvidoria da criança e do adolescente</p> <p>Criação de uma rede de cultura do direito da criança e do adolescente, para construir valores em prol desse direito, impulsionando o controle social</p> <p>Compartilhamento de boas práticas de escuta e protagonismo da criança e do adolescente, por meio de um Prêmio municipal.</p> <p>Fortalecimento do protagonismo juvenil no controle social dos diversos equipamentos públicos que utilizam.</p>
Sugestão de Indicadores de Monitoramento	<p>Criação da ouvidoria da criança e do adolescente.</p> <p>Frequência de utilização da ouvidoria por parte das crianças e dos adolescentes.</p> <p>Criação de uma rede de cultura do direito da criança e do adolescente.</p> <p>Criação do Prêmio Municipal de Boas Práticas de escuta e fala do protagonismo infantil e juvenil.</p> <p>Avaliação da satisfação das crianças e dos adolescentes quanto aos espaços de escuta direcionados a eles nos diversos equipamentos a que eles têm acesso.</p>



Órgão Público Responsável	SMDHC e CMDCA
Organizações governamentais envolvidas	Todas as secretarias
Organizações não-governamentais envolvidas	Organizações que trabalhem com boas práticas de escuta de crianças e adolescentes e organizações montadas pelos próprios jovens.
Tipos de Recursos Necessários	(x) Financeiros (x) Humanos (x) Informacionais () Infraestrutura (x) Articulação (x) Comunicacional () Outros: _____
Prazo para Execução	Até 2020
Órgão(s) responsável(is) pelo monitoramento	Conselhos Tutelares e Fórum Municipal DCA

Anexo 6: Lista dos Delegados eleitos para Conferência Estadual por segmento

SEGMENTO: CMDCA			
NOME	SITUAÇÃO	SUBPREFEITURA	CONTATO
SOLANGE AGDA DA CRUZ DE P. PINTO	TITULAR	IPIRANGA	solcmdca@gmail.com
SOLANGE CRISTINA C. SAMPAIO	TITULAR	ITAIM PAULISTA	emfilho@prefeitura.sp.gov.br
ESEQUIAS MARCELINO DA SILVA FILHO	TITULAR	SÉ	ctmboieduardo@yahoo.com.br
EDUARDO PEDRO DE CARVALHO	TITULAR	M'BOI MIRIM	lourivalnonato@hotmail.com
LOURIVAL NONATO DOS SANTOS	TITULAR	PENHA	juniormcmdca@yahoo.com
FERNANDO ANTONIO DOS SANTOS JÚNIOR	TITULAR	CIDADE TIRADENTES	
SEGMENTO: CONSELHO TUTELAR			
NOME	SITUAÇÃO	SUBPREFEITURA	CONTATO
MARIA ZILDA DA SILVA ALVES	TITULAR	SANTO AMARO	93553.8983//3746.5857
FERNANDA ABREU DA SILVA	TITULAR	SÉ	9863.0041fernandaabreu15@gmail.com
ALEXANDRE TEIXEIRA DA SILVA	TITULAR	FREGUESIA DO Ó/BRASILÂNDIA	97690.2520alexteixeira@prefeitura.sp.gov.br
JOSÉ EUZÉBIO DE ARRUDA JÚNIOR	TITULAR	CIDADE ADEMAR	98466.7094jpedreira@prefeitura.sp.gov.br
ENIDES DE SOUSA LIMA	TITULAR	SÉ	98454.0732enideslima@hotmail.com
FERNANDO RODRIGO PRATA	TITULAR	VILA MARIANA	fernandoprata_usp@gmail.com
ORLANDO SOUZA DO NASCIMENTO	TITULAR	LAPA	lando.22@bol.com.br;
LÉDIMA APARECIDA B. BISPO	TITULAR	ERMELINO MATARAZZO	conselholapa@gmail.com
EDMAR DIAS PEREIRA	TITULAR	PERUS	ledimaermelino.educadoraSP@gmail.com
CRISTINA MARQUES CRUZ	TITULAR	SÃO MATEUS	96112.0471edmar.1ct@gmail.com
MONICA DA SILVA SANTANA	TITULAR	IPIRANGA	silva.cristina.marques@gmail.com
ROSANGELA DA R. SOUSA	TITULAR	CAMPO LIMPO	m.santtana@hotmail.com
SILVANETE APARECIDA DE OLIVEIRA	TITULAR	BUTANTÃ	98829.6348rosyndi@gmail.com
ISABEL VERAS DE MENDONÇA	TITULAR	CIDADE TIRADENTES	silvaneteaparecidadeoliveira@yahoo.com.br
JAMESON FERREIRA DE OLIVEIRA	TITULAR	CIDADE TIRADENTES	97458.2012izabelverasf@gmail.com
MEURILLYN LOURENÇO DE OLIVEIRA	PRIMEIRO SUPLENTE	CIDADE TIRADENTES	96997.6599jamesonfol@yahoo.com.br
KÁTIA REGINA DOS SANTOS	SEGUNDA SUPLENTE	CIDADE TIRADENTES	/ctsaoluz@prefeitura.sp.gov.br
LINDINALVA LEITE FRANCO DA SILVA	TERCEIRA SUPLENTE	SANTO AMARO	mellourenco01@gmail.com
EDSON JOSÉ MINEIRO	QUARTO SUPLENTE	CIDADE TIRADENTES	katia.vile@gmail.com
JOSÉ ANTONIO DE LIMA NETO	QUINTO SUPLENTE	PENHA	99949.2751lindibritto@hotmail.com
LUALINDA SILVA DE TOLEDO	SEXTA SUPLENTE	SÉ	edsmineiro@yahoo.com.br
			95454.0219jerodlimaneto@hotmail.com
			lualindatoledo@hotmail.com

ELISANGELA CONRADO VIEIRA LIMA DIAS
CÁCIO P. NUNES

SÉTIMA SUPLENTE
OITAVO SUPLENTE

FREGUESIA DO Ó/BRASILÂNDIA
SÃO MATEUS

yohanaelisangelawaldir@gmail.com
cacionunes@bol.com.br

SEGMENTO: FÓRUNS DCA

NOME	SITUAÇÃO	SUBPREFEITURA	CONTATO
FLAVIO ANDRADE DOS SANTOS	TITULAR	SÉ	flavio2018@oscsamaritanopp.org
PATRÍCIA RAMOS	TITULAR	IPIRANGA	ccaizaura.unas@gmail.com
BRUNA LOPES NICOLACI	TITULAR	M'BOI MIRIM	bruna.nicolaci@hotmail.com
HILDA CAROLINA DOS SANTOS	TITULAR	FREGUESIA DO Ó/BRASILÂNDIA	carolina.hilda@terra.com.br
RAFAEL MARTINS	TITULAR	SÃO MATEUS	conscienciasocial@hotmail.com
RUDNÉIA ALVES ARANTES	TITULAR	SANTO AMARO	neia.arantes@gmail.com
FÁTIMA S. ELIAS DE JESUS	SUPLENTE (suplente do Rafael)	ITAIM PAULISTA	associacaotrabalhocomunitario@gmail.com
JOSÉ EFIGÊNIO DE PAULA	SUPLENTE (suplente do Flávio)	CIDADE ADEMAR	administracao@obrasocialsantarita.org.br
JOSÉ JUSTINO C. LIMA	SUPLENTE (suplente da Patrícia)	IPIRANGA	gustavounas@gmail.com
TANIA MARIA LIMA SILVA	SUPLENTE (suplente da Rudnéia)	M'BOI MIRIM	limastanias@gmail.com
MÁRIO LUIZ BALBINO	SUPLENTE (suplente da Bruna)	CAPELA DO SOCORRO	mario.balbino@yahoo.com.br
MARIA ANGÉLICA OLIVA	SUPLENTE (suplente da Hilda)	BUTANTÃ	angelica.oliva05@gmail.com

SEGMENTO: PODER PÚBLICO

NOME	SITUAÇÃO	SUBPREFEITURA	CONTATO
MARIA VILANY RODRIGUES DA SILVA	TITULAR	SME – CAPELA DO SOCORRO	98391.9934vilanysilva@sme.prefeitura.sp.gov.br
PATRÍCIA MUNIZ MARÇAL	TITULAR	PIRITUBA/JARAGUÁ	patriciammarcal@gmail.com
ANDRÉA PAULA PEREIRA TRIGO	TITULAR	SMADS	98046.9898aptrigo@prefeitura.sp.gov.br
NELSON ALDA FILHO	TITULAR	SMADS	99200.8015nelsonalda@prefeitura.sp.gov.br
JANE DE LIMA	TITULAR	SMADS	9571.2627anelima@prefeitura.sp.gov.br
LUCIANO SANTOS ARAÚJO	TITULAR	SUBPREFEITURA/SANTANA	95357.7968lucianoaraujo@prefeitura.sp.gov.br
LADIR RODRIGUES ALVES	SUPLENTE	SAS CAMPO LIMPO	98198.1270alves@prefeitura.sp.gov.br
ANA CAROLINA MEISS BARRILARI	SUPLENTE	SME	anabarrilari@sme.prefeitura.sp.gov.br
ILACIR DE JESUS CHAGAS	SUPLENTE	SMDHC	ilacirchagas@gmail.com

SEGMENTO: SOCIEDADE CIVIL

NOME	SITUAÇÃO	SUBPREFEITURA	CONTATO
CRISTIANE GODINHO DA SILVA BEZERRA	TITULAR	M'BOI	cris_unasp@yahoo.com.br kkezzia@hotmail.com
KÉZIA ADRIANA DE ARAÚJO ALVES	TITULAR	PIRITUBA/JARAGUÁ	crecepy@yahoo.com.br
AMANDA CAROLINA NUNES PAMPLONA	TITULAR	PERUS	amandanunesmge@gmail.com
NANCY PAIVA BARREIRA	TITULAR	PIRITUBA/JARAGUÁ	nanpaiva@gmail.com
MÁRCIO SANT'ANNA MODESTO	TITULAR	CIDADE TIRADENTES	marciosantanm@gmail.com
RAQUEL CAETANO DE SOUZA	TITULAR	CIDADE TIRADENTES	Quel-87@bol.com.br
TERESINHA FRANCISCA DA SILVA	TITULAR	SÃO MATEUS	tecafrancisca@hotmail.com

ALBERTO ALEXANDRE LUCIO BRACEROTTO	TITULAR	SÃO MATEUS	bracerottoa@gmail.com
MICHELE ARAGÃO DA CRUZ	TITULAR	SAPOPEMBA	myaragao33@gmail.com
DIEGO ÍCARO RODRIGUES DE ABREU	TITULAR	CIDADE TIRADENTES	cschristo@gmail.com ; diegolicaro2@gmail.com
ISABELLE BIANCHI	TITULAR	ERMELINO MATARAZZO	isabianchi3@gmail.com
CACILDA S. MODESTO	TITULAR	SÉ	c.cacildamodesto@gmail.com
WILSILENE CABRAL CHAVES	TITULAR	ITAIM PAULISTA	wil_geo@hotmail.com
TATIANA RODRIGUES PEREIRA	TITULAR	SÉ	rodriguestatiana2392@gmail.com
IZILDA DE OLIVEIRA ALVES FERREIRA	TITULAR	GUAIANASES	izildaferreira@hotmail.com
IVALDINA FRREIRA VELOSO FELIX	TITULAR	ITAQUERA	94735-9316/ 2746.6269 (filho)
EDVANE BEZERRA DOS SANTOS	TITULAR	JAÇANÃ/TREMEMBÉ	98777-2454 pretammksantos@hotmail.com
MARIA DO CÉU VARA MACEDO OLIVEIRA	TITULAR	PENHA	mceu_21@hotmail.com
JEFERSON DA SILVA ALMEIDA	TITULAR	M'BOI MIRIM	98658-2234_almeidasilvajeferson@gmail.com
			96646-0920/5526-5868
JOSÉ SEVERINO GOMES	TITULAR	CAPELA DO SOCORRO	conselheirogomes@hotmail.com
			5978-4650/96993-7773
ANTONIO FRANCISCO PEREIRA	TITULAR	PARELHEIROS	96993.7773toninhoFP2014@gmail.com
PEDRO BARONE PELLICCIOTTI	TITULAR	BUTANTÃ	95113-3874 pbaronep@gmail.com
CÉLIA BORBA DE SOUZA	TITULAR	SANTO AMARO	98276-4506/2384-2575 gaiacca@yahoo.com.br
NICOLAU DE JESUS PAMPLONA BELTRÃO	TITULAR	IPIRANGA	94469-2749 nicolau.beltrao@hotmail.com
CAROLINA AURÉLIO BORGES	TITULAR	VILA MARIANA	97601-6023 borges.carolinaa@gmail.com
JOSÉ ABRAÃO SANTOS DO CARMO	TITULAR	CIDADE ADEMAR	96311-5481 abraao.carmo@hotmail.com
			3932-2683/99360-2916
PATRÍCIA RODRIGUES ROCHA	TITULAR	FRUEGUESIO DO Ó/BRASILÂNDIA	procha@saudedafamilia.org
KATIA RODRIGUES MARTINS ROSEIRA	TITULAR	IPIRANGA	92206-2485 katia.PSL@hotmail.com
VÂNIA SILVA ZENI	SUPLENTE	SÉ	98382-1164 vania.s.zeni@gmail.com
			2556-4553/98546-6341
JOSILDA MANCINHO PEREIRA	SUPLENTE	CIDADE TIRADENTES	josimancinho@gmail.com
			2282-9895/96323-3714
PAULO RICARDO SOARES BESSA DA SILVA	SUPLENTE	CIDADE TIRADENTES	ricardopaulo588@gmail.com
JOSÉ AÉCIO OLIVEIRA DE ALMEIDA	SUPLENTE	JAÇANÃ/TREMEMBÉ	2241-9943/97264-5400 aecio@apoio-sp.org.br
			2849-0427/97783-5696
KATIA MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA	SUPLENTE	SÃO MATEUS	katiamariaa71@gmail.com
			2731-4455/95496-6333
MARIANA SOARES DOS SANTOS	SUPLENTE	SÃO MATEUS	marianasoares.asocial@gmail.com
ANDRESSA FERNANDA R. RIBEIRO	SUPLENTE	JABAQUARA	96762-0182 afrpsic@gmail.com
			2916-8623/99999-0290
NADJA YONA NUNES AMADOR	SUPLENTE	CIDADE TIRADENTES	ccasantocristo@yahoo.com.br

ANDRESSA DA SILVA CEZARIA	SUPLENTE	BUTANTÃ	(73)99909-6655 andressacezaria@hotmail.com
SEGMENTO: OBSERVADORES			
NOME	SITUAÇÃO	SUBPREFEITURA	CONTATO
MARCOS AUGUSTO FERREIRA MARQUES	TITULAR	VILA MARIANA	maugusto7@hotmail.com
ALEX MARTINS DE ANDRADE	TITULAR	ITAIM PAULISTA	95341-5875 alex.alex.martins@hotmail.com
MARIA LISABETE SANTIAGO	TITULAR	SAPOEMBA	marialisabetesantiago@gmail.com
KEILA MENDES DE SOUZA	TITULAR	BUTANTÃ	kemendes@gmail.com
DEUSDETE ALVES DE ASSUNÇÃO	SUPLENTE	PARELHEIROS	95771.4705desdetea.ass@hotmail.com

Anexo 7: Moções aprovadas

A Comissão Central da XI Conferência Municipal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes recebeu 08 (oito) moções, todas aprovadas pela plenária no dia 30 de novembro. Os textos seguem abaixo:

Tipo de moção: Apelo

Destinatário da moção: Poder Público

Motivo: Construção de CEU na região central. Urgente! (região Sé/boa Vista)

Quantidade de assinaturas: 41

Texto da moção: Diante das especificidades da região central. Grande vulnerabilidade social, a falta de um equipamento integrado que atenda as necessidades e direitos das crianças e adolescentes da região central. Em nome da comissão regional e, principalmente, em nome do direito da criança e do adolescente se faz necessário e primordial a construção de um CEU na região central. Esse CEU já vem sendo solicitado, implorado pela população e pela rede de proteção há anos. Há apelos anteriores alertando para a necessidade desse espaço integrado que reforça os direitos da criança e do adolescente.

Tipo de moção: Repúdio

Destinatário da moção: representantes dos 3 Poderes da República do Brasil

Motivo: (Não preenchido)

Quantidade de assinaturas: 86

Texto da moção: Nós delegados (as) desta Conferência, repudiamos veementemente qualquer Emenda Constitucional Federal que reduza a maioria penal para adolescentes.

Considerando que: A Constituição Federal 1988 nos seus artigos 205, 206 e 268, o Estatuto da Criança e Adolescente, lei nº 8069/13/07/90 nos seus artigos 4º e 7º, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/20/12/1996, não foram efetivados em todo o território nacional, não podemos reduzir a maioria penal dos adolescentes.

Tipo de moção: Apoio

Destinatário da moção: Prefeitura Municipal de São Paulo, CMDCA, Ministério Público

Motivo: (não preenchido)

Quantidade de assinaturas: 76

Texto da moção: Pedimos sua assinatura nesta Moção de Apoio para sensibilizar "a quem de direito" à olhar com prioridade nossa solicitação de dividir a demanda de atendimento do Conselho Tutelar Penha.

O conselho Tutelar da Penha atende cerca de 450 mil habitantes. Existe a recomendação do CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes) que diz que para um bom atendimento, cada Conselho Tutelar deve atender em média 100 mil habitantes.

Desde 2008 estamos reivindicando mais um Conselho Tutelar para atender a enorme demanda dos distritos Penha, Artur Alvim e Vila Matilde.

Tipo de moção: Repúdio

Destinatário da moção: Comissão Central

Motivo: (Não preenchido)

Quantidade de assinaturas: 41

Texto da moção: A Comissão Regional da Sé vem por meio desta Moção de Repúdio, apresentar os fatos ocorridos no processo de construção, realização e encaminhamentos das Conferências Livres, Lúdica e Convencional no perímetro da Regional da Sé.

Através do Fórum DCA Sé, foi constituída a Comissão Regional com representantes da sociedade civil e Poder Público (passado certo tempo, alguns representantes de ONGs não puderam se consolidar, pois não houve liberação das chefias e estes foram substituídos; a despeito da representação do poder público, a manifestação dos representantes, no geral, foi morosa e – quase – tardia). Em razão do contexto histórico, com apoio do Fórum DCA Sé, essa Comissão Regional inicialmente faria apenas as Conferências Livres, porém com o maior engajamento dos representantes locais e o compromisso de apoio da Comissão Central, se decidiu programar as seguintes (Lúdica e Convencional).

A parceria que se estabeleceu a partir de então com o SESC Parque Dom Pedro foi condição sine qua non e, baseado nas regras do espaço foram elaborados Ofícios à Comissão Central, SP Trans e CMDCA no intuito de consolidar orientação e apoio acerca da estrutura que tínhamos disponível para então projetar o tamanho das atividades.

Em resposta VERBAL e extraoficialmente sobre o transporte (cuja articulação ficou a cargo do representante da Secretaria Municipal de Prefeituras Regionais), veio a solicitação de elaborar um novo ofício contendo itinerário e quantidade de envolvidos, o fizemos. Nas vésperas do evento, essa Comissão

foi acusada por dos representantes da Comissão Central de “não ter corrido atrás” do solicitado, sendo que há Ofício e Atas de reunião que comprovam essa mobilização. Em resposta, também VERBAL sobre alimentação, fomos informados de que as instâncias locais (de assistência social e educação) disponibilizariam o necessário. A Educação estava limitada a atender apenas seus alunos e a Assistência Social, através dos serviços da rede conveniada, atendeu seu público e dispôs de extra, seguindo o modelo de kit já proposta pela educação – cabe ressaltar que essa condição foi posta apenas para a conferência Lúdica e no atendimento de meio período, para a Convencional foi amplamente divulgado que cada participante arcaria com suas despesas. Em resposta aos materiais didáticos/lúdicos, especialmente para a Conferência Lúdica, o CMDCA providenciaria. Entregue na véspera, comprometendo ainda mais as atividades inicialmente propostas, foi insuficiente para envolver as crianças e adolescentes nas oficinas. De fato, mesmo após as diversas tentativas de contato com os Órgãos indicados, nenhuma das questões foi sanada satisfatoriamente. Por diversos momentos, no decorrer dessa construção, considerando os pontos indicados acima, essa Comissão ponderou sobre o cancelamento das Conferências, porém, em respeito as ações já desenvolvidas nos espaços, mantivemos a programação. Em reunião posterior aos eventos, para avaliação interna e preparação dos documentos a serem entregues à Comissão Central, é importante pontuar que um dos responsáveis por desenvolver e relatar um eixo, agiu com postura descompromissada, ocasionando a ausência e prejuízo do conteúdo apresentado no relatório final. Mediante todos os apontamentos e observações anteriores, é que vem essa Comissão Regional repudiar a Comissão Central e especialmente o CMDCA em todo o processo, pois foi o que prejudicou o desenvolvimento das Conferências em nosso território.

Tipo de moção: Repúdio

Destinatário da moção: Comissão Central da XI Conferência Municipal dos Direitos Humanos de Criança e Adolescente

Motivo: Eixo I: Garantia de direitos, políticas públicas integradas e de inclusão social com metodologia que fere a garantia da legitimidade das conferências regionais.

Quantidade de assinaturas: 36

Texto da moção: Nós, delegados da XI Conferência Municipal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes de São Paulo, repudiamos a metodologia aprovada pela Comissão Central desta Conferência, que a nosso ver, não contempla as discussões e afirmação das propostas realizadas nas conferências regionais. Tal metodologia não traz, materialmente as propostas regionais, depende de discussões dos delegados presentes, o que pode resultar em esvaziamento das propostas da base (conferências regionais).



Tipo de moção: Repúdio

Destinatário da moção: Comissão

Motivo: Violação de Direito

Quantidade de assinaturas: 39

Texto da moção: Venho a partir desta moção informar a minha indignação, pois os adultos tiveram quase 07 horas para debater nos eixos. Já os adolescentes e crianças tiveram em nos de 03 horas. Resultando no não aproveitamento dos principais protagonistas desta Conferência.

Tipo de moção: Apelo

Destinatário da moção: Secretaria de Saúde e Secretaria de Direitos Humanos

Motivo: Garantir políticas públicas de saúde mental para crianças e adolescentes

Quantidade de assinaturas: 41

Texto da moção: Nós delegados XI Conferência Municipal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes de São Paulo, apelamos aos responsáveis das Secretarias Municipais de Saúde e de Direitos Humanos que ampliem significativamente, como indicado pela Portaria nº 3088/11 MS, a Rede de Atenção Psicossocial, implantando mais CAPS III ij na cidade, V.A.ij (Unidades de Acolhimentos para Infância e Juventude) e CAPS ij II, que todos incluam em seu quadro profissional agentes redutores de danos.

Tipo de moção: Apoio/Solicitação

Destinatário da moção: Secretaria Municipal de Educação

Motivo: baixa participação das Escolas Municipais e alunos nas Conferências DCA

Quantidade de assinaturas: 152

Texto da moção: Nós delegados da XI Conferência Municipal de Direitos Humanos da Criança e Adolescente, vimos solicitar à Secretaria Municipal de Educação, o respectivo planejamento para a inclusão no calendário escolar, dos dias de realização das Conferências Municipais D.H.C.A futuras, para que desta foram, o debate dos direitos da Criança e Adolescente possa se realizar entre todos os profissionais, pais e alunos da cidade de São Paulo.